

Sociedade e Estado

Volume 38 – Número 1

Copyright © 2023
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Stefan Klein

Vice-chefe do Departamento de Sociologia: Tânia Mara Campos de Almeida

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Tiago Ribeiro Duarte

Editor responsável: Ricardo Colturato Festi

Editor/as-adjunto/as: Tânia Mara Campos de Almeida,

Daniela Felix Martins Kawabe e Eduardo Dimitrov

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis e Renata Souto

Produção editorial:

Edição, revisão, produção de arte e diagramação:

F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;

Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;

Dataindex – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro-luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;

Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;

Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América

Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge

Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,

España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;

Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;

SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 38 – Número 1

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavelaro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE).
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Jonas Valente, Marco Antonio Gonsales de Oliveira, Antonio Teixeira de Barros, Daniela Rezende, Emerson Cervi, Felipe Borba, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Cristina Zackseski, Vicente de Paula Faleiros, Sidney Jard da Silva, Murilo Van der Laan, Márcia Maria Gramkow, Cláudia Tirelli, Rocio Rocio Gariglio, Joana Maria Pedro, Marcelo Carvalho Rosa, Lucas Trindade da Silva, Paulo César Borges Alves.

Apoio:

Sumário

<i>Organizing the digital working-class in Portugal during the Covid-19 pandemic</i> <i>Isabel Roque</i>	9
Trabalhadores de plataformas digitais: mundialização, superexploração e luta de classes <i>Gil Felix</i>	35
O projeto de capitalização da Previdência Social no governo Bolsonaro: o mercado como estratégia de aposentadoria ⁱ <i>Maria Chaves Jardim</i> <i>Paulo José Carvalho Moura</i>	63
Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023) <i>Mayra Goulart da Silva</i> <i>Vanilda Chaves</i> <i>Laura Barbosa</i>	95
<i>Leyes subnacionales de paridad de género y unicameralidad: Córdoba (Argentina) como caso testigo</i> <i>Mila Francovich, Lorena Saletti Cuesta</i> <i>& Silvina Brussino</i>	125

Partidos brasileiros do século xxi: comparação entre as duas primeiras eleições dos partidos brasileiros criados entre 2000-2014	151
<i>Renan Arnon de Souza, Breno Pacheco Leandro & Samira Kauchakje</i>	
Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte	171
<i>Joana Tereza Vaz de Moura, Antônia Geane Costa Bezerra & Cimone Rozendo</i>	
Violência e legitimidade democrática: um balanço da literatura sobre o contexto latino-americano	193
<i>Gabriela Ribeiro Cardoso & Julian Borba</i>	
<i>Brazilian sociological theory and postcolonial criticism</i>	211
<i>Lucas Amaral de Oliveira & Ana Rodrigues Cavalcanti Alves</i>	
Relendo a teoria sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial	243
<i>Lucas Amaral de Oliveira & Ana Rodrigues Cavalcanti Alves</i>	
Tradução	
Publicando poesia traduzida: uma investigação sobre as margens do mercado mundial de livros	277
<i>Gisèle Sapiro (tradução de Carolina Monteiro de Castro Nascimento & Eduardo Dimitrov)</i>	

Resenhas

Para além de centro e periferia? 301
Repensando a sociedade do
trabalho contemporânea

MACIEL, Fabrício. A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?
2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

Por Thalita Barreto Sarlo

O Brasil, a modernidade política 309
e uma esquerda para o século XXI

DOMINGUES, José Maurício. Uma esquerda para o século XXI: horizontes,
estratégias e identidades. Coleção "Esquerda em Movimento", Rio de Janeiro, Mauad X, 2021.

Por Marcos Abraão Ribeiro

Resumos 319

Normas 331

Organizing the digital working-class in Portugal during the Covid-19 pandemic

Recebido: 28.06.22
Aprovado: 04.11.22

Isabel Roque (orcid.org/0000-0001-8581-5177),
Centre for Social Studies, Coimbra University, Coimbra, Portugalⁱ.

i. Isabel Roque is a researcher for the Centre for Social Studies, Coimbra University, Coimbra, Portugal. <isabelroque@ces.uc.pt>.

Abstract: Since the Covid-19 pandemic that digital and platform workers have been facing labour deregulation, extenuating working hours, erosion of labour and social rights, as well as a major loss of referential regarding unions. In a scenario of uberization of work, this article seeks to analyze how the class-that-lives-from-work has been claiming its true power, adopting strategies and tactics of organization and resistance through cyberactivism. Between 2020 and 2022, semi-structured interviews, netnography and non-participant observation in social media were conducted in Portugal. The key findings reveal that the working-class is in a process of reorganization through digital platforms, social media and apps, used not only to regulate and control the pace of work but to claim for labour and human rights as a labour campaigning tool.

Keywords: Digital platform work. Cyberactivism. Organizing; Unionism; Covid-19.

Organização da classe trabalhadora digital em Portugal durante a pandemia de Covid-19

Resumo: Desde a pandemia Covid-19 que os trabalhadores digitais e plataformizados têm enfrentado desregulamentação laboral, jornadas de trabalho extenuantes, erosão dos direitos laborais e sociais, assim como uma enorme perda de referencial relativamente aos sindicatos. Num cenário de uberização do trabalho, este artigo procura analisar como a classe-que-vive-do-trabalho tem reivindicado o seu verdadeiro poder, adotando estratégias de organização e resistência através do ciberativismo. Entre 2020 e 2022, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, netnografia e observação não participante em redes sociais e plenários virtuais. Os principais resultados revelam que a classe trabalhadora se encontra num processo de reorganização, utilizando plataformas digitais, redes sociais e aplicativos, usadas não apenas para regular e controlar o ritmo do trabalho, mas para reivindicar os seus direitos laborais e humanos como uma ferramenta de campanha laboral.

Palavras-chave: Trabalho em plataformas digitais. Ciberativismo. Organização. Sindicalismo. Covid-19.

Introduction

From the 1970s, under the post-Fordist model, flexible accumulation emerged (Harvey, 1990), configuring a new labour ideal, in which undetermined working hours, absence of a fixed working place, variable remuner-

ation and on-demand work predominate, without the guarantee of basic labour rights and union representation (Moraes, Oliveira, & Accorsi, 2019). Neoliberalism has dramatically reconfigured jobs away from the security of decent work and full employment, recasting them as malleable and flexible, while obscuring the increasingly precarious nature of work. According to the International Labour Organization (ILO), the concept of decent work summarizes, above all, the aspirations of men and women for accessing a decent and productive work in conditions of freedom, equity and dignity. However, the vulnerability and precariousness of contractual labour regimes leads to a greater individualization and weakening of workers¹, far away from the conception of formal work based on human rights and dignity which has been eroded through the uberization process (CUT & Instituto Observatório Social, 2021).

1. Available at: <https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang-en/index.htm>.

The expansion of global supply chains is inseparable from the development of information and communication technologies (ICT's). These have long been deployed to facilitate the acceleration of capital accumulation and precipitate a spatial reorganization of work on a global scale (Castells, 2000; Tsing, 2009), leading to the expansion of the service sector, whose peaks in demand can be more frequent and less predictable compared to the industrial sector. The former is characterized by organizational flexibility and increased informal, unstable and precarious working conditions, especially in carrying out low paid operating activities (Antunes, 2018). Despite concomitant trends reshaping the labour market, through globalization, outsourcing and flexibilization, the digital transformation led to crowdsourced, decentralized, freelance and on-demand labour relations, absent from a fixed contract and a salary, raising also issues related to the legal status of the worker.

The emergence of the gig economy or economy on-demand was one of the most important new transformations in the world of work, mediating and organizing work through internet-based platforms. This business model is based on contracting out tasks or jobs through the use of platforms, connecting demand and supply of labour. Gig work can be either tied to a physical location, as in the case of transport and delivery services, or be fully performed on-line (De Stefano, 2016). It comprises non-standard forms of employment, the intensification of flexible and entrepreneurial ideology, driven by a variety of forces, including demographic shifts, labour market regulations, macroeconomic fluctuations, and technological changes (Abílio, 2017, 2022; Antunes, 2018, 2020; Doellgast, Lillie & Pulignano, 2018; Gandini, 2018; Kalleberg, 2018; Keune & Pedacci, 2020; Slee, 2017).

According to Rodrigo Carelli and Murilo Oliveira (2021) the entrepreneurial platform model is not an economic activity but a technique of labour organization,

a marketplace, and when it makes use of the computer technology it becomes a digital platform. These authors also state that platforms can be observed and recognized according to pure or mixed/hybrid strategies (call centers), agreement with the branch or sector of service provision (couriers, drivers), and delivery location (Airbnb, digital freelancers).

This new form of labour organization (Eurofound, 2015; Tassinari & Maccarrone, 2017; Valenduc & Vendramin, 2016;) includes on-line web-based platforms, where work is outsourced to a geographically dispersed crowd (crowdwork) for working activities that imply performing a series of on-line microtasks, and location-based applications (apps), which allocate work to individuals to a specific geographical area, typically to perform local and on-demand service-oriented tasks, such as driving, running errands or cleaning houses. The management is performed by firms that also intervene in setting up the minimum quality standards regarding the service and selection of the workforce (Cardon & Casilli, 2015; ILO, 2021; Rogers, 2015).

Having not fully recovered from the 2008 crisis, workers are facing a pandemic crisis which has been exposing and aggravating forms of exploitation, vulnerability and social exclusion, leading to intermittent, informal and precarious life trajectories. More than ever, the characteristics of late modernity are being demarcated (Bauman, 2008). Ursula Huws, Werner Korte & Simon Robinson (1990) predicted the precariousness that we are currently experiencing with new labour modalities, especially through fixed-term or short-term contracts and bogus self-employed and temporary workers, ensuring companies with a qualified workforce without having to bear the expenses and rigidity of salaried and permanent staff. According to Ricardo Antunes (2020), we are living in a pandemic, financial and predatory capitalism, where Industry 4.0, through the internet of things, induces workers into a state of digital slavery. The Covid-19 pandemic, especially through the platformization of work, exposed and accelerated the process of informalization, precariousness and flexibilization of the labour market, exacerbating social vulnerabilities and inequalities, individualism, and leading to poor welfare state intervention and insecure working conditions (Huws et al., 2019). Adding to this, there are also the impacts of climate change endangering the extinction of human life and leading to a post-modern risk society (Beck, 1999; Roque, 2020b). This whole scenario led to the segmentation of the labour market, differentiation in employment situations, and invisibilization of work(ers) (Bourdieu, 1998).

This article seeks to analyze how the digitalization and platformization of work have been affecting the morphology of the working-class, breaking down tradi-

tional gender, race, and class divisions, considering its complexity and lived experiences. According to Metzgar (2021) there is an attempt of installing a culture of achieving and becoming an entrepreneur, in detriment of a sense of being and belonging to a working class, that is, a sense of community. In this process of class dynamics at work there is also an attempt of (re)organizing within and in parallel to trade unions, that is, organizing in cooperatives and/or business, civic and workers' associations through workplace solidarity. This brings new synergies at a (inter)national level, reinventing the sense of traditional unionism, and engagement with other social struggles for labour and human rights through the (re) building of a class-consciousness movement that unites all segments of the working-class (Abílio Amorim & Grohmann, 2021; Brophy & Grayer, 2021; CUT & Instituto Observatório Social, 2021; Roque, 2018b; 2020a). In this sense, this article analyzes the call center workers' case who was the first service to implement digital and platform work, and where workers are finding new forms of solidarity and organizing through cyberactivism using social media and digital platforms, that is, using the tools that oppress and control them during their daily labour tasks. It is crucial to analyze the transformations that took place during the pandemic in the Portuguese society, especially in the labour market, where companies had to reinvent and adapt their services, but also with the transition to telework, accelerating the trend of uberization of work, hindering traditional forms of workers' organizing and endangering their jobs.

Between January 2020 and January 2022, the author conducted a qualitative analysis, including desk research and interviews with workers, activists, and unionists, mainly from call centers in Portugal, as well as netnography or digital ethnography (Kozinets, 2014) with participant observation in social media groups, on-line meetings, plenaries and strikes.

This article is divided into six sections. After the introduction, the second section will present the context for the rising of digital and platform work in Portugal; the third will describe the effects of the covid-19 pandemic on the Portuguese labour market; the fourth will analyze logics of resistance and organizing through cyberactivism during the pandemic; the fifth will bring the discussion; and the final section will present the remarks. It was concluded that digital platform work is not a trend, but a process which has been growing, especially after the pandemic, and that social and digital media apps can help renewing and strengthening union-led movements. This analysis highlights the importance of going beyond trade unions if we are to contribute to the rebuilding of the labour movement in a context of precariousness. This article aims to drawing attention to the ways in which precarious digital and platform workers are attempting to organize within and in parallel

to trade unions, that is, organizing in cooperatives, business, civic and workers' associations through workplace solidarity, using new skills, tactics, and strategies devised in their struggles against digital capitalism (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021; Roque, 2018; 2020a). It was concluded that social and digital media apps can help renewing and strengthening union-led movements. This analysis highlights the importance of going beyond trade unions if we are to contribute to rebuilding the labour movement under precarious conditions.

The rise of digital and platform work in Portugal

In the 1990s, Portugal witnessed a process of globalization and a digitization trend in the service industry through the callcenterization of work, allowing companies to offer their products as a service, rather than selling them as physical objects (Batt, Holman & Holtgrewe, 2009; Huws, 2003). This represented a new form of work organization, characterized by a mix between mechanized office/clerical work and interactive services in the "emotional" Taylorist assembly lines (Boreham et al., 2007; Taylor & Bain, 1999; Taylor, 2010). Operators provide information to customers, connecting them to third parties, through the sale of goods, products and services, using computer-based technologies, such as telephone and video calls, emails, and chat (Paul & Huws, 2002). It is an articulation of ICT's of the 21st century with the flexible working conditions of the 20th century (Toyotism) (Antunes & Braga, 2009). Call center operators are emblematic of digital capitalism, better known in the literature as the cybertariat, infoproletariat and cyberproletariat, that is, the new service proletariat in the digital era who is expropriated from his working and personal life by global companies, suffering the consequences from the expansion of intermittent and informal work (Antunes & Braga, 2009; Dyer-Whiteford, 2015; Huws, 2003). Nowadays, there is a trend towards the digital management of work, which extends well beyond work carried out under the control of on-line platforms, that is, the platformization and uberization of work, which became more evident with the pandemic across the global labour markets (Huws et al., 2019).

The algorithmic management and control process was already present in call centers, namely through the console, the Interactive Voice Response and the digital panopticon, to which operators are subject, fostering the gradual replacement of the human aspect by the digital one. The algorithm controls and dictates the pace of work, through the metrics with which it was programmed, using an omnipresent and omniscient surveillance that acts on the worker. As such, all the tasks of a call center operator are dictated by the machine (algorithm), personified in a computer and a console, managing incoming and outgoing calls, and depriving

operators from any autonomy, creativity and socialization (Roque, 2010). This logic refers to the Taylorist and Fordist modes of production, governed by the scientific organization of capital, where the working-class is rigidly controlled by its times and movements, under the command of a layer of managers, administrators and engineers who elaborate, conceive and carry out production.

In countries such as Portugal, digital platform work has grown considerably in the aftermath of the financial crisis, as many people have started looking for alternative sources of income due to high unemployment rates (Chicci et al., 2020). Around 2015, Airbnb, Tuk-Tuks and Uber services gained strength among the new digital precariat. Every form of platform work activity is increasingly associated with different shapes and shades of precarity (Eurofound, 2018), where work is performed on the job, or on-demand (gig), being managed by the algorithm or through the mediation of temporary work agencies, especially in the tourism sector and in the deliveries service (Huws et al., 2019). In the aftermath of the Great Recession, platform economy (Kenney & Zysman, 2016) became an alternative to overcome the accumulation crisis, especially in the service and tourism sectors. The Great Recession resulted from Troika's intervention, followed by austerity measures and a major restructuring of the labour market. It also led to the commodification of public services, and restructuring of capital with automation and the substitution of goods for services, resulting in mass unemployment and precarious work (Carmo et al., 2021). In Portugal the number of independent workers has been growing, especially regarding the service sector and platformized work. According to the Employment Survey from the National Institute of Statistics (INE), the number of people who find themselves in that situation has increased 16%, especially during the third quarter of 2021, representing an absolute record for self-employed workers in Portugal².

2. Available at: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472918585&DESTAQUESTema=55574&DESTAQUESmodo=2.

Portugal suffered an intense wave of “touristification” within a process of transnational gentrification (Cócola-Gant, 2016, 2018; Füller & Michel, 2014), with an increase on tourism activity which has reshaped the personal transportation business regarding goods and people, mainly Uber drivers and couriers. Uber has become a prime example of the gig economy at work, and the Airbnb service also suffered a tremendous growth since 2014, when the majority of its entrepreneurs and freelancers decided to apply their investments and indemnities resulting from dismissals during the Troika crisis (Roque, 2023).

In that sense, there was also the proliferation of multiple atypical and precarious forms of work to the detriment of waged labour associated with modern industrial capitalism, based on effective contracts and social protection. In fact, in certain contexts, there has been a progressive dismantling of institutional and normative

labour protection (Carmo et al., 2021). This is revealing of the serious structural effects of the temporary nature of contracts and the precarious working conditions, presenting high levels of informality and the predominance of bad or bullshit jobs (Graeber, 2018). These do not guarantee access to the most basic labour and human rights, and present gaps in protection coverage by the social security system (Kalleberg, 2011).

Digital platforms have been mediating work, either through the introduction of new economic activities or the reinvention of existing ones, with the return to ancient labour models. That can be seen not only in the case of the couriers, who can be considered as the new “paperboys”, who used to deliver the newspapers riding their bicycles absent from a labour contract, but also in the case of telework, carried out in the 1980’s, mainly by female telephonists, who used to work from their homes and later on became call center operators who perform administrative work on a digital basis (Carmo et al., 2021; Paul & Huws, 2002; Srnicek, 2017).

In fact, call centers were the first service where this process of machine and algorithmic management was implemented, through the outsourcing and crowdsourcing of services, with access to a periphery of atypical workers who could be requested by companies to overcome the seasonality of production, leading to work fragmentation. Like couriers, drivers, and other services that comprise digital platforms, call center workers also use platforms and are controlled by the algorithm (Artificial Intelligence). Call centers emerged not as an industry, but as a business function that crosses several industries and/or sectors in a post-industrial service economy (Roque, 2018b), being one of the fastest developing forms of digital work, where services are available all around the clock, being delivered from almost any spot (Paul & Huws, 2002). As in the case of local accommodation (Airbnb) call centers foster an entire local economy and involvement with the neighbourhood, creating bonds of interdependence and job opportunities, especially in cities where job scarcity predominates (Roque, 2023).

Portugal is among the European countries that least guarantee the rights of workers on digital platforms, influencing the subcontracting process and contaminating labour relations. In this sense, the contribution of this article is to provide a wider and deep context of how platforms and digital working-class have been dealing with labour precariousness. The uberization of work is a trend in the labour markets towards digital management mediating industrial relations, incorporating a variety of non-standardized, invisible and atypical forms of work, deployed of an employment relationship between the employee and the employer, enabled by ICT’s. Flexibility allows workers to offer their activities on apps and platforms whenever and

wherever they want to (Hall & Krueger, 2018), creating the conditions for platforms to bypass a vast series of duties connected to employment laws and labour protection. Gig workers have few employment rights and experience atomization and pervasive monitoring, minimum wage and inaccessibility to social security contributions, sick leaves, work accident insurances, vacation and meal allowances, and paid holidays (Rogers, 2015). In this sense, the gig economy can be characterised as the last frontier of precariousness (Tassinari & Maccarrone, 2020).

The platform economy comprises companies that use on-line digital technologies, resulting from the outsourcing of services, allowing companies to adjust their workforce, bringing dramatic changes to the labour market, with regard to precarious, intermittent and informal work, dictated by the algorithm to meet demands of production. Digital platforms, digital platforms brought a new form of work outsourced to an indetermined and depersonalized mass of geographically dispersed and available workers, a digital reserve army, creating production and service networks and working according to just-in-time (on-demand) and just in place logics (Abílio, 2020; Wells, Attoh & Declan, 2021). In fact, some of these activities are not even recognized as work, being often designated as “gigs”, “tasks”, “favours”, “services” and “rides”.

Gamification is strongly encouraged by companies, through competition between workers to increase production, leading them to work for longer periods, in order to, illusively, obtain higher scores or performance bonuses (Woodcock & Johnson, 2017). At the end of each task (gig) the operators’ service is evaluated, either by the company or by the customer through assessment systems. However, this situation can lead to abrupt dismissals, and, in some cases, to lack of access to social benefits, as in the case of delivery workers and the sales service regarding call centers. Payment is only received for the working hours, in a “pay-as-you-go” basis, not comprehending idle moments when the worker is looking for a task/gig, being treated as human-as-a-service (De Stefano, 2016; Irani & Silberman, 2013).

In the ride-hailing service, the platform acts as a facilitator of the relationship between clients and workers (Risak & Warter, 2015). When connecting to an application, workers are subject to a virtual foreman who organizes and redirects consumer orders, and controls the mode, time, and value, directly or indirectly, of task execution (Gandini, 2018). Management is processed through algorithmic control, which is central to the functioning of on-line work, enabled by digital practices and tasks, such as recommending, restricting, recording, classifying, replacing and rewarding, with the imminent risk of disconnection from platforms or dismissal of workers (Kellogg, Valentine & Christin, 2020). These transformations are associated

with a process of restructuring the forms of organization and control of work along production chains, where capital seeks to break with the political-institutional structure of regulation and deregulate the labour market through informality, outsourcing and flexibility, namely with subcontracting and false self-entrepreneurship (Antunes, 2018; Gaulejac, 2007). Nevertheless, the gig economy also allows workers to benefit from job opportunities that they might not be able to access otherwise, on a flexible-schedule basis, allowing to match work with the performance of other activities. Although these modes of production are relatively regularized and endowed with social rights, the situation is beginning to comprehend informal and independent work, without the access to the basic labour rights (Antunes, 2011).

The covid-19 pandemic effects on the Portuguese labour market

On the 18th of March 2020³, the first lockdown instilled serious disruptions in the labour market, manifested in asymmetric effects, whether in the business fabric, in the labour market or in the income structure (Silva et al., 2020). The path of socioeconomic recovery from the 2008 financial crisis was interrupted with a rapid and unparalleled increase in the unemployment levels, especially regarding the activities related to the tourism and hospitality sectors which have played a very significant role in the aftermath of the Great Recession. Almost 1/5 of the ones had non-permanent or temporary contracts and informal workers accounted for about 1/8 of total employment (ILO, 2018). The State responded with the repositioning of public policies and labour rights, aiming at bringing immediate effects on the labour market, through the guarantee of business liquidity or simplified layoff to maintain employment levels. Nevertheless, most workers had to survive from their savings, with the help of their families or of solidarity from their living and working communities, for they were not eligible for social benefits⁴.

With the striking of the pandemic, the process of uberization was accelerated, promoting significant changes in the world of work, unveiling a series of trends of exploitation and domination, through the ability to organize and control (Moraes, Oliveira & Accorsi, 2019), affecting not only the value chains but also the dynamics of the labour market in a heterogeneous way, exposing and aggravating situations of informalization, precariousness, and vulnerability.

During the first lockdown, class inequality became even more pronounced with a division in the workforce, between non-essential and essential frontline workers. There was a segmentation between first- and second-class workers, demarcating those who risked their lives on a daily basis, dealing face to face with the health cri-

3. Available at: <<https://dre.pt/dre/LinkELI?search=decpresrep/14-A/2020/03/18/p/dre>>.

4. Available at: <<https://www.wort.lu/pt/portugal/tuk-tuk-a-esperade-turistas-pararecuperar-a-vida-6092bf4dde135b923612affe>>.

sis, subjecting themselves to the virus in unhealthy workplaces and public transportation. These are the ones who are often made invisible and remain in precarious and penalizing working conditions. They are mainly women, racialized and migrant workers (Antunes, 2020; Roque, 2020a), in contrast with those who were able to find themselves protected from the risks inherent to contagion, through the transition to the telework regime, or having access to state protection policies and social support, such as the layoff (Roque, 2020b).

Since there was the demand for social distancing and some workers were on the telework regime, most services were available on-line leading to a high rise in demands, affecting call center operators, who had to provide customer support service for essential and non-essential services, and for ride-hailing workers (couriers, vehicle drivers and Tuk-Tuk drivers), who had to adapt to these constraints and started delivering goods and meals. The hotel, restaurant and accommodation services (Airbnb) were tremendously hit by precarity, having also seen all of their reservations being cancelled by the platforms (Roque, 23; Carmo et al., 2021). In fact, the majority of these workers were not considered eligible for benefiting from social rights or governmental support, for those who were self-employed, were mainly engaged in digital platform work as a means for obtaining additional income, even though with the passing of time what is considered to be a temporary project becomes a permanent reality, as in the case of call center workers (Roque, 2010). Among these uberized workers, there are situations of migrant individuals who live in situations of human trafficking and undeclared work, leading to vulnerable and fragile people whose only way to survive and get inserted into the labour market is through informality, illegality and precarious work relationships, often abdicating the claim for their rights.

While the majority of services were transitioned to the teleworking regime, call center operators, even from the non-essential services, had to keep up working and guaranteeing the continuity of those services. In early March 2020, when the first cases emerged, call centers became places of contagion where workers felt threatened in their workplaces, as companies did not take adequate prophylactic measures in terms of safety and health. Those who were found sick were allowed to enter their workplaces without informing colleagues about their condition. This situation proved to be quite worrying, as testing was not performed, social distancing was not respected, nor materials were properly cleaned with disinfectants. In fact, alcohol gel, toilet paper and masks were scarce. There was even a case in a call center in the north of Portugal where cleaning professionals had only access to water⁵. On March 12, 2020, the Sindicato dos Trabalhadores de Call Center (STCC)⁶ issued a statement, with the support of other unions and activists, proposing a set

5. More information at: <<https://www.publico.pt/2020/05/25/opiniao/noticia/vulnerabilidade-reivindicacao-laboural-call-centers-portugueses-pandemica-covid19-1917656>>.

6. Available at: <<http://www.stcc.pt/>>.

of measures to stop all non-essential sectors, maintaining wages and guaranteeing rights in the defense of public health, instead of placing millions of workers at risk for the sake of profit.

However, the transition to the telework regime was not applied to all the companies, being only available to the human resources department, the board of directors and supervisors. According to Decree-Law 10-A/2027, working in call centers encompasses all possibilities of transition to teleworking and, once the state of emergency was decreed, this situation should have been immediately implemented (Roque, 2020a). As a result, all these situations were denounced by the workers to the unions, namely to STCC and Sinttav (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais), which, in turn, disclosed it to the national and international media, such as Reuters, and to the various parliamentary groups, demanding to the Ministry of Health and to the Authority for Working Conditions to carry out inspections. The next section will provide a description of the struggles that were engaged through cyberactivism in Portugal.

7. More information at: <<https://dre.pt/home/-/dre/130243053/details/maximized>>.

Resistance and organizing through cyberactivism

Platform work increased during the pandemic and has been transforming the Portuguese labour market, affecting labour relations, especially in the way workers are being subjected to greater levels of precarity, control, and suffering. Although, we are living in a digital and interconnected world of work, which is increasingly intense and widespread, workers find themselves in a process of setback in relation to the loss of their labour, human and collective voice rights. Since the beginning of the pandemic, there has been an increase in the struggles and demands from unions and workers related with digital and platform work, whose action has become more aggressive and frequent, finding new strategies, especially through cyberactivism, a form of web-based civic engagement or digital activism, focusing on the use of technology to participate in political activism (Dyer-Witthford, 2015; Huws, 2003; Estanque & Costa, 2012; Roque, 2008; 2018a). Social and digital media apps (Facebook, Tik Tok, WhatsApp, Zoom and Skype) can be relevant tools to effectively mobilize, to face internal opposition in traditional unions (Woodcock & Cant, 2022), helping workers claiming for their labour rights, organizing labour campaigns, building synergies at an international level, recruiting and exchanging information. The first instances of gig workers' mobilization have been mostly driven by other actors, such as grassroots unions and self-organized groups of workers, rather than traditional unions (Stuart et al., 2020).

Regarding call centers in Portugal, STCC is the only independent and grassroots

union, specific in this service. Since the pandemic it has been actively engaged in cyberactivism, organizing press conferences, strikes, on-line plenary sessions and meetings with companies, affiliated and non-affiliated workers, for gaining trust among them and discussing the implementation of telework and labour rights. It also provides workers with tools for struggling and coping strategies on the battlefield (Roque, 2020a). The main claims concern the performance bonuses, which have been withdrawn since the beginning of the pandemic, but also high levels of moral harassment, salary progression, legislation on telework and the payment of costs related with it.

One of STCC's main victories was during the first lockdown, when the union called for a nationwide strike, which took place between March 24 and April 5, 2020, demanding that all non-essential workers should be transferred to the telework regime without loss of remuneration. Through its website and Facebook page, this union created and disseminated a model for denouncing bad labour practices carried out during the pandemic. This context of unhealthy working conditions created a generalized revolt among workers, raising high levels of class consciousness, manifested through strikes, absences from work, sick leaves, and requests for vacations. Through these rebellious actions called by STCC, with protests, strikes and campaigns triggered via social networks (Facebook, Tik Tok, YouTube and Instagram) and organized through on-line plenary sessions (Zoom, Meets and WhatsApp), operators were able to transition to the telework regime to obtain salary increases, and even to readmit union delegates who got suspended for exercising their union activity. Also, solidarity between workers increased significantly, with several strikes that have been taking place. In fact, STCC's on-line plenary sessions were open to any worker, becoming catharsis chambers where workers reported their feelings of suffering, but also a sense of revolt to strike against their companies. As one female call center worker stated:

Hence this movement I think is even different from what we usually see, taking into account the amount of people who organized it was very significant [...] After the plenary sessions we held, we carried out the strike on March 10th, which was even before Covid-19, but it was even before we went home and we had 90% of the people joining. During Covid it was more difficult to stay organized but we still managed to hold some virtual plenary sessions and we kept going. I think we never bowed to the pressure we could have had. With the situation it could have been more comfortable for us to stop claiming and some people moved away because [...] if there is some pressure, they also stop being on the side of those who are eventually claiming.

In September 2021, a strike and a street demonstration, also organized by STCC,

were scheduled for Braga and Porto (North of Portugal) against the company Con-centrix, in order to claim for performance bonuses and salary progression. The role of STCC was preponderant during this negotiation period with the threat of a massive strike, involving 300 workers, which led the company and the temporary work agency to accept the workers' demands of a salary increase of 135 euros. This was an historic milestone for the call center service in Portugal, especially during the pandemic, where negotiations and plenary sessions were conducted on-line.

Even though this is a "profession" whose flexible employment relationship can lead to frequent situations of precariousness, call centers comprehend a high number of jobs offers on the labour market regarding platform and uberized work. As a male trade union delegate stated:

I have been unemployed for the past year, having been laid off by Randstad. Fortunately, I went to court and managed to get readmitted, but things are not easy. For skilled or unskilled, and not just those over 35, the only job offers I saw in the papers were from Uber, Uber Eats, and call centers.

He also mentioned that the transition to telework is the future trend regarding the labour market. To escape moral harassment and to avoid the stresses related with dislocations, operators prefer working from home and lose labour rights and bargaining power. This also implies the fact that flexibility and mobility contribute to the myth of the false entrepreneur which is also very present in the telecommuting regime.

There was a time when it was felt by the crowd that there were people who were capable of fighting harder to avoid returning to the workplace. People don't want to go back to the companies. If people are so willing to lose rights to stay at home, it opens the door for very dangerous models to be adopted. My nightmare is waking up in the morning and going to an app to see what it offers me that day in terms of work, then I choose and go. It's the modern version of the 1920s where people would go to the front door of factories asking for work, and then they would choose some and send the rest to go the next factory, like it was in the Great Depression. Now this is done in a modern digital way, if needed it can be well advertised to let you know that this is the future and that it is cool. This is also an advertisement for flexibility and mobility, there is a romanticism regarding entrepreneurship and telecommuting. I think that, in the long term, the consequences will be more visible, especially for getting organized, for understanding the value of the work itself.

A female operator highlighted the precarious life trajectory, full of restrictions,

without any alternatives to which a call center worker is subject, with little or no expectations regarding the future and leading to a permanent feeling of suffering:

The offers that exist are basically for call centers. I can't afford a 600 euros unemployment benefit! I cannot afford it, so I must keep working all the time. However, I think we're all going to end up in a call center again.

When job offers are scarce (Bourdieu, 1998) the employer instils in the worker the constant fear of imminent unemployment due to failure to meet the goals set by the organization (Dejours, 1999), resulting from the manifestation of a mode of domination based on the institution of a generalized and permanent state of insecurity that aims to coerce workers into accepting their condition of exploitation. As one female call center worker stated:

The precariousness is increasing, even in the call centers. When I started, I didn't feel that it was precarious and however it increased in the post-Troika period. What will happen now, and during this period, is that they pay even less or even offer less conditions and put more pressure on you stating, "if you don't want to come another one will". The high levels of unemployment will allow those who are employing to do it with less conditions because there will always be candidates to occupy that position and there will always be people available.

In the case of Upwork freelancers, who are highly skilled, they organize in flexible alternative movements through on-line groups, to promote their digital presence. Airbnb owners do not perceive themselves as traditional workers, nor do they feel represented by traditional unions, for, in general, they are entrepreneurs who own and manage their property. They have opted to organize in civil movements and business associations that have filled the void left by the unions. In the case of Uber drivers, they tend to join business or professional associations, while others are members of a union. Deliverers lack bargaining power, which is partially related to their low-skilled tasks and to the lack of value of their property (bicycle or motorbike), and they are prone to organize in cooperatives and workers' movements and groups on social media to struggle for their labour rights, as in the case of Estafetas em Luta. Regarding these last two, they have been engaging in several street demonstrations, especially during the pandemic, in Porto and Lisbon, and they have also been involved with the Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal (Boavida et al., 2021). In the case of Tuk-Tuks, they are mostly organized in a workers' association, Associação Nacional de Condutores de Animação Turística, trying to fill the gap left by the unions, defending and informing about the interests

related to tourist animation vehicle drivers and tourist animators, engaging in frequent dialogue with the government, and promoting training courses related with this service. Nevertheless, most drivers were sceptical regarding the role and action of unions, since there are no trade unions that reveal a greater interest in representing them, leading to low levels in unionization (Carmo et al., 2021).

In a growing risk society (Beck, 1999) that promotes personal success and independence from the employer, the position of the call center operator continues to involve situations of extreme precariousness, promoting the uberization of call centers through situations of bogus self-employment. As one male trade union delegate mentioned:

There are still hirings for this system in which people work as an individual worker, that is, I think the uberization process starts from that specific work of vehicle drivers, food deliveries, but it is also a model to be expanded for other sectors. It is an easy model to be created for call centers, as long as you have the software installed anyone can do the task, he/she has in the application for that day. Dismissing a person is just removing the application's registration, that is, there are no contracts involved. It is a very interesting system for companies. I think it will be a constant move towards this digital precariousness that some advocate as the most dynamic work system.

According to Antunes (2018), the worker becomes a proletarian-of-himself within a situation of transfiguration in salaried work, where the worker becomes a service provider, carrying all the risks and costs, being under the command of the algorithm, programmed to control, in a rigorously way, and to intensify the workforce movements. As STCC's president mentioned:

With the pandemic, the various ads that are being placed concern working under the regime of teleworking, but you must have your internet, your computer, own all the equipment. We are talking about the fact that people must hold the conditions! If the computer breaks down, it's a salary that goes to life, plus all the extra expenses. Not to mention that some new hires do not even have a contract anymore, it's green receipts⁸. There are companies that are signing new contracts without access to meal allowance, in addition to green receipts, false internships and false training grants!

With the transition to teleworking and the consequent increase in costs for the worker, situations of spoliation became increasingly frequent. Workers are being deprived from health and safety conditions, mainly an accident insurance and a

8. Green receipts' consist of a contractual figure attributed to independent workers and freelancers, even if that situation might not be checked. The self-employed person has to make Social Security deductions depending on income and, in some cases, may have to pay VAT.

fixed salary, being held responsible for the purchase of their working materials, such as backpacks, motorcycles, fuel expenses, mobile phone and access to the internet. These exploitative situations, where dismissals are imminent, are perpetuated through flexible and informal precarious work regimes, such as renewable and zero-hour contracts, green receipts or even informality where there is the absence of a contract. The most important asset for platforms is workers' intellectual property, such as the company's software, algorithms and user data, which is created not only by customers, but mainly by workers in a situation of exploitation (alienation). In this sense, all workers are dependent on platforms to sell their labour, regardless of the use of their means of production (Boavida et al., 2021).

Discussion

The "old tactics" of traditional unionism have been intertwined with more recent tactics, including a broader and more struggling sense of solidarity at the international level, through cyberactivism. In fact, a "new social movement unionism", a revival on traditional unionism which embraces a struggle for common causes, comprising a greater international awareness in society for social struggle and increased union activity, involving labour and human rights, creating a global synergy with other unions and movements, through a shop floor level unionism (Englert et al., 2020; Roque, 2018a). Not just social media, but digital platforms can become relevant tools, used for work, to effectively organize used for work to effectively organize and mobilize workers, face internal opposition in traditional unions claiming for labour rights, organize labour campaigns, recruit and exchange information, and renew and strengthen union-led movements (Woodcock & Cant, 2022).

Nevertheless, issues remain regarding the rate of unionization, which is mainly affected by the precariousness of employment relationships, allowing the turnover rate to be extremely high; the competitiveness among unions and their inadaptation, especially in terms of action; the lack of knowledge regarding the labour market reality and the problems and aspirations of the working-class; and the inability to deal with the atypical and precarious working conditions of workers in general, and especially related with digital platform work. In a scenario of teleworking and uberization of work the difficulties regarding unionization increase, as one female call center union delegate mentioned:

The advantages of teleworking are all immediate, but the disadvantages can only be seen in the medium and long term. Being at home does not help to organize. Being able to do something

physical with workers is more complicated nowadays because we are talking about people who can work and live from a chair at home, so, why shouldn't they also protest from a chair at home? But the truth is that without going out into the street nothing is achieved, it becomes more difficult to mobilize. A company with a high level of turnover will lose half of its workers and in two years who will no longer be here. So, who are the new workers? Unions will never find out who they are unless they contact the union. We don't even know how much these companies grows.

In a post-pandemic scenario, the exploitation of work continues to affect all professional sectors, threatening human life, either by the imminent exposure to contagion, either through the imminent risk of dismissal, deregulation and lack of social protection. However, the main issue remains in the lack of recognition of the different services regarding digital platform work as professional categories, as in the case of call centers and couriers. Temporary work agencies are still a determining factor for the perpetuation of labour exploitation. An operator can work for several companies in a single day, have a precarious contract renewable daily, weekly, or monthly, or not have a contract at all, being caught in the web of informality, and be surveilled through a volatile machinery system governed by the metrics stipulated by the algorithm.

With the subordination to the algorithm and the transfer of risks from the enterprises to self-employed workers, feeding up the precariousness system itself, we are witnessing an increasing process of dehumanization of work, where workers become obsolete and disposable, being "outdated" and replaced by less demanding and flexible ones, or even by machines (Abílio, 2017; Kalleberg, 2009). However, this structural precariousness of labour relations, of maximized Taylorist exploitation, has resulted in a multiplicity of forms of resistance and even revolt, as we have analyzed (Perocco, Antunes & Basso, 2021).

However, even though the proposal for a directive, presented by the European Union, regarding regulation on digital platform work was approved in December 2021, through law 45/2018, contemplating the presumption of an employment contract, as recommended by article 12 of the labour code, platforms continue to deny workers their most basic labour rights. The existence of precarious and informal employment relationships prevents workers from making payments to the Social Security system and from accessing social and labour rights, whether in employment or unemployment; earnings are uncertain and of low value, as workers are only paid for the tasks they perform and not for the hours they wait or look for gigs; working hours extension beyond 40 hours per week; safety and hygiene

conditions at work are scarce, especially in the absence of insurance against accidents at work that protect the worker not only in these situations, but also in matters of aggression, physical violence and theft; the unbridled competition between workers, promoted by companies, in order to increase productivity (gamification) (Woodcock & Johnson, 2017) and availability to work, leading not only to situations of physical exhaustion, but, mostly, to psychological and occupational diseases and to the atomization of the worker, which constitutes an obstacle for union organization and socialization with other colleagues (CUT & Instituto Observatório Social, 2021). This inaccessibility of the most basic labour rights also leads to situations of vulnerability, exclusion and social inequality.

Even though these workers face serious precariousness regarding their working conditions, platform work is a practice mainly engaged in by people with other sources of income, as a supplement to earnings from another job, often a full-time one. This trend leads to an increase in the working hours, bringing negative implications for the work-life balance. Also the digital management practices associated with platform work have extended broadly across the labour market to other sectors. In that sense, platform workers cannot be considered as a new class or a distinct group on the labour market that experiences difficulties specific only to platform workers (Huws et al., 2019).

Conclusions

This article highlighted the fact that, in a post-pandemic scenario, digital and platform work is transforming the nature of work and what it means to be working class. The most vulnerable, women, LBTQIA+, racialized and migrant workers (Antunes, 2022; Roque, 2022), are the ones who have been experiencing the most atypical forms of increasing labour precariousness (work on-demand), employment status (bogus self-employment and informality), and management, control and surveillance (algorithm). Nevertheless, these vulnerable workers are also the ones who have been taking the leadership and organizing, reinventing themselves in new forms of class power which is being rebuilt through workplace solidarity among the working-class, using digital and cyber activism, that is, technological tools have not only served to refine the control and exploitation of workers, but are also used to boost the reorganization of the working-class in their struggles against the precarious process to which they are subjected. Besides the different challenges that have been presented, unions must seek synergies, listen, and engage with workers, as well as with other social actors, seeking to struggle against the atomization process that digital platforms are trying to implement, providing them with weapons, guidance, and voice they need to struggle for their labour and human rights.

According to Huws (2003) this is a fractured, uncommitted economy, in which the normalization of an accelerated globalization process implied the adaptation to an incessant lifestyle, that is, one that is not restricted to a temporal and spatial reference. This same logic was transposed to the labour field, in which workers were forced to adopt lifestyles and cultures from other countries in the performance of their work, being forced to a permanent and frantic pace of work. These situations have been occurring mainly in the field of digital and platform work. This fracturing of space, time, and work also leads to the fracturing of workers' identities, where there is a clear erosion of the boundaries of the workplace and working hours. Occupational trajectories are built into a downward spiral. Work is lived in the present time, without any projections regarding the future (Antunes, 2011; 2020; Doellgast, Lillie & Pulignano, 2018; Kalleberg, 2018; Keune & Pedacci, 2020; Carmo et al., 2021).

References

ABÍLIO, Ludmila. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea (Online)*, v. 24, p. 30-35, 2022.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, p.111-126, 2020.

_____. Uberização do trabalho: a subsunção real da viração. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo, 2017.

ABÍLIO, Ludmila; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. *Caderno CRH*, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BATT, Rosemary; HOLMAN, David; HOLTGREWE, Ursula. The globalization of service work: comparative institutional perspectives on call and contact centres. Introduction to a Special Issue of the Industrial & Labour Relations Review. *ILR Review*, v. 62, n. 4, p. 453-488, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *O medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. *World risk society*. London: Sage, 1999.

BOAVIDA, Nuno; MONIZ, António; NAUMANN, Reinhard; ROQUE, Isabel; AZEVEDO, Raquel. Case studies on digital labour platforms in Portugal: 2nd National Report of Project Crowdwork, Lisboa: CICS. *NOVA School of Sciences and Technologie*, n. 155, 2021.

BOREHAM, Paul; PARKER, Rachel; THOMPSON, Paul; HALL, Richard. *New Technology@Work*. London: Routledge, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

BROPHY, Enda; GRAYER, Seamus. Platform organizing: tech worker struggles and digital tools for labour movements. In WOLFSON, Todd; KUMANYIKA, Chenjerai; RODINO-COLOCINO, Muchelle; DOLBER, Brian (Eds.). *The gig economy: workers and media in the age of convergence*. New York: Routledge, 2021.

CARDON, Dominique; CASILLI, António. *Qu'est-ce que le Digital Labor?* Bry-sur-Marne, FR: INA Éditions, 2015.

CARELLI, Rodrigo; OLIVEIRA, Murilo. *As plataformas digitais e o direito do trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no século XXI*. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

CARMO, Renato; CALEIRAS, Jorge; ROQUE, Isabel; ASSIS, Rodrigo. *O trabalho aqui e agora: crises, percursos e vulnerabilidades*. Lisboa: Tinta-da-China, 2021.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. v. 1, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT); INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife*. São Paulo: CUT, 2021.

CHICCHI, Federico; FRAPPORTI, Mattia; MARRONE, Marco; PIRONE, Maurilio (Eds.). *Covid-19 Impact on platform economy. A preliminary outlook*. Bologna, IT: Platform Labour in Urban Spaces, 2020.

CÓCOLA-GANT, Agustín. Tourism gentrification. In: LEES, Loretta; PHILLIPS Martin (Eds.). *Handbook of gentrification studies*, p. 281-293. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2018.

_____. Holiday rentals: the new gentrification battlefield. *Sociological Research On-line*, v. 21, n. 3, p. 1-9, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

DE STEFANO, Valerio. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowd work and labour protection in the “gig economy”. *Conditions of Work and Employment Series*, n. 71. Geneva: ILO, 2016.

DOELLGAST, Virginia; LILLIE, Nathan; PULIGNANO, Valeria (Eds.). *Reconstructing solidarity: labour unions, precarious work, and the politics of institutional change in Europe*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

DYER-WHITEFORD, Nick. *Cyber-Proletariat. Global labour in the digital vortex*. London: Pluto Press, 2015.

ENGLERT, Sai; WOODCOCK, Jamie; CANT, Callum. Digital workerism: technology, platforms, and the circulation of workers’ struggles. *TripleC*, v. 18, n. 1, p. 132-145, 2020.

ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes. Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In: CASACA, Sara Falcão (Org.). *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra, PT: Almedina, 2012.

EUROFOUND. *Employment and working conditions of selected types of platform work*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

_____. *New forms of employment*. Luxembourg: Publication Office of the European Union, 2015.

FÜLLER, Henning; MICHEL, Boris. Stop being a tourist! New dynamics of urban tourism in Berlin-Kreuzberg. *International Journal for Urban and Regional Research*, v. 38, n. 4, p. 1304-1318, 2014.

GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. *Human Relations*, v. 72, n. 6, p. 1039-1056, 2018.

GAUJELAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GRAEBER, David. *Bullshit jobs: a theory*. New York: Simon & Schuster, 2018.

HALL, Jonathan; KRUEGER, Alan. An analysis of the labor market for Uber's driver-partners in the United States. *ILR Review*, v. 71. n. 3, p. 705-732, 2018.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers, 1990.

_____. *The making of a cybertariat: virtual work in a real world*. New York: Monthly Review Press, 2003.

HUWS, Ursula; SPENCER, Neil; COATES, Matthew; HOLTS, Kaire. The platformization of work in Europe: results from research in 13 European countries. Bruxelles: Foundation for European Progressive Studies, 2019.

HUWS, Ursula; KORTE, Werner; ROBINSON, Simon. *Telework: towards the elusive office*. Chichester, UK: Wiley, 1990.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). *World employment and social outlook: trends 2021*. Geneva: ILO, 2021.

_____. *Women and men in the informal economy: a statistical picture*. Geneva: ILO, 2018.

IRANI, Lilly; SILBERMAN, Michael Six. *Turkopticon: interrupting worker invisibility in Amazon Mechanical Turk*. Paper presented at the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems. Paris, 27 April- 2 May, 2013. Available at: <<https://hci.cs.uwaterloo.ca/faculty/elaw/cs889/reading/turkopticon.pdf>>. Accessed: 30 Apr. 2022.

KALLEBERG, Arne. *Precarious lives: job insecurity and well-being in rich democracies*. Cambridge, UK: Polity Press, 2018.

_____. *Good jobs, bad jobs: the rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s*. Series "The American Sociological Association's Rose Series in Sociology". New York: Russell Sage Foundation, 2011.

_____. Precarious work, insecure workers: employment relations in transition. *American Sociological Review*, v. 74, n. 1, p. 1-22, 2009.

KELLOGG, Katherine; VALENTINE, Melissa; CHRISTIN, Angèle. Algorithms at work: the new contested terrain of control. *Academy of Management Annals*, v. 14, n. 1, p. 366-410, 2020.

KENNEY, Martin; ZYSMAN, John. The rise of the platform economy. *Science and Technology*, v. 32, p. 61-69, 2016. Issues in Electronic copy available at: <<https://ssrn.com/abstract=3363003>>.

KEUNE, Maarten; PEDACI, Marcello. Trade union strategies against precarious work: common trends and sectoral divergence in the EU. *European Journal of Industrial Relations*, v. 26, n. 2, p. 139-155, 2020.

KOZINETS, Robert. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line*. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARTIN, Risak; WARTER, Johannes. *Legal strategies towards fair conditions in the virtual sweatshop*. Paper presented at the IV Regulating for Decent Work Conference. Geneva: ILO, 8-10 Jul. 2015. Available at: <<http://www.rdw2015.org/download>>. Accessed: 15 May 2022.

METZGAR, Jack. *Bridging the divide: working-class culture in a middle-class society*. Ithaca; New York: Cornell University Press, 2021.

MORAES, Rodrigo; OLIVEIRA, Marco; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, p. 647-681, 2019.

PAUL, Jane; HUWS, Ursula. *How can we help? Good practice in call center employment. Second draft report for the Tosca Project*. Cambridge, MA: Analytica Social and Economic Research Ltd, 2002.

PEROCCO, Fabio; ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro. Il lavoro digitale, i suoi significati e i suoi effetti, nel quadro del capitalismo pandemico. *Socioscapes. International Journal of Societies, Politics and Cultures*, v. 2, n. 2, p. 7-22, 2021.

RISAK Martin; WARTER, J. *Legal strategies towards fair conditions in the virtual sweatshop*. Paper presented at the IV Regulating for Decent Work Conference. Geneva: ILO, 8-10 jul. 2015.

ROGERS, Brishen. Employment as a legal concept. *Temple University Legal Studies Research*, paper n. 33, 2015.

ROQUE, Isabel. Short-term rental platforms: the Portuguese Airbnb case. In: MONIZ, António B.; BOAVIDA, Nuno; MAKÓ, Csaba; KRINGS, Bettina-Johanna; MIGUEL, Pablo Sanz de (Orgs.). *Digital labour platforms. Representing workers in Europe*, p. 185-201. Vila Nova de Gaia, PT: Húmus/CICS.NOVA, 2023.

_____. A reconfiguração laboral em tempos de crises, riscos e vulnerabilidades. *Jornal Setenta e Quatro*, 2022. Disponível em: <<https://setentaequatro.pt/ensaio/reconfiguracao-laboral-em-tempos-de-criSES-riscos-e-vulnerabilidades>>.

_____. Struggle and vulnerability in Portuguese Call Centers during the Covid-19 pandemic. *Notes from Below*, 2020a.

_____. Social and health vulnerabilities in Portuguese call centers in Covid-19 pandemic times. *ESA RN16 Newsletter*, European Sociological Association. Research Networks Sociology of Health and Illness, 2020. Special issue: The challenges of Covid-19: global health and inequality, p. 36-38, 2020b.

_____. Trade unionism and social protest movements in Portuguese call centers. *Journal of Labour and Society*, v. 21, n. 1, p. 55-75, 2018a.

_____. Call centre workers unite! Changing forms of organization and representation in the Portuguese and British digital economy. *Work Organization, Labour & Globalization*. Special Issue: Digital Economy and the Law, v. 12, n. 2, p. 79-98, 2018b.

_____. Trabalhador de call e contact center, uma profissão de desgaste rápido. *Livro de Atas da Associação Portuguesa Conversas de Psicologia*, p. 61-70. Coimbra, PT: Associação Portuguesa Conversas de Psicologia, 2017.

_____. Biografias cybernéticas. Um estudo sobre as indústrias portuguesas e britânicas de contact center. *Revista Sociologia On Line*, v. 12, p. 49-68, 2016.

_____. *As linhas de montagem teleoperacionais no mundo dos call centers*. Dissertação (Mestrado em sociologia: relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

_____. Trabalho e precariedade no sector das telecomunicações: uma experiência local num quadro transnacional. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA SOCIOLOGIA (Org.). *Proceedings VI Associação Portuguesa Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa. Lisboa: Associação Portuguesa Sociologia, 2008.

SILVA, Pedro; CARMO, Renato, CANTANTE, Frederico; CRUZ, Catarina; ESTEVÃO, Pedro; MANSO, Luís; PEREIRA, Tiago; LAMELAS, Filipe. *Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento*, v. II. “Estudos CoLABOR”, n. 2. Lisboa: CoLABOR, 2020.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

STUART, Mark; BESSA, Ioulia; JOYCE, Simon; NEUMANN, Denis; UMNEY, Charles TRAPPMANN, Vera. *Global labour unrest: the case of food delivery*. Berlin: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2020. Available at: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/16880.pdf>>.

TASSINARI, Arianna.; MACCARRONE, Vincenzo. Riders on the storm. Workplace solidarity among gig economy couriers in Italy and the UK. *Work, Employment and Society*, v. 34, n. 1, p. 35-54, 2020.

_____. The mobilization of gig economy couriers in Italy: some lessons for the trade union movement. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 23, n. 3, p. 353-357, 2017.

TAYLOR, Phil. The globalization of service work: analyzing the transnational call center value chain. In: THOMPSON, Paul; SMITH, Chris (Eds.). *Working life: renewing labour process analysis*, p. 244-269. London: Bloomsbury Publishing, 2010.

TAYLOR, Phil; BAIN, Peter. An assembly line in the head: work and employee relations in the call center. *Industrial Relations Journal*, v. 30, 1999.

TSING, Anna. Supply chains and the human condition. *Rethinking Marxism*, v. 21, n. 2, p. 148-176, 2009.

VALENDUC, Gérard; VENDRAMIN, Patricia. Work in the digital economy: sorting the old from the new. *ETUI Working Paper 3*. Brussels: European Trade Union Institute, 2016.

WELLS, Kate; ATTOH, Kafui; DECLAN, Cullen. “Just-in-Place” labour: Driver organizing in the Uber workplace. *Environment and Planning A: Economy and Space*, n. 53, 2021.

WOODCOCK, Jamie. The workers’ inquiry from Trotskyism to *Operaísmo*: a political methodology for investigating the workplace. *Ephemera*, v. 14, n. 2, p. 493-513, 2014.

WOODCOCK, Jamie; CANT, Callum. Platform worker organizing at Deliveroo in the UK: from wildcat strikes to building power. *Journal of Labour and Society*, n. 25, p. 220-236, 2022.

WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark. Gamification: What it is, and how to fight it. *The Sociological Review*, v. 66, n. 3, 2017.



Trabalhadores de plataformas digitais: mundialização, superexploração e luta de classes

Recebido: 08.04.22
Aprovado: 19.12.22

Gil Felix (orcid.org/0000-0001-8371-1358),
Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila),
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasilⁱ.

i. Gil Felix é professor na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq), PR, Brasil. <gilfelix@protonmail.com>.

Resumo: A partir da teoria do valor de Marx e dos aportes sociológicos de Ruy Mauro Marini, o artigo analisa as condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as) da empresa Uber e empresas similares de aplicativos, assim como as formas de resistência que estão sendo empregadas por eles(as), nacional e internacionalmente. Para tanto, em um primeiro momento, aborda as implicações teóricas da exploração do trabalho realizada pelas plataformas digitais. Em seguida, a partir de dados de pesquisas realizadas junto aos trabalhadores e de dados de natureza secundária, analisa: *i.* as condições pelas quais vieram a ter maior adesão, visibilidade e difusão para outros setores; *ii.* as estratégias mundiais de mercado e de mudança das regulações trabalhistas implementadas por essas plataformas; *iii.* as formas de controle e de resistência que vêm sendo adotadas pelos trabalhadores. À guisa de conclusão, dada a característica autônoma de suas manifestações frente aos meios de convocação e às direções dos organismos sindicais tradicionais e, em particular, dadas as reivindicações imediatas de caráter internacionalista, o artigo apresenta uma possível agenda de comparação com as manifestações e os movimentos antiglobalização de massa até então em voga.

Palavras-chave: Uberização. Capitalismo de plataforma. Superexploração. Trabalhadores de plataformas digitais. Teoria marxiana do valor.

Digital platform workers: globalisation, super-exploitation and class struggle

Abstract: Based on Marx's theory of value and the sociological contributions of Ruy Mauro Marini, the article analyzes the working conditions of Uber workers and other application companies, as well as the forms of resistance that are being used by them, nationally and internationally. At first, it addresses the theoretical implications of the exploration carried out by digital platforms. Then, based on data from research carried out with workers and data of a secondary nature, it analyzes: i. the conditions under which they came to have greater adhering, visibility and dissemination to other sectors; ii. the global market strategies and the global strategies for changing labor regulations; iii. the ways of control and resistance that have been adopted by workers. Given the autonomous characteristic of its manifestations in the face of the means of convocation, and the directions of traditional trade union bodies as well, and given the immediate claims of an internationalist nature, the article concludes a possible agenda of comparison with the manifestations and anti-globalization mass movements that have been in vogue.

Keywords: Super-exploitation. Platformization. Platform capitalism. Platform workers. Marxian theory of value.

Lo que importa señalar aquí, en primer lugar, es que la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo; suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotador y logra reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas.

Ruy Mauro Marini (1973).

"I'm just asking for a livable wage".

Motorista de aplicativo Uber, Estados Unidos, greve mundial de maio de 2019.

Em tempos recentes, o debate em torno do que viria a ser chamado plataforma do trabalho ou, de forma mais ampla, digitalização do trabalho, vem mobilizando pesquisadores a partir de diferente enfoques. Em geral, tais temáticas têm sido apresentadas a partir de aspectos considerados novos frente às transformações do mundo do trabalho das últimas décadas. Ao levantarem tal premissa, muitos pesquisadores se propuseram a investigar grupos de trabalhadores que proporcionariam uma melhor perspectiva dessas novas tendências, especialmente a partir dos países centrais, onde o acesso e a difusão de dispositivos de digitalização, por um lado, é maior, e, por outro, há intenso debate a respeito da precarização de profissões e postos de trabalho até então considerados estáveis (como, dentre outros, Kämpf, 2008; Doherty, 2009; Sutter, 2013; Dörre, 2014; Franca e Zirnstein, 2014; Lenaerts, Kilhoffer & Beblavy, 2017; Akgüç, Lenaerts & Kilhoffer, 2018; Gershon, 2017; Rosenblat, 2018; Ravenelle, 2019; Drahokoupil & Fabo, 2020; Cant, 2020). As publicações de agências internacionais também reforçaram essas abordagens, enfocando particularmente os trabalhadores de empresas de aplicativos nos Estados Unidos e na Europa (ILO, 2017; 2018; 2021; Pesole et al., 2018; Spencer et al., 2019; Kilhoffer et al., 2020). Para alguns, tais aspectos denotariam que as categorias que até então estariam presentes no mundo do trabalho perderam poder histórico explicativo, para outros, que há um processo de emergência da categoria precariado, no bojo do que foi defendido por Guy Standing (Pagura, 2010; Standing, 2011).

A partir de investigações anteriores e com os aportes dessas pesquisas mais recentes, meu propósito neste artigo é inverso. Analiso as tendências contemporâneas

do mundo do trabalho à luz da teoria do valor de Karl Marx (em particular, da teoria publicada por Marx no Livro I de *O Capital*) e, para esse exercício teórico, analiso dados de pesquisas realizadas com trabalhadores nas periferias brasileiras. Ou seja, adoto uma perspectiva reversa de revisita teórica: abordo tais tendências dos centros “avançados” do sistema mundial a partir do que seriam as “margens” desse sistema e, também, a partir dos “marginais” da classe trabalhadora, isto é, das frações de classe geralmente menos consagradas nos discursos políticos e acadêmicos. No mesmo sentido, também tenho como referência dialógica os aportes epistêmicos da teoria marxista latino-americana e, dentre esses, em particular, os aportes que foram apresentados pelos autores vinculados à esquerda revolucionária a partir dos anos 1960 e 1970, como é o caso de Ruy Mauro Marini (1969; 1973; 1976).

No que se refere aos aspectos que aqui nos interessam, ressaltamos alguns dados de nossa pesquisa a fim de indicar, como implicação epistêmica, a necessidade de uma abordagem diacrônica e sincronicamente mundial dos processos observados empiricamente nos casos em estudo. E, junto a essa implicação epistêmica, também algumas implicações teóricas, já que, atualmente, tais processos históricos analisados a partir dos chamados rincões da Amazônia brasileira, por exemplo, ganhariam maior poder explicativo frente a determinados fenômenos observados nos próprios centros capitalistas avançados.

De certa maneira, hoje, esses rincões – que até então representavam um dos pontos considerados mais afastados do sentido da modernidade – permitem desconstruir antigas teorias que, por exemplo, tomavam as relações de superexploração do trabalho como expressão empírica de processos extemporâneos (expressões do “passado” ou do “atraso”; fenômenos em extinção e/ou superáveis pelo desenvolvimento econômico e social do capitalismo).

Por outro lado, as distâncias até então bem demarcadas entre as morfologias da classe trabalhadora nas formações sociais dependentes e nas formações centrais estão mais complexas frente a processos globais de precarização do trabalho. Com isso, teorias que antes estavam delimitadas no âmbito das ciências sociais latino-americanas, por exemplo, estão ganhando mais adeptos e revisões nos centros de pesquisa dos países centrais. Essas teses gerais que foram propostas a partir da guinada epistêmica protagonizada pelos teóricos da esquerda revolucionária latino-americana na segunda metade do século XX vêm sendo aprofundadas em relação aos desafios do capitalismo hoje, superando, por um lado, as ideologias que situam espacialidades contemporâneas em tempos históricos distintos entre si ou, por outro lado, as ideologias que localizam socialidades dependentes em esferas

sociais alheias entre si, tal como se no modo de produção capitalista houvesse um país no “passado” e outro no “presente” ao mesmo tempo ou uma fração de classe que estaria “dentro” e outra que estaria “fora” dos processos de produção-circulação-realização das mercadorias.

No nosso caso, tal como frisamos inicialmente a partir desses aportes, as epistemologias diacrônicas-sincrônicas são requisito fundamental para a devida compreensão dos processos sociais que levaram à gênese e ao desenvolvimento do capitalismo. E, além disso, também são requisito fundamental para a compreensão dos processos sociais de formação e metamorfização da classe trabalhadora (Felix, 2021c).

Para o propósito desse artigo, analiso dados de fontes primárias e secundárias de pesquisa com motoristas e entregadores de mercadorias vinculados a plataformas digitais (empresas de aplicativos). Especialmente com o advento da crise pandêmica de Covid-19, esses trabalhadores foram identificados como o polo mais moderno e globalizado de gerência do trabalho e, ao mesmo tempo, com as condições de trabalho ainda mais precárias do que as demais categorias em surgimento (ILO, 2021). Contudo, uma análise sociológica atenta às atuais condições de circulação e aos sentidos morfológicos de reprodução de classe demonstra que tais novidades devem ser analisadas com maior rigor, tanto em termos empíricos como teóricos, a fim de ter em conta o que, de fato, teria de elementos novos e quais seriam as metamorfoses das transformações já em curso no mundo do trabalho contemporâneo.

A análise teórica desse artigo advém de um projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e, em seguida, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq) no âmbito do Projeto de Pesquisa “Trabalho e trabalhadores na América Latina e Caribe: economia, sociedade e política”, ambos coordenados por mim na Universidade Federal da Integração Latino-americana¹. Salvo indicação em contrário (dados secundários), os dados de pesquisas realizadas diretamente com os trabalhadores que são mencionados nas seções seguintes do artigo são o resultado de pesquisas realizadas neste projeto.

O artigo tem quatro seções. Na primeira, revisitamos aspectos teóricos a respeito da categoria força de trabalho em Marx (2013) e analisamos as tendências que estariam envolvidas em um processo que conceituamos *supercirculação*, em face dos dados empíricos das transformações ocorridas no mundo do trabalho das últimas décadas. Em seguida, tendo por base esse referencial, analisamos o caso dos trabalhadores vinculados a plataformas digitais, em especial, dos motoristas e entregadores da empresa Uber, em três aspectos:

1. Ver, ao final, a seção “Agradecimentos”.

- i. as condições pelas quais vieram a ter maior adesão, visibilidade e difusão para outros setores;
- ii. as estratégias mundiais de mercado e de mudança das regulações trabalhistas implementadas por essas plataformas;
- iii. as formas de controle e de resistência que vêm sendo adotadas pelos trabalhadores.

Ao fim, consideraremos características dessas lutas classistas e apresentaremos uma possível agenda de comparação com as manifestações e os movimentos mundiais antiglobalização já estabelecidos.

O enigma da digitalização

Nas economias centrais, a erosão da condição operária comumente associada ao fordismo, que teria caracterizado a indústria desses países em grande parte do século XX, estaria motivando abordagens a respeito de um “retorno da superexploração”, da crise da “sociedade salarial”, emergência de um “precariado” etc. (Harvey, 1989; Castel, 1995; Standing, 2011). Sobre as formações periféricas ou dependentes, porém, paira ainda enorme desconhecimento desse processo, tanto em termos empíricos como, especialmente, teóricos. Por questões que não serão ressaltadas aqui, mas que poderão ser deduzidas pelo(a) leitor(a), cabe frisar que tais formações sociais apresentam cada vez melhor perspectiva para a observação dos processos mundiais em curso e, possivelmente, maior poder explicativo para a compreensão dos mesmos (Felix, 2021a; 2021b; Felix & Sotelo, 2022).

Processos de mundialização e de reestruturação produtiva, assim como a expansão de fenômenos convencionalmente descritos nos estudos do trabalho como *precarização* e/ou *flexibilização do trabalho* (Dörre, 2014) inseriram complexidades renovadas para os cientistas sociais especializados na área e ainda, com elas, a necessidade de novas pesquisas a partir de contextos latino-americanos e mundiais.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2015a), intitulado “Changing nature of jobs”, há uma tendência mundial de crescimento, ou substituição dos empregos de tempo integral e contrato estável de trabalho para as denominadas *non-standard forms of employment* (convencionalmente traduzido como “formas atípicas de trabalho”). Ao analisar os padrões de emprego em mais de 180 países, a ILO constatou que trabalhos estáveis, de tempo integral, representam menos de um em cada quatro empregos e que “(...) uma continuação de ten-

2. Vale frisar para o(a) leitor(a) que a lista de referências, porém, caso se almeje completa, é muito mais ampla e complexa do que essa que está aqui inicialmente citada. Ao considerar que, mormente nos últimos cinco anos, tais temáticas foram intensamente difundidas entre cientistas sociais de diversos países e que a produção científica resultante está sendo publicada simultaneamente, a intenção de abarcar toda a literatura já existente atualmente sobre a temática é um objetivo que está para além dos limites desse artigo – principalmente se o(a) pesquisador(a) estiver interessado(a) em tomar o próprio referenciamento bibliográfico como objeto sociológico e constatar conhecimento para além dos campos acadêmicos dos países centrais dominantes e/ou da anglofonia. Dadas as características internacionais dos processos de digitalização do trabalho e da mundialização das empresas de aplicativos, a revisão temática das características sociológicas da produção científica e das características políticas de difusão dessa produção, tal como qualquer outra, também exige, necessariamente, uma análise sociológica da

dências passadas sugere que a incidência de relações de trabalho estável formará uma fração ainda menor do total de empregos nos próximos anos” (ILO, 2015a).

Em geral, essas tendências implicam necessárias revisitas teóricas e novos exercícios analíticos para os estudos do trabalho, a fim de dar conta de fenômenos em expansão mundial e que convencionalmente são designados, por exemplo, em diferentes países do mundo, como precarização, flexibilização, walmartização, mcdonaldização, ou mesmo uberização do trabalho, junto à constatação de um crescente exército de reserva, certas vezes adjetivado global ou em mundialização (Chesnais, 2006; Magdoff & Magdoff, 2004; Smith, 2016; Felix, 2019). Já nos últimos anos, e em especial no contexto pandêmico, as abordagens do que seria uma plataformização ou, de forma mais ampla, uma digitalização do trabalho, vêm sendo intensamente pesquisadas e debatidas (Scholz, 2013; 2016; Srnicek, 2016; Sundararajan, 2016; Marszalek, 2017; Slee, 2017; Jepsen & Drahokoupil, 2017; Abdelnour & Bernard, 2018; Kilhoffer et al, 2020; Panitch & Albo, 2021; Benvegnù et al, 2021)².

Como tal, vem sendo relacionada a uma série de questões: os impactos das empresas estruturadas em rede e a adoção das novas tecnologias de informação e comunicação (Lojkine, 1992); desemprego, declínio dos contratos de compra de força de trabalho por tempo indeterminado e aumento dos contratos por tempo parcial ou determinado (Castel, 1995); informalização, desregulamentação, diminuição ou ausência de direitos trabalhistas (Antunes, 2013); remuneração variável³; multifuncionalidade ou polivalência (Bihr, 1991); jornadas de trabalho variáveis, deslocadas ou indeterminadas (Sennett, 2008); subcontratação e práticas generalizadas de *outsourcing* (terceirização), dentro, fora ou através das fronteiras nacionais, nas mais variadas formas (contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresa fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros – empresas e/ou indivíduos – e contratos de empresas cujos trabalhadores executam a atividade produtiva ou serviço na planta da contratante, geralmente com a formação de subcontratações escalonadas) (Smith, 2016).

No mesmo sentido, pretendo demonstrar algo transversal às análises já realizadas: o processo de aceleração e amplificação da circulação da força de trabalho, que, na falta de outra alusão, vou me referir como *supercirculação*. Nesse sentido, não é minha intenção analisar cada um desses conceitos previamente atribuídos para a assim chamada acumulação flexível, nem os aceitar de antemão. Meu objetivo é indicar que esses dados empíricos específicos a que eles se referem podem ser analisados a partir de algumas tendências da circulação da força de trabalho. Para tanto, resalto a relação epistemologicamente simples que se estabelece entre as

dinâmicas específicas que assume a circulação do capital desde aproximadamente os anos 1970 e a circulação mercantil da força de trabalho que lhe é subsumida.

Ao considerar que a acumulação flexível envolve fundamentalmente uma mudança na circulação do capital em termos de rotação, de relação tempo-espacial em compressão, há também uma mudança em curso das formas de produção, circulação e utilização da força de trabalho, que decorrem dessa nova circulação do capital. Como o que se requer é o uso “flexível” da força de trabalho no processo de trabalho advindo da acumulação flexível do capital, isto é, a adoção de métodos de compra e venda *just-in-time* ou de “fim dos estoques” de força de trabalho, não se trata propriamente de prescindibilidade, mas sim de aumento de sua circulação, enquanto mercadoria, o que, por sua vez, enfatiza, implica em uma série de mudanças também na *produção* e na *utilização* da força de trabalho.

É, contudo, necessário frisar que o processo indicado significa não apenas efeitos teóricos clássicos de maior intensidade da ação social do exército de reserva, tal como analisou Marx (2013) na acepção original desse conceito, como demissibilidade, concorrência e rebaixamento ou controle salarial, mas, atualmente, também, uma alteração na própria relação entre exército ativo e exército de reserva, no sentido de uma aproximação. As formas que assume hoje a circulação mercantil de força de trabalho tendem a fazer diminuir cada vez mais a distância entre exército ativo e exército de reserva, constituindo uma “classe trabalhadora de reserva”, em circulação constante. Isto é, o que caracterizava historicamente algumas camadas contínuas do exército de reserva a que Marx (2013) teria associado etimologicamente à liquidez, fluência ou flutuação com o uso dos termos “*flüssige*” e “*fließender*”, por exemplo, agora também tenderiam a ser características, ou situações de frações cada vez mais amplas da classe trabalhadora. Em vez de fronteira, há de se pensar em trânsito, movimento ou, em certos casos, quase indistinção – o que não significa propriamente uma “nova classe social” em formação, mas uma nova morfologia da classe trabalhadora, dado que, como proponho a seguir, dentro de uma tradição marxiana, por exemplo, as relações sociais são rigorosamente as mesmas⁴.

Ao considerar essas questões, uma categoria que assumiu enorme importância para se compreender as transformações em curso é a dos motoristas da empresa Uber e de trabalhadores de empresas de aplicativos em geral, que agregam tanto empresas transnacionais, como a própria Uber, Deliveroo, iFood etc., quanto empresas locais, como a Garupa, por exemplo, utilizada em cidades de porte médio do oeste do estado do Paraná, na Região Sul do Brasil. A Uber, porém, desponta atualmente não apenas como a maior dessas empresas, mas, para além disso, como

produção e da difusão político-acadêmica do conhecimento social, o que também não é objeto aqui. As questões teóricas ressaltadas e resumidas para a análise do objeto desse artigo foram desenvolvidas em textos anteriores, dos quais nos reapropriamos de breves excertos na subseção a seguir (ver, dentre outros, Felix, 2017; 2018; 2020).

3. As referências nesse sentido são tanto no aumento do salário por peça (produto, tarefa ou serviço), quanto no que descrevem, por exemplo, Linhart (2007) e Linhart et al. (1993): adoção de políticas de individualização das remunerações e das situações de trabalho, isto é, aumento diferenciado dos salários, atribuição de formações personalizadas, definição de carreiras individualizadas.

4. Em termos básicos, tendo a criticamente poderosa categoria “força-de-trabalho” como parâmetro para análise da mercadoria vendida pelo trabalhador assalariado; Marx definiu que “todo trabalhador a integra [superpopulação relativa ou exército industrial de reserva] durante o tempo em que está parcial ou inteiramente

desocupado” (Marx, 2013, p. 716).

5. Cf. “Indonesian Uber drivers fight back with anarcho-syndicalism”. *Black Rose Federation*, 30 jan. 2018.

referência de uma nova gestão do trabalho, radicalizando tendências já descritas na chamada reestruturação produtiva. Suas atividades estão espalhadas por praticamente todas as cidades que comportam transporte privado de passageiros e/ou entrega de mercadorias por aplicativos, desde Parauapebas, no estado do Pará, próximo da Mina de Carajás, na Amazônia brasileira, até Arroio Grande, na fronteira com o Uruguai, no extremo sul do Brasil. Segundo as mídias sindicais, essa empresa já teria hoje mais de dois milhões de motoristas em mais de 80 países no mundo⁵. Segundo dados divulgados pela empresa em sua página eletrônica, no momento em que seu principal CEO à época visitou o país, a fim de obter plena autorização legal para operar em reuniões com dirigentes do Parlamento e ministros de Estado, em 2017, seriam mais de 500 mil motoristas só no Brasil. É crível que esses dados tenham aumentado ainda mais no período pandêmico, tanto na Uber como nas demais empresas de entrega de mercadorias cujos serviços foram considerados essenciais e que são integradas principalmente por trabalhadores em situação de desemprego. Segundo os índices oficiais brasileiros e os monitoramentos globais feitos pela ILO no atual contexto, os índices de desemprego aumentaram para taxas históricas no Brasil e nos Estados Unidos, em especial, e os rendimentos dos trabalhadores foram reduzidos na maioria dos países observados (Dieese, 2020).

Diante disso, com o emprego de empresas terceirizadas e/ou de tecnologias digitais de recrutamento, não são raros os exemplos em que as características dessa *supercirculação* do trabalho também já estão sendo associadas a diversos outros setores econômicos e atividades laborais: na educação, segurança, publicidade, saúde, hotelaria etc. Quais seriam, portanto, as condições sociais que possibilitam essa difusão? Para tanto, a nosso ver, é necessária uma revisita teórica a partir dos aspectos fulcrais desse processo.

Para certa ideologia hegemônica e tornada científica do mercado, em tese, acelerar e ampliar a circulação das mercadorias acarretaria transformações profundas do tempo e do espaço, mas não maiores contradições sociais. Uma interpretação a partir da teoria marxiana do valor trabalho, como a que proponho aqui, permite hipótese no sentido oposto. A reprodução social do trabalhador é profundamente alterada em termos de espaço e tempo e profundamente dilapidada, até mesmo e justamente por meio das próprias “leis de mercado”.

Este é o caso do(as) trabalhadores(as) diretamente subordinados às plataformas digitais e, em particular, dos entregadores e motoristas da empresa Uber que alcançaram grande visibilidade pública nos últimos anos no Brasil e em diversos outros países. Dada sua rápida expansão e as mobilizações realizadas desde o advento da pandemia de Covid-19, o debate, que já estava em curso entre especialistas do

mundo do trabalho, vem sendo ampliado a outros âmbitos sociais e se insere na agenda pública das organizações sindicais da classe trabalhadora, dos partidos, de organismos internacionais e das mídias jornalísticas e políticas de maneira geral. Contudo, tal como demonstro a seguir, analisadas em termos teóricos, trata-se de ocorrências radicais de formas de exploração cujas tendências já estavam em curso nas últimas décadas e que, a rigor, depreendem-se da própria natureza da mercadoria força de trabalho.

A particularidade mais evidente – melhor, mais aparente – da mercadoria força de trabalho é que ela é a única que vai “por si só ao mercado”. Porém, se levarmos adiante o raciocínio proposto, notaremos que o que vale para as outras mercadorias, *grosso modo*, vale também para ela. Os custos do deslocamento espacial, por exemplo, são sempre parte do valor da força de trabalho, uma vez que, para que tenha valor de uso para seu comprador – o capitalista –, o trabalhador precisa necessariamente se deslocar até o lugar onde se dará esse consumo: o local de trabalho. A rigor, em termos de valor, impera exatamente a mesma lógica das demais mercadorias. Ainda que extremamente significativa para a compreensão das atuais dinâmicas de trabalho em domicílio e todas as demais formas de deslocamentos e transformações do local de consumo da força de trabalho, essa seria, portanto, uma particularidade apenas aparente.

Contudo, no que se refere à circulação mercantil da força de trabalho é preciso frisar que os próprios espaços de movimento e de deslocamento são também espaços de reprodução, que, dependendo da distância e do tempo envolvidos, implicam em elevação dos custos da reprodução da força de trabalho. Ou seja, também há “re-produção” da mercadoria na esfera da circulação. A reprodução do trabalhador (e de sua unidade social de reposição) também inclui o tempo que permanece no exército de reserva, seu “tempo de circulação”, ou seja, o período que compreende uma venda e outra da força de trabalho – “tempo”, é bom frisar, já que, obviamente, como mercadoria, a força de trabalho também pode circular sem se deslocar espacialmente⁶.

Neste sentido, o devido entendimento da condição de mercadoria da força de trabalho deve levar em conta sua rotação, para o que importa tanto a esfera da produção como a esfera da circulação. Assim como qualquer outra mercadoria, essas esferas não podem ser epistemologicamente separadas. Tal observação pode e deve ser desdobrada em inúmeras implicações no que se refere à crítica contemporânea da economia política, assim como para a análise sociológica da classe trabalhadora uberizada ou em uberização. Uma dessas implicações está justamente na relação valor e preço e na possibilidade de uma *superexploração do trabalho*.

6. A questão, porém, é que o tempo de circulação é uma reprodução não paga imediatamente na forma salário. Esta é a verdadeira especificidade da mercadoria força de trabalho, no que se refere à circulação simples de mercadorias. Um fator que, embora claramente percebido por Marx, não foi desenvolvido por ele à época. O processo atual de acumulação, contudo, nos impele a isso.

7. Para os especialistas, vale ressaltar que uma análise complexificada da totalidade da circulação mercantil da força de trabalho implica também a observação das questões que envolvem diferenciação salário e renda. Para todos os efeitos, para além da perspectiva proletária adotada para a exposição das principais questões apresentadas nesse artigo (M-D-M), reforço os comentários de Marx que estão no Livro II de *O Capital* sobre a natureza dos salários do trabalho produtivo e improdutivo, assim como os comentários de Marini (s/d), dentre outros. Também vale ressaltar que as categorias “valor” e “preço” estão aqui referidas no mesmo sentido empregado por Marx no Livro I de *O Capital*.

8. Marx analisou detalhadamente como o trabalho assalariado mascara o trabalho não pago; como a venda da mercadoria força de trabalho mascara a produção do mais-valor, uma vez que tanto o capitalista como o trabalhador consideram que a forma salário condiz exatamente com o produto do trabalho de uma jornada de trabalho. No que se refere à circulação da força de trabalho, mesmo

O tempo de circulação tem uma relação lógica com o valor e o preço da força de trabalho⁷, isto é, a introdução ou o aumento da variável tempo de circulação implica uma alteração no preço da força de trabalho, quando se mantêm as demais variáveis constantes (valor da força de trabalho e suas determinantes). Assim, por exemplo, para que a força de trabalho não caia abaixo de seu valor, a magnitude de seu preço deve necessariamente aumentar em razão direta com o aumento do tempo de circulação.

Nesse caso, é preciso ressaltar ainda que tempo de produção não se confunde com jornada de trabalho. Tempo de produção se refere ao período no qual a mercadoria força de trabalho foi vendida e não ao tempo de duração da jornada de trabalho. O tempo de produção compreende tanto as horas voltadas para a jornada de trabalho como as horas de descanso (horas de não trabalho) do trabalhador ao longo do período em que ele vende a força de trabalho ao capitalista. A jornada de trabalho compreende apenas as horas em que a força de trabalho está sendo consumida no processo de trabalho, ou seja, o período em que produz valor, no caso de um trabalho produtivo.

A redução do tempo de produção da força de trabalho não significa redução da jornada de trabalho. O resultado normalmente é o exato oposto disso. É, na verdade, uma forma de prolongar a jornada e reduzir as horas de não trabalho pagas na compra da força de trabalho, seus *faux frais*. Isso porque não há prejuízo para aquele que compra a força de trabalho, uma vez que o preço da força de trabalho não tem referência imediata com o aumento do tempo de circulação, ou seja, ele não é reajustado tal como descrito acima. Sendo assim, não se altera a grandeza absoluta do mais-valor nem sua grandeza relativa: o preço da força de trabalho permanece igual. Por outro lado, aquele que vende a força de trabalho tem o valor referente ao tempo de circulação subtraído do preço. Quanto mais o tempo de circulação aumentar (e o tempo de produção reduzir), menos o trabalhador receberá proporcionalmente. E o limite dessa subtração está além do que a compra da força de trabalho por um dia apenas, ou seja, quando o tempo de produção se depara com uma jornada de trabalho. Está, por exemplo, nas formas de compra de força de trabalho em que é possível retirar completamente o valor referente à reprodução de todas as horas de não trabalho, como é o caso do preço atingido em certos salários pagos por peça ou por hora de trabalho. Os efeitos diretos dessa subtração são, justamente, o prolongamento da jornada de trabalho e sua intensificação, únicas maneiras de o trabalhador obter o mínimo para sua reprodução⁸.

Atualmente, formas de compra/venda de força de trabalho que colidem com o tempo de produção com a jornada de trabalho estão em expansão em todo o mundo,

provocando não só esse processo que estou indicando, mas também um drástico processo de aceleração e amplificação da circulação mercantil da força de trabalho. As empresas de aplicativos de *delivery* e de serviços de transporte por meio de plataformas digitais são um exemplo radical e global dessa expansão.

Condições de trabalho e de visibilidade do trabalho

O contexto pandêmico evidenciou condições para que o chamado capitalismo de plataforma emergisse como questão pública e como temática acadêmica em disputa. Ao considerar que tal contexto foi utilizado pelas empresas para reduzir postos de trabalho, intensificar tarefas, diminuir salários e rotacionar força de trabalho – o que se verificou, por exemplo, no aumento dos índices oficiais de desemprego –, houve uma migração dos trabalhadores para algumas atividades comumente consideradas de vínculo temporário, cujas empresas, em geral, adotam recrutamento imediato. Nos países centrais, pesquisas atestaram o aprofundamento das disparidades sociais anteriormente existentes, por exemplo, entre trabalhadores que tiveram condições de isolamento físico e trabalho remoto e os trabalhadores que se mantiveram em postos de trabalho precários e expostos à contaminação, ambos, contudo, cada vez mais intensamente monitorados por meios de computadores, *smartphones* e de sistemas de reconhecimento facial, análise de dados de GPS, compras on-line, gravações de voz, históricos de uso de redes sociais etc., como Cogito, CallMiner, Isaak, Sneek e outros (Huws, 2021). Contudo, além disso, também houve condições sociais de produção de visibilidade em virtude das desigualdades de classe, recrudescidas nesse contexto.

Serviços de empresas de aplicativos que oferecem transporte de passageiros e de entrega de mercadorias vieram a ser mais comprados justamente por frações de classe que, por um lado, estiveram mais expostas aos meios de propagação midiática das recomendações sanitárias e que, por outro, vieram a adotar regimes de trabalho domiciliar ou remoto. Neste sentido, junto a outras categorias profissionais, os entregadores das empresas de aplicativos, em geral, sem organismos de representação sindical anteriormente consolidados, ganharam visibilidade nas áreas urbanas de maior poder aquisitivo, nas quais se concentram mais as compras e, da mesma forma, também se concentram os agentes sociais com maior poder de produção das agendas públicas hegemônicas e contra-hegemônicas.

Em tais condições, as chamadas para as mobilizações e as denúncias das condições de trabalho e subsistência dos trabalhadores uberizados no Brasil tomaram grandes proporções, provocando uma ampla adesão social dos demais trabalhadores e das

que o trabalhador perceba a ausência de salário ou o aumento do tempo de circulação como empobrecimento, ainda assim a forma salário também é normalmente um mascaramento do rebaixamento do preço da força de trabalho a níveis inferiores do próprio valor da força de trabalho. Ou seja, em certo sentido, a forma salário também mascara a reprodução não paga.

9. Uma convocação de paralisação desses trabalhadores em julho de 2020, por exemplo, alcançou o primeiro lugar nas referências do *Twitter*, que era um dos principais índices de aferição de adesão entre essas camadas naquele momento. Cf. “Com força no boicote aos apps, população demonstra apoio à paralisação dos entregadores”, *Esquerda Diário*, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Com-forca-no-boicote-aos-apps-populacao-demonstra-apoio-a-paralisacao-dos-entregadores?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter>.

10. Embora não seja o objeto em pauta e tenhamos limitação no tamanho do texto para desenvolver tal adesão, bem como a observar a ausência de alternativas voltadas para a defesa de seus interesses enquanto classe, é mister frisar que o sentido geral do isolamento político com que se deparam os trabalhadores no contexto atual também implica em uma adesão implicitamente solidária dos mesmos às reivindicações dessas novas categorias. Sobre isso, ver apontamentos a respeito em Felix (2020b; 2022).

camadas médias⁹. Para tanto, as formas e os meios por eles utilizados para a divulgação dessas denúncias também foram congruentes com tais condições, com o uso da internet. Porém, para além desses fatores, o principal fator de adesão tanto de cientistas sociais, analistas e demais comentadores profissionais ou amadores da sociedade quanto das demais frações de classe dos trabalhadores é o conteúdo expresso nas denúncias, particularmente o sentido pelo qual as condições de trabalho apresentadas pelos trabalhadores dessas empresas de aplicativos também são cada vez mais amplamente percebidas socialmente pelas demais frações de trabalhadores¹⁰.

Isso porque tais condições de trabalho estão associadas à percepção social das demissões, do desemprego e da diminuição dos salários, assim como à similaridade com que as tecnologias utilizadas pela Uber e demais empresas de aplicativos também estão sendo cada vez mais empregadas nas demais empresas. Desde sua plena regularização pelo Estado, no Brasil em 2016, a Uber ampliou a presença pública não apenas no mercado de trabalho, com a subordinação de milhares de novos motoristas, mas também no espaço público, com o uso massivo de propaganda. Desta forma, junto à sua expansão mundial e à valorização especulativa do seu preço de mercado nos últimos anos, essa empresa visa construir uma imagem futurista de referência para o que viria a ser uma moderna gestão do trabalho¹¹.

Por outro lado, as sucessivas reformas nas leis reguladoras do trabalho no Brasil foram realizadas a fim de dar maior liberdade para o agente patronal recrutar e demitir os trabalhadores, como foi o caso das terceirizações, instituída desde os anos 1990 e plenamente regularizada nos últimos anos, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (ou “Super simples”) de 2007 e da reforma trabalhista promulgada em 2017, que, dentre outras modalidades, formalizou e instituiu o chamado trabalho intermitente. Neste modo, o agente patronal recruta e remunera o trabalhador apenas pelo período por ele mesmo solicitado, forma pela qual há similaridade essencial com a forma utilizada na Uber e demais empresas de aplicativos, conforme descreveremos a seguir. Sob tal modalidade formal de contrato, desde então, houve um crescimento desses vínculos tanto na indústria como nos serviços. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria feito com 523 indústrias indicou que 15% delas já empregam essa modalidade, sendo que a maioria delas ampliou essa forma de contratação¹². Por outro lado, segundo o Dieese (2020b), o rendimento médio dos trabalhadores intermitentes contratados em geral foi de R\$ 637, ou seja, cerca de 64% do salário-mínimo oficial. Em 2019, 22% desses trabalhadores não tiveram nenhum rendimento.

No caso da Uber, há o uso tecnológico de sistemas que permitem coincidir exatamente o tempo de compra da força de trabalho com o seu exato consumo no

processo produtivo, isto é, só se remunera ao longo do período em que o motorista está efetivamente guiando e levando o cliente no perímetro adquirido por meio da plataforma. O tempo em deslocamento entre uma corrida e outra não é remunerado, e a remuneração, no “tempo de produção”, é dada por uma fórmula algorítmica em que incidem fatores como demanda de novas compras, localização do motorista, tempo e distância de deslocamento no trânsito. Além disso, em sua quase totalidade, os motoristas estão conectados não apenas ao aplicativo da Uber, mas também a outros concorrentes similares. O resultado calculado pelos desenvolvedores desse sistema eletrônico é, justamente, um processo de dilapidação da força de trabalho, em função do aumento do tempo de circulação (tempo de não venda) da mercadoria ao mesmo tempo em que aumenta o tempo de trabalho (horas de consumo). Não raro, as jornadas de trabalho desses motoristas são extensas, em geral com mais de dez horas/dia. Muitos relataram fazer pequenas refeições no carro e, em grandes cidades, alguns relataram dormir algumas horas dentro do automóvel, isso para não ter de voltar para suas casas, longe das principais rotas e das melhores corridas oferecidas pelo aplicativo¹³.

Na Uber e em aplicativos similares, é necessário que o trabalhador disponha de instrumentos específicos de trabalho, especialmente da habilitação, do celular, da rede de dados por internet e do veículo. Isso implica em uma miríade de arranjos, desde os trabalhadores demitidos e desempregados que tinham carros próprios e que, sem alternativas, conectam-se à Uber, até aqueles que alugam carros em pacotes promocionais específicos – oferecidos até mesmo por uma associação entre a Uber e empresas de locação – ou que, de maneira informal, alugam entre si e se revezam em turnos de vínculo no aplicativo. Em certos casos, ocorrem cadeias de sublocação – tal como era comum, anteriormente, no ramo de táxi –, com pequenos e médios empresários que detêm dezenas ou centenas de carros e que os alugam para o uso na Uber. Nesta situação, o trabalhador paga pelo uso do carro semanalmente para o locador, o que faz com que sua jornada de trabalho seja ainda maior, para aferir mais esse gasto.

Contudo, tal como se verificou nos últimos anos, o mesmo sistema de exploração do trabalho utilizado na Uber é empregado quando o trabalhador não dispõe desses instrumentos, podendo se conectar e fazer as entregas com o uso de uma bicicleta alugada por meio de um outro aplicativo ou até mesmo a pé, utilizando, nesse caso, somente o transporte público ou, o que é já comum em diversos países, correndo.

Apesar de alguns trabalhadores estabelecerem relações diretas e pessoais com os compradores e, eventualmente, estabelecerem alguma clientela fixa de venda dos

11. Nossas investigações mais recentes sobre os denominados *peões de trecho* – trabalhadores homens que se caracterizam por uma alta circulação mercantil da força de trabalho atrelada a uma intensa mobilidade espacial, em setores econômicos variados, tanto nos chamados rincões amazônicos como nas grandes cidades brasileiras – já apresentaram, heurísticamente, contribuições para a compreensão de aspectos teóricos e metodológicos para as pesquisas sobre algumas das principais características do que se denomina comumente como capitalismo de plataforma (Felix, 2019). Uma delas é a *supercirculação*, ou, tal como descrevi anteriormente, a extração de mais-valor baseada em um regime que acelera e amplifica a circulação mercantil da força de trabalho. Outra, a possível tendência à superexploração do trabalho, uma vez que há, em decorrência desse regime, aumento das jornadas, intensificação do trabalho e, ainda, diminuição das remunerações do trabalhador. Tal tendência, pelo menos no caso dos motoristas da Uber, já tem sido observada pelas pesquisas mais recentes em

curso, além de ter sido amplamente denunciada pelos entregadores em suas últimas mobilizações.

12. Cf. “Trabalho intermitente avança na indústria”, *Rede Brasil Atual*, 13 abr. 2021.

13. Tal como nós verificamos, outras pesquisas também têm atestado resultados semelhantes para os demais trabalhadores vinculados a empresas de aplicativo no Brasil. Junto com as pesquisas, diversos relatos jornalísticos ou depoimentos divulgados pelos próprios trabalhadores também relatam, nos últimos anos, essas situações tanto no Brasil como em diferentes países mundo afora (Machado, 2019; Abílio, 2017; Cant, 2020).

seus serviços sem o uso do aplicativo, eles não dispõem dos meios de produção, no caso, do sistema, que é a única forma de acesso a entregas ou às corridas de maneira intermitente, porém, com a quantidade e a regularidade suficientes para alcançar uma remuneração minimamente necessária ou constante. No caso desses trabalhadores que dispõem de carros próprios, considerando as tarifas oferecidas pelas empresas e tendo eles mesmos de suportar as despesas de manutenção, combustível etc., o vínculo como motorista é precário e instável a ponto de, por exemplo, durar apenas o tempo ao longo do qual o trabalhador tem essa última poupança expropriada lentamente enquanto se prolonga o tempo de desemprego. Para aqueles que se vincularam à Uber sem dispor anteriormente dessa poupança – ou que já a tiveram expropriada após esses primeiros vínculos sem sucesso em conseguir outro trabalho ou renda nesse período – geralmente há um percurso circular: o motorista pode vir a usar um veículo financiado, incluir o custo das parcelas de pagamento entre os demais gastos, aumentar a jornada de trabalho para isso e, em seguida, uma vez terminado o financiamento, ter novamente que fazer uso dessa poupança a fim de manter os custos do veículo desgastado pelo uso intenso e pela baixa remuneração auferida como motorista.

Estratégias empresariais mundiais de re-regulamentação

Em virtude do advento da chamada acumulação flexível de capital, com as crises ocorridas desde os anos 1970 e com o aumento da produtividade nas indústrias do transporte e das comunicações, está em curso uma readequação mundial das regulações estatais de compra e venda da força de trabalho. De acordo com os organismos globais de análise dessas regulações, em todos os países que realizaram reformas trabalhistas nas últimas décadas foi observado o mesmo sentido de desregulamentação dos contratos formais de trabalho e de instituição de maior liberdade de mercado para os empresários recrutarem e, em especial, demitirem os trabalhadores. Em decorrência desses processos, o tempo médio de permanência no emprego estaria diminuindo em todos os países que produzem e divulgam dados a respeito, ainda que em ritmos diferentes, a partir de parâmetros historicamente distantes e sob processos também distintos. O Brasil e outros países latino-americanos, em particular, modificaram significativamente legislações estatais que sintetizavam pactos laborais estabelecidos desde os anos 1940 (ILO, 2015b; Dieese, 2017a; 2017b). Tais alterações, por suposto, implicam mudanças significativas na esfera do trabalho e na reprodução social dos trabalhadores em geral.

Para tanto, algumas empresas transnacionais adotaram campanhas e estratégias internacionais incisivas, associando militância e ativismo político-empresarial, ação

ilegal e fomento de mudança das regulações por meio da criação de fatos consumados no mercado.

A Uber, em particular, foi uma dessas empresas, cuja atuação no Brasil privilegiou a difusão de seus aplicativos e o recrutamento de usuários para eles, oferecendo preços abaixo dos que eram oferecidos pelos serviços de táxi ou outros já regulamentados para os clientes enquanto, ao mesmo tempo, proporcionava possibilidade de rendimento imediato para os trabalhadores demitidos, desempregados ou em situações e postos de trabalho precários e mal remunerados. Junto à essa difusão, em um primeiro momento, contratou escritórios de advocacia para dar assistência eventual aos motoristas e, tal como as demais plataformas, advogou em prol da liberdade de mercado e da relação de compra e venda dos serviços de sua plataforma pela internet tanto para clientes como para motoristas e entregadores. Em certos casos, associou-se a empresas locais, que, vinculadas ao empresariado regional, também passaram a oferecer os mesmos serviços por meio de plataformas virtuais. Frente a essas, a Uber adotou diversas estratégias, variando desde o *dumping* e a compra das outras empresas, até a aceitação de concorrência com fins de ampliação do mercado, subordinando aqueles que dominavam as redes anteriores de serviços de transporte privado de passageiros e, dessa forma, constituindo uma cadeia de pequenos, médios e grandes capitalistas regionais dependentes. Uma vez assim estabelecida localmente, a Uber e demais empresas promoveram negociações com os agentes políticos para a adequação estatal de suas operações, que, em geral, foram bem-sucedidas. Tal como vem sendo observado, as empresas de tecnologia de informação e comunicação constituem “monopólios naturais” (Radice, Cole & Umney, 2021), tal como ocorre com a infraestrutura de fornecimento de água e transporte (estradas, rodovias etc.).

No Brasil, ao adotar essas estratégias, a Uber rapidamente se propagou como a plataforma de transportes mais utilizada e difundiu massivamente seus serviços nas principais cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Com sua expansão, as disputas legais locais a respeito de sua atuação foram levadas aos tribunais e, dada a dinâmica deles, ao longo das decisões preliminares que garantiram suas operações, também à esfera política dos organismos executivos e legislativos regionais e nacionais. Assim, em 2016, foi plenamente regularizada na cidade de São Paulo. Essa foi a primeira cidade a legalizar a Uber e era, justamente, naquele momento, segundo os dados da empresa, aquela em que mais se vendia os seus serviços no mundo. Em seguida, em 2017, após a já mencionada visita de seus dirigentes mundiais ao Brasil, atendida por ministros de Estado, houve também o pleno reconhecimento político e legal nacional. No contexto atual, a Uber e similares operam regularmente em todas as grandes e médias cidades brasileiras.

Mesmo em outros países nos quais a informalidade ou a existência de formas de trabalho não reguladas pelo Estado é menor, como é o caso dos países centrais, a Uber e outras plataformas têm empregado estratégias militantes similares. Na Inglaterra, após longo embate no Judiciário, reconheceu-se o vínculo de trabalho dos motoristas com a empresa e suas operações foram plenamente regularizadas diante de um mercado de trabalho no qual já se previa o denominado *Zero-hour Contract*, ou seja, a contratação dos trabalhadores sem jornada fixa e com remuneração apenas pelas horas solicitadas pelas empresas. Similarmente, nos Estados Unidos, em que também impera liberdade de mercado formal, as disputas judiciais envolvem reconhecimento ou não do vínculo de emprego. Tal questão ainda vem sendo debatida nas diversas jurisdições e estados federados. Na Espanha, recentemente, houve processo semelhante e as plataformas foram obrigadas a reconhecer o vínculo empregatício. Todavia, tiveram suas operações regularizadas na forma de compra e exploração da força de trabalho que adotam por meio dos aplicativos. E, portanto, considerando um contexto em que as reformas trabalhistas das últimas décadas já tinham ampliado as normas legais de demissibilidade e temporalidade para várias frações de trabalhadores, também acabaram estruturando e legalizando mais essa forma de exploração sob a égide do Estado (Baylos, 2022; Pastor Martinez, 2022; Cabeza Pereiro, 2022).

14. O impasse no campo jurídico também vem sendo debatido intensamente no Brasil, como abordaram diversos autores em edição recente da *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia* (2021), organizada por magistrados do direito do trabalho. Neste intuito, há a publicação de compêndios panorâmicos mundiais, como Orsini et al. (2021). Paralelamente, alguns autores têm desenvolvido uma perspectiva regulacionista do trabalho, como Antunes e Filgueiras (2020).

15. Cf. “Luta nos aplicativos: a greve da Foodora na Itália”, *Passa Palavra*, 12 dez. 2016.

Ainda assim, a militância político-empresarial da Uber e plataformas associadas advoga para que não seja reconhecido vínculo empregatício algum entre os trabalhadores e as empresas e que, nesse sentido, os custos operacionais sejam menores nos países em que vendem os seus serviços. E isso é o que ocorre na maioria dos países atualmente. Em 2018, por exemplo, um estudo realizado por advogados em 40 países indicava que em mais da metade deles não havia nenhuma possibilidade desses trabalhadores terem vínculos reconhecidos na legislação trabalhista formal; e nos demais, em sua maioria, essa possibilidade ainda dependia da apresentação de muitos fatores comprobatórios por parte dos trabalhadores (*Ius Laboris*, 2018)¹⁴. E, mesmo entre essa minoria de países em que há possibilidade de enquadramento formal, a formalização laboral prevê instrumentos de terceirização alheios às leis trabalhistas, de maneira praticamente idêntica aos demais países em que as empresas também foram plenamente bem-sucedidas em suas estratégias de mercado. É o caso da Itália, por exemplo, em que as empresas adotaram o que ficou abreviado como “Co-Co-Co” (Contrato por Colaboração Continuada em um Projeto)¹⁵.

Novas e velhas formas de controle e resistência

O uso de plataformas digitais para oferta e venda de serviços de transporte por parte das empresas utiliza informação por satélite em sistemas que têm acesso a dados estratégicos minuciosos por meio dos telefones celulares e dispositivos eletrônicos de acesso à internet. Nesse caso, em termos informacionais, tais dados podem ser utilizados tanto para as operações de mercado propriamente ditas – informações de compra e venda das mercadorias, como preferências, perfis de compras, perfis de clientes etc. – quanto, ainda, para as operações de controle da exploração do trabalho – como é o caso da intensidade e dos tempos de trabalho, da aceitação ou não das remunerações etc.

Sendo assim, os sistemas eletrônicos dessas empresas – geralmente elaborados com o emprego das mesmas formas de compra, venda, controle e exploração da força de trabalho de técnicos e engenheiros da computação – dispõem de meios computacionais extremamente aprimorados para gerenciar algorítmicamente os mecanismos de competição de mercado entre os trabalhadores. Com os dados fornecidos a cada vínculo ou conexão dos usuários do sistema – na Uber, por exemplo – é possível ranquear detalhadamente o trabalho dos motoristas, verificando o ritmo, a frequência e o perfil de cada um e, a partir disso, inserir dispositivos econômicos de interesse da empresa a fim de aumentar os lucros em praticamente todas as atividades que desenvolve.

Esses sistemas estão sendo comumente associados às empresas de aplicativos e ao chamado capitalismo de plataforma, porém seu alcance já é de maior amplitude. Empresas como a Amazon, que controlam considerável parcela do mercado de oferta, venda e entrega de mercadorias pela internet hoje no mundo, dispõem de dispositivos de gerência do trabalho similares não apenas nos sistemas de vendas e transporte, mas também em suas unidades fabris de armazenamento e empacotamento que contam com milhares de trabalhadores. Junto às máquinas, as operações corporais dos trabalhadores estão sendo monitoradas com o auxílio de dispositivos que permitem coletar dados individualizados de suas atividades laborais¹⁶. Nas empresas de aplicativos similares à Uber, a produção algorítmica desses dados aprimora continuamente a vigilância e o controle de tarefas¹⁷.

Nessas condições, o gerenciamento empresarial dispõe de dados individualizados para maximizar operações clássicas de controle e exploração do trabalho, como é o caso da seleção, avaliação, vigilância, punição, demissão e recontração dos trabalhadores. Contudo, tais operações são realizadas de maneira difusa e, uma

16. Cf. “Amazon’s automated employee-tracking system can fire workers based on productivity without ever consulting a human”, *Dailymail*, 26 abr. 2019) Junto a essas tecnologias, e com as mesmas implicações, estão sendo desenvolvidas as pesquisas de qualidade realizadas a cada compra com os clientes dessas empresas. Em ambos os casos, há maior pressão dos efeitos de uma *supercirculação* sobre os trabalhadores (Felix, 2019).

17. Um trabalhador de Deliveroo entrevistado em Londres por Woodcock (2020, p. 83), por exemplo, resumiu da seguinte maneira o sistema de controle: “ ‘O algoritmo que é o chefe’ [...] ‘o algoritmo tem regras e nós somos os únicos que, sabendo disso – os caras no escritório são baseados em dados – somos aqueles que fazem os dados’ ”.

vez diluída a própria compra e venda da força de trabalho em seus mecanismos, a ação social do exército de reserva de trabalhadores à disposição das empresas de aplicativos também se imiscui em situações mais intermitentemente aceleradas e, ao mesmo tempo, permanentes.

No caso da Uber, o sistema de avaliações do(a) motorista oferece premiações conforme aumento do número de corridas realizadas por meio do aplicativo, conforme ele(a) menos recusa as ofertas de próximas corridas e recebe melhores avaliações por parte dos clientes. Em geral, a oferta do próximo percurso é realizada enquanto ele(a) ainda termina a corrida anterior. Essas premiações permitem que o(a) motorista tenha acesso a mais informações no sistema (como é o caso do destino das próximas corridas), tenha mais opções de gerenciar o próprio deslocamento na cidade e, em especial, tenha acesso a ofertas das melhores corridas e/ou a localizações como aeroportos, rodoviárias etc. Embora essas operações não estejam disponíveis para os seus usuários – e eles só tenham uma percepção intuitiva delas –, é possível que o aplicativo também direcione as chamadas em virtude de outros dados, considerando que praticamente todos os dados dos deslocamentos do condutor e dos clientes são monitorados depois que eles instalam o aplicativo em seus dispositivos eletrônicos. Por outro lado, o sistema também impõe cancelamentos, suspensões ou bloqueios temporários à conexão dos motoristas conforme eles menos atendam aos interesses da empresa. Em particular, quando apresentam alta taxa de recusa de ofertas de corridas pelo aplicativo.

Frente a esses dispositivos, por sua vez, os trabalhadores e demais usuários têm empregado formas de resistência tanto individuais como coletivas, por meio de sabotagens, paralisações, manifestações de rua e greves regionais, nacionais e internacionais.

As sabotagens envolvem conhecimento e compartilhamento de contrainformação entre os(as) trabalhadores. São empregados vários procedimentos, como, por exemplo, técnicas digitais diversas de acesso a informações das chamadas, como local de destino e preço; técnicas para manejo dos direcionamentos geográficos das corridas ofertadas; técnicas para o manejo dos cancelamentos das chamadas aceitas; técnicas para informações relativas às filas digitais de motoristas aguardando corridas nos pontos de espera; articulações informais para o manejo da inteligência artificial dos sistemas em geral, a fim de recusar e/ou de proporcionar mudanças nas remunerações por corrida (oferta e demanda de motoristas em determinadas áreas, bloqueios de chamadas advindas de tarifas promocionais para os clientes etc.).

Na Uber, desde os primeiros anos em que iniciou suas operações nas grandes cidades, a informação a respeito do destino das corridas era desconhecida para a acei-

tação ou não do(a) motorista quando recebia a chamada. Porém, parte dos(as) motoristas já dominava uma técnica, burlando o sistema, para acessar essa informação antes de aceitar a corrida. Outros(as), utilizavam maneiras de atrasar a busca do cliente até que ele viesse a utilizar o mecanismo de cancelamento, pois, caso essa operação fosse realizada pelo motorista, implicaria em alguma sanção ou perda de pontuação/ranqueamento. Na sequência, como essa foi uma reivindicação coletiva e alguns aplicativos similares já forneciam essa informação para os motoristas, a Uber forneceu a região para a qual o cliente desejaria se deslocar. Os detalhes, porém, ainda permanecem em disputa digital entre a Uber, que os oferta como premiação, e os(as) motoristas, que buscam novas maneiras de sabotar o sistema. Outro exemplo é o recurso de seleção por direcionamento das corridas seguintes, que, também após reivindicações coletivas, a Uber passou a oferecer duas vezes por dia em algumas das grandes cidades brasileiras. Entre aqueles que fazem longas jornadas de trabalho, e que estão vinculados a essas empresas por mais tempo, já se desenvolveu e se ensina uma técnica que permite usar tal dispositivo geográfico direcionador mais do que duas vezes ao dia.

Essas sabotagens, porém, enfrentam o aprimoramento contínuo dos sistemas por parte das empresas, que corrigem as falhas e otimizam o uso lucrativo de cada vez mais dados obtidos por meio dos seus aplicativos e enfrentam ainda formas de controle consideradas mais antigas, como é o caso do uso de espiões e de infiltrados a serviço da empresa. Alguns motoristas da Uber, por exemplo, relatam que normalmente espiões se apresentam como clientes e usuários para os(as) motoristas, buscando ter acesso a essas técnicas e demais informações de interesse gerencial, e que, com os mesmos objetivos, há também motoristas infiltrados nos meios de sociabilidade, agrupação ou mobilização.

De maneira semelhante às sabotagens, a partir de locais de aglutinação de motoristas de aplicativos, como pontos de apoio em aeroportos ou postos de combustíveis, também se desenvolveram redes autônomas e informais de troca de contrainformações, aconselhamentos legais e convocações para mobilizações com o uso de grupos em aplicativos de mensagens instantâneas, comunidades digitais ou até mesmo pequenas plataformas de mídias sociais específicas, como é o caso de UberPeople.net (Karanovic, Berends & Engel, 2017 *apud* Akgüç, Lenaerts & Kilhoffer, 2018)¹⁸.

Dadas as estratégias de mercado e de autorização estatal adotadas pela Uber, houveram várias manifestações de âmbito regional nas cidades, convocadas por taxistas autônomos e empresas locais, sindicatos e associações diversas, contra a implantação das empresas de aplicativos ou por sua regularização, assim como por parte dos próprios motoristas, também, em um primeiro momento, em defesa de melho-

18. O mesmo ocorre com os entregadores, a partir de locais de espera, por exemplo, ao lado de restaurantes, portas de lojas, galpões de coleta de mercadorias etc. Cf., dentre outros, "Luta nos aplicativos: a greve da Foodora na Itália", *Passa Palavra*, 12 dez. 2016.

res condições de regularização e, na sequência, junto aos demais entregadores, por melhores condições de trabalho e salários. Tais atos de denúncia, em geral, foram acompanhados de paralisações e de atos de rua, com faixas, cartazes, carreatas, fechamento de estradas, panfletagem para a população e convocações de boicote e de apoio para as reivindicações. No caso do Brasil, essas manifestações ocorreram em praticamente todas as cidades em que a Uber iniciou suas operações, desde o primeiro momento em que seus serviços foram difundidos, assim como em outros países em que também já se registravam intensas mobilizações nos últimos anos¹⁹. Em diversas situações, esses protestos deram origem a movimentos locais ou regionais específicos e a algumas associações de caráter pró-sindical. Em seguida, foram associações diversas como essas que iniciaram movimentos politicamente mais ambiciosos e, com o apoio de diferentes organizações, fizeram convocações de paralisações e greves de caráter autônomo e internacional (Graham & Woodcock, 2020; Gonsales & Moda, 2020; Englert, Woodcock & Cant, 2020).

19. No caso da Inglaterra e, em especial, da cidade de Londres, na qual desde 2013, por exemplo, os motoristas de Uber estabeleceram organizações próprias de luta (Englert, Woodcock & Cant, 2020) e desde 2016 os entregadores de Deliveroo realizaram greves (Cant & Woodcock, 2022). Ou da Itália, em que se registrou em 2017 a primeira auto-organização de trabalhadores de aplicativos, a partir de uma mobilização de cerca de 50 entregadores da empresa alemã Foodora na cidade de Turim (Tassinari & Maccarone, 2017).

20. Cf. "Uber driver: 'I'm just asking for a livable wage'", *CBS News*, 08 maio 2019; "Uber drivers strike over pay and conditions", *The Guardian*, 08 maio 2019.

Em maio de 2019, frente ao anúncio da abertura de ações da Uber na bolsa de valores de Nova York, há a primeira convocação de uma greve mundial, cuja principal pauta era relativa à baixa remuneração da força de trabalho, com a denúncia das péssimas condições oferecidas pela empresa de aplicativo para motoristas em todo o mundo e, ainda, dos preços pagos pelos clientes pelos serviços. Convocada por diversas associações a partir de diferentes regiões dos Estados Unidos e de outros países, com a utilização de meios de comunicação gratuitos disponíveis na internet, essa veio a ser a primeira grande manifestação de amplitude mundial do chamado capitalismo de plataformas a partir da adesão de milhares de motoristas em diversos países e amplo apoio das mídias alternativas, ativistas, militantes, partidos políticos e dos demais trabalhadores, assim como dos usuários e clientes dessas plataformas²⁰. Até onde se tem informação, foi também a primeira greve mundial de uma mesma categoria de trabalhadores convocada de forma autônoma e com o uso dos atuais meios de comunicação de massa, como é o caso das mídias sociais, dos aplicativos de mensagens instantâneas, sites de postagens gratuitas, serviços de traduções automáticas simultâneas etc.

Da mesma forma, em julho de 2020, a partir de convocações feitas por associações diversas no Brasil e através dos mesmos meios que convocaram a greve geral mundial da Uber de 2019, os entregadores de empresas de aplicativos em geral realizaram uma paralisação com ampla adesão nas mais diferentes regiões do país, assim como em outros países, como foi o caso da Argentina, México, Chile, Colômbia etc. A greve logo teve a adesão de movimentos sindicais e políticos variados e foi apoiada na forma de novas divulgações, acesso às mídias vinculadas a esses movimentos e convocações solidárias de boicote às empresas de entrega e transporte por aplicativos.

A luta de classes pode ser “cancelada”?

Considerações finais

Recentemente, ressaltamos os processos sociais que fundamentariam as condições pelas quais estariam sendo gestadas algumas reivindicações proletárias mundiais relativamente similares e, a partir das mesmas, consideramos a possibilidade de ações políticas unificadas que, eventualmente, poderiam vir a desafiar as teses que associam maior rotatividade a menor poder classista de organização (Felix, 2019). Neste sentido, viemos a pesquisar o cotidiano de parte dos trabalhadores submetidos à digitalização, em especial, à empresa Uber e demais empresas de transporte e de *delivery* por meio de aplicativos.

Sendo assim, ressaltamos aqui, em um primeiro momento, alguns aspectos do debate sociológico que envolve o advento do chamado capitalismo de plataforma e as condições de classe que envolvem a produção social da visibilidade dos trabalhadores digitalizados. E, em seguida, em face das condições de trabalho dos motoristas da Uber e às estratégias empresariais de regularização das empresas que exploram o trabalho por meio de plataformas digitais, analisamos algumas formas de controle e de resistência, como é o caso das sabotagens, das paralisações, manifestações e greves, organizadas por categoria laboral, no que se refere ao agenciamento político, padecendo de limitações e potencialidades não muito diferentes das análises classistas clássicas já relatadas na literatura sobre o movimento operário²¹. No caso dessas últimas greves, porém, dadas as características autônomas frente aos meios de convocação e às direções dos organismos sindicais tradicionais e, em particular, dadas *as reivindicações imediatas de caráter internacionalista*, há de se analisar ainda o sentido que tomarão frente às manifestações e aos movimentos antiglobalização de massa até então em voga.

Em termos das adesões políticas às manifestações contra-hegemônicas de âmbito global, *grosso modo* as greves convocadas pelos trabalhadores das empresas de aplicativos só se comparam aos movimentos antissistêmicos pós-Batalha de Seattle. Contudo, se, em 1999, as manifestações se reuniam em torno das convocações à população para a luta contra o livre comércio e as ideologias neoliberais na forma de combate às reuniões dos chefes de Estado e de organismos como o G7, G20, a OMC etc., em 2019 as manifestações se reuniram em torno das convocações aos trabalhadores e aos seus apoiadores para a luta contra a exploração do trabalho, as empresas transnacionais de aplicativos e o capitalismo de plataforma na forma de greve mundial. Resta saber se, em virtude das hipóteses que apresentamos a respeito dos processos sociais de constituição ou não de condições proletárias mundiais tais manifestações terão, também, tendências sociais de unificação a partir

21. Refiro-me a análises realizadas no âmbito do movimento operário e/ou pró-operário, como no caso das tradições anarquistas (Mikhail Bakunin, Errico Malatesta, Nestor Makhno), social-democratas (Karl Kautsky, Eduard Bernstein) e comunistas (Vladimir Lenin, Rosa Luxemburg, Antonio Gramsci). Dados de pesquisas iniciais como a de Haipeter (2022), Lenaerts, Kilhoffer e Beblavy (2017), Woodcock (2021a; 2021b) e Akgüç, Lenaerts e Kilhoffer (2018) são ilustrativas nesse sentido.

de reivindicações e horizontes políticos de emancipação de classe e de greve geral mundial.

Contudo, a análise das potencialidades de ação política dos trabalhadores digitalizados e/ou em digitalização implica, metodologicamente, a observação plena das relações sociais de circulação que lhes impõe a acumulação de capital atualmente e que, dentre outros aspectos, *aproxima a ponto de as situações de exército ativo e de reserva serem indistinguíveis*, fenômeno pelo qual, em condições modernas, constitui, efetivamente, condições sociais de possibilidade de constituição política classista, enquanto, por outro lado, desconstitui ou enfraquece a ação política setorial ou fragmentarista.

Neste sentido, da mesma forma, em espelho, quanto mais a análise política se afasta desta perspectiva colocada pela morfologia contemporânea de classe, menos ela também percebe o que uma determinada situação ou categoria de classe permite sociologicamente no atual momento.

Agradecimentos

Parte dos dados analisados no presente artigo advém de projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e, em seguida, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq) no âmbito do Projeto de Pesquisa “Trabalho e trabalhadores na América Latina e Caribe: economia, sociedade e política”, que, sob minha coordenação e orientação na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), participaram os estudantes Wilson Antonio de Almeida Duarte, Welita Barbosa da Silva, Vitor Mateus Morais e Maurício Machado Lourenço. Parte dos resultados também foram analisados no âmbito de pesquisa pós-doutoral realizada no Instituto de Sociologia da Friedrich-Schiller-Universität Jena sob a supervisão do Prof. Klaus Dörre. Agradeço, por fim, aos revisores anônimos pelas sugestões para o aprimoramento do artigo.

Referências

ABDELNOUR, Sarah; BERNARD, Sophie. Vers un capitalisme de plateforme? *La Nouvelle Revue du Travail*, n. 13, 2018.

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização traz ao debate a relação entre precarização e tecnologia. *IHUOnline*, n. 503, 2017.

AKGÜÇ, Mehtap; LENAERTS, Karolien; KILHOFFER, Zachary. Traditional and new forms of organisation and representation in the platform economy. *Work Organisation, Labour & Globalization*, v. 12, n. 2, p. 60-78, 2018.

ANDRADE, Dalila Nascimento; MURICY, Jéferson Alves Silva (Orgs.). *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia*. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/Escola Judicial), Ano 9, n. 13, maio 2021. Disponível em: < http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/05/revista_13_otimizado.pdf>.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: _____ (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____ (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

BAYLOS, Antonio. La larga marcha hacia el trabajo formal: el caso de los riders y la ley 12/2021. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 40, n. 1, p. 95-113, 2022.

BENVEGNÙ, Carlota et al. (Eds). Platformization and its discontents. *The South Atlantic Quarterly*, v. 120, n. 4, out. 2021.

BIHR, Alain. *Du "grand soir" à "l'alternative"*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.

CABEZA PEREIRO, Jaime. La devaluación de las garantías del empleo: el reducido control de la decisión unilateral del empresario. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 40, n. 1, p. 57-76, 2022

CANT, Callum. *Riding for Deliveroo*. Cambridge, UK: Polity Press, 2020.

CANT, Callum; WOODCOCK, Jamie. Platform Worker Organising at Deliveroo in the UK. *Journal of Labor and Society online*, 2022. Disponível em: <<https://brill.com/view/journals/jlso/aop/article-10.1163-24714607-bja10050/article-10.1163-24714607-bja10050.xml>>.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Mesnil-sur-L'Estrée, FR: Librairie Arthème Fayard, 1995.

CHESSNAIS, François. La mondialisation de l'armée industrielle de réserve. *Carré Rouge*, n. 35, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Boletim de Conjuntura*, n. 22, maio 2020a.

_____. *Boletim Emprego em Pauta*, n. 17, dez. 2020b.

_____. *A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2017a.

_____. *Impactos da Lei 13429/17*. São Paulo: Dieese, 2017b.

DOHERTY, Michael. When the working day is through: the end of work as identity? *Work, Employment and Society*, v. 23, n. 1, p. 84-101, 2009.

DÖRRE, Klaus. Prekarität als Konzept kritischer Gesellschaftsanalyse – Zwischenbilanz und Ausblick. *Ethik und Gesellschaft*, n. 2, p. 1-28, 2014.

DRAHOKOUPIL, Jan; FABO, Brian. *The platform economy and the disruption of the employment relationship*. Brussels: The European Trade Union Institute, 2020.

ENGLERT, Sai; WOODCOCK, Jamie; CANT, Callum. Digital workerism: technology, platforms, and the circulation of workers' struggles. *TripleC*, v. 18, n. 1, p. 132-145, 2020.

FELIX, Gil. Krise des Reformismus und revolutionäre Wiederaufnahme in Brasilien. *Indymedia.org*, 16 jul. 2022. Disponível em: <<https://de.indymedia.org/node/208711>>.

_____. O capital selvagem: mobilidade e superexploração do trabalho. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, n. 10, jan./abr. 2021a.

_____. Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da agropecuária e da indústria da mineração. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, jan./dez. 2021b.

_____. Aportes teóricos de Ruy Mauro Marini para o marxismo e as ciências sociais hoje". In: _____ (Org.). *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*. Bremen: El Tiple, 2021c.

_____. Super-Circulation: towards a political economy of platformisation. *Critical Sociology*, v. 46, n. 7-8, p. 1221-1232, 2020a.

_____. Mate todos eles! Amazonização do trabalho, consenso bolsonarista e algumas distopias políticas do primeiro de maio no Brasil. *Kaos en la Red*, 06 maio 2020b. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/05/131645/>>.

_____. *Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação*. Rio de Janeiro: Fapesp; Lamparina, 2019.

_____. Circulación y superexplotación del trabajo. *Sociología del Trabajo*, n. 92, p. 87-105, 2018.

_____. Circulação e superexploração do trabalho. *Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu: Anpocs, 2017.

FELIX, Gil; SOTELO VALENCIA, Adrián. Superexploitation: precarity and the proletarian condition through the perspective of the Marxist theory of dependency. *Studies in Political Economy*, v. 103, n. 1, p. 1-18, 2022.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 46-67, 2017.

FRANCA, Valentina; ZIRNSTEIN, Elisabeta. The legal aspects of the deregulation of professions as a supporting measure towards greater mobility of workers. *E-Journal of International and Comparative Labor Studies*, v. 3, n. 1, p. 1-26, 2014.

GERSHON, Ilana. *Down and out in the new economy: how people find (or don't find) work today*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2017.

GONSALES, Marco; MODA, Felipe. Por dentro da mobilização global dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Pensata*, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2020.

GRAHAM, Mark; WOODCOCK, Jamie. *The gig economy: a critical introduction*. Cambridge, UK: Polity, 2020.

HAIPIETER, Thomas. Trade Unions and digitalization in Germany. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 40, n. 2, p. 301-323, 2022.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. New York: Blackwell, 1989.

HUWS, Ursula. Reaping the whirlwind: digitalization, restructuring, and mobilization in the Covid crisis. *Socialist Register*, v. 57, p. 1-13, 2021.

_____. *The making of a cybertariat*. New York: Monthly Review Press, 2003.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *World employment and social outlook: the role of digital platforms in transforming the world of work*. Geneva: ILO, 2021.

_____. *Digital labour platforms and the future of work: towards decent work in the online world*. Geneva: ILO, 2018.

_____. *Working anytime, anywhere: the effects on the world of work*. Geneva: ILO, 2017.

_____. *World employment and social outlook 2015: the changing nature of jobs*. Geneva: ILO, 2015a.

_____. *Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences*. Geneva: ILO, 2015b.

IUS LABORIS. *The gig economy*. Brussels: Global HR Lawyers *Ius Laboris*, 2018.

JEPSEN, Maria; DRAHOKOUPIL, Jan (Eds). The digital economy and its implications for labour: the platform economy. *Transfer: European Review of Labour and Research*, v. 23, n. 2, p. 103-223, maio 2017.

KÄMPF, Tobias. *Die neue Unsicherheit*. Frankfurt, DE; New York: Campus, 2008.

KILHOFFER, Zachary et al. *Study to gather evidence on the working conditions of platform workers (Final Report)*. Brussels: European Commission, 2020.

LENAERTS, Karolien; KILHOFFER, Zachary; BEBLAVY, Miroslav. The platform economy and industrial relations: applying the old framework to the new reality. *Research Report (CEPS)*, 12 ago. 2017.

LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LINHART, Danièle et al. Vers une nouvelle rémunération scientifique du travail? *Travail et Emploi*, n. 57, 1993.

LOJKINE, Jean. *La révolution informationnelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores por aplicativo. *BBC News Brasil*, maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>>.

MAGDOFF, Fred; MAGDOFF, Harry. Disposable workers: today's reserve army of labor. *Monthly Review*, v. 55, n. 11, abr. 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México: Era, 1976.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1969.

- MARSZALEK, Bernard. Stronger together? *Monthly Review*, v. 69, n. 5, 2017.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- _____. Trabalho assalariado e capital. In: _____. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.
- _____. Salário, preço e lucro. In: _____. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.
- MELLA, Maria; BINGEN, Aline. Una carrera hacia la rentabilidad. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, n. 9, out./dez. 2020.
- ORSINI, Adriana et al. (Orgs.). *Trabalhadores plataformizados e o acesso à justiça pela via dos direitos*. Belo Horizonte: Expert, 2021.
- PAGURA, Nicola. La teoría del valor-trabajo y la cuestión de su validez em el marco del llamado “posfordismo”. *Trabajo y Sociedad*, n. 15, p. 55-69, 2010.
- PANITCH, Leo; ALBO, Greg. (Eds.). Beyond digital capitalism. *Socialist Register*, v. 57, 2021.
- PASTOR MARTINEZ, Alberto. La endémica situación de la contratación temporal como justificante de una necesaria revisión de sus presupuestos normativos. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 40, n. 1, p. 17-36, 2022.
- PESOLE, A. et al. *Platform workers in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.
- RADICE, Hugo; COLE, Matthew; UMNEY, Charles. The political economy of datafication and work: a new digital Taylorism? *Socialist Register*, v. 57, p. 78-99, 2021.
- RAVENELLE, Alexandra. *Hustle and gig: struggling and surviving in the sharing economy*. Oakland, CA: University of California Press, 2019.
- ROSENBLAT, Alex. *Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work*. Oakland, CA: University of California Press, 2018.
- SCHOLZ, Trebor. *Platform cooperativism: challenging the corporate sharing economy*. New York: Rosa Luxemburg Stiftung New York Office, 2016.
- SCHOLZ, Trebor (Org.). *Digital labor: the internet as playground and factory*. London: Routledge, 2013.
- _____. *The corrosion of character*. London; New York: W.W. Norton & Company, 1998.

SENETT, Richard. *The corrosion of character*. London: W. W. Norton & Company: 1998.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.

SMITH, John. *Imperialism in the 21st Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

SPENCER, Neil; HOLTS, Kaire; HUWS, Ursula; COATES, Matthew. *The platformisation of work in Europe*. Brussels: Foundation for European Progressive Studies, 2019.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge, UK: Polity Press, 2016.

STANDING, Guy. *The precariat*. London: Bloomsbury, 2011.

SUNDARARAJAN, Arun. *The sharing economy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.

SUTTER, Ove. *Erzählte Prekarität*. Frankfurt, DE; New York: Campus, 2013.

TASSINARI, Arianna; MACCARONE, Vincenzo. Striking the Startups. *Jacobin*, 23 jan. 2017. Available in: <<https://auth.jacobinmag.com/2017/01/foodora-strike-turin-gig-economy-startups-uber>>.

WOODCOCK, Jamie. The limits of algorithmic management: on platforms, data, and workers' struggle. *South Atlantic Quarterly*, v. 120, n. 4, p. 703-713, 2021a.

_____. *The fight against platform capitalism*. London: University of Westminster Press, 2021b.

_____. The algorithmic panopticon at deliveroo: measurement, precarity, and the illusion of control. *Ephemera*, v. 20, n. 3, p. 67-95, 2020.



O projeto de capitalização da Previdência Social no governo Bolsonaro: o mercado como estratégia de aposentadoriaⁱ

Recebido: 15.06.22
Aprovado: 22.12.22

Maria Chaves Jardim (orcid.org/0000-0001-5715-1430),
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Campus de Araraquara, Araraquara, SP, Brasilⁱⁱ.

Paulo José Carvalho Moura (orcid.org/0000-0003-3120-4105),
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Campus de Araraquara, Araraquara, SP, Brasilⁱⁱⁱ.

Resumo: O objetivo geral do artigo é contribuir para o debate sobre reforma da Previdência Social, identificando as principais justificativas que embasaram o projeto da reforma apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019. O objetivo específico é identificar se existe solidariedade na proposta oferecida pelo governo. Nossa metodologia foi baseada na coleta e análise de discursos proferidos pelo principal agente do processo, Paulo Guedes, além de dados complementares junto a Jair Bolsonaro e Rogério Marinho. Tem como inspiração teórica a sociologia de Pierre Bourdieu e *insights* da sociologia econômica. Os resultados apontam que todas as justificativas acionadas pelo principal agente envolvido na reforma da previdência de 2019 tiveram como objetivo aprovar a transição de um modelo de previdência baseado na repartição, para um modelo de capitalização e que a capitalização da Previdência Social não foi apresentada como complementar, tal qual nos governos anteriores, mas como modelo obrigatório. Se aprovada, a previdência do Brasil passaria a existir em um modelo paralelo, a saber, a manutenção do modelo de repartição para servidores públicos e trabalhadores do setor privado já integrados ao sistema e ao modelo de capitalização para os jovens ingressantes no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Reforma da Previdência Social. Sistema de repartição. Capitalização. Governo Bolsonaro.

The social security capitalization project in Bolsonaro’s government: the market as a pension strategy

Abstract: The general objective of the article is to contribute to the debate on Social Security reform, identifying the main justifications that supported the pension reform project presented by the government of Jair Bolsonaro in 2019. The specific objective. The overall objective is to identify whether solidarity exists and, if so, what kind is offered by the government’s proposal. Our methodology was based on the collection and analysis of speeches given by the main agent of the process, Paulo Guedes, as well as complementary data with Jair Bolsonaro and Rogério Marinho. It has as theoretical inspiration the sociology of Pierre Bourdieu and insights from economic

i. O texto faz parte de um projeto mais amplo que acompanha debates públicos e desdobramentos das reformas da previdência social desde os anos Fernando Henrique Cardoso (Jardim, 2002, 2009), com apoio da Fapesp e do CNPQ.

ii. Maria Chaves Jardim é professora livre-docente em sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D. <maria.jardim@unesp.br>.

iii. Paulo José Carvalho Moura é doutorando em ciências sociais na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Pesquisador bolsista Fapesp (Processo n. 2022/03520-4). <paulo.moura@unesp.br>.

sociology. The results point out that all the justifications triggered by the state agents involved in the 2019 pension reform aimed to approve the transition from a repartition-based pension model to a capitalization model and that the capitalization of social security was not presented as complementary, as in previous governments, but as a mandatory model. If approved, Brazil's social security would come to exist in a hybrid model, namely, the maintenance of the pay-as-you-go model for public servants and private sector workers already in the system and the capitalization model for young entrants to the labor market.

Keywords: Social Security reform. Repartition system. Capitalization. Bolsonaro's administration.

Introdução

A constituição dos sistemas previdenciários ao redor do mundo é uma história de longa data, que anda junto com as exigências da democracia e com a constituição dos Estados-nação (Castel, 2003). Não foi diferente no Brasil, já que a criação da Previdência Social Brasileira está relacionada com a construção do Estado, com os direitos trabalhistas e o sindicalismo brasileiro (Cohn, 1980; Oliveira & Teixeira, 1986; Jardim, 2009). E suas primeiras iniciativas se deram por meio do assistencialismo, expresso na política das Santas Casas de Misericórdia, das associações de auxílio mútuo e dos montepios (Luca, 1990); portanto, uma das primeiras formas de se pensar as incertezas no Brasil se deu por meio do mutualismo (Rodrigues, 1968).

Durante os primeiros anos do Brasil Colônia, o mutualismo contou com o trabalho das Santas Casas de Misericórdias, que procuravam proteger os órfãos, os doentes e os idosos. Nesse contexto, as Santas Casas atuaram em uma série de problemas que eram ignorados pelo Estado, constituindo-se em uma antecessora da Previdência Social, porquanto forneciam esmola e asilo aos inválidos, aos doentes e aos pobres (Jardim, 2002).

Sobre as associações de auxílio mútuo surgidas no Brasil, Tânia Luca (1990) afirma que estas se tornaram objeto da ação estatal em 1860 e que São Paulo e Santos constituíram o berço dessas associações, pois, devido à rápida urbanização dessas regiões, os problemas sociais ganharam destaque, possibilitando a emergência do mutualismo como forma de preencher a lacuna social que não era ocupada pelo Estado.

Luca (1990) argumenta que as sociedades de auxílio mútuo prestavam socorro aos trabalhadores afastados do processo produtivo, resultado de jornadas excessivas e péssimas condições de trabalho, que levavam a doenças e invalidez. Segundo a autora, a alta incidência de sociedades de socorro mútuo, as quais ofereciam algum tipo de auxílio para os sócios impossibilitados de trabalhar temporária e/ou defi-

nitivamente, reflete a situação de penúria e exploração a que estava submetida a classe trabalhadora (Luca, 1990).

Dentre as sociedades de auxílio mútuo, merecem destaque os montepios, os quais surgiram formalmente em 1795, quando operavam planos de aposentadoria, de pensão ou pecúlio, aberto a toda a população. A primeira iniciativa do Estado na criação de montepios foi do príncipe regente D. João, que assinou um decreto autorizando a criação do Plano de Benefício para os Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, surgindo pela primeira vez um montepio de iniciativa estatal no meio militar. Nessa época, já era significativa a presença de montepios privados nesse meio (Jardim, 2002).

O ano de 1923 é considerado um marco da Previdência Social no Brasil, pois o deputado Eloy Chaves aprovou um projeto que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) (Luca, 1990). O decreto estipulou a criação obrigatória, em cada companhia ferroviária do país, de uma caixa de aposentadorias e pensões para os respectivos empregados das estradas de ferro, cuja caixa foi ampliada em 1926 para todas as categorias profissionais da estiva e marítima (Luca, 1990; Oliveira & Teixeira, 1986).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) foram criados a partir de 1933, como resultado da política de Vargas, que buscava o apoio da classe trabalhadora, bem como reprimir as reivindicações do movimento operário (Oliveira & Teixeira, 1986). Os IAPs tinham um caráter mais abrangente que as CAPs e eram organizados por categorias profissionais e não por empresas, como sua antecessora, as CAPs. Sobre este assunto, Amélia Cohn (1980) afirma que com a quebra do regime oligárquico e a presença cada vez mais marcante das classes assalariadas urbanas no cenário político e econômico, a Previdência Social – até então deixada para o setor privado via contratos de seguro empregado-empregador – passa a ser objeto de atenção do Estado (Oliveira & Teixeira, 1986).

Nesse contexto, Cohn (1980) afirma que a Previdência Social surgiu com um caráter duplo: como forma de atendimento às reivindicações trabalhistas e como mecanismo de controle por parte do Estado e até mesmo por parte dos sindicatos.

Durante a ditadura civil-militar, no ano de 1966, os IAPs e as CAPs foram fundidos em uma só instituição, com exceção do Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (Ipase): o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (Oliveira e Teixeira, 1986). Na Constituição de 1988, a importância da Previdência Social foi reforçada quando foi inserida como parte do Sistema de Seguridade Social, que pressupõe previdência, saúde e assistência social (Gentil, 2006; Jardim, 2002; Jard da Silva, 2021).

No mesmo momento em que ganhava espaço na Constituição de 1988 no Brasil, se intensificaram narrativas públicas, especialmente em países da América Latina e Europa do Leste, sobre a falência dos sistemas previdenciários públicos e a ineficiência das instituições do Estado de bem-estar social, que deveriam ser substituídas por modelos capitalizados (Jard da Silva, 2021). Essas narrativas foram reforçadas com a crise econômica dos anos 1980 e sustentaram diversas reformas da Previdência Social no Brasil (Jardim & Jard da Silva, 2015) e na América Latina, sendo que, na ocasião, a maioria desses países optaram pelo sistema de capitalização (Marques, 1992; Sauviat, 2005; Skocpol, 1995).

No que se refere ao Brasil, houve sete reformas da Previdência Social desde a Constituição de 1988. A primeira foi no governo Collor de Mello, em 1990, quando houve a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a instituição do Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS) (Marques, 1992); em seguida, no governo de Itamar Franco, em 1993, a reforma foi voltada para os trabalhadores do setor público. Na ocasião, a matéria determinou que as pensões e aposentadorias dos servidores públicos fossem custeadas pela União e pelos próprios servidores (Jard da Silva, 2020). Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso mudou tanto a aposentadoria do trabalhador do setor público como o da iniciativa privada, alterando a fixação das idades mínimas para aposentar e inserindo novo tempo de contribuição (Jardim, 2002).

Nos governos Lula, duas reformas foram promovidas. A primeira, de 2003, estabeleceu que as aposentadorias e pensões de servidores públicos seriam com base na média de todas as remunerações, além de ter taxado os aposentados, que passaram a contribuir com 11% do salário. Foi então concedido aos sindicatos e às centrais sindicais o direito de criar e de gerir fundos de pensão, que é um tipo de previdência complementar, e que movimentou, no Brasil, o equivalente à 20% do Produto Interno Bruto (Jardim & Jard da Silva, 2016). Na reforma de 2005, Lula beneficiou os trabalhadores de baixa renda, os quais foram enquadrados em um sistema de cobertura previdenciária com contribuições e carências reduzidas, passando a ter direito a um salário-mínimo. Em 2012, durante o governo Dilma, as aposentadorias por invalidez no serviço público foram alteradas. O cálculo passou a ser realizado com base na média das remunerações do servidor e não com base em sua última remuneração. Em 2015, ainda durante o governo Dilma, a reforma ampliou de 70 para 75 anos a idade estabelecida para aposentadoria compulsória (Leão, 2013; Jard da Silva, 2020).

Essa breve apresentação tem como objetivo contextualizar que os primeiros modelos previdenciários do Brasil se deram a partir do assistencialismo e em seguida, das iniciativas privadas; e que, a partir de 1923, a Previdência Social foi incorpora-

da paulatinamente pelo Estado, que a despeito de promover diversas reformas na previdência, sempre manteve o princípio redistributivo como pilar da solidariedade intergeracional.

Diante disso, o objetivo geral do artigo é contribuir para a literatura sobre reforma da Previdência Social, identificando as principais justificativas que embasaram o projeto de reforma da Previdência Social apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019. O objetivo específico é identificar se existe solidariedade na proposta do governo. Nossa metodologia foi a coleta de discursos proferidos pelo ministro da economia, Paulo Guedes, considerado “indivíduo eficiente” (Bourdieu, 2014) na elaboração do projeto de reforma da previdência. O material foi analisado a partir da análise de discurso de Pierre Bourdieu (1989, 2008), de *insights* da sociologia econômica, e os dados foram tratados em diálogo com a literatura que se dedica à Previdência Social no Brasil.

No que se refere ao conceito “indivíduo eficiente”, Bourdieu (2014) entende tratar-se de agente social capaz de promover mudanças significativas em um campo ou espaço social. Portanto, são indivíduos em interação que influenciam efetivamente os processos sociais porque detêm alguma propriedade ativa no campo. Para Bourdieu, são os indivíduos eficientes os representantes das forças sociais ativas (Bourdieu, 2014) e na liderança das revoluções simbólicas. Dito de outra forma, a ideia de “indivíduos eficientes” é um recurso analítico para chegar às propriedades ativas em um campo ou espaço social por meio de seus próprios “encarnadores”, no nosso caso, Paulo Guedes.

No que se refere ao conceito de solidariedade existente no modelo previdenciário, esse pode ser pensado a partir de Émile Durkheim (1893), para quem, a divisão social do trabalho produz a solidariedade porque cria entre os indivíduos um sistema de direitos e deveres que os vinculam uns aos outros de maneira duradoura e interdependente.

Os resultados da pesquisa indicam uma forte ênfase discursiva no projeto de capitalização da Previdência Social, cuja capitalização não foi apresentada como *complementar*, tal qual nos governos anteriores, mas como modelo *obrigatório*. Nosso argumento é que todas as justificativas acionadas pelo principal agente envolvido na reforma da previdência de 2019 teve como objetivo aprovar a transição de um modelo de previdência baseado na repartição para um modelo de capitalização, chamada pelo governo de A Nova Previdência. Como dado complementar, usaremos discursos do presidente Jair Bolsonaro¹ e do secretário da Previdência, Rogério Marinho², os quais reforçam as ideias de Guedes.

1. O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, possui formação na área militar na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), concluída em 1977. Ingressou na reserva em 1988 com o posto de capitão e iniciou sua trajetória política, marcada, principalmente, por sua atuação como deputado federal de 1991 a 2019. Durante toda sua trajetória, adotou posições estatizantes e pregou a intervenção do Estado, com destaque para a defesa da ditadura militar no Brasil e suas realizações econômicas, que culminaram no que se convencionou chamar “milagre brasileiro” nos anos 1970. A partir de 2016, quando anunciou a intenção de se candidatar à Presidência da República, em 2018, passou a defender a necessidade de enxugar a máquina pública e de tornar o Estado-mínimo; a capitalização da Previdência entraria nessa narrativa.

2. Rogério Simonetti Marinho, secretário especial de Previdência Social foi indicado ao posto por Paulo Guedes. Marinho graduou-se em ciências econômicas pela Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências (Unipec), atual Universidade Potiguar (UnP).

Foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Natal, vereador e presidente da Câmara Municipal de Natal, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte. Atuou como deputado federal por dois mandatos.

Além dessa introdução e da conclusão, o artigo é composto de quatro partes: na sessão seguinte, apresentamos o mercado de previdência privada em contexto de neoliberalismo; em seguida uma visão geral sobre o projeto de reforma da previdência proposta pela equipe econômica de Jair Bolsonaro; na terceira sessão apresentamos discursos selecionados e, finalmente, temos uma sessão final dedicada às análises, quando pontuamos os limites e as desvantagens da capitalização da Previdência Social.

O mercado de previdência privada como justificativa do neoliberalismo

No Brasil, a legislação previdenciária abarca a existência de três tipos de regimes previdenciários: o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pertencentes aos servidores públicos concursados dos municípios, dos estados e da União; o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), pertinente ao trabalhador da iniciativa privada, com vínculo formal e informal (contribuinte individual, trabalhador avulso e seguro especial); ambos adotam o modelo de repartição simples e estão baseado no regime de benefício definido. Por fim, temos o Regime de Previdência Complementar, no qual se encaixa a previdência privada aberta (via bancos) e fechada (fundos de pensão) criado em 1977. Pinheiro (2007) acredita que os fundos de pensão foram criados como parte do projeto político desenvolvimentista de estímulo ao mercado de capitais e atendia às necessidades fiscais do governo militar em diminuir os gastos com a aposentadoria dos funcionários públicos. A previdência complementar adota o regime de capitalização e está baseado no modelo de contribuição definida.

No que se refere ao primeiro modelo – o de benefício definido –, trata-se de um regime no qual o contribuinte sabe quanto vai receber no futuro e para isso as parcelas de contribuição são ajustadas para atingir esse fim. Segundo Sabine Montagne (2006) e Frédéric Lordon (2000), nesse modelo existe solidariedade e seria mais adequado do que o modelo de contribuição definida, pois lembra, em alguma medida, a lógica de repartição.

Por outro lado, a contribuição definida faz parte do modelo de capitalização. Nesse contrato, o contribuinte sabe o valor da contribuição, mas não sabe o valor da aposentadoria futura, uma vez que a poupança gerada fica sob os riscos e as instabilidades do mercado financeiro. Nesse modelo não existiria solidariedade entre as partes, já que os depósitos são individualizados e cada participante desse sistema possui a sua própria conta previdência para depósito mensal e autonomia para fazer sua contribuição mensal. Aqui prevalece o princípio individualista do modelo neoliberal, no qual o espírito de autoempreendedor é validado, estimulado e premiado.

A literatura coloca esse tipo de previdência como investimento financeiro, que, por sua vez, nega a solidariedade entre as gerações, presente no modelo de benefício definido (Lordon, 2000; Sauviat, 2005; Montagne, 2006).

A partir de 1990, em diálogo com o contexto internacional, impulsionado pelas orientações de diversas agências, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e pelos Bancos Centrais ao redor do mundo, houve a defesa do mercado de previdência privada, justificado no discurso de enxugamento do Estado e liberdade aos mercados, contexto que a literatura convencionou chamar de neoliberalismo.

No que se refere ao neoliberalismo, trata-se de uma crença revigorada a partir dos anos 1980, momento em que o cenário econômico mundial se encontrava fragilizado, em grande parte, pela ocorrência das crises do petróleo na década de 1970 e pela crise fiscal que abateu fortemente nos países latino-americanos. Essa condição, combinada com a força hegemônica de uma onda ideológica liberal que fora concebida nos Estados Unidos, resultou em uma nova égide (forma de pensar e agir) que convencionou-se chamar de Consenso de Washington, um conjunto de propostas composto por políticas econômicas transnacionais e reformas estruturais liberalizantes. Para Frédéric Lebaron, o Consenso de Washington representou a

ascensão incontestável das “soluções de mercado”, que vão de políticas orçamentárias e monetárias “ortodoxas” à privatização massiva dos serviços públicos e à integração no mercado mundial dos capitais (Lebaron, 2012, p. 54).

Sempre de acordo com Lebaron (2012), naquele momento os Estados Unidos se firmaram como protagonistas em um processo de imposição de uma dominação simbólica sobre o resto do mundo, a qual foi fundada na hegemonia de Wall Street após a Segunda Guerra Mundial.

Maria Rita Loureiro (2001) afirma que, diante dessas transformações e exigências, os governos passaram a ser desafiados pelas instituições financeiras internacionais a apresentarem continuamente desempenhos macroeconômicos calcados em estabilidade monetária, superávit da balança de pagamentos e equilíbrio das contas públicas. Em síntese, esses indicadores representariam um conjunto de condições mínimas que são exigidas às economias (quer sejam desenvolvidas ou em desenvolvimento) para serem integradas ao mercado globalizado. Dessa forma, essas economias teriam “condições de competição e credibilidade para atrair os capitais necessários ao desenvolvimento e à expansão do bem-estar social” (Loureiro, 2001, p. 75).

Maria Chaves Jardim (2009) ressalta que, além das instituições políticas, essas profundas transformações atingiram também os mercados financeiros nos anos 1980, influenciando na

abertura de fronteiras, na liberação do comércio, desregulamentação financeira e na propulsão da privatização, que, conseqüentemente, levaram ao recuo do papel do Estado nas políticas sociais e intenso estímulo ao capital privado (Jardim, 2009, p. 125),

argumento compartilhado por Roberto Grün (2010) e Marcos Rogério Silva (2017). Essas mudanças marcaram o começo de uma fase, onde se reivindicava o dito “poder autônomo das finanças” (Orléan, 1999).

Essas crenças econômicas difundidas pelas escolas de economia *mainstream* constituem o que Lebaron (2016) classifica como “ideias zumbis”. Dentre elas estaria a crença da austeridade fiscal expansionista; de autorregulação dos mercados; a de correlação entre desemprego e pobreza com um alto nível de proteção ao emprego e o desenvolvimento do Estado social. Para o autor, ainda que sejam alvo de intensa contestação de

todos os lados nas obras das ciências sociais, ciências políticas, sociologia, antropologia, história e até mesmo dentro de ciência econômica, em suas várias expressões, que ainda é um dos lugares de sua maior reprodução (Lebaron, 2016, p. 5-8, tradução nossa),

elas continuam sendo ensinadas, divulgadas e ainda estruturam o debate público ao redor do mundo.

Diante dessa conjuntura, houve uma expansão da previdência privada aberta no Brasil, que são planos de previdência privado adquiridos nos bancos, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (Jardim, 2002). Da mesma forma, houve incentivo dos fundos de pensão durante os anos Lula, que passaram a ser criados e geridos pelos sindicatos e centrais sindicais, além de passar a investir em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (Jardim, 2009; Silva, 2017; Magnani, Jardim & Jard da Silva, 2020).

Em 2019, com a aprovação da reforma da previdência no governo Bolsonaro, o mercado voltou a crescer diante das mudanças nas regras da aposentadoria do Regime Próprio e do Regime Geral de aposentadoria e houve um crescimento de 14,1 % em 2021 (Dall’agnol, 2021). Segundo o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Jorge Nasser,

a aprovação da reforma da previdência foi fundamental para atrair novos participantes e ajudar a mudar um pouco o comportamento do mercado. Até por falta da informação, existia uma visão de que o governo operaria um milagre, o que começou a mudar (Bronzati, 2020).

De Temer a Bolsonaro: a gestação de uma dita solidariedade via mercado

A reforma da previdência do governo Bolsonaro foi construída durante a gestão Temer, a partir de uma proposta de reforma iniciada em 2016 com a PEC 287/2016³. Após assumir a Presidência com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o presidente Temer e sua equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, o economista Henrique Meirelles, estabeleceu que a reforma da previdência seria uma das metas, ao lado reforma da trabalhista. Entretanto, no caso da primeira, o processo foi estagnado devido à instabilidade política causada por denúncias, feitas pelo empresário Joesley Batista, apontando o envolvimento direto de Michel Temer em corrupção. Naquele contexto, as campanhas publicitárias de reforma da previdência do governo embalavam a proposta sob o lema de “Precisamos mudar a previdência para colocar o Brasil nos trilhos”. Houve um esforço discursivo do governo Temer em comparar a reforma com momentos históricos os quais, apesar de hipoteticamente ter proporcionado ganhos à sociedade, no primeiro momento trouxe insegurança, como a adesão ao cinto de segurança, a criação do Plano Real, a vacinação e a privatização dos serviços de telefonia.

3. Contudo, durante a campanha eleitoral, então candidato à Presidência, Bolsonaro afirmou que a proposta de Temer e Meirelles era “um remendo novo em calça velha” e que dificilmente seria aprovada como se encontrava. Para ver mais, disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/faremos-nossa-reforma-da-previdencia-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Com a eleição do governo de Jair Bolsonaro, sob a promessa de aumentar a idade mínima da aposentadoria do serviço público e introduzir o modelo de capitalização, as principais diretrizes do projeto de reforma anterior foram incorporadas e reelaboradas pela equipe econômica liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O texto incorporou pontos centrais da reforma proposta pela gestão Temer em 2017, como, por exemplo, o aumento da idade mínima para aposentadoria, tanto para homens quanto para mulheres.

A reforma, aprovada em 13 de novembro de 2019, e que resultou na Emenda Constitucional 103, traz um conjunto de alterações, como a mudança do tempo mínimo de contribuição, a criação de uma alíquota unificada de contribuição dos servidores privados e públicos, seguindo o princípio do imposto de renda, e a elevação da idade para aposentadoria para homens e mulheres.

Como já informamos, nossa metodologia foi baseada na coleta e análise de discursos em defesa dessa proposta de reforma produzidos pelo ministro da Economia,

Paulo Guedes, assim como dados complementares do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, bem como do presidente Bolsonaro. Os discursos coletados foram pronunciados no ano de 2019, nos meses que antecederam a aprovação da reforma da previdência; para tanto, priorizamos discursos pronunciados em eventos oficiais, tais como audiências públicas, seminários da reforma da previdência, fóruns mundiais, entrevistas e coletivas de imprensa concedidas pelos agentes sociais.

Esse material foi tratado a partir da análise de discurso de Pierre Bourdieu (1989, 2008), para quem a interpretação dos discursos deve levar em conta a trajetória de cada agente e suas disputas para impor uma definição de mundo. O autor defende que semântica e política estão profundamente imbricadas, principalmente em virtude da disputa constante pela conquista da legitimidade de falar e agir, ou seja, “o que faz o poder das palavras [...] é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1989, p. 15), mas dos capitais detidos pelos agentes sociais.

Nessa perspectiva, estaremos atentos à identificação dos discursos do indivíduo eficiente do processo, vinculando seus discursos às crenças que esses carregam e às condições sociais de produção do agente que detém determinada “fala autorizada” (legítima). Por esse motivo, apresentamos em destaque uma minibiografia do agente definido por nós como “indivíduo eficiente”, Paulo Guedes.

Paulo Roberto Nunes Guedes é formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursou seu mestrado na área pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV), em 1977, e, na sequência, realizou o doutorado na University of Chicago (1978) nos Estados Unidos, sendo essa instituição conhecida na literatura por formar economistas com posicionamentos mais ortodoxos, ou melhor, monetaristas (Loureiro, 1997; Viana, 2016; Jardim & Moura, 2021). Depois de voltar ao Brasil em 1979, Guedes tinha interesse em se tornar docente em tempo integral em universidade, porém, não conseguiu vaga, alcançando um contrato em tempo parcial (posição de pouco prestígio) em regime de dedicação parcial, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e na FGV, instituição em que desejava permanecer. Diante da sua marginalização no campo acadêmico, buscou engajar-se em atividades no mercado financeiro. Em 1983, foi um dos quatro fundadores do Banco Pactual – atual BTG Pactual – e, ao largo de sua trajetória, de vários fundos de investimentos e empresas, bem como do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) e do *think tank* liberal, Instituto Millenium. Na campanha das eleições 2018, foi apresentado como “Posto Ipiranga” de Bolsonaro, como seu guru econômico com propostas de privatizações e reformas “radicais”.

No que se refere à inspiração da sociologia econômica, destacamos os achados de Maria Rita Loureiro (1997), Antônio Cláudio Sochazcewski (2002) e Frédéric Lebaron (2012) para pensar o caso Paulo Guedes. Em sua clássica tese sobre a relação entre economia e política, Loureiro (1997) argumenta que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a FGV-Rio são instituições de orientação privatistas e próximas dos bancos e do mercado. Essa autora afirma que a FGV e a PUC divulgam crenças econômicas mais próximas da ortodoxia. Silva (2017) ainda acrescenta que, no Brasil, a recepção dos “Chicago boys” ocorreu a partir da PUC-Rio e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituições em que os acessos eram facilitados em virtude das universidades estadunidenses “serem credoras simbólicas no campo acadêmico, contribuindo para trazer legitimidade às instituições dos países emergentes” (Silva, 2017, p. 362).

No que se refere a Sochazcewski (2002), o autor argumenta que o campo dos economistas no Brasil dispõe de duas correntes ideológicas, sendo a primeira onde se encontram os economistas monetaristas, os quais “[...] defendem, em variados graus e velocidades, a liberalização da economia como única política fundamental de crescimento [...]” (Sochazcewski, 2002, p. 36). Dentre os monetaristas, existiriam aqueles que rejeitam toda e qualquer intervenção estatal – caso de Paulo Guedes, formado pela FGV –; e aqueles que admitem a intervenção do Estado, mas com redução ao mínimo. Do outro lado, Sochazcewski (2002, p. 36) vê os economistas desenvolvimentistas ou heterodoxos, a saber, “[...] que defendem a participação estatal para dar suporte e sustentabilidade ao crescimento”.

Lebaron (2012), em estudo sobre biografia de presidentes de Banco Centrais, afirma que o paradigma monetarista, típico do capitalismo neoliberal, encontrou eco nas escolas de economia dos Estados Unidos, a partir de 1980, especialmente na Universidade de Chicago, e tem formado os diretores e os presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo. Paulo Guedes faria parte dessa safra de “Chicago boys” formados nos anos 1980 nos Estados Unidos, portanto, fortemente influenciado por esse paradigma.

Nossa centralidade na análise da trajetória do ministro da Economia encontra ainda forte adesão ao argumento da tese de Loureiro (1997; 2006), sobre a participação dos economistas no governo. O autor defende que, no Brasil, os economistas não agem apenas como assessores ou funcionários burocráticos, como é predominantemente o caso em outros países, atuam ainda como dirigentes políticos (Loureiro, 2006, p. 346). Ou seja, esses profissionais influenciam fortemente as tomadas de decisões ao passo em que ocupam espaços de destaque dentro da burocracia estatal e na montagem das bases do capitalismo brasileiro.

Dados empíricos

Após uma primeira análise flutuante de todo o material coletado, identificamos os principais temas abordados por Paulo Guedes e os agentes complementares na defesa da reforma da previdência, expostos, a seguir, seguindo eixos temáticos: crise da previdência, excesso de gasto público e necessidade de reforma fiscal; ineficiência do Estado; urgência da reforma do Estado; reforma da previdência como crescimento econômico; separação entre Previdência Social e Assistência Social; disputa geracional: a guerra entre jovens e velhos; e, finalmente, a preponderância do mercado na previdência: capitalização *versus* repartição.

Crise da previdência, excesso de gasto público e necessidade de reforma fiscal

Junto aos discursos dos agentes analisados, encontramos uma tentativa discursiva em relacionar a reforma da previdência a uma propalada crise da Previdência Social e ao excesso de gasto público. Segundo a literatura (Oliveira & Teixeira, 1986; Duval, 2007; Gentil, 2006; Jardim & Jard da Silva, 2015), esses argumentos sempre aparecem em debates públicos para justificar a reforma da previdência, independentemente do partido que está no poder, pois se trata de uma estratégia discursiva que costuma sensibilizar a sociedade (Duval, 2007).

Os discursos vinculados colocam em questionamento a legalidade da Seguridade Social, instituída pela Constituição de 1988, e falam mesmo em separar a Previdência Social da Assistência Social⁴.

4. Para o argumento de que a Previdência Social possui superávit e não está em crise, ver a conhecida tese de doutoramento de Denise Lobato Gentil (2016).

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	Nós vamos ter que separar Assistência de Previdência. Tudo isso está sendo equacionado, não é por mim, tem gente trabalhando nisso há anos, os melhores especialistas estão trabalhando há anos. Nós não vamos reinventar a roda, o que estamos fazendo é botar tudo isso junto e preparar isso para submissão futura ao Congresso (posse, em 01 jan. 2019).

Aborda, ainda, excessos de funcionalismo público:

Agente social	Discurso
Jair Bolsonaro	O que pesa mais no orçamento público é a questão da previdência pública, essa vai ter maior atenção da nossa parte e no meu entender nós vamos buscar eliminar também privilégios (entrevista concedida ao SBT em 03 jan. 2019).

A crise da Previdência Social é acionada também para justificar políticas macroeconômicas de ajuste fiscal de longo prazo.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	A dimensão fiscal foi sempre o calcanhar de Aquiles de todas as nossas tentativas de estabilização. O descontrole sobre a expansão de gastos públicos é o mal maior (posse em, 01 jan. 2019).
Paulo Guedes	Isso [o dito déficit da previdência] é uma ameaça, é um buraco fiscal que ameaça engolir o Brasil e precisa ser atacado frontalmente. [...] O movimento em direção à Nova Previdência é para garantir o pagamento de aposentadorias, benefícios e da Assistência Social. Se não fizermos nada, não há garantia de que esses pagamentos poderão ser feitos, como vários Estados já estão experimentando (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).

A justificativa para a reforma da previdência argumenta sobre conter os desequilíbrios das contas públicas. O debate é de natureza fiscal e faz parte de um contexto de vigência de uma política econômica fiscal e monetária de caráter contracionista, ou seja, monetarista, quando a lógica financeira ganha centralidade:

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	Então, há uma hora em que tem que ser enfrentado o fenômeno e a hora é agora porque entra um grupo que acredita que mecanismos de inclusão social – a maior engrenagem descoberta pela humanidade para garantir a inclusão social – são as economias de mercado.

Esses discursos apresentados não nos surpreendem, porque a literatura (Oliveira & Teixeira, 1986; Jardim, 2002; Gentil, 2006; Lordon, 2000; Théret, 1999; Sauviat, 2005; Jard da Silva, 2020) tem apontado que a narrativa sobre a crise e a falência da Previdência Social tem aparecido como justificativa para reformas ao redor do mundo, em diálogo com as propostas do Banco Mundial (Jard da Silva, 2020). O argumento da existência de um déficit e até mesmo da falência do sistema público de previdência faz parte da construção discursiva que defende a transição para um sistema de capitalização.

Contudo, é importante destacar que, na Reforma de 2019, a narrativa da crise financeira da previdência ganhou mais potencial do que o previsto nas campanhas governamentais anteriores, pois foi alimentada pelo decréscimo sobre a folha de pagamento decorrente do crescimento do trabalho informal e do desemprego que reduziu a contribuição social para a Seguridade Social; da flexibilização das leis do trabalho e do discurso dos empresários sobre os excessos de direitos dos trabalhadores que elevam os custos e suas reivindicações pela flexibilização nos direitos trabalhistas, que teria sido concretizada com a “Carteira Verde e Amarela” do governo Bolsonaro. Os argumentos dos agentes estatais defendem maior flexibilização dos

direitos trabalhistas, como tem apontado Lima e Oliveira (2022) em seus estudos sobre emprego e mercado de trabalho.

Nesse primeiro eixo temático, notamos que o debate teve como fio condutor uma lógica estritamente contábil, que se resume na busca do equilíbrio entre receitas e despesas da previdência, sem considerar as contribuições que servem para financiar a Previdência Social e os empregos regionais que a Previdência Social gera (Caetano, 2008). As justificativas produzidas sobre a crise da previdência estão embasadas em um discurso econômico, sustentadas na ideia de ajuste fiscal de longo prazo e ignorando o papel de inclusão social da previdência.

*Ineficiência do Estado:
a urgência da reforma do Estado*

A crítica aos modelos de financiamentos que colocam o Estado como interventor, foi uma constante no material coletado. Os discursos analisados pontuaram a necessidade de reforma do Estado e de redução de seu papel na economia, pois ele se torna ineficiente com o excesso de gasto.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	Essa economia de comando central sem eficiência do Estado como condutor do crescimento produziu essa expansão de gastos públicos como porcentagem do PIB, corrompendo a política e estagnando a economia. São dois filhos bastardos do mesmo fenômeno (posse, em 01 jan. 2019).
	O Brasil foi corrompido pelo excesso de gastos e o Brasil parou de crescer pelo excesso de gastos. A reforma do Estado é, portanto, a chave para correção desse fenômeno. E essa reforma do Estado, na verdade, tem várias dimensões. E o primeiro é ataque ao problema fiscal (posse, em 01 jan. 2019).
Jair Bolsonaro	Nós pretendemos diminuir o tamanho do Estado, realizar reformas como, por exemplo, da previdência e tributária, queremos tirar o peso do Estado em cima de quem produz, de quem empreende (entrevista coletiva após abertura da Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial, 2019, Davos, CH, 22 jan. 2019).

O senso comum vigente nos discursos analisados é a necessidade de ultrapassar o modelo econômico proporcionado pela intervenção do Estado (desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo) para aquele que busca combater a inflação, ajuste nas contas públicas e na defesa da ampla soberania dos mercados e dos interesses individuais sobre os interesses coletivos (neoliberalismo). Nesse sentido, um sistema de Seguridade Social universal, solidário e baseado em princípios redistributivos conflitaria com essa visão de mundo. A busca por um sistema previdenciário via mercado faz parte desse contexto.

reforma da previdência como crescimento econômico

Outra justificativa presente é que a reforma da previdência traria desenvolvimento econômico, já que mais empregos seriam gerados, sem os ditos altos encargos previdenciários das empresas.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	A reforma da Previdência abre um horizonte de 10 a 15 anos de recuperação do crescimento, na mesma ordem disparam as ondas de investimento interno, atraem também os investimentos externos. Nós vamos começar a simplificar e reduzir os impostos. Vamos fazer a descentralização de recursos para estados e municípios. E o Brasil, de julho em diante, já está crescendo de novo. Essa é a verdade a respeito do crescimento (06 maio 2019).
	[...] a Nova Previdência, que nós chamamos de um sistema de poupança garantida, é um sistema que vai democratizar a poupança, vai permitir que o país cresça mais rápido, vai gerar mais empregos e, no futuro, pode perfeitamente ter a garantia de salário-mínimo, independente da acumulação (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).
Jair Bolsonaro	Se nós aprovamos a Previdência, pode ter certeza, recursos de fora e de dentro do país voltarão para o mercado, para todas as áreas que nós precisamos, o emprego aparecerá automaticamente (entrevista coletiva após solenidade militar de formatura de sargentos da Aeronáutica, Guaratinguetá, SP, 19 jun. 2019).

Ao contrário do que pregam os engajados na reforma da previdência – de que o crescimento econômico está atrelado a uma previdência de solidariedade via mercado – autores especializados (Marques, 1992; Jardim, 2002; Gentil, 2006; Caetano, 2008; Jard da Silva, 2020) tem pontuado a importância da Previdência Social na redistribuição da renda do país, gerando mercado regional, mercado interno e, principalmente, a ampliação do emprego formal, o que na prática permite a inclusão social e a solidariedade via modelo de repartição. Portanto, a Previdência Social tem se constituído como aliada para o aquecimento do mercado de trabalho, gerando emprego, renda e inclusão social.

Disputa geracional: a guerra entre velhos e jovens

Um tema que apareceu como justificativa para a reforma da previdência e a transição para o modelo de capitalização é a preponderância dos velhos diante das necessidades dos jovens.

Os agentes estatais explicitaram essa disputa geracional questionando o volume do orçamento investido na aposentadoria, em relação aos valores investidos na educação. Trata-se de uma peça discursiva que visa tensionar as relações geracio-

nais entre velhos e jovens, uma vez que os recursos para custear aposentadoria e educação possuem fontes distintas.

A disputa entre “passado” e “presente” é explicitada em diversas ocasiões, visando justificar a substituição do modelo de repartição da Previdência Social, por um modelo de capitalização.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	No ano passado, nós gastamos 700 bilhões de reais com a Previdência, que é o passado, são os nossos idosos, e gastamos 70 bilhões de reais com a educação, que é o nosso futuro. Então nós gastamos 10 vezes mais com a Previdência do que com a educação, que é o futuro (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).
Rogério Marinho	Despendemos dez vezes mais com o passado do que com o futuro. Quando a despesa com a Previdência aumenta, o orçamento é comprimido, e isso diminui a capacidade de o Estado investir em saúde, educação e infraestrutura (em audiência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em 16 fev. 2019).

Na sequência, a disputa entre investimento na educação ou previdência é colocada como forma de evidenciar e realçar as ditas falhas e injustiças causadas pelo atual modelo previdenciário. Discursivamente a capitalização da previdência seria uma forma de investir na educação dos jovens.

Agente social	Discurso
Rogério Marinho	Nós temos uma situação no país em que 712 bilhões de reais foram investidos ano passado em Assistência e Previdência, e 74 bilhões em educação, ou seja, investimos dez vezes mais no nosso passado do que no nosso futuro, graças à nossa configuração orçamentária e às vinculações existentes. Foram investidos 110 a 111 bilhões em saúde, sete vezes mais na Previdência e Assistência do que na saúde do conjunto da sociedade brasileira (em audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em 08 maio 2019).

Além disso, a narrativa elaborada busca ainda colocar em disputa “velhos” e “jovens desempregados”, atribuindo ao regime previdenciário de repartição o desajuste entre esses grupos geracionais e, portanto, a Previdência Social seria a responsável por operar como “bombas de destruição” sobre os empregos e sobre o futuro dos jovens.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	Financiar a aposentadoria do trabalhador idoso desempregando trabalhadores é, na minha opinião, uma forma perversa de financiar o sistema. Cobrar encargos trabalhistas sobre a mão de obra, sobre a folha de pagamentos é, do ponto de vista social, uma condenação. O sistema é perverso, pois 40 milhões de brasileiros estão excluídos do mercado formal de trabalho. Eles não conseguem ter capital, eles não conseguem ter tecnologia, eles não conseguem ter produtividade mais alta, porque foram expulsos, excluídos do mercado formal de trabalho pela forma perversa como o sistema é financiado. Está-se botando um trabalhador desempregado para financiar a aposentadoria do outro. Isso é socialmente perverso. São bombas de destruição em massa de empregos. Milhões de brasileiros estão desempregados por causa de um financiamento perverso. Então, eu não vejo com olhar tão doce e gentil o sistema previdenciário atual, porque ele é perverso, 40 milhões de brasileiros são excluídos. E eles envelhecerão, e o sistema está quebrado. Eles não conseguem contribuir para a Previdência porque estão desempregados e, ao mesmo tempo, pesarão no futuro da Previdência. Essa condenação é inequívoca. O sistema é ruim, o sistema é perverso (em audiência na comissão especial da reforma da Previdência, em 08 maio 2019).

Sobre a propalada disputa entre velhos e jovens, indicamos que, em nossos estudos anteriores sobre previdência, não havíamos encontrado essa construção discursiva por parte dos governantes brasileiros, de uma guerra entre velhos e jovens. Por isso, iremos nos dedicar a esse tema, já que ele apareceu nos discursos de governantes ultraliberais ao redor do mundo (Théret, 1999; Sauviat, 2005).

Até o momento da análise, os dados têm apontado que todos os discursos produzidos durante a reforma da previdência apresentam, como fio condutor, a necessidade de convencer a sociedade brasileira sobre a transição do modelo de Previdência Social de solidariedade redistributivo para um modelo de previdência de dita solidariedade contributiva, via mercado. Por isso, daremos destaque a esse eixo temático a seguir.

*Preponderância do mercado na previdência:
capitalização versus repartição*

No regime de previdência via repartição, os trabalhadores da ativa e as empresas pagam a aposentadoria de quem já está aposentado, os quais, por sua vez, um dia financiaram a aposentadoria dos trabalhadores aposentados antecessores. Essa lógica, presente nos regimes de repartição, é chamada de solidariedade intergeracional e pressupõe que uma geração financia a aposentadoria de outra. Nesse sistema, não apenas trabalhadores da ativa tem um valor descontado no seu holerite para a aposentaria, mas também empresas são obrigadas a realizar contribuições para a Seguridade Social.

A reforma de Bolsonaro propõe a transição desse modelo (repartição) para o modelo de capitalização, no qual, cada trabalhador seria responsável, individualmente, em contribuir para a sua própria previdência e as empresas ficariam desobrigadas

da contribuição para a Seguridade Social. Segundo a proposta apresentada pelo governo, essa poupança seria gerida por entidades públicas e privadas, de acordo com a escolha do trabalhador. Vejamos os argumentos do agente eficiente do processo na defesa do modelo individualizante de previdência:

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	Se [...] libertamos os nossos filhos e netos da armadilha que nós fizemos para nós mesmos com um sistema de repartição, que é um sistema que tem várias bombas a bordo, tem a bomba demográfica, que já chegou, o sistema já está em xeque, já está quebrando antes de a população envelhecer, tem a bomba da forma inadequada de financiamento, encargos trabalhistas produzem os 40 milhões de brasileiros que vão envelhecer, vão bater às portas da Previdência e não contribuem (posse em 01 jan. 2019).

Rosa Maria Marques (1992), B. Théret (1999), Catherine Sauviat (2006) e Duval (2007) mostram que o principal argumento para modificar a arquitetura dos sistemas estatais de proteção social tem sido os custos crescentes dos sistemas previdenciários, os quais, hipoteticamente, decorreriam do envelhecimento da população. Nesse ínterim, questões sociais e econômicas são reduzidas às questões demográficas, diante das quais não há solução possível a não ser o corte de direitos, redução do valor dos benefícios e elevação de impostos.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	O sistema de repartição é um sistema que está condenado. E ele está condenado porque há várias bombas a bordo. [...] A primeira bomba que o sistema tem a bordo é a bomba demográfica. Havia uma dinâmica. Havia dez jovens recolhendo 10% cada um, vamos supor que fosse isso, pagando pela aposentadoria de um idoso. À medida que a demografia – e no mundo inteiro ela se move assim – vai deixando de ser uma pirâmide e vai começando a virar um losango, começam a ser seis jovens para um aposentado; depois quatro jovens para dois aposentados e, no final, há um jovem para três aposentados. E o sistema entra em colapso. Então é muito importante nós entendermos, primeiro, que o nosso sistema já está financeiramente condenado antes de a população brasileira envelhecer. Não interessa quem estiver no poder, seja o governo que for (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 3 abr. 2019).

A defesa do modelo de capitalização é explicitada com a justificativa de que no modelo de capitalização não existiria dependência entre as pessoas e elas se tornariam autossuficientes. Assim, o que é considerado positivo no modelo de redistribuição – a interdependência entre as pessoas – se torna um problema, que deve ser contornado, na nova proposta.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	<p>Ele [o sistema de capitalização] não tem as desvantagens que o sistema de repartição tem. Ele segue alguns princípios financeiros saudáveis. Por exemplo, ele não tem a bomba demográfica, porque o jovem não depende de outro jovem. O jovem que vai se aposentar lá na frente não depende que outro jovem lá no futuro pague a aposentadoria dele. Ele mesmo vai acumulando.</p> <p>— Ah, mas pode não acumular o suficiente, vai ser menos que o salário-mínimo.</p> <p>Problema nenhum. Um sistema de capitalização pode sempre botar uma camada adicional de repartição. [...] A bomba demográfica não estará a bordo de um sistema de capitalização. A segunda bomba cruel, que é o financiamento com encargos trabalhistas, não estará a bordo de um sistema de capitalização. O terceiro problema cruel, que é o que promete para o futuro e não leva recurso, não estará a bordo de um sistema de capitalização. Se não der o suficiente, não há problema, você usa o nocional, você garante o salário-mínimo e paga a compensação (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).</p>

A nova solidariedade sustentada no próprio indivíduo é vendida discursivamente como bem comum, como fuga da “armadilha” dos baixos rendimentos da aposentadoria pública e, acima de tudo, geradora de um futuro melhor, já que não se teria mais os efeitos “perversos” da dita “fábrica de desigualdades” promovida pelo modelo de previdência baseado na repartição.

Agente social	Discurso
Paulo Guedes	<p>Se a acumulação no regime de capitalização, no regime de poupança garantida, lá na frente, que deve dar muito mais que um salário-mínimo, se der menos, haverá a camada adicional de fraternidade para garantir o salário-mínimo. A única coisa que nós estamos fazendo é justamente permitir que os jovens não caiam na mesma armadilha que a nossa geração caiu, em que há 50 milhões de desempregados, desemprego aberto. Não se contribui para a Previdência, que já quebra antes de o país envelhecer (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).</p> <p>Quando você tem um sistema de repartição, você quebra, e aí, ao contrário, em vez de você poder tributar e complementar a camada, ao contrário, você tem um enorme custo de transição, e o custo de transição sobe com o tempo. Há 10 anos, eram 200 bilhões; hoje, é um trilhão; daqui a cinco anos podem ser cinco trilhões, pode ser inviável, como é a história de alguns países que eu mencionei. [...] O sistema de capitalização é um sistema que não tem bomba demográfica, não tem a bomba de não levar recursos para o futuro, não tem essa fabricação de desigualdade, porque as pessoas vão acumulando. Você pode sempre compensar no futuro com um sistema nocional em que você tem o direito de complementar (em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 03 abr. 2019).</p>

Como demonstram os discursos proferidos por Paulo Guedes e por agentes complementares, todos os eixos narrativos desembocam na justificativa para a adesão ao modelo de previdência baseado na capitalização, daremos destaque a essa discussão na última sessão.

Modelos de reforma da previdência existentes ao redor do mundo e a preponderância da capitalização no projeto Bolsonaro

A partir de Carmelo Mesa-Lago (2001) é possível pensar que existem três modelos de reformas estruturais da Previdência Social: *substitutivo*, *paralelo* e *misto*. No *modelo substitutivo*, ocorreria a total privatização da Previdência Social, que seria

substituída pelo *modelo de capitalização*; no *modelo paralelo*, haveria uma transição do modelo de repartição solidária para o *modelo de capitalização*; por fim, no *modelo misto*, os dois sistemas conviveriam lado a lado, justamente o caso da Previdência Social do Brasil, que, desde a criação do mercado de previdência privada, em 1977, dispõe de dois modelos que convivem de forma mista, sem a substituição ou transição de um pelo outro. Nas palavras de Sidney Jard da Silva, “o que se verificou [no caso do Brasil] foi uma heterogênea combinação desses regimes” (Jard da Silva, 2007, p. 63).

Caso o projeto original da equipe econômica de Bolsonaro tivesse sido aprovado, a Previdência Social do Brasil passaria para o *modelo paralelo*, o que, na prática, significa dizer que o sistema de capitalização individual passaria a conviver e a competir com o modelo de repartição solidário já existente. Assim, se ideologicamente o projeto do governo Bolsonaro enviado ao Congresso está mais próximo da visão de mundo do modelo de reforma chilena, o *substitutivo*; na prática, tecnicamente, está mais próximo do modelo colombiano e peruano, o *paralelo*. Os riscos da capitalização, contudo, permanecem, pois os jovens ingressantes no mercado de trabalho estariam inseridos em uma previdência sem solidariedade e do tipo autossustentável, sem nenhum lastro do Estado e das empresas.

Previdência via mercado, o fio condutor da reforma de Bolsonaro

Ao considerar os modelos de reforma de previdência existentes e expostos acima, afirmamos que desde a reforma da previdência do governo Collor, realizada em 1991, existe uma tentativa de substituição da Previdência Social pela previdência privada, mas até o momento, nenhum governo obteve êxito nesse projeto.

Tanto Collor como Cardoso autorizaram a venda de previdência privada aberta pelos bancos públicos e privados e nas seguradoras, como forma de o trabalhador criar uma poupança e complementar sua aposentadoria, que continuava a ser oferecida centralmente pela Previdência Social, em um modelo de reforma mista (Jardim, 2002). Em sua dissertação de mestrado, Jardim (2002) indicou que esse dispositivo era negociado pelos bancos como “produto casado”, ou seja, como “condição” para fazer empréstimo a um cliente. A classe média foi a maior consumidora de previdência privada aberta nos anos 1990 e 2000 e o dispositivo financeiro (previdência privada) nunca ganhou o *status* de previsibilidade a longo prazo, pois a poupança acumulada pela previdência privada aberta era usada pelo proprietário do plano na primeira emergência financeira (Jardim, 2002).

Em 2003, o governo Lula trouxe à baila os fundos de pensão, dando destaque à previdência complementar fechada, que é um tipo fundo de pensão oferecido por empresas, sindicatos e ONGs, a seus funcionários. Na ocasião, Lula autorizou aos sindicatos e às centrais sindicais a realizarem a criação – e sobretudo a gestão – de fundos de pensão (Jardim, 2009; Sória e Silva, 2011; Magnani, Jardim & Jard da Silva, 2020).

Portanto, apesar das pressões do Banco mundial (Jard da Silva, 2020), o Brasil foi a principal economia latino-americana a resistir à capitalização da previdência nos anos 1990, momento em que 30 países da América Latina e Europa do Leste substituíram total ou parcialmente seus sistemas públicos de repartição por sistema privados de capitalização.

No Brasil, nas reformas anteriores, a previdência privada (aberta ou fechada) não aparece como substituta da Previdência Social, mas como complementar e de forma facultativa, já que a Previdência Social continuava a ser a promotora da solidariedade intergerações, convivendo de forma mista com o mercado de previdência privada.

Contudo, a reforma da previdência do governo Bolsonaro buscou alterar substancialmente o modelo de previdência, saindo da repartição para a capitalização de forma obrigatória. Se aprovada, essa seria a mudança de maior envergadura sofrida pela Previdência Social em toda a sua história, uma vez que o projeto apresentado estabelecia a adoção obrigatória de contas individuais, que deveriam ser financiadas pelo próprio trabalhador, sem a contrapartida do empregador.

O material analisado mostra que a equipe responsável pelo projeto de reforma da previdência do governo Bolsonaro fez campanha pela previdência privada por meio de peças narrativas que colocaram a Previdência Social como a “grande vilã” e responsável pelo déficit do país, assim como a responsável pelo desemprego e por uma possível disputa entre velhos e jovens. Por outro lado, a mesma estratégia discursiva colocou a previdência privada como solução para a crise econômica, na medida em que essa geraria empregos, renda e promoveria o fim da disputa entre velhos e jovens. Nesse contexto, a previdência privada seria a responsável por resolver a crise econômica, geracional, moral e social da sociedade brasileira.

Em nossa perspectiva, *ideologicamente*, a equipe econômica e a proposta de reforma da previdência, que deu destaque a previdência capitalizada do governo Bolsonaro, tem forte inspiração no modelo chileno implementado em 1980 durante a ditadura de Augusto Pinochet e que a literatura especializada (Sauviat, 2005;

Théret, 1999; Jardim, 2002) tem mostrado tratar-se de um modelo ineficaz para a manutenção da solidariedade intergeracional. O modelo chileno, copiado em mais de 30 países – especialmente na América Latina e Europa do Leste – foi inspirado nas ideias de Milton Friedman e seus herdeiros, reconhecido na literatura como defensor da liberdade máxima dos mercados e da minimização do papel dos Estados (Loureiro, 1997; Grün, 2003).

Concretamente, o modelo chileno criou entidades privadas, denominadas Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs) que arrecadavam as contribuições compulsórias, deixando de ser vertidas para um fundo público. O quadro arrecadatário buscava destinar entre 10 e 12% de seu ganho mensal às AFPs, que, por sua vez, investiam estes recursos em ações e bônus, tanto no Chile como no exterior, o que, por sua vez, sujeitou o capital arrecadado às incertezas do mercado e da economia interna e mundial.

Esse modelo foi tão inovador que o Banco Mundial realizou estudos sobre o mesmo e se posicionou de forma favorável, pelo menos no primeiro momento. Contudo, após analisar seus impactos na sociedade, ponderou que o sistema apresenta desvantagem atuarial, que é o déficit de transição e que levaria a geração mais jovem a contribuir duas vezes pelos benefícios: no sistema de repartição, para a geração que continua recebendo os benefícios, e no sistema de capitalização, para as suas próprias aposentadorias e pensões no futuro.

Segundo autores da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos 30 países que aderiram à previdência capitalizada nos anos 1980, 1990 e 2000, 18 já retornaram para o modelo de repartição (Ortiz et al., 2018)⁵. Na América Latina, 14 países privatizaram seus sistemas previdenciários, sendo que, desses, cinco já fizeram a transição para o modelo de repartição – Argentina, Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela. E, mesmo no Chile, principal inspiração da equipe de Bolsonaro, iniciativas importantes foram adotadas para resgatar os idosos da miséria promovida pelas administradoras privadas de aposentadorias e pensões (Jard da Silva, 2020).

Em termos sociais, a consequência da implantação da previdência privada como seguridade, é a alteração do modelo de solidariedade vigente entre os trabalhadores, saindo do modelo de repartição para capitalização. Consideramos que a solidariedade via regime de repartição é uma solidariedade por laços de interdependência entre os trabalhadores, ligados a partir do trabalho e acontece quando os participantes ativos depositam mensalmente uma quantia no fundo de aposentadoria do INSS que, por sua vez, repassa esse valor aos participantes inativos, ou seja, os aposentados, que, no passado, alimentaram a solidariedade do regime.

5. Dos 30 países que tentaram capitalização, 18 voltaram atrás, sendo eles: Argentina, Equador, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, Bulgária, Cazaquistão, Croácia, Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Polônia, República Tcheca, Romênia e Rússia.

Portanto, essa solidariedade é baseada em um *pacto de diversas gerações*, no sentido de os segurados ativos (geração atual) pagarem os benefícios dos segurados inativos (geração passada), sendo que o pagamento de seus próprios benefícios depender da geração futura (novos trabalhadores a ingressarem no sistema previdenciário).

Apesar dos engajados na reforma – mormente Paulo Guedes – falarem de solidariedade no modelo de capitalização, especialmente para os jovens, que, segundo o ministro da Economia, terão suas aposentadorias garantidas com a reforma (Guedes, 2019)⁶, na prática, o projeto apresentado por Bolsonaro quebra com o pacto de solidariedade, típico da “sociedade salarial” (Castel, 2003), pois, no sistema de capitalização, cada geração e cada trabalhador constitui as reservas para suportar seus próprios benefícios. A lógica consiste que o próprio trabalhador, durante a sua fase ativa, deva gerar o montante de recursos necessários para suportar o custo dos benefícios da sua aposentadoria. Essa dita solidariedade reforça a ideia de que o indivíduo é autossuficiente e não precisa contribuir com a sociedade e nem precisa dela. Nesse modelo está presente a ideia de autoempreendedorismo e de individualismo, ideia que Castel (2003) chama de “individualismo negativo”, uma vez que essa visão individualista não está sustentada no coletivo.

6. Segundo Paulo Guedes, o modelo atual tinha “quebrado”, pois, “daqui a 40 anos, ou seja, quando nossos filhos se aposentarem, serão dois jovens por idoso. Acabou. É inviável. Já estourou. O avião vai cair com nossos filhos e netos. Não podemos seguir com essa ameaça”.

Pelo que foi dito acima e considerando o conceito de solidariedade acionado via Durkheim (1991), não é possível visualizar solidariedade nesse modelo de previdência; é bem possível que a solidariedade proposta pela equipe de Bolsonaro tenha mais efeito retórico do que real.

Ainda sobre os problemas desse modelo, retomamos que a previdência capitalizada traz um problema financeiro em sua transição, uma vez que é o Estado que deverá financiar a aposentadoria da geração que hoje financia os benefícios de um aposentado, mas que sem a contribuição dos novos ingressantes (que passarão a fazer um fundo próprio) ficarão sem aposentadoria. Em nenhum momento os agentes estatais explicitaram essa tensão, que é justamente o ponto que leva o Banco Mundial a não aconselhar esse modelo.

Portanto, além de romper com a solidariedade intergeracional, o modelo de previdência capitalizada proposto por Bolsonaro está exposto ao risco das flutuações do mercado financeiro, o que pode levar à falência das poupanças de previdência privada aberta (planos individuais vendidos nos bancos) ou fechadas (fundos de pensão), como aconteceu com os fundos de pensão nos anos 1970 (Jardim, 2009) e o fundo de pensão da empresa Vasp nos anos 2000 (Jardim, 2009). Trata-se de um risco permanente com as poupanças individuais dos trabalhadores.

Dentre os inúmeros problemas desse modelo, chamamos atenção para a dificuldade de os trabalhadores constituírem o fundo para a sua aposentadoria, devido ao desemprego e aos baixos salários. Trata-se de uma lógica individualizante alicerçada em uma falsa solidariedade, vigente em um modelo econômico fundado no ultraliberalismo, que está no contraponto da solidariedade da “sociedade salarial” (Castel, 2003). Sobre esse assunto, Marie France Garcia-Parpet e Camila Bevilaqua Afonso (2021) afirmam:

A economia neoliberal transfere ao indivíduo a inteira responsabilidade dessa gestão, sem se interrogar sobre os recursos cognitivos e materiais que essa mudança nos modos de planejamento da existência implica necessariamente. Irregularidade dos rendimentos auferidos, falta de competência em atividades financeiras, falta de confiança nas instituições econômicas e jurídicas, assim como uma relação com o trabalho que tende a ignorar a fase do envelhecimento, contribuem fortemente para um adiamento, ou negação completa, desse planejamento necessário (Garcia-Parpet & Afonso, 2021, p. 16).

Apesar da defesa enfática dos agentes estatais para um modelo de previdência capitalizado, esse modelo não permite uma vida digna na velhice e, como mostram as experiências dos países da América Latina, a previdência capitalizada foi acompanhada por um profundo processo de desproteção social e empobrecimento da população idosa, com aumento do número de suicídios, além do crescimento de doenças mentais, como depressão (Gentil, 2006; Jardim, 2009; Bianchi & Severo, 2019); temos ainda, o aumento do abandono de velhos em asilos, já que a capitalização transfere para as famílias os custos com os cuidados com os idosos, o que não é possível para essas famílias, sem contar com a aposentadoria do idoso.

Por fim, ao fixar os discursos com a trajetória do indivíduo eficiente do processo, é possível perceber uma sensibilidade neoliberal em Paulo Guedes, com sua trajetória intelectual marcada pela passagem na Universidade de Chicago nos anos 1980 (sendo orientado por Larry Sjaastad)⁷, momento em que o agente aponta ser a clivagem que o tornaria “ultraliberal”, ou seja, entusiasta do livre mercado, se autoidentificando como parte dos chamados “Chicago oldies”⁸. Adesão aprofundada em curta passagem como pesquisador pela Faculdade de Economia e Negócios na Universidade do Chile, sendo recrutado por Jorge Selume, ex-diretor de Orçamento durante a ditadura de Pinochet.

Após essa experiência, passaria a expressar publicamente o desejo de implementar no Brasil reformas e privatizações semelhantes às empreendidas no contexto chileno, baseadas no receituário de Milton Friedman, Robert Lucas Jr. e Thomas Sargent.

7. Economista, professor e pesquisador da instituição americana, exercendo papel fundamental na recepção de estudantes latino-americanos e na difusão do monetarismo.

8. “Chicago oldies” é referência pitoresca que o ministro recorre em relação ao termo “Chicago boys”, economistas então recém-formados na instituição americana que atuaram no Chile de Pinochet. Diferentemente daqueles, Guedes e sua equipe concluíram seu doutorado há algumas décadas, motivo da adaptação para “oldies”.

Ao analisar sua trajetória nesse período, pudemos mapear suas tomadas de posição marcadas por um tom crítico aos planos econômicos da história recente, como o Cruzado, Verão, Bresser, Collor e o Real, além da expansão dos gastos promovida nos governos petistas (Jardim & Moura, 2021; Moura, 2022), encontrando espaço no campo político apenas no governo Bolsonaro. Para o economista, ao longo desse percurso, o ponto central do problema brasileiro a ser enfrentado era a questão fiscal, não contemplada pelos planos implementados nos governos anteriores.

Apesar do engajamento da equipe de Bolsonaro – especialmente Paulo Guedes – para a aprovação da previdência privada como obrigatória, o projeto de capitalização não foi aprovado pela maioria do Congresso. Na ocasião, o relator da reforma da previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), afirmou que um sistema de capitalização para as aposentadorias “não para em pé” com uma contribuição apenas do trabalhador.

Ademais, o relator pontuou o argumento financeiro, que já sinalizamos no decorrer do texto e para o qual a equipe de Bolsonaro se manteve em silêncio durante toda a campanha para a reforma da previdência, a saber:

Em relação ao regime de capitalização, consideramos que não é o modelo mais adequado para um país cujos trabalhadores têm baixos rendimentos, além de ter elevado custo de transição. Por esta razão, o substitutivo não acata o art. 201-A que a PEC insere no texto permanente da Constituição Federal, assim como não prevê a inclusão do art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, voltado ao mesmo objetivo (Brasil, 2019, p. 79).

Dito isso, a transição do regime de repartição pública para o de capitalização revela-se inviável no Brasil, pois haveria uma desvantagem atuarial (déficit) entre aposentados e ingressantes no sistema.

Conclusão

O artigo buscou compreender o fio condutor da reforma da previdência apresentada pela equipe de Jair Bolsonaro, por meio da análise de discurso do principal agente engajado, Paulo Guedes, considerado o indivíduo eficiente nessa reforma. Nosso objetivo específico foi entender se existe solidariedade na proposta do governo.

Após coleta e análise dos dados, indicamos que a maior parte dos discursos distribuídos por Paulo Guedes e demais agentes complementares na campanha pela reforma da previdência, abordam as desvantagens da Previdência Social, vista como

ineficaz, idealizada ou responsável pelo desemprego e pela falência do Estado. No conjunto dos discursos, houve a predominância de determinado *ethos* econômico nos argumentos da reforma, como, por exemplo, o de ajuste fiscal a longo prazo, o que justificaria a revisão do atual modelo de previdência.

Pontuamos que estigmatizar a Previdência Social como instituição falida é uma estratégia comum na produção narrativa dos governos em contexto de campanha para a reforma da previdência, independentemente do partido político que está no poder. Contudo, destacamos a novidade discursiva da proposta do governo Bolsonaro, que dá ênfase à guerra geracional entre velhos e jovens, explicitada na disputa por investimento em aposentadoria ou educação, assim como na implantação de um modelo obrigatório de previdência capitalizada. Lembramos, ainda, que durante toda a história da Previdência Social, foi a primeira vez que o modelo de capitalização apareceu como obrigatório em um projeto de reforma e não como complementar e facultativo, o que é possível juridicamente desde 1977.

Ao relacionar os discursos produzidos com a trajetória social de Paulo Guedes, pontuamos uma sensibilidade para o credo neoliberal ou ultraliberal do mesmo, devido à sua trajetória acadêmica, integrante da geração chamada “Chicago boys”, economistas formados pela Universidade de Chicago e entusiastas da presença mínima do Estado na economia. Foi orientado por Larry Sjaastad, herdeiro das ideias de Milton Friedman, monetarista reconhecido pela literatura por seus posicionamentos ultraliberaes.

Ao final do artigo, enfatizamos as consequências sociais da alteração de um modelo de previdência de solidariedade redistributiva para uma dita solidariedade individualizante, retomando os casos de países que fizeram essa transição no passado e que na segunda década do século XXI, buscaram rever essa mudança na solidariedade intergeracional, pois a capitalização da previdência teria gerado aumento de depressão, de miséria e de suicídio entre os idosos. Também questionamos sobre a real solidariedade que existiria nesse modelo individualizante, concluindo que a ideia de solidariedade via capitalização é mais uma retórica dos engajados do que uma realidade.

Apesar do projeto de capitalização não ter sido aprovado, a importância desse estudo é mostrar que, em termos cognitivos ou culturais, houve uma movimentação simbólica que pode ser acionada em novos governos sensíveis às crenças ultra neoliberais ou ultraneoliberais.

Referências

BIANCHI, Felipe; SEVERO, Leonardo. Chile: capitalização da previdência faz idosos morrerem trabalhando e suicídio bater recorde. *Fórum*, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/37GRkLS>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora USP, 2008.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Parecer do relator à proposta de emenda constitucional n. 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>>. Acesso em: 02 ago. 2022

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. *Previdência Social e distribuição regional da renda. Texto para discussão n. 1.318*. Brasília: Ipea, 2008.

CASTEL, Robert. *L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Les Éditions du Seuil, 2003.

COHN, Amélia. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1980.

CORREIO BRAZILIENSE. Reforma protegerá os mais jovens, afirma o ministro Paulo Guedes, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3XOWQBv>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

DALL'AGNOL, Laísa. O crescimento do mercado bilionário de planos de previdência privada. *Veja*, 15 nov. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/o-crescimento-do-mercado-bilionario-de-planos-de-previdencia-privada/>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 43, p. 163-176, 2000.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1991 [1893].

DUVAL, Julien. *Le mythe du “trou de la Sécu”*. Paris: Raisons d’Agir, 2007.

BRONZATI, Aline. Com reforma, previdência privada aberta volta a crescer. *O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/com-reforma-previdencia-privada-aberta-volta-a-crescer/>>. Acesso em 01 dez. 2022.

GARCIA-PARPET, Marie France; AFONSO, Camila Bevilaqua. Desconstrução do “trabalho”, gestão individual do ciclo de vida e previsibilidade sobre o futuro. *Anais XX Congresso Brasileiro de Sociologia*. Belém: SBS, 2021.

GUEDES, Paulo. “Reforma protegerá os mais jovens, afirma o ministro Paulo Guedes”. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/30/internas_economia,758788/reforma-protegera-os-mais-jovens-afirma-o-ministro-paulo-guedes.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GENTIL, Denise Lobato. A política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira: Análise financeira do período 1990-2005. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRÜN, Roberto. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 255-297, 2010.

_____. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 7-38, out. 2003.

JARD DA SILVA, Sidney. Sindicalismo, processo decisório e reforma da previdência no governo Lula. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 64, n. 2, 2021.

_____. *Sindicalismo e reforma da previdência na América Latina*. Santo André, SP: Editora UFABC, 2020.

_____. *reforma da previdência em perspectiva comparada: Executivo, Legislativo e sindicatos na Argentina e no Brasil*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2007.

JARDIM, Maria Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *O mercado das previdências: fatores sócio-culturais na criação de mercado*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2002.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves; JARD DA SILVA, Sidney. Difusão da previdência complementar no Estado brasileiro: dos Fundos de Empresa Pública à criação da Funpres. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; BANDEIRA, Denilson; JARD DA SILVA, Sidney (Orgs.). *Difusão de políticas públicas*. v. 1, p. 281-313. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2016.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves; JARD DA SILVA, Sidney. New pension legislation for federal public servants in Brazil. *Global Journal of Human Social Sciences*, v. 15, p. 20-29, 2015.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves; MOURA, Paulo José de Carvalho. Entre a ortodoxia e a heterodoxia: disputa simbólica nos governos petistas (Lula e Dilma) para a imposição da doxa econômica. *Norus – Novos Rumos Sociológicos*, v. 9, p. 52-80, 2021.

LEÃO, Patrícia Bonilha. *A reforma da Previdência Social no Brasil durante os governos Collor/Itamar, FHC e Lula (1990-2003)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2013.

LEBARON, Frédéric. Éditorial: la force des idées zombies. *Savoir/Agir*, v. 38, n. 4, p. 5-8, 2016.

_____. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 2, 2012.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR*, v. 11, p. 905-932, 2022.

LORDON, Frédéric. *Fonds de pension, piège à cons? Mirage de la démocratie actionnariale*. Paris: Raisons d'agir, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. *Análise*, v. 17, p. 345-359, 2006.

_____. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LUCA, Tânia. *O sonho do assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAGNANI, Maira; JARDIM, Maria Chaves; JARD DA SILVA, Sidney. Os fundos de pensão como agentes do capital: estado da arte da literatura recente. *BIB*, São Paulo, n. 93, p. 1-22, 2020.

MARQUES, Rosa Maria. O financiamento da saúde e a lei de custeio da Seguridade Social. *Revista Saúde em Debate*, v. 37, p. 20-25, 1992.

MESA-LAGO, Carmelo. Aging and pension reforms: a look at Latin America. *Harvard Review of Latin America*, v. 19, n. 2, p. 1-12, 2019. Disponível em: <<https://revista.drclas.harvard.edu/book/ mesa-change-title>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Structural reform of social security pensions in Latin America: models, characteristics, results and conclusions. *International Social Security Review*, v. 54, n. 4, p. 535-547, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-246X.t01-1-00105>>.

MONTAGNE, Sabine. *Les fonds de pension: entre protection sociale et spéculation financière*. Paris: Odile Jacob, 2006.

MOURA, Paulo José de Carvalho. Entre a ousadia e o dever de casa: a política fiscal no governo Dilma Rousseff (2011-2014): discursos, agentes e instituições. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, 2022.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sônia M. *(Im)previdência Social: 60 anos de história da Previdência Social*. Petrópolis; RJ: Vozes/Abrasco, 1986.

ORLÉAN, André. *Le pouvoir de la finance*. Paris: Odile Jacob, 1999.

ORTIZ, Isabel; DURÁN-VALVERDE, Fabio; URBAN, Stefan; WODSAK, Veronika. *Reversing pension privatizations: rebuilding public pension systems in Eastern Europe and Latin America*. Geneva: ILO, 2018.

PINHEIRO, Ricardo Pena. *A demografia dos fundos de pensão*. Brasília: Ministério da Previdência Social/Secretaria de Políticas Públicas da Previdência Social, 2007.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, Marcos Rogério. *Banco Central e os sentidos sociais da ação em política monetária: as justificações morais distintas dos usos sociais do dinheiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2017.

SKOCPOL, Theda. *Protecting soldiers and mother: the political origins of social policy in the United States*. Harvard, MA: Harvard University, 1995.

SOCHAZCEWSKI, Antônio Cláudio. Políticas de crescimento e o futuro do Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea; Cepal, 2002.

SÓRIA E SILVA, Sidartha. *Intersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2011.

THÉRET, B. La duperie des fonds de pension. *Le Monde*, p. 97-128, fev. 1999.

VIANA, Karine Dutra Rocha. *As crenças transmitidas por escolas de negócios: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, 2016.



Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023)ⁱ

Recebido: 03.05.22
Aprovado: 25.11.22

Mayra Goulart da Silva (orcid.org/0000-0002-6955-1586),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil e
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasilⁱⁱ.

Vanilda Chaves (orcid.org/0000-0002-0349-3862),
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasilⁱⁱⁱ.

Laura Barbosa (orcid.org/0000-0002-8484-8839),
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil^{iv}.

Resumo: O artigo se insere no rol dos estudos sobre representação política de mulheres e analisa a presença de capital político familiar entre as deputadas federais eleitas para a Câmara dos Deputados no período que compreende a 56ª Legislatura (2019-2023). Inicialmente, as parlamentares foram posicionadas à esquerda, ao centro e à direita, de acordo com suas respectivas ideologias político-partidárias, mensuradas a partir de distintas metodologias. Em seguida, por meio das variáveis “raça/cor”, “escolaridade”, “estado civil”, “presença de filhos” e “estreadas na política”, traçou-se o perfil das eleitas, caracterizado por uma bancada feminina majoritariamente posicionada à direita, branca, altamente escolarizada, casada, com filhos e veterana na política. Por fim, a partir da variável “capital familiar”, constatou-se que o capital político de tipo familiar é um recurso que está presente na trajetória política das deputadas federais estudadas, sobretudo naquelas posicionadas à direita, embora também se mostre relevante para aquelas à esquerda.

Palavras-chave: Representação política de mulheres. Deputadas federais. Capital político familiar.

Elected women and family political capital in the Chamber of Deputies: an analysis of the 56th Legislature (2019-2023)

Abstract: This article is inserted in the studies of women's political representation and examines the presence of family-type political capital among federal deputies elected to the Brazilian Chamber of Deputies, in the period of the 56th legislature (2019-2023). Initially, the parliamentarians were classified as left-wing, center and right-wing, according to their political and party ideologies, measured by different methodologies. Then, we analyzed the variables “race/color”, “education”, “marital status”, “presence or not of children”, “newcomers to politics”. The profile of the elected women was outlined, characterized by women mostly positioned on the right-wing,

i. As referências posteriores a maio 2022 foram inseridas pelas autoras quando da revisão do artigo.

ii. Mayra Goulart da Silva é professora de ciência política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS); coordena o Laboratório de Partidos Eleições e Política Comparada (Lappcom). <mayragoulart@gmail.com>.

iii. Vanilda Chaves é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP), mestra em políticas públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC), com financiamento da Fapesp. <vanildachaves@gmail.com>.

iv. Laura Barbosa é doutoranda em ciências sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio

de Janeiro (PPGCS/UFRRJ); mestra e graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); pesquisadora no Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada/ Mulheres Eleitas (LAPPCOM/UFRRJ/UFRRJ). <lauragb.barbosa@gmail.com>.

white, highly educated, married, with children, and veteran in politics. Finally, from the variable familiar-type political capital, it was found that this type of capital is a resource that is present in the political trajectory of most of the federal deputies studied, especially those positioned on the right-wing, although it also proves to be relevant for those on the left-wing.

Keywords: Women's political representation. Federal deputies. Family-type political capital.

Introdução

Estudos teóricos e empíricos apontam para a relevância e atualidade das estruturas familistas de poder na política institucional. No cenário brasileiro, como destacam Ricardo Costa Oliveira et al. (2017), longe de se tratar de um fenômeno arcaico, ultrapassado ou restrito ao nível local, as famílias políticas se fazem presentes e atuantes nos níveis municipal, estadual e federal, tanto no Legislativo como no Executivo e no Judiciário. Pode-se afirmar, portanto, que as estruturas de parentesco se constituem como aspectos fundamentais da realidade social e política do Brasil no século XXI (Oliveira, 2012).

No que se refere à representação política de mulheres, pedra angular do presente estudo, a literatura sobre familismo político ainda é incipiente, mas pesquisas sobre o tema, desenvolvidas na última década, apontam para uma relação importante entre capital político familiar, gênero e ideologia político-partidária, na medida em que este tipo de capital teria maior prevalência entre as mulheres e, neste grupo, entre aquelas posicionadas à direita (Miguel, Marques & Machado, 2015; Moritz, 2017; Vasconcelos, 2018; Andrade, 2019).

Diante do exposto, o presente artigo buscou analisar a presença de capital político familiar entre as deputadas federais brasileiras eleitas para a 56ª Legislatura (2019-2023), com ênfase na ideologia político-partidária das parlamentares e mediante reflexões sobre os impactos do familismo em sua representação política. A pesquisa se insere no rol dos estudos sobre representação política e almeja suprir parte da lacuna existente nos debates sobre famílias políticas e sua relação com a categoria gênero, agregando contribuições ao ainda incipiente campo de pesquisas sobre o tema.

Nas duas próximas seções, contextualizamos o presente estudo a partir da literatura sobre familismo e política no cenário nacional, com especial interesse nos estudos que abordam a relação entre família, política e gênero. Em seguida, apresentamos o método utilizado na coleta e análise dos dados sobre ideologia político-partidária, perfil das eleitas e capital político familiar. Posteriormente, são apresentados dados gerais sobre o perfil e a trajetória política das eleitas, a partir da relação com o posicionamento ideológico-partidário, com o objetivo de caracterizar nosso objeto

de pesquisa e validar a relevância da variável ideologia. Por fim, examinamos a relação entre posicionamento ideológico-partidário e capital político familiar entre as parlamentares que compõem a bancada feminina da 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Apresentamos, ainda, uma breve análise qualitativa das trajetórias de algumas deputadas, a fim de ilustrar os argumentos aqui apresentados.

A relação entre familismo e política no cenário brasileiro

Estudos sobre genealogia, família e política apontam para a persistência das estruturas de parentesco, não obstante o processo de racionalização e modernização das instituições políticas, ocorrido ao longo das últimas décadas (Canêdo, 1994; Oliveira et al., 2017; Goulart, 2017). No Brasil, tanto no nível local e regional como no nível nacional, a variável família se constitui como fator importante para o sucesso eleitoral (Monteiro, 2016; Oliveira, 2012; 2016), corroborando o argumento de Pierre Bourdieu, de que:

[...] o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas (Bourdieu, 2008, p. 31).

Luis Felipe Miguel (2003), em referência ao conceito de capital político proposto por Bourdieu, sugere que esse tipo de capital tem como base o prestígio e o reconhecimento fornecidos pelos agentes pertencentes ao campo político, podendo, também, ser fornecido por parentes próximos que ocupam posições de liderança política. De acordo com Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado (2015, p. 727), esse capital “[...] opera pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando o acesso aos códigos do *métier* e às redes de compromissos e lealdades.” Neste sentido, pode-se afirmar que a relação de proximidade com sobrenomes importantes constitui fator relevante para aqueles que almejam ocupar cargos políticos, porque contribui para a visibilidade e o prestígio do candidato em disputa, além da possibilidade de pleno acesso a um ambiente pouco penetrável às pessoas comuns, como é o caso daquele ocupado pelas elites políticas (Oliveira et al., 2017).

Ao analisar o resultado das eleições de 2014 para a Câmara dos Deputados, Ricardo Costa Oliveira (2016) constatou que mais da metade dos deputados federais eleitos apresentava vínculos de parentesco político. Não por coincidência, os parlamentares mais votados naquele momento eram provenientes de famílias políticas: entre os 27 “campeões de voto”, 17 tinham parentes próximos na política.

De maneira concomitante, José Marciano Monteiro e Cosma Ribeiro de Almeida (2016) apontam para a existência de uma forte relação entre capital familiar e econômico. Em primeiro lugar porque a presença de capital econômico, historicamente concentrado em famílias políticas tradicionais, torna-se um dispositivo crucial ao acesso a cargos políticos, sobretudo para candidatos novatos, estreantes na carreira política. Em segundo lugar porque, na busca pela maximização dos ganhos econômicos, o capital político familiar se constitui como poderoso aliado, já que os sentimentos recíprocos de proteção gerados por laços familiares afetivos levam os agentes políticos a perpetuar e a ampliar cada vez mais os ganhos conquistados por seu grupo familiar (Alves, 2015).

Neste sentido, a análise das estruturas de parentesco no Congresso Nacional sugere a necessidade de se compreender a representação política e o próprio recrutamento político-partidário em uma perspectiva crítica (Monteiro & Almeida, 2016). A transmissão hereditária de mandatos políticos contraria a perspectiva liberal de igualdade de condições e de neutralidade das regras do jogo, ao mesmo tempo em que contradiz a premissa de separação entre as esferas econômica e política. No limite, diante da constatação de que capital político familiar e capital econômico estão estreitamente vinculados através de complexas estruturas de parentesco, a perpetuação do poder estatal nas mãos de elites econômicas e políticas coloca em cheque a própria ideia de democracia como governo do povo.

Por fim, os resultados das pesquisas que abordam a relação entre familismo e política apontam para a relevância e atualidade do tema, sobretudo no que se refere à análise das trajetórias políticas e das relações de poder entre as elites (Miguel, Marques & Machado, 2015; Oliveira, 2016; Monteiro & Almeida, 2016; Goulart, 2017; Moritz, 2017). Como sugere Oliveira (2012), família ainda importa. Longe de ser um fenômeno do passado, fruto de estruturas de poder arcaicas, o familismo se constitui como variável fundamental para a análise das práticas políticas contemporâneas no Brasil.

Gênero, familismo e política

O debate sobre representação descritiva e substantiva de mulheres

A arena política institucional não só produz, mas também reflete uma série de desigualdades estruturais presentes de forma significativa nos demais espaços da vida social. Dentre essas desigualdades, a de gênero¹ se destaca como uma das mais salientes. Diante dessa constatação, pode-se afirmar que instituições centrais ao

1. A despeito da complexidade, das disputas e dos múltiplos entendimentos inerentes à categoria gênero, para fins analíticos optamos por abordar o conceito em uma perspectiva binária, embora saibamos que ela não esgota as possibilidades a partir das quais as relações de gênero podem ser colocadas. Entendemos que, para os objetivos almejados neste trabalho, a compreensão do gênero em termos de diferenciação entre mulheres e homens contribui para evidenciar o caráter eminentemente político e social de um conjunto de disparidades que, sob outra ótica, poderia ser erroneamente naturalizado ou invisibilizado.

funcionamento da máquina política – como os partidos políticos, o sistema eleitoral e os parlamentos, sob as premissas liberais de universalidade, igualdade e neutralidade – operam como instituições generificadas, na medida em que reproduzem relações de poder desiguais entre sujeitos distintos (Squires, 2008; Mackay, 2008; Lowndes, 2020).

Essa configuração vem sendo estudada por um conjunto consolidado de pesquisadoras que se dedicam a compreender a relação entre representação política descritiva e substantiva de mulheres. O argumento de autoras da teoria política feminista, como Iris Marion Young (2006), Anne Phillips (2001) e Jane Mansbridge (1999), é o de que quem representa importa. Nessa perspectiva, as representantes mulheres estariam mais aptas a representar interesses e demandas de outras mulheres, já que elas estariam proximamente posicionadas no campo social e partilhariam perspectivas sociais parecidas (Young, 2006).

A defesa da representação descritiva caminha *pari passu* com a preocupação acerca dos mecanismos de responsabilização democrática e de prestação de contas. Hanna Fenichel Pitkin (1967), em sua obra seminal *The concept of representation*, sugere a incompatibilidade entre modelo descritivo e *accountability*, uma vez que o foco excessivo em quem representa colocaria em segundo plano o que os representantes fazem, ou seja, a representação substantiva. Para Suzanne Dovi (2007) a representação como descrição estaria associada à ideia de que elites políticas tradicionais, já estabelecidas nos espaços de poder, teriam interesses conflitantes com grupos minoritários e historicamente insulados das arenas decisórias. Neste sentido, a presença de representantes descritivos se constituiria num esforço a mais para uma melhor responsabilização democrática desses grupos (Barbosa, 2019).

Mais do que isso, o argumento central que perpassa a defesa feminista da representação descritiva de mulheres é o de que, por meio da descrição, um conjunto historicamente negligenciado de interesses e perspectivas seria agora incorporado à agenda política (Dovi, 2007). Segundo Karen Celis (2008), no cenário internacional poucos são os estudos empíricos que não demonstram alguma correlação entre o sexo das representantes e a inclusão de iniciativas legislativas favoráveis às mulheres.

De modo geral, a literatura sobre representação política de mulheres aponta para a necessidade de se repensar as práticas representativas tradicionais, a fim de que um conjunto plural de atores, preferências e interesses encontrem espaço nas instituições políticas. Cabe questionar, contudo, em que medida o debate feminista sobre representação descritiva e substantiva de mulheres encontra limitações ao se

deparar, na prática, com a perpetuação de uma lógica arcaica que reproduz estruturas de poder por meio da complexa relação entre parentesco e política.

Isto é, diante do argumento de que a variável família ainda importa, o problema da representação política de mulheres deve ser concebido em uma perspectiva crítica, tendo em conta as especificidades do contexto político institucional brasileiro. Isso significa pensar as questões relativas ao recrutamento político de mulheres considerando o papel central que os partidos, enquanto instituições generificadas (Rezende, 2015), exercem no processo de oferta e seleção de candidatas que almejam cargos públicos eletivos (Norris, 2013; Sacchet, 2011; Araújo, 2005), particularmente se considerarmos que “representantes descritivos precisam ser selecionados baseados no forte relacionamento que mantêm com cidadãos que são injustamente excluídos e marginalizados da política democrática” (Almeida, 2011, p. 90).

No tópico seguinte, um conjunto de dados empíricos coletados por diferentes pesquisadoras nas últimas duas décadas, demonstra como o capital político de tipo familiar é um recurso importante para a entrada e a permanência das mulheres no Poder Legislativo brasileiro. Frente a este cenário, um ponto relevante para a teoria política feminista consiste em pensar de que maneira a reprodução dessa ordem política arcaica impacta a defesa substantiva de agendas políticas no interesse das mulheres.

Mulheres eleitas e a perpetuação das estruturas familistas de poder

O foco do presente estudo não recai necessariamente no problema da ausência de mulheres na política, ou, em outras palavras, no problema da sub-representação política feminina, já ostensivamente analisado por autores(as) como Teresa Sacchet (2011), Luis Felipe Miguel (2010), Richard Fox e Jennifer Lawless (2012), entre outros(as). Busca-se, aqui, lançar luz para a presença das mulheres nos espaços representativos, mais especificamente na Câmara dos Deputados, no período que se refere à 56ª Legislatura, entre os anos de 2019 e 2023. Nosso olhar está direcionado, portanto, àquelas mulheres que conseguiram superar as barreiras institucionais, simbólicas, culturais e históricas (Miguel & Biroli, 2010; Miguel, 2010) e lograram êxito em suas candidaturas, elegendo-se deputadas federais.

Segundo Maria Lúcia Moritz (2017), estudos sobre carreiras políticas identificaram que, para as mulheres, são três as principais portas de entrada para a política institucional:

i. através de laços familiares;

ii. através da militância partidária e sindical; e

iii. por destaque em atividades profissionais.

Para Clara Araújo (2001), Jutta Marx, Jutta Borner e Mariana Caminotti (2007), bem como para Luis Felipe Miguel e Cristina Queiroz (2006), o capital familiar é a rota de acesso mais importante para as mulheres. Isto pode ser evidenciado por pesquisas que demonstram que, nas eleições nacionais, entre os anos de 2002 e 2010, mais da metade das deputadas federais era detentora de algum tipo de capital político familiar (Miguel, Marques & Machado, 2015).

Luana Simões Pinheiro (2007) identificou que, entre as eleitas para a Câmara dos Deputados no ano de 2006, metade eram esposas, ex-esposas, viúvas e filhas de políticos. Moritz (2017) apontou que, no período entre 2006 e 2014, 70% das deputadas federais possuíam maridos ou ex-maridos com vínculos políticos. No caso dos deputados, por sua vez, somente 9% tinham esposas ou ex-esposas com alguma ligação com o campo político. Ludmila Borges de Andrade (2019), ao analisar um período mais amplo (de 1986 a 2014), constatou que, em todas as eleições, as mulheres apresentaram maior índice percentual de vínculos familiares (47,7%); e Alissa Kabichenko de Vasconcelos (2019), em seu estudo sobre a 55ª Legislatura (2015-2019), identificou que 65% das parlamentares possuíam parentes em cargos eletivos, sobretudo pais e cônjuges.

Esses achados sugerem não somente a centralidade do capital político familiar, mas, sobretudo, de um capital herdado que é majoritariamente masculino. Nesse sentido, Monteiro e Almeida (2016) propõem pensar a inserção política das eleitas como estratégia utilizada pelos homens – pais, maridos, ex-maridos e irmãos, por exemplo – a fim de ampliar o patrimônio político familiar e a hegemonia da dominação política masculina. O gênero é, então, entendido como “(...) um recurso a mais – um *plus* – para a ampliação do poder político do grupo familiar, quando associado às estratégias de parentesco” (Monteiro & Almeida, 2016, p. 510).

Diante disso, e retomando o debate da seção anterior sobre representação descritiva e substantiva, cabe questionar quais são, de fato, as expectativas com relação à representação substantiva de mulheres. Em um contexto no qual a inserção política feminina ocorre como possibilidade de manutenção do poder político masculino – sobretudo nos casos em que os homens se tornam inelegíveis pela Lei da Ficha Limpa – há a possibilidade de uma representação política substantiva satisfatória por parte das mulheres eleitas? Ao considerar que há a expectativa de que a eleição de mais mulheres – representação descritiva – leve a uma maior defesa de seus in-

teresses enquanto grupo – representação substantiva –, de que maneira a presença do capital político familiar impacta essa dinâmica? Embora o presente artigo não tenha a pretensão de responder a tais perguntas, apontamos para a necessidade de aprofundamento desta agenda de pesquisa, de modo que a atuação legislativa de parlamentares detentoras de capital familiar se constitua como objeto de investigação e análise à luz da teoria feminista da representação, sobretudo a partir da concepção de política de presença formulada por Phillips (2001).

Vale mencionar que, em estudos comparativos, alguns autores sugerem que a família é uma rota de ingresso tão importante para as mulheres quanto para os homens (Grossi & Miguel, 2001; Miguel, Marques & Machado, 2015; Ramos et al., 2020). Andrade (2019), por exemplo, identificou aumento considerável, ao longo dos anos, no número de parlamentares do sexo masculino com algum tipo de capital familiar, percentual que atingiu um patamar próximo ao das mulheres nas eleições de 2014. Segundo a autora, 5,4% dos deputados federais eleitos no ano de 1986 contavam com parentes na política, ao passo que, no caso das deputadas, esse valor chegou a 40,0% naquele período. Em 2014, por sua vez, os patamares se aproximaram consideravelmente: 48,5% para eles e 53,1% para elas.

Os resultados dos estudos aqui mencionados corroboram a hipótese de que o capital político de tipo familiar é um recurso amplamente utilizado por homens e mulheres no Poder Legislativo brasileiro. Mas, no caso das mulheres, esse recurso aparece com maior frequência e pode ser compreendido como um atalho, um elemento facilitador no acesso a outros recursos e capitais políticos igualmente relevantes. Se, para os homens, o capital familiar é concebido como mecanismo de manutenção do poder político (Moritz, 2017), no caso das mulheres, além de mecanismo de manutenção do poder político masculino (Monteiro & Almeida, 2016), atua como catalisador para o êxito eleitoral frente às barreiras estruturais que elas inevitavelmente encontram no decorrer de suas trajetórias.

Na seção seguinte, trazemos informações acerca da bancada feminina eleita para a 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados, apontando suas especificidades frente às legislaturas anteriores no tocante à ideologia político-partidária, majoritariamente alinhada ao projeto político neoliberal e reacionário de Jair Bolsonaro (Fraser & Jaeggi, 2020). Ao nos basear em dados de estudos anteriores, enfatizamos a significativa relação que parece haver entre capital familiar e ideologia político-partidária, sugerindo que a maior presença de mulheres de direita no parlamento pode indicar, também, uma maior presença de familismo político entre as eleitas.

3.3 A 56ª Legislatura: mulheres eleitas e ideologia político-partidária

Neste trabalho, a variável “ideologia político-partidária” apresenta especial relevância e sua utilização se justifica por dois fatores principais. Em primeiro lugar, embora estudos apontem que o capital político familiar é um recurso que pode ser encontrado em todas as legendas da Câmara dos Deputados, independentemente do vínculo ideológico de referência (Miguel, Marques & Machado, 2015), autores como Moritz (2017) e Miguel e equipe (2015) afirmam se tratar de um recurso muito mais relevante e presente entre as legendas posicionadas à direita. Um de nossos propósitos, portanto, consiste em testar esta hipótese aplicando-a às deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura, objeto de estudo no presente artigo.

Além disso, um segundo fator que atesta a relevância desta variável para o nosso estudo consiste no fato de que as eleições de 2018 foram marcadas por forte polarização nas candidaturas majoritárias, que se refletiu nas candidaturas proporcionais. Destaca-se a presença de clivagens ideológicas profundas entre os principais candidatos à Presidência da República, o baixo ou inexistente consenso sobre um conjunto de questões políticas, econômicas e sociais relevantes e, ainda, questionamentos quanto à legitimidade do próprio sistema político (Sartori, 1982). Cabe ressaltar, porém, o fato de que tal polarização é assimétrica e corresponde à entrada de uma alternativa eleitoralmente viável para a corrida presidencial de um candidato de extrema direita: Jair Bolsonaro (Jorge, Faria & Silva, 2020). Não houve, por parte das legendas de esquerda, um deslocamento em igual proporção. Ao contrário, em virtude do aumento da repercussão da chamada agenda conservadora, que está associada a uma noção de ordem e de família tradicionais, essas legendas recusaram a um conjunto de temáticas tradicionais à esquerda no país, como é o caso do direito ao aborto, por exemplo.

O aumento no percentual de mulheres eleitas posicionadas à direita – resultado que será abordado e comentado na sequência –, alinhadas à agenda política, econômica e de costumes de Jair Bolsonaro, reflete a guinada neoconservadora que se sucedeu no Brasil ao longo da última década. Nesta conjuntura, a coalizão política entre setores religiosos e neoliberais tem buscado o desmantelamento de políticas voltadas para as mulheres e para a população LGBTQIA+, sobretudo por meio do combate à chamada “ideologia de gênero” (Biroli, Machado & Vaggione, 2020; Miguel, 2021). O resultado das eleições de 2018, portanto, trouxe alguns pontos de inflexão para as pesquisadoras interessadas no tema da representação política de mulheres, principalmente porque se trata da maior bancada feminina da história do país – sendo superada apenas nas eleições de 2022² –, ao mesmo tempo em que é, também, uma bancada majoritariamente conservadora e antifeminista.

2. Vinte anos após a introdução das cotas de gênero nas eleições nacionais (Araújo, 2001), a bancada feminina eleita para a 56ª Legislatura foi a maior da história do país — sendo superada somente nas eleições de 2022. A partir de dados dos dois pleitos nacionais anteriores, foi possível constatar que, de 45 deputadas federais eleitas em 2010, passou-se a 51 em 2014. No ano de 2018, por sua vez, 77 mulheres foram eleitas, número que representa 15% do total de 513 deputados federais, e um aumento de 6,2% com relação às eleitas no pleito de 2010. Em 2022, foram eleitas 91 mulheres, o que representa um total de 17,7% da Câmara dos Deputados.

Entendida como um fato social, a distinção esquerda-direita pode fazer sentido mesmo quando despojada de conteúdos essenciais, a partir da observação de que seus contornos específicos mudam ao longo do tempo e espaço. Isso porque tais variações são, de fato, a marca registrada de representações coletivas generalizadas, que perduram precisamente porque são flexíveis (Noël & Thérien, 2008). A pertinência da dicotomia como ferramenta de memória, comunicação e determinação de escolhas coletivas e individuais reside em sua capacidade indefinida de ser enriquecida e renovada.

Deste modo, consideramos que as categorias direita e esquerda têm seus conteúdos preenchidos historicamente e de maneira relacional a partir dos termos da disputa política em cada contexto. Por este motivo, recorrendo a um modelo espacial elaborado por Harold Hotelling para aplicação em questões econômicas, e adaptado por Arthur Smithies para questões políticas, acreditamos que “partidos podem ser ordenados da esquerda para a direita em qualquer sociedade, de uma maneira acordada por todos os eleitores” (Hotelling, 1929; Smithies, 1941, *apud* Salles, 2020, p. 96).

Daí a importância de abordagens que estimulem e ofereçam instrumentos para empreitadas comparativas temporal e espacialmente. Este é o caso das estratégias escolhidas no presente texto, que serão mais bem exploradas na seção seguinte, a fim de mensurar o posicionamento dos partidos políticos brasileiros a partir de uma caracterização espacial do espectro ideológico, quais sejam:

- i. survey* com especialistas (Borges, 2018 *apud* Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2022);
- ii. programas* eleitorais; e
- iii. survey* com deputados (Gayer, Zvarick & Pannunzio, 2018).

Em todas essas abordagens subjaz a aposta na dimensão programática da política, a ideia de que partidos e candidatos desejam implementar um programa político (*program seeking*) como capaz de aportar informações relevantes para aqueles que desejam compreender a performance dos representantes e legendas, sem desconsiderar a importância da dimensão eleitoral, isto é, da busca por cargos (*office* e *vote seeking*) na determinação de seu comportamento político. Sob esta perspectiva, consideramos que partidos e candidatos “propõem políticas para vencer eleições e não vencem eleições para implementar políticas”, ou seja, todos os políticos são movidos pelo objetivo de maximização de votos (*office seeking*) e utilizam seus discursos para elaborar programas e propostas de governo que os permitam competir com seus adversários por eleitores (Salles, 2020, p. 93 e 118).

Como demonstra Donald Stokes (1963), esta elaboração consiste sobretudo na seleção de temas (*issues*) considerados mais *salientes*, ou seja, mais capazes de chamar atenção e de construir vínculos de identificação com os cidadãos. A teoria da saliência, por conseguinte, demonstra que “a disputa política se trava em um espaço multidimensional, em que as preferências são endogenamente constituídas a partir da ênfase seletiva de *issues*” (Salles, 2020, p. 94). No tocante ao nosso objeto de estudo, as deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura (2019-2023), em um contexto de ampla reverberação de discursos conservadores sobre a família e o papel das mulheres na sociedade, isso explica o fato de a questão do aborto, dos direitos reprodutivos e outros *issues* enquadrados no conceito de ideologia de gênero terem se tornado tão importantes na configuração de suas performances discursivas.

Materiais e métodos

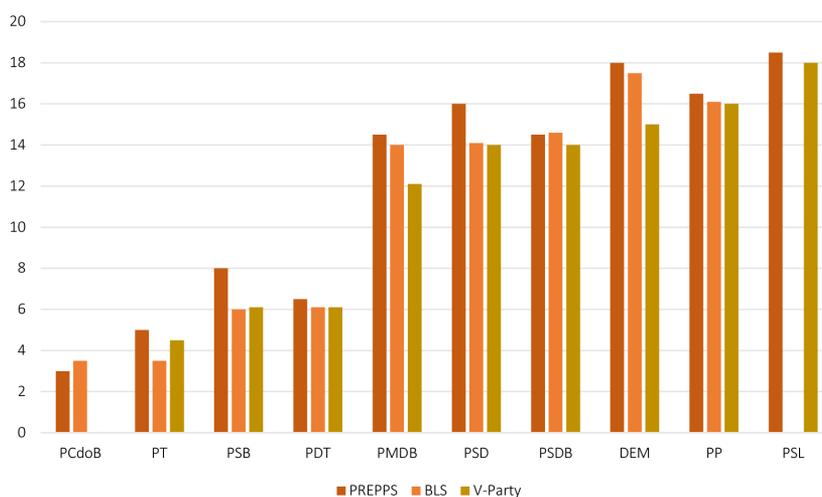
Como critério de atribuição de capital político familiar, foram considerados os ascendentes diretos e o grau de consanguinidade, como mães e pais, avós e avôs, irmãs e irmãos, tias e tios, cônjuges, cunhadas e cunhados, sogras e sogros que ocupam ou tenham ocupado cargos eletivos. No que diz respeito à classificação ideológica, sua observância permite-nos verificar a hipótese de que o capital político de tipo familiar é mais predominante entre as deputadas federais posicionadas à direita do que entre as deputadas federais localizadas à esquerda.

Para a construção do perfil das parlamentares, as informações foram coletadas em múltiplas fontes de pesquisa. Os dados sobre raça/cor, escolaridade e estado civil foram consultados no site DivulgaCand do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e as informações sobre profissão foram retiradas do site da Câmara dos Deputados. Como fonte principal para o capital político de tipo familiar foram consultados os verbetes das deputadas e de seus familiares no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDoc/FGV) e, nos casos em que não existia verbeta, consultamos as páginas oficiais das casas legislativas e as redes sociais e sites oficiais das deputadas federais na internet. Com esses dados, realizou-se uma análise de estatística descritiva para, assim, apresentar as semelhanças e as diferenças no perfil e na trajetória das mulheres eleitas para a 56ª Legislatura na Câmara dos Deputados.

Para a classificação ideológica dos partidos, foi considerada a combinação de metodologias distintas, a fim de abranger o maior número de legendas. Em um primeiro momento, utilizamos a classificação ideológica desenvolvida por André Borges (*apud* Biroli & Avritzer, 2020). O autor estimou a ideologia dos partidos políticos

brasileiros a partir do banco de dados V-Party (V-DEM) 2018, que é um *survey* realizado com especialistas do Brazilian Legislative Survey (BLS) 2017 e que se baseia em autodefinição das legisladoras; e do Political Representation, Executives, and Political Parties Survey (PREPPS) 2019, outro *survey* realizado com especialistas. Para isso, Borges reclassificou a pontuação do BLS em uma escala de 20 pontos, à semelhança do PREPPS, no qual a extrema-esquerda é igual a 1 e a extrema-direita equivale a 20 pontos, conforme mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1
CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS
SEGUNDO AS MEDIDAS DO V-PARTY, BLS E PREPPS



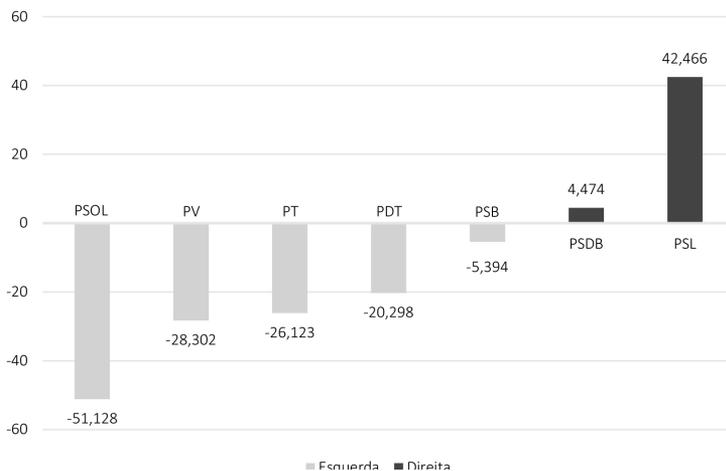
Fonte: Elaborado por André Borges com os dados do V-Party 2018, BLS 2017 e PREPPS 2019.

Também foi consultada a categorização realizada por Vladimir Jorge, Alessandra Maia Terra de Faria e Mayra Goulart da Silva (2020), que estimou o posicionamento dos partidos com base em programas de governo das coligações ou dos partidos políticos com candidatos em disputa para a Presidência da República, entre os pleitos de 1989 e 2018. Conforme a metodologia CMP-MARPOR, calculada por meio do índice de Rile, os candidatos à Presidência e seus respectivos partidos políticos foram posicionados no eixo esquerda-direita; o quadrante inferior (com valores negativos) indica o eixo da esquerda, já o superior (com valores positivos) diz respeito à direita, ilustrados no Gráfico 2.

Por fim, consultamos o *survey* realizado pelo *Estadão*, com 48 das 77 deputadas eleitas em 2018, das quais 43 responderam à pergunta “Qual seu perfil ideológico?” As respostas das legisladoras variaram entre esquerda, centro-esquerda, cen-

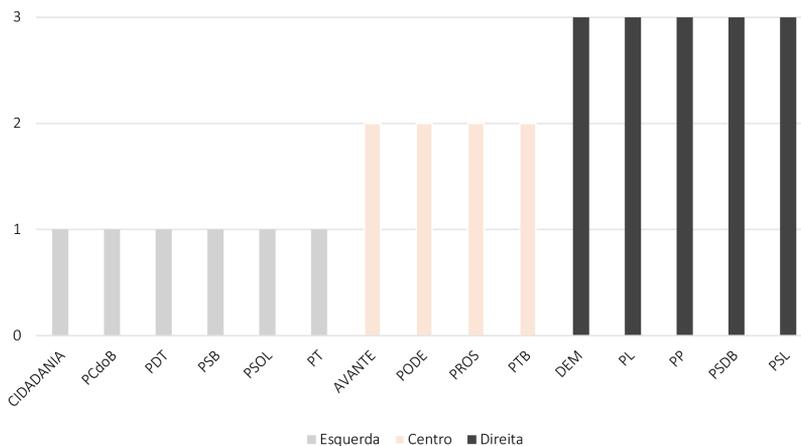
tro, centro-direita e direita. Reclassificamos esses resultados com os eixos esquerda-centro-direita, como mostra o Gráfico 3.

GRÁFICO 2
 POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
 NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989 A 2018,
 SEGUNDO SEUS PROGRAMAS ELEITORAIS



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de Jorge, Faria e Silva (2020).

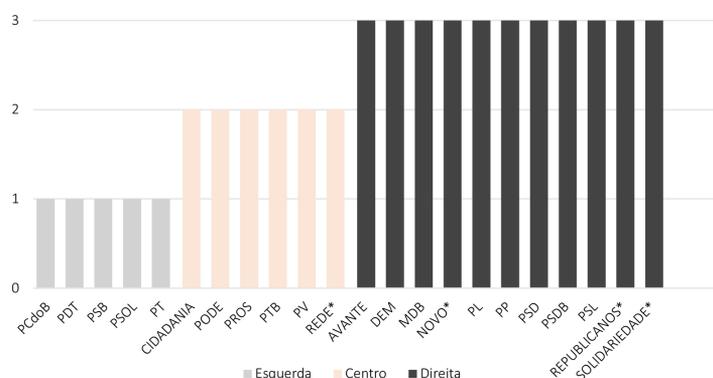
GRÁFICO 3
 PERFIL IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
 SEGUNDO SUAS DEPUTADAS



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Gayer, Zvarick e Pannunzio (2018).

Ao considerar as três metodologias mencionadas, chegamos a uma classificação própria, ilustrada no Gráfico 4. Os partidos que não constam na avaliação das fontes previamente consultadas – a saber, Novo, Rede, Republicanos e Solidariedade – foram classificados com base em relações de proximidade estimadas pelas próprias autoras.

GRÁFICO 4
CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
(CLASSIFICAÇÃO PRÓPRIA)



Fonte: Elaboração própria a partir da categorização de André Borges dos dados do V-Party 2018, BLS 2017, PREPPS 2018; da classificação de Jorge, Faria e Silva (2020); e de survey realizado por Gayer, Zvarick e Pannunzio para o *Estado* com legisladoras (2018).

Esta última classificação será utilizada primeiramente para demonstrar o avanço da representação de mulheres de direita na 56ª Legislatura, já que, por meio da comparação com a 55ª Legislatura, observa-se um número maior de deputadas eleitas por partidos localizados à direita do espectro ideológico. Na sequência, a classificação ideológica será utilizada como variável independente a ser relacionada com a variável de capital familiar com o propósito de observar se a ideologia é um elemento importante para a constituição desse capital político.

Ideologia político-partidária, perfil e trajetória das mulheres eleitas para a 56ª Legislatura

Nesta seção, apresentaremos os principais resultados referentes ao perfil e à trajetória das parlamentares eleitas em 2018. Este esforço encontra eco nas análises sobre origem social e trajetória política de representantes eleitos, a partir do pressuposto de que compreender as características das elites políticas permite-nos ainda tecer considerações sobre padrões hegemônicos de recrutamento político e de êxito eleitoral (Perissinoto & Miriade, 2009; Marques, 2021). A especificidade

deste trabalho reside, porém, no fato de que focamos exclusivamente nas parlamentares mulheres, buscando apontar semelhanças e diferenças no interior do próprio grupo.

A variável “ideologia político-partidária” organiza a análise comparativa em termos de “raça/cor”, “escolaridade”, “estado civil”, “presença ou não de filhos” e “estrestantes na política”. A Tabela 1 mostra o posicionamento ideológico político-partidário das deputadas federais, que foram distribuídas entre as categorias “Esquerda”, “Centro” e “Direita”, conforme explicitado na seção anterior.

TABELA 1
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Posicionamento ideológico	Quant.	%
Esquerda (PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT)	25	32,5%
Centro (CIDADANIA, PODE, PROS, PTB, PV, REDE)	9	11,7%
Direita (AVANTE, DEM, MDB, NOVO, PL, PP, PSD, PSDB, PSL, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE)	43	55,8%
Total	77	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados evidenciam que, entre as 77 deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura, 55,8% (43) estão posicionadas à direita do espectro ideológico político-partidário; 32,5% (25) estão posicionadas à esquerda; e 11,7% (9) ao centro. Trata-se de uma mudança significativa em relação à legislatura anterior (2015-2019), em que 46,3% das eleitas pertenciam a partidos de esquerda, 31,5% a partidos de direita e 22,2% eram oriundas de partidos de centro (Resende & Eptácio, 2016). Vale ainda observar que, dos 22 partidos que conseguiram eleger mulheres em 2018, 22,7% (5) são partidos de esquerda, 27,3% (6) de centro e 50% (11) de direita.

Com base nesses dados, o aumento no percentual de mulheres eleitas para o Parlamento brasileiro, em 2018, significou ainda a ampliação da representatividade da direita e de pautas (*issues*) relacionadas ao conservadorismo, como a ferrenha oposição ao direito ao aborto e a defesa da família tradicional. Tal configuração está relacionada à centralidade que a agenda de gênero adquiriu nos últimos anos no Brasil e na América Latina, tornando-se alvo de disputas entre setores progressistas – sobretudo os movimentos feministas e LGBTQIA+ – e setores conservadores, vinculados à ascensão da extrema direita na região. Os achados apontam para a complexidade do debate sobre representação descritiva e substantiva de mulheres, retratando a investida – por parte de partidos, grupos e atores políticos conserva-

dores – contra as agendas de igualdade de gênero e de diversidade sexual, em que as eleitas para a 56ª Legislatura atuam como protagonistas.

Na Tabela 2, analisamos a distribuição das parlamentares por raça/cor e ideologia político-partidária. Nos três posicionamentos ideológicos – esquerda, centro e direita, respectivamente – as mulheres brancas são maioria.

TABELA 2
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO × RAÇA/COR

	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Branca	19	76,0%	7	77,8%	37	86,1%	63	81,8%
Indígena	0	0,0%	1	11,1%	0	0,0%	1	1,3%
Parda	3	12,0%	1	11,1%	5	11,6%	9	11,7%
Preta	3	12,0%	0	0,0%	1	2,3%	4	5,2%
Total	25	100,0%	9	100,0%	43	100,0%	77	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que, entre as deputadas de esquerda, 76% (11) correspondem à raça/cor branca, ao passo que as pardas e pretas consistem, cada, em 12% (3) do total de parlamentares posicionadas à esquerda, ou, ainda, quando somadas equivalem a 24% (6). Quanto às deputadas de centro, 77,8% (7) são brancas, 11,1% (1) é indígena e 11,1% (1) parda. Entre as parlamentares posicionadas à direita, 86,1% (37) foram identificadas com a raça/cor branca. A raça/cor parda corresponde a 11,6% (5) e a raça/cor preta, 2,3% (1). Esses achados reforçam a percepção de que, para além das disparidades de gênero, as instituições políticas também são constituídas por profundas disparidades raciais.

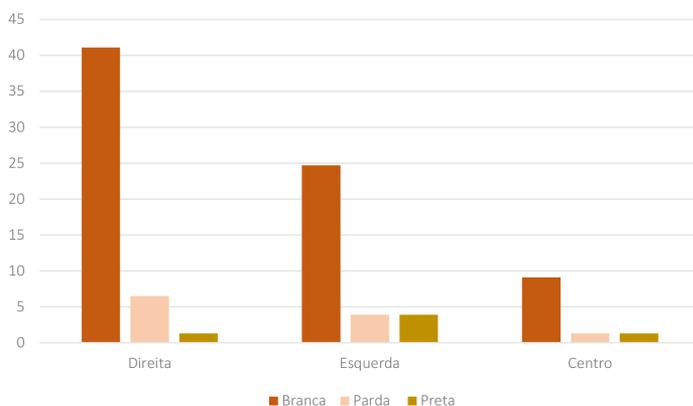
A representação descritiva de mulheres racializadas (pretas, pardas e indígenas) na política brasileira, bem como de mulheres LGBTQIA+, pode ser analisada através das contribuições das teorias feministas e do prisma da interseccionalidade, conceito que “[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). A leitura interseccional sustenta, portanto, a possibilidade de um indivíduo sofrer simultaneamente diferentes formas de opressão com características diversas, tais como gênero, sexualidade, raça, etnia e classe (Krizsan, Skejeie & Squires, 2012; Melo & Silva, no prelo).

Essa perspectiva apresenta-se como um dos elementos-chave para a compreensão da arena política institucional como espaço excludente. Sob a ótica da política de

presença de Phillips (2001), articulada ao que a autora denominou política de ideias – isto é, a representação descritiva e substantiva –, a visão interseccional permite-nos descortinar um conjunto de disparidades tanto no acesso a recursos e a capitais políticos – incluindo o de tipo familiar –, como ainda na própria representação política substantiva de determinados grupos.

O Gráfico 5 apresenta o total de deputadas federais eleitas em 2018, considerando raça/cor e posicionamento ideológico político-partidário. Nota-se dois elementos relevantes para nossa análise: o primeiro é o predomínio das deputadas de direita, que somam 55,8% do total de eleitas, conforme já apontado anteriormente. O segundo é a composição de raça/cor correspondente de cada grupo ideológico sobre o total de deputadas eleitas (N = 77): entre as deputadas de direita, 48,1% são brancas, 6,5% são pardas e 1,3% são pretas, o que soma 55,8% do total de eleitas; já entre as de centro, 9,1% são brancas, 1,3% são indígenas e 1,3% são pardas, somando 11,7% do total; e, por fim, entre deputadas de esquerda, 24,7% são brancas, 3,9% são pardas e 3,9% são pretas, totalizando 32,5%. Com base nesses achados, é possível perceber que o grupo com maior representação na bancada feminina da 56ª Legislatura é o de mulheres brancas de direita.

GRÁFICO 5
PERCENTUAL DE DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018,
CONSIDERANDO RAÇA/COR E POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à escolaridade, não há muita variação: a maioria das deputadas, independentemente do espectro político, cursou o ensino superior. Entre as de esquerda, 92% (23) concluíram o ensino superior; e 8,0% (2) declaram não ter concluído o ensino superior. Entre as que concluíram, 52% (13) possuem o título de bacharelado ou licenciatura; 12,0% (3) pós-graduação (especialização); 24,0%

(6) mestrado; e 4,0% (1) doutorado. Já entre as de centro, 66,7% (6) cursam o bacharelado, enquanto 11,1% (1) não concluiu a graduação e 11,1% (1) concluiu o mestrado e o doutorado. Entre as deputadas de direita há mais diversidade de escolarização: 76,7% (33) concluíram o bacharelado ou a licenciatura e 2,3% (1) possui o nível incompleto; 9,3% (4) possuem pós-graduação (especialização), 4,7% (2) o doutorado; 4,7% (2) declaram ter o ensino médio completo; e 2,3% (1) declara ter o ensino fundamental incompleto.

Com relação ao estado civil, as deputadas casadas somam 44 (57,1%) do total de eleitas (77), enquanto as solteiras são 21 (27,3%) e as divorciadas são dez (13,0%), as viúvas são duas (2,6%). Ao analisar o posicionamento ideológico, nota-se que, enquanto somente nove (36%) parlamentares posicionadas à esquerda são casadas, este estado civil predomina entre aquelas posicionadas ao centro, com seis (66,7%), e à direita, com 29 (67,4%) (Tabela 3). As divorciadas de esquerda são seis (24%), três de centro (33%) e quatro de direita (9,3%). Há mais solteiras entre as mulheres de esquerda, que somam dez (40%), do que entre as de direita, oito (18,6%) e de centro, três (33,3%). Há viúvas apenas entre as mulheres de direita, somando duas (4,7%).

TABELA 3
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:

POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO X ESTADO CIVIL

	Esquerda		Centro		Direita	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Casada	9	36,0%	6	66,7%	29	67,4%
Divorciada	6	24,0%	3	33,3%	4	9,3%
Solteira	10	40,0%	0	0,0%	8	18,6%
Viúva	0	0,0%	0	0,0%	2	4,7%
Total	25	100,0%	9	100,0%	43	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Outra variável de interesse nesta pesquisa foi a presença ou não de filhos entre as parlamentares (Tabela 4). Os resultados indicam que a maioria das parlamentares é mãe: entre as 77 eleitas, 58 tiveram filhos (75,3% do total) e 17 (22,1%) não tiveram. Entre aquelas que são mães, 36 (62,1%) são de direita, enquanto 17 (29,3%) são de esquerda e cinco (8,6%) são de centro. Já entre as que não têm filhos, o maior grupo é de deputadas de esquerda, com 47,1% (8), já 29,4% (5) são de direita e 23,5% (4) são de centro. Não há informação para 4,7% (2) das eleitas.

Os achados das tabelas permitem algumas observações. Nota-se que, no caso das deputadas federais de esquerda, há a prevalência de modelos familiares não hegemônicos, que não coincidem com o ideal conservador e patriarcal, na medida em

TABELA 4
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO × PRESENÇA DE FILHOS

	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
Sim	17	29,3%	5	8,6%	36	62,1%	58	100,0%
Não	8	47,1%	4	23,5%	5	29,4%	17	100,0%
NA	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	2	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

que boa parte delas é solteira e não tem filhos. As parlamentares de direita, por sua vez, se encontram no polo oposto: a maioria é casada com filhos. Há, portanto, entre este grupo de mulheres, o predomínio de um modelo familiar convencional, muito mais alinhado aos valores da chamada “família tradicional”, classificada como aquele arranjo “heteronormativo e fundado na dominação paterna” (Miguel, 2021, p. 3), que supostamente estaria sendo colocado em risco pelo avanço das pautas feministas e LGBTQIA+.

A partir do objetivo proposto nesta seção, para mapear a trajetória das parlamentares é relevante identificar as rotas de acesso à política, isto é, as formas pelas quais elas acessam a política institucional. Deste modo, buscamos identificar se as deputadas eram ou não estreantes na política, em relação ao posicionamento ideológico político-partidário. Em 2018, 20 das 77 deputadas federais, ou seja, 26% desse total, foram eleitas para seus primeiros mandatos, o que quer dizer que, até aquele momento, elas nunca haviam disputado uma eleição a nível local ou nacional. Por outro lado, 74% (57) eram veteranas, isto é, já haviam disputado alguma eleição, mesmo não tendo sido eleitas.

TABELA 5
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO × ESTREANTES NA POLÍTICA

	Esquerda		Centro		Direita	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	2	8,0%	4	44,4%	14	32,6%
Não	23	92,0%	5	55,6%	29	67,4%
Total	25	100%	9	100%	43	100%

Fonte: Elaboração própria.

Identificamos, conforme indicado na Tabela 5, que entre as deputadas de esquerda a maioria não é estreante na política, de modo que 92% (23) já havia disputado outras eleições; e 55,6% (5) das deputadas de centro e 67,4% (29) das deputadas de

direita também possuem alguma experiência eleitoral. Deste modo, somente 8% (2) das mulheres de esquerda; 44,4% (4) das de centro; e 32,6% (14) das de direita são estreantes. Comparativamente, portanto, o pleito de 2018 marcou a eleição e o ingresso na política de mais mulheres de direita – que representam 70% (14 de um total de 20) – do que de esquerda e de centro (10% e 20% respectivamente).

O objetivo desta seção consistiu em caracterizar as deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura e, também, corroborar a relevância da variável ideologia na análise de tais características. Os dados gerais de perfil e trajetória revelam uma bancada feminina majoritariamente posicionada à direita, branca, altamente escolarizada, casada, com filhos e veterana na política, apontando a presença de um padrão homogêneo de recrutamento político e de sucesso eleitoral entre as parlamentares brasileiras. Quando observamos pela lente do posicionamento ideológico, por sua vez, é possível observar disparidades, sobretudo quanto à configuração familiar das eleitas. Na seção seguinte, será abordado o tema central deste trabalho, a saber, a análise da presença de capital político de tipo familiar entre as deputadas federais eleitas em 2018.

Posicionamento ideológico político-partidário e capital político familiar

Frente à premissa de que família ainda importa, o capital político familiar consiste em uma importante rota de ingresso na política, uma vez que facilita o acesso a um conjunto de códigos, redes e recursos que são atrativos não apenas para os partidos políticos, mas também para o próprio eleitorado. Além disso, em muitos casos pode ser combinado a outros tipos de capitais, constituindo-se, portanto, como recurso valioso, ainda que não seja o único determinante para o êxito eleitoral³.

Os dados apontam que quase metade (48,1%) das deputadas federais detém algum tipo de capital político familiar. Este resultado se aproxima do que foi encontrado por autores(as) como Pinheiro (2007) e Miguel, Marques e Machado (2015) ao analisarem pleitos anteriores, como já mencionado, e aponta para a pouca oscilação ao longo do tempo no percentual de mulheres eleitas com parentes na política. Em comparação com os resultados encontrados por Andrade (2019) no período de 1986 a 2014, os achados das eleições de 2018 se aproximam dos percentuais das eleições de 1994 (46,6%), 1998 (46,1%) e 2002 (51,2%). Ainda a partir dos dados obtidos pela autora, constatamos que o percentual de capital político familiar entre as deputadas eleitas para a 56ª Legislatura é o menor das últimas duas décadas.

Com base nos resultados da presente pesquisa, também é possível constatar que, entre as parlamentares de direita, 58,1% (25) possuem ou já possuíram parentes

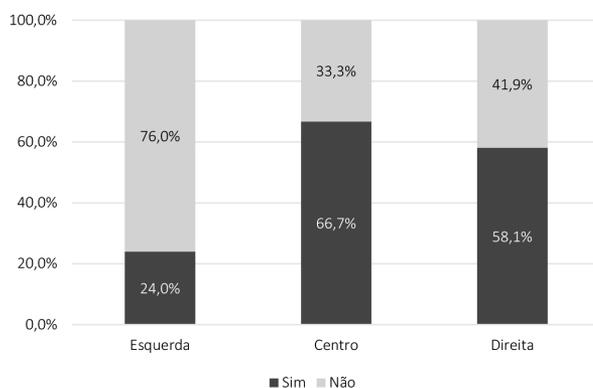
3. Também não há como afirmar que contar ou não com capital político pode ser determinante para o sucesso eleitoral dessas mulheres. Há uma série de outros fatores que devem ser considerados, os quais não serão abordados neste trabalho.

ocupando cargos na política, ao passo que 41,9% (18) não detêm capital político familiar. Entre as deputadas ao centro, constatou-se que 66,7% (6) possuem parentes na política, contra 33,3% (3) que não possuem. Um padrão diferente foi encontrado entre as legisladoras de esquerda: enquanto 24% (6) delas têm laços familiares com políticos, 76% (19) não possuem esse tipo de vínculo.

Frente a este achado, percebe-se que o percentual de deputadas federais de direita e de centro que detêm capital familiar é consideravelmente maior do que o percentual total de eleitas que possuem este tipo de capital. No caso das deputadas à esquerda, o padrão se inverte: o percentual de parlamentares que possuem parentes na política equivale à metade do percentual total, ou seja, está bem abaixo do que foi constatado para as eleitas posicionadas ao centro e à direita. Esta constatação corrobora a hipótese, apresentada em estudos anteriores (Miguel, Marques & Machado, 2015), de que o capital político familiar é um recurso especialmente relevante para as mulheres políticas de direita e de centro. Entre as de esquerda há, provavelmente, capitais políticos que perpassam um conjunto de dinâmicas participativas e associativas, como a militância em movimentos sociais e sindicais, por exemplo.

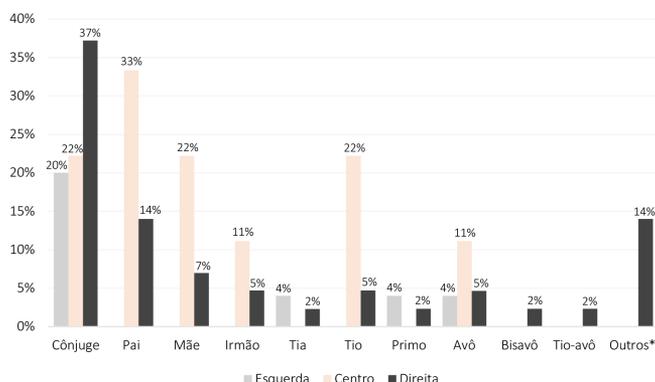
Vale mencionar que o predomínio de certo tipo de capital político não anula a possibilidade de que outros mecanismos e recursos possam também contribuir para o sucesso eleitoral. Na verdade, a combinação de capitais políticos diversificados, como o familiar, o econômico, o midiático e o social, favorece o acúmulo de conhecimentos, contatos, experiências e recursos que são fundamentais àquelas que almejam cargos políticos.

GRÁFICO 6
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO × CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 7
DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2018:
DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR



* A categoria "Outros" inclui cunhadas(os), sogras(os), etc.
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição do capital político familiar, a principal fonte de capital para as deputadas de direita (37%) e para as de esquerda (20%) são os cônjuges, enquanto para as de centro (33%), são os pais, conforme ilustra o Gráfico 7. Os dados são congruentes com aqueles encontrados por Pinheiro (2007) e Monteiro e Almeida (2016), ao estudarem as deputadas federais eleitas nos anos de 2006 e de 2014, respectivamente. Aponta-se, portanto, para a presença, ao longo das últimas duas décadas na Câmara dos Deputados brasileira, de um capital político familiar que é essencialmente masculino e generificado.

Historicamente, o casamento apresenta-se como instituição fundamental para a ascensão de atores políticos emergentes e, sobretudo, para a manutenção do poder político entre as elites estabelecidas. Nessa dinâmica, a figura feminina possui papel central a partir de dois aspectos principais. O primeiro pode ser constatado no trabalho de sociologia genealógica realizado por Oliveira (2016). O autor demonstrou que mulheres provenientes de famílias políticas tradicionais contribuem, por meio do matrimônio, para a ascensão política e social de indivíduos cujas origens sociais estão fora dos círculos da classe dominante.

O segundo aspecto pode ser observado a partir dos dados encontrados na presente pesquisa. O fato de que a principal fonte de capital político familiar entre as eleitas é proveniente dos cônjuges pode ser interpretado como um mecanismo de manutenção e/ou de expansão do poder político masculino e familiar através das mulheres. Por outro lado, também é possível compreender esse achado como mais uma entre tantas outras ferramentas e estratégias utilizadas por elas para obterem êxito eleitoral.

O argumento de que o capital masculino herdado é um recurso a mais para a manutenção e ampliação do poder político masculino necessita ser cuidadosamente discutido e investigado, uma vez que ele tende a reforçar a noção patriarcal de que as mulheres atuam politicamente subordinadas à vontade dos homens. Tal perspectiva é arriscada porque, entre outras coisas, despoja estas representantes da capacidade de agência, ou seja, da capacidade de agir politicamente de maneira autônoma e independente (Avanza, 2020).

São poucas as fontes de capital familiar para as deputadas de esquerda: conforme já mencionado, a principal delas é a de cônjuges; seguida por tia, primo e avô, que somam 4% (1) cada. Entre as deputadas de esquerda, Marília Arraes (PT) é uma das deputadas que concentra alguns desses capitais, porque sua família tem uma atuação histórica na política de Pernambuco: é neta de Miguel Arraes que, desde os anos 1950 atuava na política pernambucana, tendo ocupado os cargos de deputado estadual, governador e deputado federal (ambos por três mandatos); sobrinha de Ana Arraes, que foi deputada federal por dois mandatos; e prima de Eduardo Campos, que foi deputado estadual, deputado federal por três mandatos, governador de Pernambuco por dois mandatos e candidato à Presidência da República. Marília Arraes iniciou sua carreira política no movimento estudantil e, ainda jovem, ingressou na política ocupando cargos comissionados no governo de seu primo. Esse é, portanto, um dos casos em que um forte capital político familiar foi somado à sua atuação nos movimentos sociais.

Entre as deputadas de centro o capital familiar advém principalmente dos pais; em seguida aparecem cônjuges, mães e tios, que somam 22,2% (2) cada; e, por fim, aparecem irmão e avô, somando 11,1% (1) cada. A deputada federal Greyce Elias (AVANTE) é um exemplo interessante entre as deputadas desse grupo. Ela detém capital advindo de seu cônjuge, que foi vereador de Belo Horizonte; capital advindo da mãe e do avô, ambos ex-vereadores; e do tio, que foi prefeito de Patrocínio-MG. Há, ainda, o caso de Renata Abreu (PODE): filha de José de Abreu, que foi deputado federal por dois mandatos, e sobrinha de Dorival Abreu, também ex-deputado federal e um dos fundadores do Partido Trabalhista Nacional (PTN) em 1986.

Em contraste, entre as deputadas de direita, o capital familiar advém principalmente dos cônjuges, 37,2% (16); enquanto para 14% (6) esse capital advém dos pais e para 7% (3) das mães. As outras fontes de capital são: irmãos, tios e avôs, que somam 4,7% (4) cada; e, primo, bisavô e tio-avô somam 2,3% (1) cada. A categoria outros, que agrupa sogras, sogros e cunhados, soma 14% (6).

Mais variado em termos de fonte de capital do que o grupo das deputadas de esquerda e de centro, entre as deputadas de direita há aquelas que apresentam uma maior frequência de capital político de tipo familiar do que outras, como a deputada Tereza Cristina (DEM). Ela vem de uma família tradicional na política mato-grossense, que data do início do século XIX: seu bisavô foi um dos primeiros governadores do Mato Grosso; seu avô foi governador, prefeito e senador; e seu tio-avô foi deputado federal.

Semelhante ao caso anterior, a deputada federal Iracema Portella possui capital advindo de diversos familiares: seu cônjuge foi senador e presidente nacional do PP; seus pais, Lucídio Portela, ex-governador e senador pelo Piauí, e Myriam Nogueira, ex-deputada federal e deputada Constituinte, tendo sido a primeira deputada eleita no estado; e seus tios e primos (em segundo grau), que foram governadores do Piauí, além de terem sido senadores e deputado federal.

Por fim, é interessante observar que entre as estreantes na política, menos da metade apresenta capital familiar 40% (8), e destas nenhuma é de esquerda: 62,5% (5) são de direita e 37,5% (3) de centro. Em outras palavras, percebe-se que o maior percentual de estreantes no pleito de 2018 está entre as deputadas federais de direita e, dentro deste grupo de novatas, a maioria conseguiu se eleger sem capital político familiar. Em nossa hipótese, uma importante rota de ingresso para essas mulheres se deu através da militância antipetista e anticorrupção, bem como da defesa pública de pautas religiosas e conservadoras, sobretudo através das mídias sociais, além do apoio ao então candidato e, posteriormente, presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Isso demonstra que o capital político familiar não é a única forma de acesso à política e, mais especificamente, à Câmara dos Deputados, pois mesmo entre as deputadas federais de esquerda – que é o grupo com menos eleitas no pleito aqui analisado – há mulheres sem experiência pregressa na política institucional, sugerindo que não há apenas uma rota de acesso à arena política. Contudo, os caminhos mais comuns, de acordo com a literatura, são por meio de capital político de tipo familiar, exposição midiática, via cargos políticos anteriores ou via participação em movimentos sociais (Miguel, Marques & Machado, 2015; Ramos et al., 2020).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a presença de capital político familiar entre as deputadas federais eleitas para a Câmara dos Deputados no ano de 2018. Os dados coletados sobre perfil e trajetória das eleitas mostram uma banca-

da feminina majoritariamente branca, altamente escolarizada, casada, com filhos e veterana na política. As diferenças mais marcantes surgem quando observamos, pela lente da ideologia político-partidária, os achados sobre configuração familiar, por meio das variáveis “estado civil” e “presença ou não de filhos”, e sobre capital político familiar, que é o foco principal de nosso estudo.

Os achados demonstram que a bancada feminina da 56ª Legislatura está mais posicionada à direita, contrariando os resultados obtidos em pleitos anteriores. Tais dados refletem a guinada conservadora do cenário político nacional, que se intensificou a partir de junho de 2013 e se institucionalizou nas eleições de 2018, com a chegada do bolsonarismo ao poder (Lacerda, 2019; Biroli, Machado & Vaggione, 2020).

Constatou-se que o capital político de tipo familiar é um fenômeno particularmente importante para as parlamentares de direita e de centro, corroborando a hipótese formulada pela literatura sobre o tema. De modo geral, apesar de arcaico, trata-se de uma ferramenta estratégica para as mulheres que decidem ingressar na carreira política, porque facilita o acesso a recursos como rede de contatos, dinheiro e certo conhecimento prévio das regras formais e informais que regulam o jogo político (Miguel & Biroli, 2010), mormente se considerarmos as tradicionais barreiras que elas encontram para acessar o campo político.

Chama atenção o fato de que, tanto para as deputadas federais de direita como para as de esquerda, a principal fonte de capital político familiar são os cônjuges, sugerindo que o casamento segue sendo uma variável determinante na carreira política/profissional das mulheres. Os dados permitem inferir que se trata de um capital político de tipo familiar e masculino, atestando que apesar dos avanços das últimas décadas, os homens seguem se constituindo como atores importantes, ainda que não determinantes, para o êxito político das mulheres.

A pesquisa contribuiu para lançar alguns questionamentos que consideramos importantes para o avanço dos estudos sobre gênero e familismo político no Brasil. Entre eles, destaca-se a necessidade de investigar a atuação de legisladoras oriundas de famílias políticas à luz da teoria feminista da representação, a fim de avaliar o peso que o capital político familiar majoritariamente masculino possui sobre a representação substantiva dessas mulheres. Por outro lado, há de se considerar que esta é apenas uma entre tantas estratégias e rotas de acesso e permanência na política, que se soma a outras, como o associativismo, a atuação em movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Referências

ALMEIDA, Débora Rezende de. *Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais*. Curitiba: Nova Letra, 2015.

ANDRADE, Ludmila Borges de. *Carreira política e capital familiar no Brasil: a presença da família na política, para os deputados e deputadas federais eleitos(as), entre 1986 e 2014*. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2019.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, 2005.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.

AVANZA, Martina. Using a feminist paradigm (intersectionality) to study conservative women: the case of pro-life activists in Italy. *Politics & Gender*, v. 16, 2020.

BARBOSA, Laura Gomes. *A representação substantiva de mulheres à luz da teoria construtivista: potencialidades e limitações para a análise empírica*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BIROLI, Flávia; AVRITZER, Leonardo. Esquerda e eleições de 2020. *Observatório das Eleições*, 1 dez. 2020.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papiрус, 9. ed., 2008.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. *Revista Textos de História*, v. 2, n. 3, p. 85-122, Brasília, 1994.

CELIS, Karen. Studying women's substantive representation in legislatures: when representative acts, contexts and women's interests become important. *Representation*, v. 44, n. 23, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

DOVI, Suzanne. *The good representative*. Hoboken, NJ: Blackwell Publishing, 2007.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GAYER, Eduardo; ZVARICK, Leonardo; PANNUNZIO, Pedro. Entre as deputadas federais eleitas, consenso só no que já é consenso. *O Estado de S. Paulo*, 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/entre-as-deputadas-federais-eleitas-consenso-so-no-que-ja-e-consenso>>.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Assembleia Legislativa do Paraná: a força das linhagens políticas e das relações de parentesco. *Revista NEP-UFPR*, v. 3, n. 3, p. 175-194, ago. 2017.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-200, 2001.

JORGE, Vladimyr Lombardo; FARIA, Alessandra Maia Terra de; SILVA, Mayra Goulart da. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 33, 2020.

KRIZSAN, Andrea; SKJEIE, Hege; SQUIRES, Judith. *Institutionalizing Intersectionality: the changing nature of European equality regimes*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOWNDES, Vivien. How are political institutions gendered? *Political Studies*, v. 68, n. 3, p. 543-564, 2020.

MACKAY, Fiona. "Thick" conceptions of substantive representation: women, gender and political institutions. *Representation*, v. 44, n. 2, p. 125-139, 2008.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". *The Journal of Politics*, v. 61, n. 3, 1999.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB*, n. 95, 2021.

MARX, Jutta; BORNER, Jutta; CAMINOTTI, Mariana. *Las legisladoras: cupo de género y política en Argentina*. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella; UNDP Argentina; Siglo XXI, 2007.

MELO, Jéssica; SILVA, Mayra Goulart. *Deputadas federais eleitas em 2018: uma análise interseccional sobre a representação política de mulheres*. No prelo.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 62, 2021, :e216216.

_____. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª Legislatura no Congresso Nacional. *Revista Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 2, n. 2, 2016.

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20. p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio-ago., 2006.

MONTEIRO, José Marciano; ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Parentesco, poder político e representação feminina na 55ª Legislatura na Câmara Federal. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *Nepotismo, parentesco e mulheres*. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016.

MORITZ, Maria Lúcia. Familismo e gênero no Congresso brasileiro (2006-2014). *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, 2017.

NOËL, Alain; THÉRIEN, Jean-Philippe. *Left and right in global politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. *Nepotismo, parentesco e mulheres*. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016.

_____. *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, 2017.

PERISSINOTTO, Renato Monssef; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: candidatas e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2, 2009.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley; Los Angeles, CA: University of California Press, 1967.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. *Gênero na Amazônia*, n. 4, Belém, jul./dez. 2013.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. *Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política*. São Paulo: FGV Direito SP, 2020.

RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes. Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *Nepotismo, parentesco e mulheres*. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016.

REZENDE, Daniela Leandro. *Qual o lugar reservado às mulheres? Uma análise genealógica de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Câne Editorial; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SALLES, Nara. Do paradoxo à competição: o lugar da dimensão programática nas disputas eleitorais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 32, p. 93-133, maio/ago. 2020.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SQUIRES, Judith. The constitutive representation of gender: extra-parliamentary representations of gender relations. *Representation*, v. 44, n. 2, p. 187-204, 2008.

STOKES, Donald. Spatial models of party competition. *American Political Science Review*, v. 57, n. 2, p. 368-377, 1963.

VASCONCELOS, Alissa Kabichenko de. *Dinastias políticas e gênero: uma análise das deputadas federais da 55ª legislatura (2015-2019)*. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, v. 67, São Paulo, 2006.



)

Leyes subnacionales de paridad de género y unicameralidad: Córdoba (Argentina) como caso testigo

Recibido: 29.08.22
Aprovado: 21.02.23

Mila Francovich (orcid.org/0000-0002-7838-0272),
Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Psicología.
CONICET, Instituto de Investigaciones Psicológicas (IIPsi), Argentinaⁱ.

Lorena Saletti Cuesta (orcid.org/0000-0002-0989-4093),
Universidad Nacional de Córdoba. CONICET, Centro de Investigación y Estudios
sobre Cultura y Sociedad (CIECS)., Argentinaⁱⁱ.

Silvina Brussino (orcid.org/0000-0002-1087-644X),
Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Psicología.
CONICET, Instituto de Investigaciones Psicológicas (IIPsi)., Argentinaⁱⁱⁱ.

i. Mila Francovich es doctoranda en psicología y licenciada en psicología por la Universidad Nacional de Córdoba. Integrante del Instituto de Investigaciones Psicológicas, Córdoba, Argentina. <milafrancovich@unc.edu.ar>.

ii. Lorena Saletti Cuesta es doctora por la universidad de Granada, licenciada en psicología por la Universidad Nacional de Córdoba; investigadora adjunta del Centro de investigación y estudios sobre cultura y sociedad de Córdoba, Argentina. <lorenasaletti@unc.edu.ar>.

iii. Silvina Brussino es doctora en psicología, investigadora principal del CONICET; profesora titular de la Universidad Nacional de Córdoba y directora del Instituto de Investigaciones Psicológicas (CONICET y UNC). <silvina.brussino@unc.edu.ar>.

Resumen: Este estudio explora el impacto de las leyes de paridad de género vigentes en la provincia de Córdoba en los últimos veinte años. Desde su implementación, tales normativas han contemplado un criterio de paridad vertical por el cual las listas electorales deben conformarse con un porcentaje equivalente de mujeres y varones, organizado con una alternancia secuencial aplicada tanto a titulares como a suplentes.

Sin embargo, el efecto de estas normativas se debilita al aplicarse en Cámaras Legislativas como la de Córdoba, organizada bajo un sistema mixto que combina bancas correspondientes a distritos plurinominales y uninominales.

Este estudio analiza la composición de la Unicameral Cordobesa, evidenciando los obstáculos que imposibilitan alcanzar una composición paritaria en la Cámara. Los resultados dan cuenta también de la subrepresentación de mujeres en otros roles jerárquicos dentro de la Cámara y en los Ministerios. En base a los hallazgos se realizan una serie de recomendaciones.

Palabras clave: Paridad de género. Leyes. Participación política. Poder legislativo. Mujeres.

Subnational laws of gender parity and unicamerality: Córdoba (Argentina) as a witness case

Abstract: *This study explores the impact of gender parity laws after 20 years in Cordoba. Since their implementation, such regulations have contemplated a vertical parity criterion by which the electoral lists must conform to an equivalent percentage of women and men, organized with a sequential alternation applied to both titular and substitutes positions.*

However, this legislation's benefits are eroded by Cordoba's legislature characteristics; organized under a mixed system that combines seats corresponding to plurinominal and uninominal districts.

The study collects data from secondary sources focusing on Cordoba's legislature characteristics, highlighting the obstacles to achieve gender parity in the legislature. The results also show the underrepresentation of women in other hierarchical roles within the Chamber and the Ministries.

Keywords: Gender parity. Laws. Political participation. Legislative power. Women.

En las últimas décadas, a escala global y en particular en la región latinoamericana, se presentan profundos debates en torno a la ausencia y subrepresentación de mujeres en la esfera pública y en espacios de toma de decisiones. En el ámbito de la política formal, estos cuestionamientos no solo emergen en clave de desigualdad de oportunidades en el acceso a cargos de representación, sino también en términos de legitimidad democrática (Rubio-Marín, 2020).

En consecuencia, desde inicios de los '90 hasta la actualidad es posible identificar una multiplicidad de medidas orientadas a resarcir la exclusión de las mujeres de la política partidaria, entre las cuales se destacan las leyes de cupos y de paridad de género (Caminotti & Freidenberg, 2018). Estas iniciativas, denominadas "acciones afirmativas", son leyes y programas que reconocen el carácter estructural y sistémico de las desigualdades entre varones y mujeres y que por lo tanto comprenden la importancia de las medidas compensatorias para erradicar estas asimetrías (Cuerda, 2021).

Tal como postula Flavia Freidenberg (2021), estos avances legales y constitucionales pueden ordenarse en cuatro olas de reformas; cada una de ellas caracterizada por el tipo de modificaciones que buscan generar.

La primera de estas se caracteriza por la sanción de leyes de cupo o cuotas, las cuales establecen a los partidos políticos la obligatoriedad de contar con un porcentaje determinado de mujeres en sus listas electorales. La segunda ola, se enfoca en la incorporación de medidas tendientes a prevenir y evitar el incumplimiento de las cuotas o cualquier acción que atente contra el espíritu de estas leyes. En el caso de la tercera ola, el rasgo distintivo es la búsqueda de paridad; a través de normativas se busca ampliar el cupo a una participación numérica equivalente entre mujeres y varones. Finalmente, en la cuarta ola, se multiplican las medidas tendientes a fortalecer las normativas de paridad y hacer frente a los obstáculos que se presentan con su implementación (Freidenberg, 2021).

En el caso de Argentina, es posible identificar modificaciones y nuevas legislaciones correspondientes a cada uno de los períodos de reformas diferenciados por Freidenberg (2021). Además, cabe destacar que Argentina da inicio a la ola de reformas, siendo el primer país del mundo en sancionar una ley de cupo femenino. A

través de la Ley Nacional n. 24.012, promulgada en 1991, se estableció a los partidos políticos la obligatoriedad de que las mujeres conformarán al menos el 30% de las candidaturas para las cámaras legislativas (Archenti, 2014).

Debido a las resistencias y discrepancias interpretativas que encontró esta normativa, desde su sanción se emitieron diversos Decretos Reglamentarios que permitieron su fortalecimiento (Altamirano & Mulet, 2018). Estos Decretos incluyeron aspectos propios de la segunda ola: buscaban eliminar cualquier maniobra o “válvula de escape” que habilitara el incumplimiento de la cuota o que atentara contra el espíritu de dicha ley (Caminotti & Freidenberg, 2016).

Hacia fines de 2017, Argentina se ubica en la tercera ola de reformas con la sanción de la Ley Nacional n. 27.412 de Paridad de Género. La misma estableció la obligatoriedad de “paridad vertical”; un criterio por el cual la confección de las listas de candidatas/os electorales debe realizarse con una alternancia secuencial de mujeres y varones, aplicada tanto a titulares como a suplentes (Tula, 2021). Posteriormente, se desarrollan medidas propias de la cuarta ola, buscando abordar los obstáculos que representa su implementación. Se enfoca particularmente en el denominado “backlash”, definido como el recrudecimiento de la violencia hacia las mujeres frente al incremento de su participación en espacios de toma de decisiones, lo cual es percibido por los varones como una amenaza en la disputa por el poder (Gilas, 2020).

De esta forma, a fines de 2019 se reforma la Ley Nacional n. 26.485 de protección integral de las mujeres, agregando en sus artículos 3 y 4 la violencia política como un tipo de violencia y ámbito en el que ésta puede desarrollarse.

Sin lugar a dudas, estas reformas legislativas implican una ampliación en los derechos políticos de las mujeres argentinas. No obstante, su carácter binario perpetúa la invisibilidad y marginación de personas con identidades de género disidentes. Además, podemos señalar que estas leyes, contradicen los objetivos de la Ley Nacional n. 26.743 de Identidad de Género vigente en Argentina desde 2012 y del decreto Decreto 476/2021 que incorporó la posibilidad de optar por la nomenclatura “X” en el DNI y el pasaporte, para reconocer identidades de género por fuera del binomio masculino/femenino. En este sentido, las leyes de paridad no son neutras al género ya que reproducen el binarismo de género y con ello una cultura política patriarcal que sostiene las jerarquías de poder (Perri, 2021).

Córdoba: un caso testigo

Enmarcada en esta trayectoria de reformas, Córdoba se ha convertido en un caso testigo debido a sus iniciativas de carácter pionero, tanto en lo referido a la representación política de las mujeres como en la forma de organización del poder legislativo en general.

En lo que respecta al acceso de mujeres a cargos electivos, Córdoba sancionó su ley de paridad de género en el año 2000. A través de la Ley n. 8.901 de participación equivalente de género en los procesos electorales estableció la obligatoriedad de que las listas presentadas por los partidos políticos estuvieran compuestas por un 50% de mujeres y un 50% de varones, ubicados de manera alternada tanto en las titularidades como en las suplencias de las candidaturas. Córdoba fue de las primeras provincias en contar con una ley de paridad, 17 años antes de una normativa similar a nivel nacional (Di Renzo, 2016; Bernal & Belanti, 2018).

Para Mariana Etel Caminotti y Natalia Cogliano (2019) este tipo de reformas, que emergen en el ámbito subnacional antes de que existan legislaciones electorales paritarias a nivel país, son denominadas “de primera generación”. Ubicadas temporalmente entre los años 2000 y 2002, no responden a la intención de replicar o adaptarse a una medida nacional y a partir de 2016 son sucedidas por las denominadas “reformas de segunda generación”.

Por otro lado, Córdoba presenta rasgos distintivos en lo que respecta a la estructura y organización del poder legislativo. Hasta el año 2000, la Legislatura de Córdoba se encontraba constituida por un sistema bicameral; una Cámara de Diputados y una Cámara de Senadores que para ese entonces estaban compuestas por 66 y 67 escaños respectivamente. Tras una reforma de la Constitución Provincial en 2001, se decidió reemplazar el Sistema bicameral de la Legislatura de Córdoba vigente por un sistema mixto.

La fusión de ambas Cámaras dio lugar a una forma de organización unicameral conformada por 70 bancas. 44 correspondientes a la provincia de Córdoba considerada como Distrito Único¹ y 26 destinadas a las(os) legisladores(as) por cada uno de los departamentos. Las bancas correspondientes a los departamentos equivalen a lo que en un momento anterior fue la Cámara de Senadores (Granara, 2014; Di Renzo, 2016).

Esta reforma, definió también que la totalidad de legisladores(as) fueran electos en un único comicio, dando inicio a mandatos de cuatro años de duración² (Di Renzo, 2016).

1. Sistema d'hont.

2. A excepción del 2001, que el mandato fue de dos años para hacer coincidir las futuras renovaciones de legisladores con la de los mandatarios provinciales.

No obstante, la adopción de este sistema electoral representó para la provincia de Córdoba una pérdida de efectividad de las leyes de paridad. Esto se debe a que ambas leyes de participación equivalente que han estado vigentes en la provincia de Córdoba incorporaron únicamente el criterio de paridad vertical. De esta forma, los escaños alcanzados por las normativas son aquellos que corresponden al distrito plurinominal y que representan el 63% de la totalidad de la Cámara (Archenti, 2014).

Dicho de otra forma, ninguna de las normativas incluyó un criterio de paridad horizontal que obligara a los partidos a presentar candidaturas femeninas en la cabeza de lista del 50% de los distritos en los que presenta lista electoral. Ante la ausencia de este criterio, la presencia de mujeres en candidaturas de distritos uninominales queda supeditada a la voluntad política de los partidos (Caminotti & Freidenberg, 2016; Hinojosa & Vázquez, 2018; Tula, 2021).

Diversos estudios han identificado en los partidos políticos una multiplicidad de prácticas y maniobras que perpetúan la exclusión de las mujeres en cargos de representación, especialmente cuando la banca en disputa es una sola. Entre estas prácticas se destaca la ausencia de mujeres en cabezas de lista, su ubicación en candidaturas meramente simbólicas y no expectables y la presencia de un fenómeno de segregación horizontal que tiende a ubicar a las candidatas mujeres en distritos en los que históricamente el partido ha perdido las elecciones (Hinojosa & Vázquez, 2018; Francovich, Saletti Cuesta & Brussino, 2022). Lo mismo se advierte para el colectivo LGBTTTIQAP+, ya que por ejemplo el número total de candidaturas en las listas de los partidos es bajo, en las categorías de senadores y senadoras nacionales en 2019 fue de un 0%, en la categoría de diputados y diputadas nacionales, alcanzó un 0,6% y en la de gobernadores y gobernadoras, un 0,15%. La tendencia mejora en algunas categorías como las legislativas locales (legislaturas y concejalías) pero sigue sin alcanzar el 1% del total. Mientras que en lo que respecta a las cartas orgánicas de los partidos, ninguno utiliza lenguaje inclusivo ni establecen mecanismos que contemplen o impulsen explícitamente la participación de personas LGBTTTIQAP+ (Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación y Ministerio del Interior, 2021).

En este contexto político y en base a las reformas legislativas mencionadas, este trabajo se propone conocer el impacto de la Ley Provincial n. 8.901 y la Ley Nacional n. 27.412 en relación al acceso de las mujeres a cargos legislativos, desde la entrada en vigencia de la primera de estas leyes hasta 2022. Indagará además, sobre la presencia o no de criterios de segregación vertical y horizontal en las comisiones legislativas, Ministerios y Secretarías de la Legislatura cordobesa.

Pese a que los cargos correspondientes a las autoridades ministeriales y las Secretarías y Prosecretarías de la Legislatura no se encuentran alcanzados por las legislaciones analizadas, su análisis permitirá observar si las normativas han generado cambios culturales que excedan lo dispuesto por obligatoriedad y que por lo tanto se traduzcan en modificaciones en la conformación de los equipos ejecutivos de gobierno y las autoridades de la Cámara.

Metodología

El trabajo se enmarca dentro de los estudios descriptivos a partir de fuentes de datos secundarias (Arias, 2011). Para ello, se utilizaron datos oficiales del Portal de Datos Abiertos de la Legislatura de la Provincia de Córdoba³. Los datos compilados, corresponden al universo de los(as) legisladores(as) cuyos mandatos se encontraban comprendidos en el período temporal analizado (2001, 2003, 2007, 2011, 2015 y 2019). Además de la temporalidad del mandato (personas electas, sin considerar posteriores reemplazos)⁴, se tomó la información referida a la identidad de género de las y los legisladoras/es, el departamento/jurisdicción a la que representaban.

También se identificó la identidad de género de las autoridades de las comisiones de la Legislatura, de sus Secretarías y Prosecretarías y de los Ministerios.

Análisis de datos

Los datos fueron analizados en tres fases. En una primera fase, se realizó un análisis descriptivo de los datos cuantitativos para conocer el porcentaje de mujeres y varones que han accedido a cargos legislativos en la provincia de Córdoba entre 2001 y 2019.

En un segundo momento, se aplicó el Índice de Fortaleza de Régimen Electoral de Género diseñado por Mariana Caminotti y Flavia Freidenberg (2006) con el fin de conocer la incidencia de la Ley n. 8901 de Participación equivalente de la provincia de Córdoba y Ley Nacional n. 27.412 de Paridad de Género en la composición de la Unicameral de la provincia de Córdoba. Este índice permite evaluar la fortaleza de las normativas de cupo y paridad en el ámbito electoral. Se ha comprobado que a mayor fortaleza de estas legislaciones y por lo tanto mayor valor del índice, mayor es la cantidad de mujeres electas (Freidenberg, 2021). Para su cálculo, se consideran cinco variables, cada una se mide de 0 a 1, siendo el valor más alto el que favorece la elección de las mujeres. Las variables contempladas son las siguientes:

i. tamaño de la cuota: el porcentaje de mujeres exigido;

3. Disponible en: <<https://legislaturacba.gob.ar/portal-de-datos-abiertos/>>.

4. La normativa establece que el suplente es del mismo género – aunque en los departamentos no pasa así – es porque interesa ver qué figuras instala el partido.

ii. mandato de posición: si la normativa establece la ubicación de las candidaturas y de qué forma;

iii. penalidad por el incumplimiento de la cuota;

iv. alcance: si se aplica sólo a las candidaturas propietarias o la fórmula completa, considerando las suplencias;

v. válvula de escape: si se contemplan o no excepciones para obedecer a la normativa (Caminotti & Freidenberg, 2016).

Una vez analizados los resultados de la composición de la Cámara, se buscó conocer cuál fue el impacto de cada una de las normativas de cupo y paridad en relación al porcentaje de mujeres presentes en la legislatura. Para esto, se analizó el número de mujeres legisladoras en los períodos de la Ley n. 8.901 de Participación equivalente de la provincia de Córdoba y Ley Nacional n. 27.412 de Paridad de Género. Estos números se analizaron en relación al valor del Índice de Fortaleza de Régimen Electoral de Género obtenidos previamente.

Resultados

Composición de la Cámara

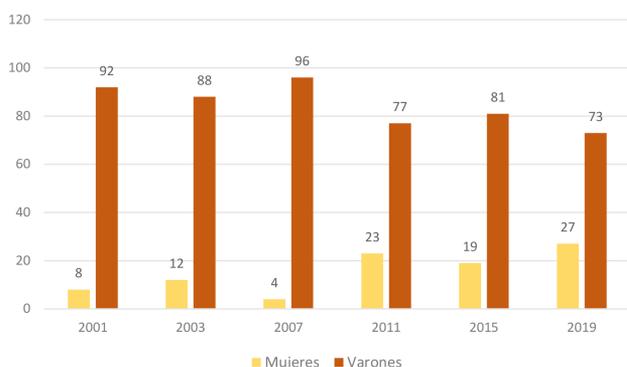
A partir de los datos obtenidos del Portal de Datos Abiertos de la Legislatura de la Provincia de Córdoba se analizó el porcentaje de bancas ocupadas por mujeres y por varones como resultado de las elecciones legislativas entre 2001 y 2019. Se tomaron en cuenta sólo esas dos identidades de género ya que fueron las únicas informadas. A fines de sistematizar la información se realizaron tres gráficos comparativos.

Los Gráficos 1, 2 y 3 muestran información sobre la composición de la Legislatura durante todos los mandatos analizados.

Tal como puede observarse en el Gráfico 1, los datos evidencian que a lo largo de 18 años y como resultado de 6 elecciones legislativas, la presencia de mujeres en la legislatura de la provincia de Córdoba nunca superó el 35,5%. Al observar esta cifra desglosada por mandato, es posible observar que solo en dos oportunidades este porcentaje superó el 35%. En 2011 alcanzó un 39% y en 2019 un 43%. Sin embargo, el porcentaje de mujeres siempre se mantuvo por debajo del 50% necesario para alcanzar la paridad de género. Se observa también que si bien en las elecciones de 2019 se registró un aumento considerable en la cantidad de mujeres que accedieron a cargos de legisladoras, este crecimiento no se dió de forma sostenida.

GRÁFICO 1

PORCENTAJE DE MUJERES Y VARONES QUE SE HAN DESEMPEÑADO EN LA LEGISLATURA DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA CONSIDERANDO EL TOTAL DE BANCAS (44 CORRESPONDIENTES A DISTRITO ÚNICO Y 26 POR CADA DEPARTAMENTO)



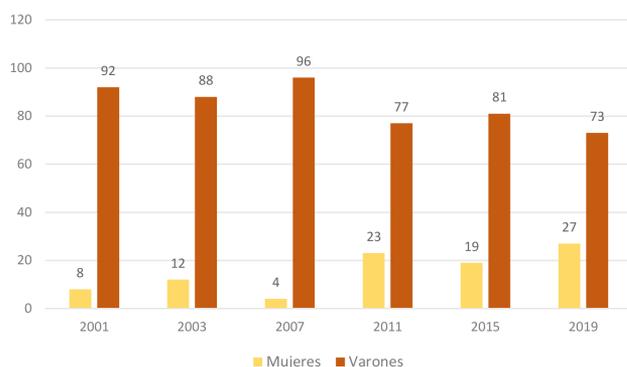
Fuente: elaboración propia.

53% de varones. Al desglosar las cifras por mandato, se observa que en las elecciones de 2001 se alcanzó la paridad de género y en los comicios siguientes se estuvo muy cerca de alcanzarla. En 4 de las 6 elecciones se registró una leve mayoría de varones, aunque en 2019 las mujeres ocuparon el 52% de las bancas, revirtiendo por primera vez en la historia de la provincia la tendencia de mayoría de varones.

El análisis de las bancas correspondientes a los 26 departamentos de la provincia de Córdoba, muestra resultados desalentadores (ver Gráfico 3). El porcentaje total de cargos legislativos ocupados por mujeres entre 2001 y 2019 es de un 15% frente a un 85% de varones.

GRÁFICO 2

PORCENTAJE DE MUJERES Y VARONES QUE SE HAN DESEMPEÑADO EN LA LEGISLATURA DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA EN REPRESENTACIÓN DEL DISTRITO ÚNICO



Fuente: elaboración propia.

Por el contrario, en algunas elecciones se registró un decrecimiento de este porcentaje.

Al analizar por separado las bancas correspondientes a la provincia de Córdoba, considerada como Distrito Único, los resultados son otros. Tal como puede observarse en el Gráfico 2, la distribución del total de bancas a lo largo de los 6 mandatos se compuso en un 47% de mujeres y un

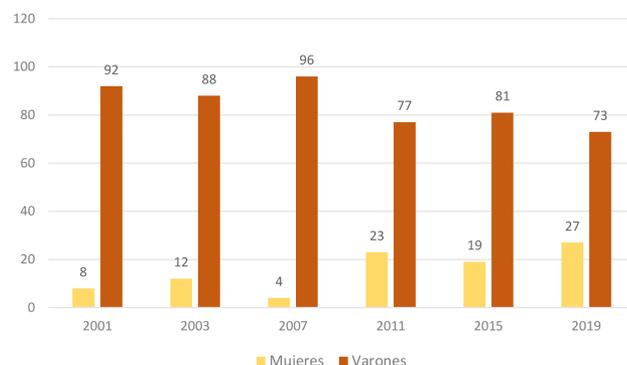
53% de varones. Al desglosar las cifras por mandato, se observa que en las elecciones de 2001 se alcanzó la paridad de género y en los comicios siguientes se estuvo muy cerca de alcanzarla. En 4 de las 6 elecciones se registró una leve mayoría de varones, aunque en 2019 las mujeres ocuparon el 52% de las bancas, revirtiendo por primera vez en la historia de la provincia la tendencia de mayoría de varones.

frente a un 85% de varones.

Al analizar los datos desagregados por mandato se observa que el porcentaje más bajo de mujeres se registró en las elecciones de 2007, en donde representaron el 4% de las candidaturas electas. Dicho de otra forma, solo en dos de los departamentos, quienes accedieron a una banca de representación departamental fueron mujeres. Si bien el porcentaje

más alto alcanzado fue en 2019 con un 27%, este crecimiento no se dió de manera sostenida elección tras elección. El paso del tiempo evidencia un incremento paulatino en el porcentaje de mujeres, no obstante, tal como se observa en los Gráficos 1 y 2, en algunas elecciones estos porcentajes disminuyen.

GRÁFICO 3
PORCENTAJE DE MUJERES Y VARONES QUE SE HAN DESEMPEÑADO EN LA LEGISLATURA DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA EN REPRESENTACIÓN DE LOS 26 DEPARTAMENTOS



Fuente: elaboración propia.

Asimismo, los datos recabados evidencian que en 11 de los 26 departamentos nunca una mujer ocupó el cargo de legisladora. Estos departamentos son Calamuchita, Colón, Cruz del Eje, Juárez Celman, Pocho, Río Primero, Río Seco, San Alberto, Tercero Arriba, Totoral y Tumbamba. En otros 8 departamentos, solo una mujer se desempeñó en esa función en alguno de los 6 mandatos comprendidos entre 2001 y 2019; Capital, General Roca, Marcos Juárez, Roque Saenz Peña, San Javier, Sobremonte, Río Cuarto, Punilla. En tanto, 5 departamentos contaron en dos oportunidades con candidatas mujeres como ganadoras de las elecciones. Entre ellos se encuentran Ischilín, Río Segundo, San Justo, San Martín y Unión. Finalmente, solo dos departamentos, Minas y Santa María, contaron con tres elecciones en las que una mujer resultó victoriosa en los comicios electorales.

Tal como puede observarse en el Gráfico 3, en las elecciones de 2011, 2015 y 2019 es en donde se registra un aumento en la cantidad de mujeres electas.

Otro dato analizado fue la frecuencia con la que mujeres y varones son reelectos en mandatos legislativos. El período analizado –considerando las 6 elecciones en los 26 departamentos de la provincia– se compone de un total de 156 mandatos. En 132 oportunidades (85%), la persona electa fue un varón y se trató de 90 varones diferentes (68% sobre el total de varones). En los 24 mandatos restantes (15%), las electas fueron 20 mujeres diferentes (83% sobre el total de mujeres). Como puede apreciarse, las mujeres no solo son sustantivamente menos, sino que tienen mayor alternancia y menor permanencia que los varones, que en un 32% (vs. 17% de las mujeres) renovaron mandato y por lo tanto, permanecieron mayor tiempo en los cargos.

Los resultados también revelaron diferencias en cuanto a la frecuencia con la que varones y mujeres acceden a una reelección, siendo estas últimas las que cuentan con menos posibilidades de repetir mandatos.

El 70% de los varones ocupó el cargo de legislador por un único mandato. El 17% lo hizo por dos mandatos, el 10% durante tres y el 3% se mantuvo en el cargo por un total de cuatro mandatos. En el caso de las mujeres, los números son distintos. El 83% de las mujeres fue electa en una única ocasión, el 13% por dos y el 4% por tres. A diferencia de lo que sucedió con los varones, ninguna mujer llegó a ser electa en cuatro oportunidades.

Comisiones de la Legislatura y Ministerios

Los datos oficiales de la Legislatura permitieron identificar que para el período legislativo 2019-2023, de las 21 comisiones existentes, 9 se encuentran presididas por mujeres y 11 por varones. Una de ellas, Turismo y su Relación con el Desarrollo Regional, no cuenta al momento del análisis con una persona designada en su presidencia.

En cuanto a las vicepresidencias, la distribución es paritaria. 10 mujeres y 10 varones ocupan esta posición, considerando que la 21° comisión, Servicios Públicos, no cuenta con vicepresidencia designada al momento del análisis.

Pese a que los números reflejan cierta paridad de género desde un punto de vista formal, se observa una diferencia en la distribución de las comisiones en función de sus áreas de trabajo.

Se identifica con facilidad que los varones presiden las comisiones vinculadas a actividades productivas, de mayor valor financiero y/o simbólico. Estas son: Agricultura, Ganadería y Recursos Renovables; Economía, Presupuesto, Gestión Pública e Innovación; Relaciones Internacionales, Mercosur y Comercio Exterior; Obras Públicas, Vivienda y Comunicación; Promoción y Desarrollo de Comunidades Regionales y Pymes; Servicios Públicos; Asuntos Constitucionales, Justicia y Acuerdos; Asuntos Institucionales, Municipales y Comunales; Deportes y Recreación; Economía Social, Cooperativa y Mutuales; Legislación del Trabajo, Previsión y Seguridad Social. La comisión de Turismo y su relación con el Desarrollo Regional, que no cuenta con una persona designada en la presidencia, está vice presidida por un varón.

En cambio, las mujeres se encuentran en la presidencia de las siguientes comisiones: Promoción y Defensa de los Derechos de la Niñez, Adolescencia y Fami-

lia; Equidad y Lucha Contra la Violencia de Género; Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Informática; Prevención, Tratamiento y Control de Adicciones; Salud Humana; Derechos Humanos y Desarrollo Social; Legislación General. Entre estas se destaca el caso de la comisión de Industria y Minería que, siendo una temática históricamente masculinizada, se encuentra presidida por una mujer. Un criterio similar de distribución se repite en el caso de las vicepresidencias.

En lo referido a las Secretarías de la Legislatura, solo la Administrativa se encuentra a cargo de una mujer. La Secretaría Legislativa, Técnica Parlamentaria y de Coordinación Operativa y Comisiones están bajo el mando de varones. La totalidad de los cargos de subsecretario –cuatro– están ocupados por varones. En las direcciones al interior de cada Secretaría se observa cómo esta tendencia se invierte, con la presencia de 12 mujeres frente a 5 varones.

En el caso de los ministerios, no solo se está muy lejos de alcanzar la paridad, sino que además se replica la segmentación temática evidenciada en el apartado anterior.

De los 17 Ministerios de la Provincia de Córdoba, solo 3 están a cargo de mujeres: el Ministerio de la Mujer; de Promoción del Empleo y la Economía Familiar y de Coordinación.

Los 14 ministerios restantes: Finanzas; Industria, Comercio y Minería; Agricultura y Ganadería; Seguridad; Trabajo; Obras Públicas y Financiamiento; Gobierno; Servicios Públicos; Ciencia y Tecnología; Vinculación Comunitaria, Protocolo y Comunicación; Salud; Justicia y Derechos Humanos; Educación; Desarrollo Social, son dirigidos por varones.

Índice de Fortaleza de Régimen Electoral de Género

Finalmente, se buscó conocer el porcentaje de mujeres electas en el período de aplicación de la Ley n. 8.901 de Participación equivalente de la provincia de Córdoba y de la Ley Nacional n. 27.412 de Paridad de Género en relación al valor del IFREG de cada una de ellas.

Frente a este objetivo, se aplicó el Índice de Fortaleza de Régimen Electoral de Género desarrollado por Caminotti y Freidenberg (2016), el cual consiste en evaluar cinco dimensiones (ver tabla 1) de las leyes de cupo o paridad para determinar su fortaleza. En este caso, ambas normativas obtuvieron el puntaje máximo debido a que cumplen con los criterios más estrictos que las autoras proponen evaluar. No

TABLA 1
VALOR DEL IFREG DE LAS LEYES N. 8.901 Y 27.412

Dimensiones e indicadores	Ley n. 8.901 de Participación equivalente de la provincia de Córdoba	Ley Nacional n. 27.412 de Paridad de Género
1. Tamaño de la cuota: porcentaje de las candidaturas que se deben asignar a mujeres	1	1
2. Mandato de posición: reglas de emplazamiento de las candidatas	1	1
3. penalidad por incumplimiento de la cuota y/o paridad	1	1
4. Alcance: rango de candidaturas a las cuales se aplica la cuota y/o la paridad	1	1
5. Válvula de escape: la normativa contempla excepciones al cumplimiento de la cuota y/o la paridad	1	1
Valor del IFREG	5	5
Porcentaje de mujeres durante el período de aplicación de la normativa	34%	43%

Fuente: elaboración propia.

obstante, aún habiendo obtenido un puntaje similar, la cantidad de mujeres electas durante el período de aplicación de cada una de las normativas es significativamente diferente.

Mientras que durante el período de aplicación de la Ley n. 8.901 –el cual contempla desde las elecciones de 2001 a las de 2015– el porcentaje de mujeres electas fue de un 34%, en las elecciones de 2019 –en las que entró en vigencia la Ley n. 27.412– esta cifra se elevó 9 puntos, dando como resultado un 43% de mujeres electas (ver Tabla 1).

Discusión

El presente trabajo tuvo como objetivo conocer el impacto de la Ley Provincial n. 8.901 y de la Ley Nacional n. 27.412 en relación al acceso de las mujeres a cargos legislativos, desde la entrada en vigencia de la primera de estas leyes en el año 2001 hasta 2022. Se propuso también indagar acerca de la presencia o no de fenómenos de segregación horizontal y vertical en las autoridades de la Cámara Legislativa. Paralelamente se buscó conocer qué sucedía con tales fenómenos en cargos no alcanzados por las leyes analizadas. Por este motivo, en el análisis se incluyeron los cargos no electivos correspondientes a los Ministerios y las Secretarías y Prosecretarías de la Legislatura.

En lo que refiere a la composición total de la Cámara, el análisis desarrollado permite concluir que aunque ambas normativas de paridad lograron un incremento en la cantidad de mujeres en los cargos de representación de la provincia, los resultados

no fueron los esperados. Muy por el contrario, tras más de 20 años de vigencia de las legislaciones de participación equivalente mencionadas, la Legislatura de Córdoba nunca alcanzó la paridad de género.

Estos resultados no sorprenden; coinciden con estudios anteriores que exploraron el impacto de la Ley Provincial n. 8.901. Tal es el caso de la investigación desarrollada por Di Renzo (2016), quien tras analizar los resultados electorales entre los años 2000 y 2007, concluyó que si bien dicha normativa implicó un mayor acceso de mujeres a bancas legislativas, el porcentaje de estas en la Cámara nunca superó el 30%. En consonancia, Bernal y Belanti (2018) expresan que pese al incremento de tal porcentaje, el impacto de la normativa no se tradujo en trayectorias femeninas de mayor estabilidad, ascendentes y duraderas en el tiempo.

Analizar por separado las bancas correspondientes a la provincia de Córdoba como distrito único plurinominal de las pertenecientes a los distritos uninominales permitió complejizar estos resultados. El análisis de los 44 escaños que corresponden a Córdoba reveló que en el período analizado, el promedio de participación de las mujeres fue del 47%. Si bien únicamente en 2001 la composición de la Cámara fue 50%-50%, casi en todos los comicios se logró la paridad.

No obstante, las cifras cambian drásticamente al analizar los datos de los departamentos. En los 26 distritos uninominales –en los que se disputa una única banca en representación del departamento– las mujeres han tenido en los últimos 22 años un escaso promedio de participación del 15%. Pese a la baja participación de las mujeres en estos cargos, el análisis reveló un paulatino incremento, especialmente en las últimas tres elecciones.

Para Santiago Basabe Serrano y Tatiana Quinga (2022), este incremento de mujeres en escaños uninominales se debe a un efecto de “externalidad positiva” originado a partir del impacto de las leyes de cupo y paridad. Aplicando este término –propio de la teoría macroeconómica– a la política formal, estos autores plantean que pese a que las legislaciones de participación equivalente no se encuentran direccionadas a incidir sobre los distritos uninominales, su efecto se expande hacia estos. De esta forma, al aumentar la presencia de mujeres en cargos de representación política en distritos plurinominales o a nivel nacional, la percepción de los electores en distritos uninominales cambia, favoreciendo la posibilidad de que otorguen su voto a una candidata mujer (Basabe Serrano & Quinga, 2022).

No obstante, es evidente que pese a los más de veinte años de vigencia de normativas de paridad de género en la provincia de Córdoba, la posibilidad de alcanzar tal

participación equivalente se encuentra totalmente supeditada a lo que sucede en los distritos uninominales.

Ante tal afirmación, resulta imprescindible debatir en profundidad los hallazgos de este estudio en cuanto a la identidad de género de quienes ocupan los escaños departamentales ¿qué factores se encuentran involucrados en la subrepresentación de las mujeres en esas bancas legislativas?

Para Nélide Archenti (2014), el privilegio hacia los candidatos varones es el resultado de la confluencia de distintos aspectos; la resistencia de los partidos a modificar sus prácticas y su intención de ganar las elecciones en combinación con estereotipos y prejuicios presentes en la sociedad patriarcal.

Sin que implique desconocer la existencia de otros factores, a continuación se desarrollan dos aspectos considerados principales: por un lado, aquellos vinculados al plano normativo y por el otro, lo referido al funcionamiento de los partidos políticos.

En cuanto al plano normativo, la organización del poder legislativo en un sistema mixto –el cual combina bancas de distritos uni y plurinominales– produjo un debilitamiento de la efectividad de las leyes de paridad vigentes en la provincia. La incorporación únicamente de un criterio de paridad vertical en las Leyes n. 8.901 y 27.412 trajo como consecuencia que solo los escaños correspondientes al distrito plurinomial –las cuales representan únicamente el 63% del total de la Cámara– fueran alcanzados por estas normativas (Archenti, 2014). En consecuencia, el debilitamiento de las normativas otorga un mayor margen de acción a la voluntad de los partidos al momento de definir las candidaturas (Caminotti & Freidenberg, 2016).

A la luz de estos debates resulta evidente que casos como el de Córdoba exigen complejizar este tipo de normativas incorporando criterios de paridad horizontal. Esto se debe a que la paridad vertical por sí sola no garantizaría una participación equivalente de género en los resultados de las elecciones, principalmente debido a la tendencia de los partidos a asignar candidatos varones en los primeros –o únicos– lugares de las listas (Archenti, 2014).

En cuanto al segundo punto, existe una vasta bibliografía que da cuenta de cómo los partidos políticos obstaculizan la eficacia de las cuotas y leyes de paridad de género. Esto es debido a que con el acceso de las mujeres a las listas, los varones ven amenazados sus lugares. Ante esta posibilidad, despliegan todo tipo de prácticas, maniobras y trampas que atentan contra el espíritu de las leyes. Entre estas accio-

nes se destacan la asignación a las mujeres de candidaturas en distritos en los que el partido históricamente pierde los comicios, ubicarlas en los últimos lugares de las listas o abusar del sistema de suplentes, entre muchas otras (Hinojosa & Vázquez, 2018; Freidenberg y Gilas, 2020; entre otros).

Sin lugar a dudas, una prueba de ello es el hecho de que en la historia de la provincia, nunca una mujer llegó a ocupar el cargo de Gobernadora. La posición más alta alcanzada fue la Vicegobernación, a cargo de Alicia Pregno durante el período 2011-2015. No obstante, al finalizar su mandato su trayectoria política no continuó de manera ascendente sino que Pregno asumió la presidencia del Consejo Provincial de la Mujer, siendo este un cargo de menor jerarquía que el anterior (Bernal y Belanti, 2018).

Esta imposibilidad de acceso a ciertos espacios de liderazgo —ya sean las bancas legislativas o cargos como el de la gobernación— es denominada “techo de cristal” (Bernal y Belanti; 2018). Tal fenómeno —no exclusivo de la política formal— consiste en un tope invisible, un entramado de obstáculos, prácticas y maniobras que impide a las mujeres llegar a iguales posiciones jerárquicas que los varones, dando como resultado la exclusión y segregación de estas.

Otra de las consecuencias de la “carrera de obstáculos” que tienen que sortear las mujeres para acceder a una banca en la provincia de Córdoba puede observarse en la frecuencia con la que mujeres y varones son reelectos en sus cargos. Tal como fue desarrollado en los resultados, al hecho de que las mujeres son sustantivamente menos, se suma que tienen mayor alternancia y por lo tanto menor permanencia en los cargos que los varones.

Esta información permite esbozar algunas teorías acerca de lo que sucede con las mujeres que no son reelectas como legisladoras. Por un lado, existe la posibilidad de que su carrera continúe de manera ascendente y sean promovidas a cargos de mayor jerarquía; algo poco probable considerando los antecedentes citados hasta el momento. Por otro lado, se encuentra la opción de que sean desplazadas a cargos de menor jerarquía (constituyéndose así la banca legislativa como un techo de cristal). Finalmente, se encuentra la posibilidad de que abandonen la política. Más allá de su carácter desesperanzador, estas dos últimas alternativas resultan las más probables, abriendo interrogantes para futuros trabajos de investigación que indaguen sobre las trayectorias políticas de las mujeres en la provincia de Córdoba.

Si bien este estudio no consideró como una variable de análisis el partido político al que pertenecen las legisladoras departamentales, la información disponible en

el Portal de Datos Abiertos de la Legislatura de Córdoba permitió observar que de los 24 escaños departamentales ganados por mujeres en el período analizado, 22 fueron retenidos por Hacemos por Córdoba, anteriormente llamada Unión por Córdoba. Las dos bancas restantes fueron ocupadas por el bloque Córdoba Podemos y la Unión Cívica Radical.

Estos datos coinciden con lo planteado por Di Renzo (2016), quien postula que los sistemas mixtos –que combinan distritos pluri y uninominales– tienden a favorecer que en los departamentos gane las elecciones el partido que cuenta con mayoría en la Cámara. Tal es así con Hacemos por Córdoba, coalición de partidos mayoritariamente peronistas que retiene la mayoría de bancas desde la creación de la Unicameral en 2001.

Por otro lado, este estudio se propuso indagar acerca de la distribución de las presidencias de las comisiones, de las autoridades de la Cámara y de los Ministerios en términos de paridad de género.

Las comisiones ocupan un rol central en el proceso legislativo, por lo que la participación de las mujeres puede resultar determinante a la hora de incorporar y jerarquizar determinadas agendas, así como también para garantizar la representación de estas en el tratamiento de todos los temas en general (Granara, 2014).

En las presidencias de las comisiones, desde el punto de vista formal, la distribución resulta casi paritaria. Esto puede leerse como un gran avance en materia de paridad, teniendo en cuenta que en 2016, de las 22 comisiones existentes, 17 (el 77%) estaban presididas por varones (Bernal& Belanti, 2018). Sin embargo, rápidamente se advierte una segmentación temática. Mientras que las mujeres lideran comisiones dedicadas a temáticas que pueden leerse como una extensión de tareas de cuidado, los varones lideran aquellas vinculadas al sector económico y productivo.

En cuanto a las autoridades de la Cámara, los resultados revelaron una segregación vertical; las mujeres se encuentran subrepresentadas en los cargos de mayor jerarquía y sobre representadas en los de menor rango.

En el caso de los Ministerios, la subrepresentación de mujeres se combina con el fenómeno de segmentación temática observado también en la distribución de las comisiones.

Estos datos no distan demasiado de los registrados en 2016, momento en el que todas las autoridades de la Cámara, secretarios, prosecretarios y los 13 Ministerios

existentes en ese entonces se encontraban bajo la dirección de varones (Bernal y Belanti, 2018).

A partir de esta información es posible realizar dos afirmaciones; por un lado, que a excepción de lo que sucede en las presidencias de las comisiones, la subrepresentación de las mujeres en cargos de liderazgo persiste hasta la actualidad. El leve incremento en la participación de mujeres como autoridades de Cámara y al frente de Ministerios dan cuenta del impacto de las leyes de cupo y paridad a la vez que evidencian su insuficiencia. Tal situación resulta especialmente cuestionable en una Cámara constituida bajo el principio de paridad de género (Granara, 2014).

Por otro lado, que en la provincia de Córdoba, tal subrepresentación se combina con una segmentación temática de las áreas en las que se concentran mujeres y varones. Tal fenómeno es denominado “segregación horizontal” (Olarte, 2010).

La segregación horizontal constituye una distribución diferenciada entre mujeres y varones de las áreas de gestión y temas de trabajo, replicando estereotipos de género históricamente consolidados (Batista Medina, 2013). De esta forma, se produce una sobre representación de varones en áreas de mayor valor financiero y/o simbólico como son economía, producción y relaciones exteriores. En contraposición, la ubicación de las mujeres se da de forma mayoritaria en áreas que pueden entenderse como una extensión de trabajos de cuidado; salud, educación y género (Aldeguez Cerdá, 2015).

La presencia de este tipo de segregación evidencia la persistencia de pautas de discriminación que comprometen la participación de las mujeres en espacios de toma de decisiones, aún una vez lograda su representación formal o sustantiva a través de la obligatoriedad establecida por las leyes de cupo o paridad de género (Aldeguez Cerdá, 2015).

Como puede suponerse, este fenómeno no es exclusivo de la política cordobesa. Son numerosas las investigaciones que evidencian una situación similar en otras provincias y países, tanto en la política (Medina, 2013; Altamirano, 2018; entre otros), como en otros ámbitos (Guiraldelli, 2012; Lopez & Morón, 2017; entre otros).

Es importante destacar que la presencia de fenómenos tanto de segregación horizontal como vertical, como así también la subrepresentación de mujeres en cargos no alcanzados por las leyes de paridad, evidencia que las modificaciones normativas no han producido cambios tan profundos como los esperados. Por el contrario,

las iniciativas de carácter puramente legislativo han resultado insuficientes frente al desafío de transformar la cultura de las organizaciones políticas que reproducen las discriminaciones por motivos de género imperantes en la sociedad.

Al aplicar el Índice de Fortaleza de Régimen Electoral de Género a la Ley n. 8.901 de Participación equivalente de la provincia de Córdoba y a la Ley Nacional n. 27.412 Paridad de Género, ambas obtuvieron 5 puntos, el valor máximo contemplado por el índice. Tal como fue explicitado en apartados anteriores, un mayor valor del índice supondría una mayor cantidad de mujeres electas debido a la fortaleza del régimen electoral en términos de paridad de género (Freidenberg & Gilas, 2020; Freidenberg, 2020; 2021). Sin embargo, en ninguno de los períodos de aplicación de estas normativas se llegó a una participación equivalente en términos de mujeres y varones.

Las limitaciones de esta herramienta para evaluar lo que sucede en la Unicameral Cordobesa se debe a que el IFREG no contempla la composición de las Cámaras organizadas bajo un sistema mixto que combina la representación de distritos uninominales y plurinominales.

Este análisis pone de manifiesto la necesidad de complejizar esta herramienta de análisis o de contar con una herramienta específica para casos como el de Córdoba, que permita evaluar si la normativa analizada exige un criterio de paridad horizontal además de vertical.

Por otro lado, si bien con ninguna de las normativas se alcanzó la paridad de género, el porcentaje de mujeres electas durante la vigencia de cada una es diferente. Mientras que entre 2001 y 2015 –las 5 elecciones en las que se encontró vigente la Ley n. 8.901– el promedio de mujeres electas fue del 34%, en las elecciones de 2019 (as) en las que entró en vigencia la ley nacional (as) este porcentaje ascendió a un 43%.

Este significativo incremento de 9 puntos, que coincide con el cambio de normativa, permite esbozar algunas hipótesis.

En primer lugar es necesario reparar en el número de elecciones a partir del cual se analizó cada normativa. En la legislación provincial se consideraron 5 elecciones, mientras que para el análisis de la ley nacional se tomaron únicamente los comicios de 2019, año en que entró en vigencia la normativa. Teniendo en cuenta estos datos resulta evidente la necesidad de continuar este análisis en futuros comicios electorales, a fines de otorgar confiabilidad a estos resultados.

Por otro lado, considerando las similitudes entre la Ley n. 8.901 y la Ley n. 27.412, es posible que el incremento de 9 puntos antes mencionado no se debiera –al menos exclusivamente– a la entrada en vigencia de la legislación nacional. Atendiendo a la influencia a escala global de los movimientos feministas y de mujeres en lo que respecta a la adquisición de derechos para las mujeres (Duarte Cruz & García-Horta, 2016), es que resulta de especial interés atender a los eventos sociales y políticos en los años precedentes a las elecciones de 2019.

En este sentido, si bien los movimientos feministas y de mujeres han jugado un rol clave a lo largo de la historia argentina en lo que se refiere a la adquisición de derechos, sin lugar a dudas el 2015 constituyó un punto de inflexión. Con la primera convocatoria Ni Una Menos el 3 de junio de ese año (Cabral y Acacio, 2016), la escena pública se caracterizó por una fuerte presencia de estos movimientos en las calles y en el debate público, repudiando la violencia machista, pero también con una fuerte actitud propositiva, exigiendo que se garanticen los derechos sociales, económicos y políticos de las mujeres y de las disidencias sexogenéricas (Natalucci & Rey, 2018). Entre otros eventos, se destacan también el primer paro internacional de mujeres en 2017 (Laudano, 2018) el debate por la legalización del aborto en 2018 (Güemes y Güemes, 2020) debido al carácter masivo de las movilizaciones y la repercusión internacional alcanzada.

Investigaciones que exploran puntualmente el caso de Córdoba, dan cuenta de la influencia de los movimientos feministas y de mujeres en la promulgación y aplicación de leyes orientadas a garantizar derechos para las mujeres (Rodigou et al, 2012; Molina, 2019).

A partir de lo dicho puede inferirse una relación entre la fuerte presencia de estos movimientos en la escena pública, con sus acciones y demandas, y el incremento de las mujeres en la política formal. Sin embargo, resulta necesario contar con estudios que exploren puntualmente el caso de Córdoba, en relación a la incidencia de estos movimientos tanto en el acceso, como la permanencia y posibilidad de injerencia de las mujeres en espacios de representación popular.

Limitaciones y futuros estudios

Debido a sus objetivos y a su enfoque cuantitativo, este estudio presenta ciertas limitaciones. Por un lado, no permite conocer en profundidad los obstáculos que enfrentan las mujeres en sus trayectorias políticas. Tampoco posibilita explorar la relación entre una representación descriptiva y sustantiva de quienes ocupan

cargos de representación. Entendiéndose por estos tipos de representaciones el complejo vínculo entre las características de las(os) representantes-representación descriptiva –(en este caso el género) y los intereses que estas(os) representan en la actividad parlamentaria-representación sustantiva– (Pastor Yuste, 2010).

Otra de sus limitaciones es su alcance. Este estudio encuentra dificultades al momento de identificar la presencia de personas de identidades trans y/o no binarias en los cargos analizados. Esto se debe principalmente a que se desconoce la forma en que el Portal de Datos Abiertos de la Legislatura de Córdoba ha relevado dicha información. Como consecuencia, existe la posibilidad de que personas que no se autoperciben como mujeres o varones cisgénero hayan sido clasificadas como tal. No obstante, este trabajo reconoce que pese a las limitaciones al relevar la presencia de personas con identidades de género disidentes, su participación en este ámbito posiblemente sea nula o escasa. Esta afirmación deviene del estigma y discriminación que atraviesan estas personas a lo largo de toda su vida, lo cual restringe su participación en diversos ámbitos de la sociedad e invisibiliza su existencia, como ya ha sido señalado.

Enfocado en analizar la composición de la Cámara y las direcciones ministeriales, deja de lado otros espacios de relevancia que exceden la capital provincial, como son las intendencias departamentales y las jefaturas comunales.

Finalmente, este estudio discute las limitaciones de solo una de las herramientas de análisis de regímenes electorales en materia de género, pudiendo abordar otras existentes, como es el caso del Índice de Paridad Política del proyecto ATENEA de ONU Mujeres (Atenea, 2019).

Recomendaciones

Pese al innegable impacto de las normativas de participación equivalente, este trabajo evidencia ciertas limitaciones a partir de las cuales es posible realizar una serie de recomendaciones.

En primer lugar, el debilitamiento de las leyes de paridad al ser aplicadas a sistemas mixtos de organización del poder legislativo vuelve imprescindible la incorporación de criterios de paridad horizontal a fines de garantizar el efecto con el que estas normativas han sido diseñadas. Se evidencia además la necesidad de extender los criterios de paridad a las presidencias de las comisiones, autoridades de la Cámara y Ministerios. Se propone complementar estas medidas con un criterio de alternancia temporal tanto para la cabeza de lista de las elecciones como para las autoridades de las comisiones, de la Cámara y de los Ministerios.

Tal criterio implica una alternancia en cuanto a la identidad de género de la persona que encabeza la lista en elecciones consecutivas o en cargos jerárquicos. De esta forma se busca evitar cualquier tipo de segregación horizontal, especialmente la que consiste en que los partidos registren las candidaturas masculinas en los distritos en los que históricamente ganan los comicios y las candidaturas femeninas en donde tienen menores posibilidades de ganar (Vázquez Correa, 2019). En el caso de la segmentación temática observada en Ministerios, secretarías y comisiones, estas acciones promueven la erradicación de estereotipos de género y contribuyen a subsanar la deficiencia democrática que representa la segregación horizontal.

Por otro lado, la ausencia de personas de identidades trans, lesbianas, gays o no binaries en los cargos de toma de decisiones relevados evidencia que a pesar del carácter inclusivo de las legislaciones estudiadas, estas resultan expulsivas e insuficientes para determinados colectivos.

Estas normativas binarias con pretensión universal de “mujer” y “hombre” niegan la pluralidad de subjetividades existentes e invisibilizan y discriminan otras identidades de género, desatendiendo los cuestionamientos de los colectivos LGBTTTIQAP+ acerca de su reconocimiento, acceso y disfrute de derechos e incorporación a la vida pública (Perri, 2021).

Como se ha señalado, tanto en el caso de las mujeres como de personas pertenecientes a los colectivos LGBTTTIQAP+, un abordaje puramente normativo resulta insuficiente frente a la problemática de garantizar su acceso y participación en este ámbito. Por este motivo resulta indispensable que los avances legislativos en materia de paridad e inclusión se encuentren acompañados de profundos cambios culturales que permitan repensar los estereotipos, valores, prácticas e intereses presentes en nuestra sociedad que se replican al interior de las instituciones políticas y obstaculizan la participación. Solo a través de un proceso dialéctico entre norma y cultura es que se presentan posibilidades reales de erradicar las desventajas por motivos de género presentes al hacer política y ejercer el poder (Martín, 2008; Htun, 2002, Perri, 2021).

Atendiendo a las dificultades para identificar la presencia de personas de identidades de género trans y no binaries mencionadas anteriormente, resulta imprescindible que los relevamientos de quienes ocupan dichos puestos contemplen la diversidad de identidades de género existentes, atendiendo a la normativa vigente en nuestro país.

Así también, este estudio repara en la necesidad de un seguimiento y monitoreo constante de la eficacia de las leyes de paridad. Comprender sus posibilidades y limitaciones permitirá diseñar estrategias, intervenciones y programas que permitan acelerar los cambios necesarios en pos de una democracia paritaria.

Por último, se destaca que al abordar este tema resulta indispensable entender la subrepresentación de las mujeres en clave de legitimidad democrática y no únicamente de desigualdad de oportunidades. Desde esta perspectiva, se abren múltiples interrogantes que aunque excede los objetivos de este trabajo, resultan un puntapié para otros estudios y permiten orientar la elaboración de estrategias y políticas futuras; ¿Cuáles son las mujeres que llegan a estos espacios de toma de decisiones? ¿Cuáles son los obstáculos que encuentran para permanecer y desempeñarse en la política formal? ¿Qué posibilidad de injerencia en los asuntos públicos les son posibles en el entramado de maniobras y prácticas machistas intra e interpartidaria? y por sobre todo, si ante la ausencia de mujeres y personas con identidades de género disidentes en espacios de representación política no es posible hablar de legitimidad democrática ¿Cuáles son las iniciativas a explorar frente al desafío de superar el binarismo de género al diseñar medidas y normativas orientadas a garantizar una democracia paritaria?

Referencias

ALDEGUER CERDÁ, Bernabé. Segregación vertical y horizontal en la participación política de las mujeres. Un estudio de caso: las Cortes Valencianas (1983-2011). In: DÍAZ CANO, E.; BARBEITO, R. L. (Coords.). *XIII Premio de Ensayo Breve de Ciencias Sociales "Fermín Caballero"*, p. 27-52. Toledo, ES: Fundación Dialnet, 2015.

ALTAMIRANO, Joaquina; MULET, Julieta. Democracia vs. Patriarcado: cuotas de género, participación y representación femenina. *Anales del XIII Congreso Nacional y VI Congreso Internacional sobre Democracia*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2018.

ARCHENTI, Nélica. El proceso hacia la paridad en América Latina: Argentina y Costa Rica, experiencias comparadas. *Revista de Derecho Electoral*, n. 17, p. 302-332, 2014.

ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés. Teoría y política en clave de género. *Colección*, v. 30, n. 1, p. 13-43, 2019.

ARIAS, Fidas. Metodología de la investigación en las ciencias aplicadas al deporte: un enfoque cuantitativo. *Revista Digital EF Deportes*, v. 16, n. 157, 2011.

ATENEA. *El Camino de la paridad. Diagnóstico subnacional basado en el Índice de Paridad Política de ATENEA para la Provincia de Córdoba*. Córdoba, 2019.

BASABE SERRANO, Santiago; QUINGA, Tatiana. La participación política de mujeres en gobiernos seccionales: las prefectas provinciales en Ecuador 1979-2019. *América Latina Hoy*, v. 90, p. 1-18, 2022.

BATISTA MEDINA, José Antonio. Roles de género e instituciones políticas: el caso de los ayuntamientos de la Comunidad Autónoma de Canarias. *Revista Atlántida*, n. 5, p. 125-151, 2013.

BERNAL, Marcelo; BELANTI, Milena. Género y política en la provincia de Córdoba. La eficacia de las cuotas de género desde su implementación en el año 2000. *Revista Studia Politicæ*, n. 43, p. 107-129, 2018.

CABRAL, Paz; ACACIO, Juan Antonio. La violencia de género como problema público. Las movilizaciones por “Ni una menos” en la Argentina”. *Revista Questión*, v. 1, n. 51. p. 170-187, Universidad Nacional de La Plata, 2016.

CAMINOTTI, Mariana Etel; COGLIANO, Natalia D. El origen de la “primera generación” de reformas de paridad de género en América Latina. Evidencia de Argentina. *Política y Gobierno*, v. 26, n. 2, p. 205-218, Ciudad de México, 2019 .

CAMINOTTI, Mariana; FREIDENBERG, Flavia. *Reformas electorales inclusivas en América Latina y retos para la igualdad real de las mujeres en la política. Mujeres en la política. Experiencias nacionales y subnacionales en América Latina*. Ciudad de México: Instituto Electoral de la Ciudad de México, 2018.

_____. Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales de Argentina y México. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 61, n. 228, p. 121-141, 2016.

CUERDA, Agustina Pilar. La participación política de las mujeres: de las pioneras a la Ley de Paridad de Género. *Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*, n. extraordinario, p. 265-291, 2021.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA. Disponible en: <<https://estadistica.cba.gov.ar/conoce-cordoba>>. Acceso en: mar. 2022.

DI RIENZO, Gloria. El «cupó femenino» en la provincia de Córdoba. Implicancias y alcances. *Revista Estudios*, n. 35, p. 183-206. Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2016.

DUARTE CRUZ, José María; GARCÍA-HORTA, José Baltazar. Igualdad, equidad de género y feminismo, una mirada histórica a la conquista de los derechos de las mujeres, *Revista CS*, n. 18, p. 107-158, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, Cali, Colombia, 2016.

FRANCOVICH, Mila; SALETTI CUESTA, Lorena; BRUSSINO, Silvina. Mujeres y participación en la política formal: una revisión sistemática de estudios cualitativos. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 68, n. 247, 2022.

FREIDENBERG, Flavia. La representación política de las mujeres en América Latina: estrategias institucionales, actores críticos y reformas pendientes. *Perspectivas de América Latina*, p. 47-68, 2021.

_____. Reformas electorales y representación política de las mujeres en Honduras (1980-2019). *Estudios Políticos*, n. 51, p. 39-66, 2020.

FREIDENBERG, Flavia; GILAS, Karolina. “¡Ellas tienen los escaños, ellos el poder! Representación legislativa de las mujeres en el Estado de Morelos. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 65, n. 240, p. 327-358, 2020.

GILAS, Karolina M. Violencia política en razón de género y nulidad de las elecciones locales en México. *Regiones y Desarrollo Sustentable*, v. 20, n. 38, 2020.

GRANARA, Aixa, et al. Representación legislativa de las mujeres en las provincias argentinas, 1989-2011. *América Latina Hoy*, v. 66, n. 17, Ediciones Universidad de Salamanca (España), 2014.

GÜEMES, María Cecilia; GÜEMES, Victoria. Será ley. La lucha por la legalización del aborto en Argentina. *Análisis Carolina*, n. 27, p. 1, 2020.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 709-732. 2012.

HINOJOSA, Magda; VÁZQUEZ, Lorena. Selección de candidaturas, partidos y mujeres en América Latina. In: Freidenberg, Flavia et al. (Eds.). *Mujeres en la política: experiencias nacionales y subnacionales en América Latina*, p. 35-68. Ciudad de México: IECM-UNAM, 2018.

HTUN, Mala. Mujeres y poder político en Latinoamérica. In: International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA). *Mujeres en el Parlamento: Más allá de los números*, p. 19-43. Estocolmo: International IDEA, 2002.

JONES, Mark P.; ALLES, Santiago; TCHINTIAN, Carolina. Cuotas de género, leyes electorales y elección de legisladoras en América Latina. *Revista de Ciencia Política*, v. 32, n. 2, p. 331-357, Santiago, 2012.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. *Política y Gobierno*, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.

LAUDANO, Claudia. # 8m: el paro internacional de mujeres ya llegó. *Revista BORDES*, v. 1, n. 4, p. 69-73, 2018.

LÓPEZ, Estrella Montes; MORÓN, Nazareth Gallego. La segregación ocupacional del profesorado femenino en la universidad española. *Reencuentro. Análisis de Problemas Universitarios*, v. 28, n. 74, p. 214-236, 2017.

MARTÍN, María Elena. Mujeres y política en América Latina. Sistemas electorales y cuotas de género. *Revista SAAP. Publicación de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político*, v. 3, n. 2, p. 485-486, 2008.

MEDINA, Jose Antonio Batista. Mujer y poder local: La persistencia de la desigualdad. *Más Poder Local*, n. 17, p. 16-18, 2013.

MINISTERIO DE LAS MUJERES, GÉNEROS Y DIVERSIDAD DE LA NACIÓN Y MINISTERIO DEL INTERIOR. *Informe de Participación política del colectivo LGBTI+*, 2021. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/participacion_politica_del_colectivo_lgbti.pdf>.

MOLINA, Guadalupe. Programa de Educación Sexual Integral en Córdoba: momentos iniciales. *Cuadernos de Educación*, n. 17, 2019.

NATALUCCI, Ana Laura; REY, Julieta. ¿Una nueva oleada feminista? Agendas de género, repertorios de acción y colectivos de mujeres (Argentina, 2015-2018). *Estudios Políticos y Estratégicos*, v. 6, n. 2, p. 14-34, 2018.

OLARTE, Eva Tobías. Género y política: elecciones europeas 2009. In: CLAVO SEBASTIÁN, María José (Org.). *Miradas multidisciplinares para un mundo en igualdad: ponencias de la I Reunión Científica sobre Igualdad y Género*, p. 29-44. Logroño, ES: Universidad de La Rioja, 2010.

PASTOR YUSTE, Raquel. La dimensión sustantiva de la representación política de la mujer: delimitación conceptual y factores explicativos. *Revista de las Cortes Generales*, n. 81, p. 41-72, 2010.

PERRI, María Emilia. Elecciones y género: la cuestión no binaria en los estudios electorales. *Tiempo de Gestión*, v. 16, n. 29, p. 189-214, 2021.

PORTAL DE DATOS ABIERTOS DE LA LEGISLATURA DE CÓRDOBA. Disponible en: <<https://legislaturacba.gob.ar/portal-de-datos-abiertos/>>. Fecha de la consulta: mar. 2022.

REPÚBLICA ARGENTINA. Decreto n. 476/2021. Registro Nacional de las personas. Establece la acepción "X" para los documentos de personas no binarias. 20 jul. 2021.

RODIGOU, Maite; LÓPEZ, Carlos Javier; CECCOLI, Pamela; PUCHE, Ivana; AIMAR, Valeria. Sentidos en disputa sobre la violencia hacia las mujeres en las políticas públicas. El caso de la normativa de la provincia de Córdoba, Argentina. *Revista Punto Género*, n. 2, p. 119-141, 2012.

RUBIO-MARÍN, Ruth. Mujeres, espacio público, participación política y derechos humanos: ¿hacia un paradigma de democracia paritaria?. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales (REEI)*, n. 39, p. 9, 2020.

TULA, María Inés. Elecciones y paridad de género en Bolivia. *Estudios del Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba*, n. 46, p. 55-74, 2021.

_____. Mujeres y política. Un Panorama sobre la adopción de las cuotas de género y sus efectos en América Latina y Colombia. *Ópera*, n. 16, p. 9-33, Universidad Externado de Colombia, 2015.

VÁZQUEZ-GARCÍA, Verónica. Women's access to power in self-government municipalities of Oaxaca, Mexico: Describing their career tracks. *Women's Studies International Forum, Pergamon*, v. 35, n. 5, p. 323-333, 2012.



Partidos brasileiros do século XXI: comparação entre as duas primeiras eleições dos partidos brasileiros criados entre 2000-2014

Recebido: 29.05.22
Aprovado: 23.02.23

Renan Arnon de Souza (orcid.org/0000-0002-6880-0907),
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasilⁱ.

Breno Pacheco Leandro (orcid.org/0000-0001-5076-404X),
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasilⁱⁱ.

Samira Kauchakje (orcid.org/0000-0001-5325-9970),
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc),
Florianópolis, Santa Catarina, Brasilⁱⁱⁱ.

i. Renan Arnon de Souza é doutorando-bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. <arnondesouza@hotmail.com>.

ii. Breno Pacheco Leandro é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. <bpachecoleandro@gmail.com>.

iii. Samira Kauchakje é doutora em ciência política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental e no curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), bem como no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. <s.kauchakje@udesc.br>.

Resumo: Que fatores concorrem para a diferença de desempenho eleitoral entre o primeiro pleito vencedor de um partido e a eleição seguinte? Usamos os achados de Bolleyer e Bytzek (2015), sobre organizações partidárias de 17 democracias parlamentaristas, como hipóteses testadas para o caso de partidos brasileiros criados a partir de 2000. Os resultados da análise de correlação e do teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney foram que o tempo entre a criação do partido e sua primeira vitória no Legislativo não é correlacionado; e que não são significativas as diferenças entre os partidos de diferentes ideologias, que integraram ou não gabinete presidencial, ou que tiveram troca de liderança. Alguns destes achados destoam daqueles obtidos para os outros países. A explicação institucional pode ser a facilidade para a criação de partidos e, até 2016, as coligações em eleições proporcionais aliadas a inexistência de cláusula de desempenho partidário.

Palavras-chave: Partidos políticos. Criação de partidos. Coalizão governamental. Competição eleitoral.

Brazilian parties of the 21st century: comparison between the first two elections of Brazilian parties created between 2000 -2014

Abstract: What factors contribute to the difference in electoral performance between the first election that wins a party and the next election? We use the findings of Bolleyer and Bytzek (2015) on political parties from 17 parliamentary democracies, to test them for the case of Brazilian parties created after 2000. For this, we used the correlation analysis and the Wilcoxon-Mann-Whitney non-parametric test. Our findings show that the time between the creation of the Brazilian party and its first victory in the national legislature is not correlated; there are not significant differences between ideologies; if the parties are or are not part of the presidential cabinet; and if the parties that changed or didn't change the leadership. Some of these results differ from the results observed in the other countries considered. Some of these findings differ from those obtained for other countries. The institutional explanation may be the facility for the creation of

parties and, until 2016, coalitions in proportional elections combined with the absence of a party performance clause.

Keywords: Political parties. Creation of parties. Governmental coalition. Electoral competition.

Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) polarizaram a cena partidária nacional por seis eleições seguidas, de 1994 a 2014, alcançado com seus candidatos os dois primeiros lugares nas disputas ao Palácio do Planalto. Porém, o quadro partidário brasileiro vai muito além destes dois partidos, uma vez que hoje o Brasil conta com 33 partidos que diferem no tempo de sua criação. Neste conjunto tem-se desde o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), criados em 1981, até a Unidade Popular (UP) que foi criada em dezembro de 2019.

Dos atuais partidos brasileiros, 11 foram criados já no Século XXI, entre 2006 e 2019, nem todos criados sobre bases ideológicas e sociais bem definidas, como o PSD, o Solidariedade e o PROS, partidos caracterizados mais por uma atuação parlamentar baseada no governismo (Tabela 1).

TABELA 1
PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS CRIADOS APÓS 2000 (DATA DE CRIAÇÃO)*

Partido político	Data criação	Eleição do primeiro parlamentar	Parlamentares eleitos na primeira disputa
Republicanos	2003	2006	1
Socialismo e Liberdade (PSOL)	2004	2006	3
Partido Liberal (PL)**	2006	2010	41
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	2010	2014	11
Partido Social Democrático (PSD)	2011	2014	36
Patriota	2012	2014	2
Solidariedade	2013	2014	15
Rede Sustentabilidade	2015	2018	1
Partido da Mulher Brasileira (PMB)	2015	2018	0
Novo	2015	2018	5
UP	2016	-	0

* Acoluna "criação" faz referência à data da fundação (estatuto) do partido e não à data de seu registro no TSE.

** Fundado e registrado em 2006 como Partido da República (PR), fruto da fusão entre o então Partido Liberal e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), voltou ao nome de Partido Liberal (PL) em 07 de maio de 2019.

Fonte: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/unidade-popular>>; <https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/arquivos/tse-estatuto-unidade-popular/@download/file/TSE_estatuto_unidade_popular_deferido-10-12-2019.pdf>

Na Tabela 1, observa-se a ocorrência de fusões partidárias no período. As fusões muitas vezes facultaram aos micro ou pequenos partidos maiores oportunidades eleitorais e uma sobrevida. Isto passa a ser especialmente importante após a entrada da cláusula de barreira no ordenamento brasileiro, em 2017 (Emenda Constitucional 97/2017). Dos 11 partidos descritos, sete já participaram de ao menos duas eleições (Republicanos, PSOL, PL, PSD, Patriota, PROS e Solidariedade), e apenas um surgiu de uma fusão oficial entre partidos já existentes, que foi o caso do PL.

O objetivo principal deste trabalho, inspirado pelo trabalho Nicole Bolleyer e Evelyn Bytzeck (2015), é investigar quais fatores concorrem para a diferença de desempenho eleitoral entre o primeiro pleito vencedor de um partido e a eleição seguinte. Para isso, iremos comparar os resultados obtidos por aquelas autoras com o desempenho dos partidos brasileiros ativos em 2020, criados de 2000 em diante, que disputaram ao menos duas eleições, ganharam ao menos um assento na Câmara dos Deputados e que em suas fundações não foram o resultado de fusões de partidos já existentes. Seis partidos preenchem essas condições: Republicanos e PSOL disputaram seus primeiros pleitos em 2006, enquanto PSD, Patriota, PROS e Solidariedade iniciaram suas participações em 2014. A principal diferença do trabalho de Bolleyer e Bytzeck (2015) e o presente estudo é que no caso anterior foram analisadas democracias parlamentaristas, enquanto aqui, trata-se de uma democracia presidencialista¹. Importante observar que, diferentemente do sistema parlamentarista, no presidencialismo espera-se um efeito menor do desempenho do governo na decisão do voto do(a) eleitor(a). Isto é,

em democracias presidencialistas “mudanças de presidente ocorrem quase que exclusivamente em anos eleitorais. No entanto, na maior parte dos casos, estas mudanças ocorrem não porque os eleitores avaliam o desempenho do governo negativamente, mas porque eles não têm oportunidade de premiar o governante por seu desempenho.” [...] Em democracias parlamentaristas podemos distinguir os riscos advindos especificamente de eleições dos riscos aos quais os primeiros-ministros estão expostos durante os anos não eleitorais, seja o de ser substituído pacificamente ou o de ser violentamente removido do cargo (Cheibub & Przeworski, 1997, p. 57-58).

1. Nossos agradecimentos aos(as) pareceristas anônimos(as) que nos alertaram sobre a importância de frisar esta distinção entre sistemas de governos, e contribuíram para o aprimoramento geral do texto.

Neste artigo, os fatores a serem analisadas são:

- i.* a idade do partido ao competir e conquistar sua primeira cadeira na Câmara dos Deputados;
- ii.* a troca de liderança no partido em meio à sua primeira participação parlamentar;

iii. o pertencimento ao gabinete presidencial; e, por fim,

iv. o tipo de partido segundo a classificação ideológica proposta por Adriano Codato, Fábila Berlatto & Bruno Bolognesi (2018).

A expectativa inicial é que pelo menos algumas destas características sejam relevantes na comparação do resultado eleitoral entre as duas primeiras eleições de cada partido. Mesmo que de antemão já se faça a ressalva de que o número de organizações partidárias examinadas seja pequeno para conclusões mais gerais sobre os demais partidos brasileiros, os achados sobre eles possibilitam uma aproximação para responder, para o caso brasileiro, à pergunta de Bolleyer e Bytzeck (2015) sobre que atributos podem impulsionar ou reduzir a diferença entre a eleição em que partidos conseguem assentos pela primeira vez no parlamento e a subsequente, isto é, fatores que podem ser o fiel da balança entre o sucesso e o fracasso dos partidos.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção fundamenta teoricamente as hipóteses sobre as condições que podem afetar o desempenho eleitoral dos partidos em suas primeiras eleições. Os métodos que usamos para testá-las são apresentados na terceira seção. Na quarta, estão os resultados e a discussão dos testes empíricos que estimam como – e se – a variável “diferença entre a eleição em que conseguem assentos pela primeira vez no parlamento e a subsequente” está relacionada ao “tempo de vida do partido”, à “troca de liderança”, à “participação no gabinete governamental”, e/ou à “ideologia partidária – direita confessional”. Na conclusão comparamos os efeitos encontrados para os partidos brasileiros com os reportados por Bolleyer e Bytzeck (2015) para organizações partidárias de 17 democracias.

O sistema eleitoral brasileiro e a criação de partidos

Partidos políticos são fundamentais em qualquer democracia ao redor do mundo. É impossível encontrar, nos tempos atuais, qualquer país que seja considerado uma democracia que não os possua. Seguindo definição de Oswaldo Carvalho (2013) os partidos são até mesmo os responsáveis por diversas atividades, sendo as três mais essenciais:

i. estruturação da competição eleitoral;

ii. agregação de interesses; e

iii. condução do governo e dos trabalhos legislativos.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que, ao final de 2020, o Brasil abrigava 33 partidos sob registro. De acordo com Codato, Berlatto e Bolognesi (2018), o Brasil sempre foi caracterizado como país de um número bastante elevado de partidos nominais, mas ainda mais expressivos são os índices de partidos efetivos eleitorais e parlamentares quando comparados a outros países. Para se ter uma ideia, os autores indicam que em 2018 o Brasil contava com 35 partidos nominais – 13,22 partidos efetivos no legislativo; 14,06 partidos efetivos eleitoralmente (Codato, Berlatto & Bolognesi, 2018). Comparativamente, na América Latina, o número efetivo de partidos nas arenas parlamentar e eleitoral do país que estava em segundo lugar no *ranking*, Colômbia, era 5,69 e 7,36, respectivamente, no ano 2014 (Carneiro & Moisés, 2015). Entretanto, autores como Jairo Marconi Nicolau e Rogério Augusto Schmitt (1995) argumentam que a quantidade de partidos no sistema eleitoral brasileiro não é um problema em si, mas sim que as regras partidárias e eleitorais conferem baixa capacidade de mobilização dos partidos brasileiros, no sentido de coordenar o voto e sedimentar lealdades. Outra característica do sistema partidário brasileiro que traz instabilidade ao funcionamento democrático é a facilidade com que partidos políticos são criados e dissolvidos no Brasil, principalmente em função de três aspectos:

- i.* o político, uma vez que são necessárias poucas assinaturas para a fundação de um partido;
- ii.* o financeiro, que permite ao partido captar uma parcela do fundo partidário mesmo sem receber voto algum na eleição anterior; e
- iii.* a patronagem política, que incentiva a partidos a alocar um alto número de seus dirigentes em cargos no corpo do Estado, como secretarias, ministérios e agências públicas (Nicolau & Schmitt, 1995).

Para se ter ideia do volume de criação de partidos no Brasil, dentre os 33 partidos existentes no Brasil ao final de 2020, 11 foram criados desde 2000. Outro fato que ocorre com certa relevância no Brasil é a fusão de siglas partidárias para criação de novos partidos, como o já citado caso do Partido Liberal (PL) em 2006, e as incorporações do Partido Republicano Progressista (PRP) ao Patriota, e do Partido Pátria Livre (PPL) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ambos em 2019.

Nas palavras de Bolleyer e Bytzek (2015, p. 778) a “entrada no parlamento em nível nacional é uma conquista crucial para qualquer novo partido”. No entanto, como alertam estas autoras, as consequências e os desafios eleitorais posteriores que os partidos enfrentam por terem obtido representação no parlamento difere de partido para partido. Quais características e fatores relativos aos próprios partidos podem estar envolvidos serão discutidos nas próximas seções.

Os desafios das primeiras eleições

Em seus trabalhos sobre os desafios que os partidos políticos encontram em suas primeiras eleições, e em especial na diferença entre a eleição em que conseguem assentos pela primeira vez no parlamento e a subsequente, Bolleyer e Bytzek (2015) encontraram os seguintes fatores que podem impulsionar ou reduzir esta diferença: tempo de vida do partido, troca de liderança.

No que diz respeito ao primeiro fator, os autores argumentam que a criação do partido até a sua entrada no parlamento há correlação com o desempenho eleitoral do partido na eleição pós-entrada no parlamento, ou seja, quanto mais tempo de vida um partido alcançou desde o seu primeiro assento no parlamento, espera-se que o mesmo tenha um melhor desempenho relativo na próxima eleição. Esta conclusão é coerente ao que Robert Harmel e Lars Svasand (1993) encontraram anteriormente, ou seja, que partidos novos frequentemente enfrentam desafios diferentes nos seus diversos estágios de desenvolvimento (cada um deles gerando demandas distintas), e que um partido ser demasiadamente jovem ao entrar no parlamento, espreme estes desafios em um curto período. Os autores ainda afirmam que depois que um partido entra no parlamento, a atenção dos principais atores tende a mudar da construção de sua organização partidária e consolidação de uma base de apoio para suas novas atribuições parlamentares (Harmel & Svasand, 1993). A primeira hipótese proposta neste estudo é justamente confirmar o que foi encontrado por Bolleyer e Bytzek (2015), sendo $H_1 \rightarrow$ Quanto mais tempo entre a fundação e a entrada de um partido no parlamento, melhor é o seu desempenho na eleição seguinte.

Outra característica constatada como impactante quando se refere a perder votos na eleição seguinte a entrada no parlamento é a troca de liderança no partido. A continuidade da liderança foi vista como fundamental para o sucesso eleitoral de um novo partido uma vez que, ao ainda não possuir a estrutura partidária completamente consolidada, o partido ainda é dependente da figura do líder para sua comunicação com eleitorado, principalmente por este líder normalmente ser o detentor de uma das cadeiras conquistadas no parlamento quando o partido lá adentra e por muitos desses votos serem leais ao político e não ao partido. Embasada nestes argumentos, a segunda hipótese a ser testada será $H_2 \rightarrow$ Os partidos cujos líderes permanecem no comando até a próxima eleição perdem menos votos após a sua conquista parlamentar do que os demais tipos de partidos.

O pertencimento do partido ao segmento da nova direita é uma característica de partidos eleitorais que Bolleyer e Bytzek (2015) testaram, porém não encontraram uma correlação relevante com a perda de votos. Para as autoras, o fato de o parti-

do ser classificado neste grupo, em geral é em razão de apresentar uma estrutura organizacional fraca, dominada por um único líder (em geral, o fundador) que pode não estar interessado em planejamento de longo prazo e a construção de uma estrutura partidária independente, mesmo que isso vá contra a lógica brasileira, uma vez que o crescimento da população evangélica no Brasil cresce exponencialmente a cada década. Muito embora não tenha sido encontrada como significativa, neste trabalho a hipótese será adaptada com base na divisão dos grupos de partidos organizada por Codato, Berlatto e Bolognesi (2018).

Sobre esta divisão, Michael Coppedge (1997a; 1997b) considera duas dimensões simultâneas para a classificação dos partidos latino-americanos: a primeira diz respeito à oposição entre “confessional” e “secular”; a segunda está baseada na dimensão clássica esquerda-direita, porém segmentada em blocos entre direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda. Codato, Belatto e Bolognesi (2018) se utilizam dos estudos de Coppedge (1997a; 1997b) para classificar os partidos da direita confessional brasileira como aqueles que baseiam a sua ideologia ou programa explicitamente em concessões religiosas e/ou estão vinculados a Igrejas e a movimentos com forte apelo conservador (“pró-vida”, “pró-família” etc.). Assim, será testada a $H_3 \rightarrow$ Partidos da direita confessional² perdem mais votos após a sua conquista parlamentar do que os demais.

Em geral, os novos partidos, para entrarem no parlamento, adotam um discurso anti-*establishment*, e ao integrar no gabinete governamental perdem o direito de assumir esta narrativa. Por conta disso, Bolleyer e Bytzeck (2015) testaram se o pertencimento do partido ao gabinete do governo entre a sua primeira eleição parlamentar vitoriosa e a busca pela reeleição influencia negativamente na busca por votos nesta segunda eleição. As autoras rejeitaram que exista uma associação significativa entre o pertencimento, ou não, ao gabinete governamental e o desempenho na segunda eleição, mesmo assim, a última hipótese a ser testada será $H_4 \rightarrow$ Partidos novos, ao adentrarem o parlamento também integram o gabinete de governo e perdem mais votos no pleito eleitoral após a sua conquista parlamentar do que os demais.

Materiais e métodos

Coleta de dados

Foram coletados dados sobre os votos dos partidos políticos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Os partidos de interesse são aqueles ativos em 2020, que foram criados depois de 2000 e que participaram de ao menos duas eleições gerais

2. Baseados nos trabalhos de Coppedge (1997a, 1997b), os(as) autores(as) classificam como partidos confessionais de direita aqueles que utilizam como base para suas ideologias ou programas questões religiosas e/ou estão vinculados a Igrejas e a movimentos com forte apelo conservador.

(TSE, 2020). A coleta foi realizada durante o mês de dezembro de 2020 e os dados foram analisados no Software R, versão 4.0.3.

As variáveis dos modelos de análise são relativas à fundação da organização partidária (ano); a troca de liderança entre a primeira e a segunda eleição (houve ou não houve); ideologia; e o fator do partido ter ocupado o gabinete governamental (sim ou não). A análise da Diferença Relativa de Votos (DRV) em relação às demais variáveis ocorreu em duas partes:

- i. análise de correlação entre o tempo de vida e a DRV; e
- ii. teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para cada uma das variáveis restantes.

Diferença Relativa de Votos (DRV)

A Diferença Relativa de Votos (DRV) expressará o percentual que um partido ganhou ou perdeu de votação da primeira eleição, que é aquela em que o partido alcança a sua primeira cadeira na Câmara dos Deputados, para a eleição seguinte (Bolleyer & Bytzek, 2015). A DRV pode ser expressa por:

$$DRV = \frac{(Vot_2 - Vot_1)}{(Vot_1)}$$

Onde:

- Vot_1 é o percentual de votação alcançado pelo partido na eleição em que ganha sua primeira cadeira na Câmara dos Deputados;
- Vot_2 é o percentual de votação alcançado pelo partido na eleição seguinte a que ganhou sua primeira cadeira na Câmara dos Deputados.

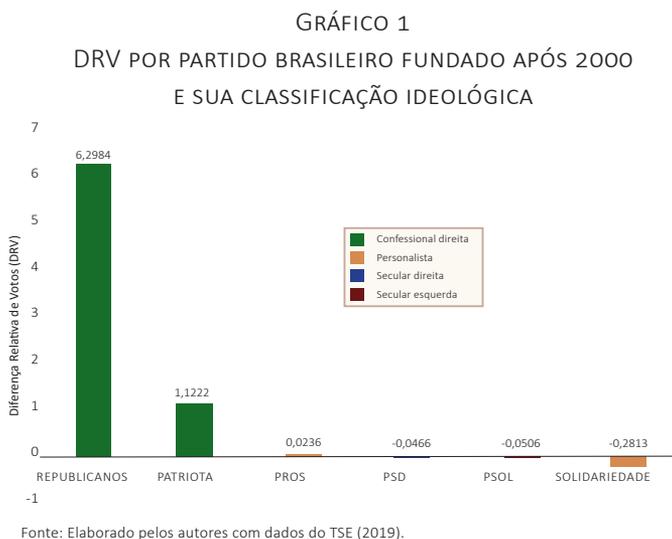
Teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney

O teste de Wilcoxon-Mann-Whitney – também conhecido como Teste U – é o teste não paramétrico equivalente ao teste t-student, paramétrico, que é aplicado em situações em que se tem um par de amostras independentes e se quer testar se as populações significadas podem ser consideradas semelhantes ou não. O teste de Wilcoxon-Mann-Whitney é baseado nos postos (ranques) dos valores obtidos combinando-se as duas amostras. Isso é feito ordenando-se esses valores, do menor para o maior, independentemente do fato de qual população cada valor provém.

Resultados

Foi calculada a Diferença Relativa de Votos (DRV) para cada um dos partidos analisados (Figura 1), classificando-os por ideologia de acordo com Codato, Berlatto e Bolognesi (2018).

Nota-se, no Gráfico 1, que os partidos confessionais de direita (Republicanos e Patriota) obtiveram, em 2018, um grande aumento em suas votações em relação aos resultados eleitorais de 2014, quando elegeram seus primeiros parlamentares para a Câmara dos Deputados. Segundo Bolleyer e Bytzeck (2015), partidos formados sem raízes sociais tendem a perder mais votos nas eleições que sucedem o primeiro mandato. No caso em análise, os partidos que perderam votos são o PSD e o Solidariedade, oriundos de bases governistas – que nascem no parlamento; e o PSOL, que mesmo com uma base



ideológica bem definida, tem suas origens entre dissidentes do Partido dos Trabalhadores (PT), o que divide os votos do mesmo nicho ideológico de origem. Por outro lado, o Republicanos e o Patriota, situados na direita confessional, salientam as conclusões sobre desempenho e bases sociais.

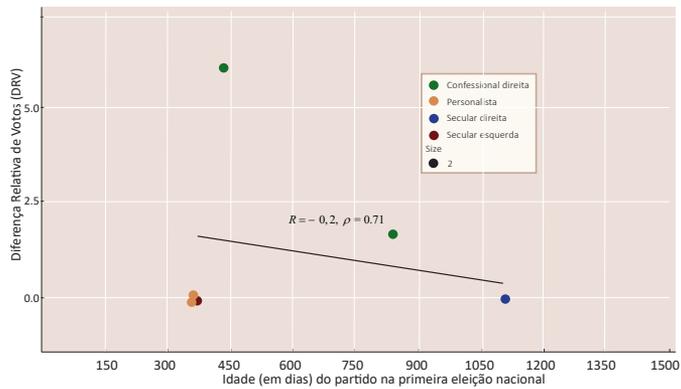
Calculado o DRV para cada partido em análise, estamos em condições de testar as hipóteses formuladas.

Tempo de vida do partido x Diferença Relativa de Votos

A primeira hipótese é $H_1 \rightarrow$ Quanto mais tempo entre a fundação e a entrada de um partido no parlamento, melhor é o seu desempenho na eleição seguinte. Através da análise de regressão linear, correlacionando o tempo, em dias, desde a data de deferimento do partido pelo TSE até a data da primeira eleição que o partido participou, é possível concluir que, no caso dos partidos brasileiros, não existe a es-

perada correlação positiva entre a idade do partido e o DRV, existindo mesmo uma correlação negativa (Índice de correlação de Pearson = -0,2) como pode ser visto na Figura 1, o que faz com que H_1 seja prontamente rejeitada. Este resultado difere dos achados de Bolleyer e Bytzek (2015), conforme apresentado anteriormente.

GRÁFICO 2
DISPERSÃO: IDADE DE PARTIDOS BRASILEIROS,
FUNDADOS A PARTIR DE 2000, AO DISPUTAR
SUA PRIMEIRA ELEIÇÃO × DRV

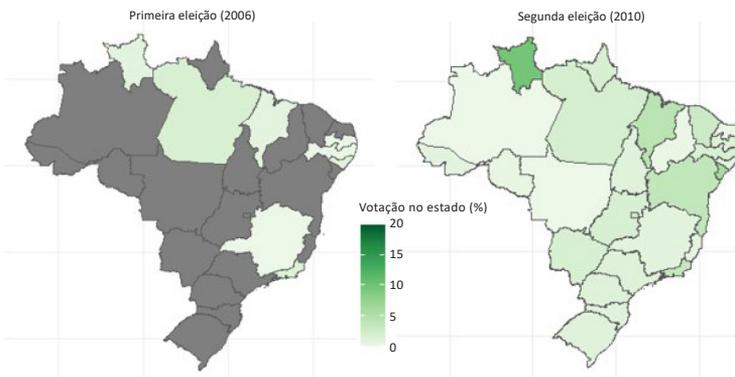


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE (2019).

Muito do resultado encontrado foi influenciado pelo caso do Republicanos que, com 402 dias entre sua deliberação no TSE e a eleição de 2006, obteve 0,24% dos votos

válidos resultando em uma cadeira e, em 2010, obteve oito cadeiras com 1,79% dos votos. O que pode explicar esta diferença é o fato de que em 2006 o então PRB ter disputado a eleição em apenas oito estados da federação (AL, MA, MG, PA, PB, PE, RJ e RR) e, em 2010,

MAPA 1
EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE VOTAÇÃO NO REPUBLICANOS
POR ESTADO (ELEIÇÕES DE 2006 E 2010)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE (2019).

em todos os estados mais o Distrito Federal, como pode ser visto na comparação de votações no partido apresentada no Mapa 1.

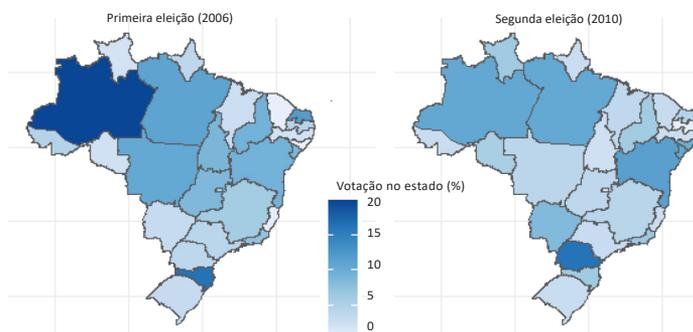
Dentre os partidos brasileiros nascidos no Século XXI, o caso do surgimento e do crescimento do Republicanos é emblemático. Segundo o *Dicionário Histórico-Bio-gráfico Brasileiro (DHBB)* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o então Partido Republicano Brasileiro (PRB) foi fundado e montado para as eleições de 2006 pela conjunção de duas forças políticas: de um lado, políticos e lideranças religiosas vinculadas à Igreja Universal do Reino de Deus; de outro, o então vice-presidente da república e candidato à reeleição, José de Alencar, recém saído do Partido Liberal (PL), em busca de um novo partido para concorrer na disputa. A base social da Igreja Universal e o acesso ao governo federal desde a sua primeira disputa são condições que podem ter favorecido a manutenção e o considerável crescimento do partido entre 2006 e 2010.

Troca de liderança e cargo no governo x Diferença Relativa de Votos

As próximas hipóteses a serem testadas são $H_2 \rightarrow$ Os partidos cujos líderes permanecem no comando após a ruptura parlamentar até a próxima eleição perdem menos votos após a sua conquista parlamentar do que os demais tipos de partidos; e $H_4 \rightarrow$ Partidos novos que ao adentrar o parlamento também integram o gabinete de governo perdem mais votos após a sua conquista parlamentar do que os demais. Elas serão testadas através do mesmo teste de Wilcoxon-Mann-Whitney, uma vez que apenas o PSD teve alteração em sua direção nacional, o que ocorreu quando Gilberto Kassab se licenciou da direção do partido, em 1º de janeiro de 2015, para justamente assumir o cargo de ministro das Cidades durante o governo de Dilma Rousseff, deixando o cargo para o então líder do partido na Câmara dos Deputados, Guilherme Campos (PSD, SP, 2015). Esta movimentação de Kassab também foi única entre os partidos estudados, no sentido de participar do gabinete de governo entre a eleição de entrada dos partidos na Câmara e a eleição seguinte.

O PSD teve uma Diferença Relativa de Votos (DRV) de -0,0466, ou seja, uma ligeira perda de votos da primeira para a segunda eleição. Ao aplicar-se o teste de Wilcoxon-Mann-Whitney encontrou-se um *p-valor* de 1, ou seja, não existe qualquer evidência que o caso do PSD apresente alguma diferença em relação aos demais e, assim sendo, rejeita-se que tanto a participação no gabinete presidencial de Dilma Rousseff, quanto a troca de comando que esta movimentação acarretou são causadoras da perda de votos que o partido teve de 2014 para 2018. Tal perda é reflexo da retração do partido em colégios eleitorais como Amazonas, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, onde o partido perdeu cerca de 10 pontos percentuais em

MAPA 2
EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE VOTAÇÃO NO PSD
POR ESTADO (ELEIÇÕES DE 2014 E 2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE (2019).

2014, para 16,35%, em 2018, além de eleger o governador do estado Ratinho Junior e, em Alagoas, onde o partido passou de 0,26% em 2014 para 9,87% em 2018, como mostra o Mapa 2.

A rejeição da H_4 , para este caso, vai ao encontro das confirmações de Bolleyer e Bytzeck (2015); enquanto a rejeição da H_2 vai em direção oposta.

Segundo Sérgio Simoni Jr e Ricardo M. Ribeiro (2019), a criação do PSD, em 2011, apresenta dois elementos marcantes que deram origem a duas narrativas distintas, porém complementares: a primeira – e mais difundida – é a de que o PSD surge de uma disputa de poder dentro do Democratas (DEM), como expressão do desejo de parte da oposição filiada ao DEM, liderada por Gilberto Kassab, de se aproximar do governo federal com o objetivo de ter acesso a cargos no governo; a segunda é a de que diante das ações do TSE em interditar e restringir as possibilidades de migração partidária (Resolução n. 22.610, de 25 de outubro de 2007), o PSD surge como resposta a arranjos institucionais do sistema partidário brasileiro ao congregar parlamentares de diversos partidos que buscavam uma nova legenda que melhor atendesse aos seus objetivos, proporcionando assim a possibilidade de migração partidária mediante a formação de um novo partido.

Convém salientar que, ao ser fundado, o PSD abrigou 51 deputados federais de 18 estados diferentes. Ao considerar que o número total de incumbentes é de 513 parlamentares, o partido tem como ponto de partida uma bancada de 10% do parlamento. Em suma, trata-se de um partido que nasce no e do parlamento para fora, com deputados incumbentes e, principalmente, direito e acesso a uma fatia considerável do fundo partidário, três anos antes de disputar sua primeira eleição nacional.

cada um dos estados, e também em São Paulo, principal colégio eleitoral do país, onde o partido saiu de 4,40% dos votos, em 2014, para 3,21%, em 2018. Essa queda foi amenizada por crescimentos pontuais, como no Paraná, onde o partido obteve seu melhor desempenho, saltando de 4,10%, em

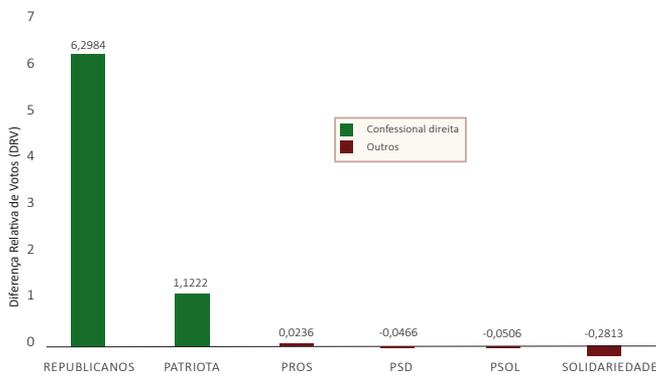
Ideologia do partido x Diferença Relativa de Votos

Por fim, foi testada neste trabalho a $H_3 \rightarrow$ Partidos da direita confessional perdem mais votos após a sua conquista parlamentar do que os demais. Para isso, foi aplicado o mesmo teste para a comparação entre os partidos Republicanos e Patriota, classificados como da direita confessional por Codato, Berlato e Bolognesi (2018), e os demais partidos. Para este teste foi encontrado um *p-valor* de 0,13, o que poderia ser um indicativo para a aceitação da hipótese caso não ficasse explícito que este valor está associado ao maior DRV dos partidos da direita confessional do que dos demais, o que vai totalmente contra o que a hipótese propõe, como pode ser observado no Gráfico 3. A rejeição de que partidos da direita confessional percam mais votos da primeira para a segunda eleição do que os demais é congruente com as evidências apresentadas por Bolleyer e Bytzeck (2015). Entretanto, cabe observar que uma diferente agregação classificatória destes partidos poderia trazer resultado distinto.

Para explicar a ascensão da nova direita religiosa na política brasileira, entender o crescimento dos evangélicos é um ponto chave. Em 1940, o Censo indicava que 2,6% da população brasileira se declarava como evangélica; em 1970, esse percentual dobrava (5,2%), 9% em 1991

e chegou a 15,4% em 2000. O Censo 2010 indicou que o Brasil computava cerca de 22,2% de sua população como evangélica (IBGE, 2010). A expansão dos movimentos evangélicos pode ser explicada, pelo menos em parte, por movimentos sociais no Brasil dos últimos 30 anos, como o êxodo interno de famílias do campo que, em busca de uma vida melhor, passaram a viver grandes centros urbanos, em locais com alta taxa de violência, com baixa renda e alta densidade populacional. Segundo Ricardo Mariano (2004), diante deste contexto é valorizada a preservação do núcleo familiar, principalmente no aspecto moral, algo que Igrejas neopentecostais souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, dados os contextos socioeconômico, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil.

GRÁFICO 3
GRÁFICO DE DRV POR PARTIDO
(DIREITA CONFSSIONAL X OUTROS)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE (2019).

Ainda de acordo com Mariano (2004), outro ponto que atrai fiéis destas regiões periféricas dos grandes centros urbanos é a teologia da prosperidade, discurso que encontra terreno fértil em localidades de baixa renda como as periferias. É neste contexto que os partidos da direita confessional como o Republicanos e o Patriota, vinculados a movimentos religiosos e/ou conservadores, expandem suas bases e buscam consolidar-se como representantes do movimento. Esse fator é fundamental no conceito de raízes sociais que é destacado em Bolleyer e Bytzeck (2015). Além disso, existem outros fomentos a serem considerados quando tratamos de ideologia partidária no Brasil.

Um destes elementos – o crescimento de partidos situados próximos ou na extrema direita –, acompanha a dinâmica de parte das democracias atuais desde os anos 1980 e foi denominado “guerra cultural” ou visão de mundo inconciliável que, segundo Gallego, Ortellado e Ribeiro (2017), redefiniria as regras do debate político. No debate político passa a ter centralidade temas morais (homossexualidade, aborto, perspectiva penal punitiva, por exemplo), acrescidos, no Brasil, por uma emaranhada motivação anticomunista, anticorrupção e antipolítica. Temas que desalojaram as questões econômicas e sociais – e do papel do Estado frente a elas – que, ao menos a partir da segunda grande guerra, organizam as posições político-partidárias e os compromissos de um espectro partidário que abrange desde a direita liberal até a esquerda político-partidária com o Estado democrático de Direito. Os partidos que Codato, Berlato e Bolognesi (2018) classificam como de direita confessional mobilizam e fomentam o conservadorismo moral, tanto em suas bases nas Igrejas como nas arenas eleitoral e parlamentar, e têm sido recompensados com votos nas eleições analisadas.

Estes aspectos abrem preceito para outras variáveis a serem atribuídas futuramente, com maior tempo de vida desses partidos e que ressalvam as singularidades do sistema eleitoral brasileiro, entre elas ser proporcional e de lista aberta.

Conclusões

Bolleyer e Bytzeck (2015) investigaram um número grande de partidos políticos de dezessete países e concluíram que duas características afetam negativamente a quantidade de votos que um partido recebe na eleição seguinte a sua entrada no parlamento:

- i.* pouco tempo entre a criação do partido e sua primeira vitória eleitoral;
- ii.* as trocas de liderança.

Os achados das autoras também mostraram:

iii. ser um partido de cartel, de um lado;

iv. ser um partido de direita, de outro, não são elementos suficientes com efeito sobre o desempenho eleitoral.

Usamos essas conclusões das autoras como hipóteses com o objetivo de testá-las para o caso dos partidos brasileiros ativos em 2020, partidos esses que foram criados depois de 2000 e que participaram de ao menos duas eleições gerais.

Nossas análises sobre os seis partidos brasileiros que preenchem aquelas condições, apontam que ser um partido com pouco tempo de atuação antes de vencer sua primeira eleição não afeta a quantidade de votos na eleição seguinte, muito pelo caso de sucesso do Republicanos que, embora fosse um partido recém-criado, conquistou um expressivo aumento em sua votação de 2006 para 2010. Também constatamos que troca de liderança e participação no gabinete presidencial (o que foi o caso apenas do PSD) também não influenciaram na diferença de votação obtida. Por fim, nenhuma das características dos partidos – como ser um partido vinculado às pautas religiosas –, resultou em perdas de votos na primeira eleição pós-entrada no parlamento pelos partidos brasileiros. Sobre os partidos da direita confessional, é ainda importante ressaltar que são justamente os partidos com o maior ganho relativo de votos da primeira para a segunda eleição. Este fato requer explicações contextuais que fogem dos objetivos deste artigo, mas que, como reporta a literatura, têm relação com alterações no eixo do debate político, pendente para temas morais de viés conservador.

Portanto, para o caso dos partidos brasileiros examinados, as quatro hipóteses foram rejeitadas, sendo que para duas delas (tempo de criação e troca de liderança partidária) os resultados vão na direção oposta aos achados de Bolleyer e Bytzek (2015), e para as demais (ocupar os gabinetes e ideologia à direita) as nossas conclusões e as das autoras estão alinhadas.

Uma possível explicação para a não confirmação das hipóteses testadas pode residir em dois incentivos institucionais característicos do Brasil:

i. a facilidade para a criação de partidos políticos, conforme já pontuado por Nicolau e Schmitt (1995); e

ii. a possibilidade de coligações eleitorais para eleições proporcionais aliada a inexistência de cláusula de desempenho partidário para acesso ao parlamento³.

3. Essas eram as regras até as eleições de 2016. A partir das eleições de 2018, passou a valer uma cláusula de desempenho de X% e, a partir das eleições de 2020, as coligações eleitorais para eleições proporcionais foram vetadas.

A conjunção desses dois incentivos faz com que partidos recém-criados e com estruturas incipientes possam eleger deputados coligados com outras agremiações logo no primeiro pleito, fazendo com que o hiato entre a criação do partido e a conquista dos primeiros cargos eletivos seja curto. Enquanto o primeiro ponto foi abordado no presente artigo, o segundo desponta como uma oportunidade, um desdobramento para pesquisas futuras.

Por conseguinte, os casos sobre o surgimento e o estabelecimento do Republicanos e do PSD como forças políticas emergentes são bons exemplos de como o sistema partidário brasileiro é permeado de incentivos institucionais que favorecem a hiperfragmentação partidária, permitindo que partidos recém-criados tenham acesso a cargos na estrutura governamental e a uma fatia do fundo partidário.

Por fim, ainda que os achados desse trabalho requeiram cautela quando analisados, dado o baixo número de casos e as grandes diferenças da democracia brasileira com relação às sociedades europeias, que foram os objetos de estudo das autoras que inspiraram este texto, cabe ressaltar que a análise de todos os partidos brasileiros criados no pós-redemocratização desponta como possibilidade de pesquisa futura, proporcionando robustez e perenidade a esta agenda, bem como permitindo ainda a análise comparada entre os diversos partidos brasileiros criados ao longo de três décadas.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Partido Republicano (verbetes). In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2010a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-brasileiro>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

_____. Partido Socialismo e Liberdade (verbetes). In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2010b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-brasileiro>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BOLLEYER, Nicole. *New parties in old party systems: persistence and decline in 17 democracies*. New York: Oxford University Press, 2013.

BOLLEYER, Nicole; BYTZEK, Evelyn. New party performance after breakthrough: party origin, building and leadership. *Party Politics*, v. 23, n. 6, p. 772-782, 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Resolução TSE n. 22.610, de 25 out. 2007, disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária. Brasília, out. 2017. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.610-de-25-de-outubro-de-2007-brasilia-2013-df>>.

CARNEIRO, Gabriela Piquet; MOISÉS, José Álvaro. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. *Interesse Nacional*, Ano 7, n. 28, 2015.

CARVALHO, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 11-32. 2013.

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, eleições e responsabilidade política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, p. 49-61, 1997.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábica; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, Ano LIII, n. 229, p. 870-897, 2018.

COPPEDGE, Michael. A classification of Latin American political parties. Working Paper n. 244. The Helen Kellogg Institute for International Studies. South Bend, IN: University of Notre Dame, 1997a.

_____. The dynamic diversity of Latin American party systems. *In: Latin American Studies Association (Ed.)*. Paper prepared for delivery at the 1997 Meeting of the Latin American Studies Association, Guadalajara, MX, Latin American Studies Association, p. 1-21. 1997b.

DRAGULESCU, A., ARENDT, C. xlsx: Read, Write, Format Excel 2007 and Excel 97/2000/XP/2003 Files. R package version 0.6.3. 2020. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=xlsx>>.

EDDELBUETTEL, Dirk. digest: Create Compact Hash Digests of R Objects. R package version 0.6.27. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=digest>>. 2020.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. *Debate*, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

HARMEL, Robert; SVASAND, Lars. Party leadership and party institutionalization: three phases of development. *West European Politics*, v. 16, n. 2, p. 67-88, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Agência IBGE Notícias. Censo 2010*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>>

KASSAMBARA, Alboukadel. ggpubr: 'ggplot2' Based Publication Ready Plots. R package version 0.3.0. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=ggpubr>. 2020>.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 54, p. 121-138, 2004.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. *Lua Nova*, n. 36, p. 129-147, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. *Political parties: organization and power*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1988.

PEBESMA, Edzer. Simple features for R: support for spatial vector data. *The R Journal*, v. 10, n. 1, p. 439-466, jul. 2018.

PEREIRA, Carlos; RAILE, Eric; POWER, Timothy. The executive toolbox: building legislative support in a multiparty presidential regime. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 2, p. 323-334. 2011.

PEREIRA, Raphael H.; GONÇALVES, Caio N. geobr: Loads Shapefiles of Official Spatial Data Sets of Brazil. R package version 1.4. 2020. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=geobr>>.

PSD. Guilherme Campos, ex-líder do PSD na Câmara, assume a presidência nacional do partido. 2015. Disponível em: <<https://psd.org.br/noticia/guilherme-campos-ex-lider-do-psd-na-camara-assume-a-presidencia-nacional-do-partido/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

R CORE TEAM. R: *A language and environment for statistical computing*. Vienna: Foundation for Statistical Computing, 2020. Disponível em: <<https://www.r-project.org/>>.

SIMONI JR., Sérgio; RIBEIRO, Ricardo M. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. *Política & Sociedade*, v. 18, p. 42, p. 54-85, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Repositório de dados eleitorais*, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>.

_____. *Partidos políticos registrados no TSE*, 2019. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

WICKHAM, Hadley. *ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis*. 2016. Disponível em: <<https://ggplot2.tidyverse.org>>.

WICKHAM, Hadley; BRYAN, Jennifer. readxl: Read Excel Files. R package version 1.3.1. 2019. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=readxl>>.

WICKHAM, Hadley; SEIDEL, Dian J. scales: Scale Functions for Visualization. R package version 1.1.0. 2019. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=scales>>.

WICKHAM, Hadley et al. dplyr: A Grammar of Data Manipulation. R package version 1.0.2. 2020. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=dplyr>>.



Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte

Recebido: 04.07.22
Aprovado: 04.11.22

Joana Tereza Vaz de Moura (orcid.org/0000-0001-9561-1063),
Instituto de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasilⁱ.

Antônia Geane Costa Bezerra (orcid.org/0000-0001-7087-4115),
Universidade de Córdoba (UCO), Andalucía, Espanhaⁱⁱ.

Cimone Rozendo (orcid.org/0000-0002-4903-0839),
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasilⁱⁱⁱ.

i. Joana Tereza Vaz de Moura é doutora em ciência política (UFRGS), com pós-doutorado em sociologia (NYU), mestrado em ciências sociais: desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ). Professora do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <joanateresa@gmail.com>.

ii. Antônia Geane Costa Bezerra é doutoranda em recursos naturais e gestão sustentável pela Universidade de Córdoba (UCO), Espanha. <antoniageane@gmail.com>.

iii. Cimone Rozendo doutora em meio ambiente e desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná e pós-doutora em sociologia rural pela Universidade de Paris X, França, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <cimone.rozendo@gmail.com>.

Resumo: Este artigo investiga a agência dos movimentos sociais na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte, a partir dos conceitos de regimes e subsistemas de políticas públicas articulados num modelo proposto por Rebeca Abers, Marcelo Silva e Luciana Tatagiba (2018). Foram analisadas informações disponíveis no site da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (Sedraf) e da Emater, além de entrevistas com os gestores do programa e representantes dos movimentos sociais. Constatamos que a elaboração do programa só foi possível com a entrada de representantes sensíveis às pautas do meio rural no Executivo estadual e no Legislativo, em 2019, além do protagonismo histórico dos movimentos sociais na defesa dessas pautas. Os movimentos agiram no sentido de intervir diretamente nas propostas de projetos de leis, trazendo experiências acumuladas em outras políticas, como o Programa Casa de Sementes da Articulação do Semiárido (ASA) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA sementes).

Palavras-chave: Movimentos sociais. Políticas públicas. Oportunidades políticas. Sementes crioulas. Rio Grande do Norte.

Recovering traditions: articulations between State and society in the elaboration of the “crioulas” seeds State Program in Rio Grande do Norte

Abstract: This article investigates the agency of social movements in the design of the “Crioulas” Seeds State Program of Rio Grande do Norte, based on the concepts of public policy regimes and subsystems articulated in a model proposed by Rebeca Abers, Marcelo Silva, and Luciana Tatagiba (2018). Information available on the website of the State Secretariat of Family Agriculture (Sedraf)

and Emater were analyzed, as well as interviews with program managers and representatives of social movements. As results, we found that the elaboration of the Program was only possible with the entry of representatives sensitive to the agendas in the rural areas in the executive and legislative, in 2019, in addition to the historical protagonism of the social movements in the defense of these. The movements acted in the sense of directly intervening in the proposals of bills, bringing accumulated experiences in other policies, such as the Seed House Program of Articulação do Semiárido (ASA) and the Food Acquisition Program (PAA seeds).

Keywords: Social movements. Public policies. Political opportunities. “Crioulas” seeds.

Introdução

Em reunião realizada em abril de 2021 entre representantes governamentais e da agricultura familiar do Rio Grande do Norte¹, Alessandro Silveira, membro do Núcleo da Coordenação da Assessoria e Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), comentou:

1. Esta reunião foi gravada e disponibilizada aos autores como fonte de informação sobre a criação do programa.

2. De acordo com Gilberto Schneider, da Via Campesina, “as sementes crioulas são todas as possibilidades que você tem de multiplicação de qualquer vegetal, seja através de grãos, de uma rama, folha, flor, fruto, da própria raiz, do caule. As sementes crioulas são todas as formas possíveis de multiplicação dos vegetais” (*Brasil de Fato*, 2020).

— Eu não sei se a gente tem ideia da dimensão que tem, mas um Programa de Sementes Crioulas tem um significado muito grande para a gente. Ele rompe com um paradigma histórico [de desenvolvimento]. O que o Nordeste está fazendo, o que o Rio Grande do Norte está fazendo em particular, é um passo muito importante de afirmação de que a produção de alimentos de qualidade adaptada à cultura alimentar da população e do povo do semiárido passa, necessariamente, por resgatar e valorizar a semente crioula² como sinal de produção de alimentos, de soberania alimentar. [...] Precisamos entender que é um movimento que não pode vir só do Estado e nem das leis. Precisamos da participação ativa da sociedade organizada, dos movimentos sociais, das comunidades, para fortalecer a autonomia.

Esse relato apresenta diversos elementos para uma análise sobre o Programa Estadual de Sementes Crioulas, especialmente no que se refere à segurança alimentar ou ainda sobre a luta dos agricultores familiares para manterem suas tradições culturais, ampliar sua autonomia socioeconômica e legitimar a agroecologia como modelo de desenvolvimento rural, buscando enaltecer seus saberes para garantir a produção saudável de alimentos.

A construção do programa tem sido acompanhada e articulada por diversos movimentos sociais do campo que passaram a construir propostas de inovações nas políticas públicas, aproveitando a conformação de governos mais permeáveis às pautas rurais. No caso do estado do Rio Grande do Norte, a configuração política estadual, sob a administração do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2019, tem apresenta-

do uma importância significativa na “construção de oportunidades políticas para a estruturação e atuação das organizações comunitárias” (Silva, 2021, p. 1).

O Programa Estadual de Sementes Crioulas é uma ação estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf/RN), em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater/RN), com o propósito de fortalecer a agricultura familiar e a convivência sustentável com o semiárido, através do estímulo à utilização de sementes localmente adaptadas à realidade ambiental e social dos(as) agricultores(as) familiares potiguares (Sedraf, 2020). Tem ainda por objetivos: garantir a preservação da diversidade de espécies de sementes crioulas no semiárido e os saberes associados a elas; ampliar a autonomia dos(as) agricultores(as) frente ao mercado de sementes convencionais e melhorar a renda destes, garantir a produção de alimentos saudáveis, contribuindo com a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores. O programa tem se tornado uma referência política importante não apenas para a Região Nordeste, mas para organizações camponesas de outros países latino-americanos preocupadas com o avanço da privatização das sementes crioulas e com o desaparecimento de variedades culturalmente importantes (por eventos climáticos, por contaminação de transgênicos etc.), sobretudo daquelas que compõem a pauta alimentar das comunidades locais.

O programa resulta de uma demanda antiga dos movimentos sociais do campo e vem sendo construído pela Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (Sedraf) com a participação destes e demais entidades representativas da agricultura familiar nos dez territórios do estado potiguar. Interessa-nos aqui analisar como vem se dando essa articulação e se comportando seus atores, como os movimentos sociais contribuíram com a política pública. Em suma, neste artigo, queremos compreender a agência dos movimentos sociais na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. Buscamos, a partir do modelo de análise proposto por Rebeca Abers, Marcelo Silva e Luciana Tatagiba (2018, p. 18) compreender “a agência dos movimentos sociais nas políticas públicas a partir de sua atuação na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas”. Para tanto, são mobilizados os conceitos de regimes políticos e subsistemas de políticas públicas. Ao acompanhar o pensamento de Charles Tilly (2006), os regimes políticos podem ser entendidos como os momentos de interações fortes e articuladas entre os principais atores políticos, incluindo governos, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, mídia, Igrejas e demais organizações da sociedade civil, ou seja, “a configuração das relações entre os atores politicamente relevantes, a qual condiciona o acesso às discussões e decisões governamentais” (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 17). Como subsistemas de políticas públicas, podemos com-

preender o lócus onde diferentes coalizões atuam para defender seus interesses e impor sua visão de mundo (Sabatier, 1988), para “cada setor de política pública [e] que confere aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles” (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 17).

Ao reunir esses conceitos para abordar a participação dos movimentos sociais na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas, sustentamos que a agência dos movimentos sociais é determinada por suas atuações históricas no estado e, em grande medida, pela abertura oportunizada pelo regime político a novas coalizões de governantes que se orientam e defendem outros modelos de desenvolvimento rural.

Para compreender esse processo, utilizamos:

i. análise de bibliografias secundárias (artigos, dissertações e teses) sobre o programa de sementes do semiárido, de iniciativa da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA);

ii. trabalhos realizados pelos autores sobre o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Pecafes)³ e sobre a relação entre os movimentos sociais e a Sedraf, desde 2019;

iii. documentos normativos sobre o programa;

iv. entrevista com o coordenador estadual de Agroecologia e Convivência com o Semiárido;

v. entrevista com a assessora técnica na Coordenação de Acesso a Mercados, Agroindústria e Cooperativismo da Sedraf;

vi. entrevista com o atual secretário adjunto da Sedraf e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

vii. duas entrevistas com representantes dos movimentos sociais potiguares que atuam no campo (ASA Potiguar e MST) e que participaram das reuniões de construção do programa, a convite da Sedraf, em 2019;

viii. entrevista com liderança sindical municipal de Apodi, região que se destaca no desenvolvimento da política territorial e que tem uma forte organização social; e, por fim,

ix. dados fornecidos pela Emater/RN e pela Sedraf sobre o número de agricultores familiares beneficiados com o programa, os valores repassados e o orçamento destinado.

3. O Pecafes foi criado mediante uma proposição da deputada estadual Isolda Dantas (PT) e sancionado pela atual governadora, Fátima Bezerra, em 2019, e tem como objetivo a garantia da aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas e resultantes da atividade pesqueira *in natura* e beneficiados, produzidos por agricultores e agricultoras, além de produtos da economia solidária.

Valemo-nos ainda das informações obtidas durante nossa participação nos seminários de sensibilização de agricultores e agricultoras, realizados pela Sedraf e Emater, entre maio e junho de 2021, nos dez territórios potiguares, com o objetivo de motivá-los a participar do programa. Vale destacar ainda as escutas durante as três reuniões de acompanhamento da execução do mesmo, realizadas com a participação do estado e das organizações sociais, durante o ano de 2022.

O papel dos movimentos sociais nas políticas públicas: oportunidades e subsistemas de políticas públicas

A literatura dos movimentos sociais tem cada vez mais buscado dialogar com o campo de análise das políticas públicas, com o propósito de compreender o nível de incidência dos movimentos sociais na elaboração e implementação de políticas públicas.

As sistematizações mais consolidadas a respeito das aproximações entre Estado e movimentos sociais se deram a partir das análises realizadas sobre os espaços participativos criados em 1988, com a Constituição Federal, com ênfase nos anos 1990 e 2000. Os trabalhos buscaram analisar o potencial da participação nesses espaços em especial, a forma como os movimentos dialogavam com representantes estatais nos conselhos gestores e orçamentos participativos. A partir de 2003, com a entrada do Partido dos Trabalhadores no governo federal, as lentes analíticas se voltaram à compreensão da relação entre sociedade e Estado, não só nos espaços participativos, mas especialmente na atuação dos movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas. Assim como mostraram Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 326), “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente [...] padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras”. Nesse sentido, compreender a participação dos movimentos sociais na produção de políticas públicas passou a ser uma perspectiva explorada pela literatura e que atualmente tem se desenvolvido sob a égide de sustentar a ideia da mútua constituição entre Estado e sociedade (Gurza Lavalle et al., 2019).

No desenvolvimento dessas questões, Abers, Silva e Tatagiba (2018) propuseram um modelo analítico para refletir como os movimentos sociais incidem nas políticas públicas. A partir dele, abordaram a agência dos movimentos sociais, a considerar sua atuação na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas. Os autores também enfatizaram o papel dos contextos políticos, que condicionariam a atuação dos movimentos sociais, mas que também são condicionados pelos próprios movimentos. Os autores argumentaram que os movimentos sociais não se relacionam a um

“contexto político” objetivado e externo que condiciona sua formação e ação, [mas] estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, constituindo o que denominamos de estruturas relacionais (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 17).

Nesse sentido, o conceito de estruturas relacionais incorporado pelos autores tem como fundamento central a discussão profícua da sociologia relacional, especialmente a partir dos textos de Mustafa Emirbayer (1997), entendendo o mundo como sistema aberto de relações, processos e práticas. Conforme destaca Carla Tirelli (2014), citando Emirbayer (1997),

a agência não preexiste às relações, mas surge delas [...] trata-se de um processo dialógico que apresenta fatores internos e externos, pois não há como separar os atores do contexto no qual se encontram imersos e através do qual adquiriram a sua experiência e consciência do mundo (Tirelli, 2014, p. 26).

Para tanto, Abers, Silva e Tatagiba (2018) compreendem esses processos a partir de dois conceitos que estariam em diálogo constante com a abordagem relacional: os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas. Para os autores,

[...] os movimentos sociais operam simultaneamente em duas estruturas relacionais mais ou menos distintas na sua configuração: aquela formada pelos atores, interesses e arranjos institucionais estruturados em torno de determinada coalizão governante (regime); e aquela composta pelos atores, interesses e arranjos institucionais que caracterizam determinado setor de política pública (subsistemas) (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 23).

Os autores utilizam a ideia de regimes políticos, baseando-se na perspectiva proposta por Tilly (2006) sobre as condições políticas que poderiam oportunizar e/ou constranger a possibilidade de atores sociais, sem descolar o contexto político do próprio papel dos movimentos sociais. Neste sentido, os autores sustentam que o regime político pode ser entendido como “estrutura relacional constituída pelos atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais” (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 31). Assim, os regimes, de acordo com sua configuração em diferentes contextos, podem dar possibilidade de acesso maior ou menor às interferências dos movimentos sociais nas definições das políticas públicas, e isso se deve ao fato de que “em cada momento existe uma coalizão governante que centraliza decisões do governo federal” (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 32). Para resumir, os autores definem que os regimes políticos seriam conformados por uma

estrutura das relações entre atores politicamente relevantes da sociedade e do Estado e destes com arranjos institucionais, regras e ideias instituídos pelos conflitos políticos e por políticas públicas do passado, e são liderados por coalizões governantes (Abers, Silva & Tatagiba, 2018, p. 33).

Com relação aos subsistemas, os autores baseiam-se na literatura da análise de políticas públicas, especialmente nos trabalhos de Paul A. Sabatier (1988), que construiu um modelo teórico que ao longo dos anos tem sido aprimorado e utilizado como base para as reflexões sobre a produção de políticas públicas em áreas específicas. Segundo o autor, a estrutura conceitual concentra-se no sistema de crenças de “coalizões de defesa” dentro de subsistemas de políticas públicas. Entende-se subsistema de políticas públicas como o lócus de interação de diferentes atores interessados em uma área da política. Para Sabatier (1988),

[...] os subsistemas vão além de grupos de interesse, órgãos governamentais e comissões do Legislativo, incorporam também jornalistas, analistas de políticas públicas, cientistas, pesquisadores, personalidades, entre outros que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação de ideias políticas (Sabatier, 1988, p. 138).

Dentro de um subsistema

atores podem estar agregados em um número indefinido de coalizões de defesa compostas por pessoas de várias organizações que compartilham um conjunto de crenças normativas e causas, que frequentemente agem em conjunto (Sabatier, 1988, p. 133).

Cada uma dessas coalizões pode adotar uma ou mais estratégias, buscando promover seus objetivos na área temática em que se enfrentam. Em alguns casos, essas coalizões são mediadas por um terceiro grupo – os *policy brokers* – que tentam encontrar um meio termo entre as disputas, evitando o conflito mais intenso, ou seja, seriam agentes negociadores que buscam diminuir a tensão entre as coalizões. No caso do Brasil, poderíamos compreender que o Ministério Público cumpriria esse papel de mediador de conflitos.

As sementes crioulas na agenda governamental

A mecanização e industrialização da agricultura após a Segunda Guerra Mundial favoreceram uma nova relação sociedade-natureza, baseada na exploração intensiva dos recursos naturais, e justificada pela necessidade de produzir alimentos para um

mundo em reconstrução. Esse processo – denominado de Revolução Verde – deu-se no Brasil por meio do projeto de modernização da agricultura, ocasionando diversas mudanças tecnológicas e organizacionais, alicerçadas no uso de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas de irrigação e novas variedades agrícolas.

Nesse cenário, as sementes foram sendo apropriadas pela indústria, considerando seu papel estratégico e essencial no processo agrícola. Os avanços da biotecnologia geraram sementes transgênicas, trazendo para o debate uma dicotomia entre conhecimento científico e conhecimento tradicional acerca das sementes e, ademais, impulsionaram a privatização das sementes pelas empresas, uniformizando-as e fazendo com que os agricultores e agricultoras dependessem da compra destas para manter sua produção (Pereira, López & Dal Soglio, 2017). A própria nomenclatura dada às sementes resultantes da biotecnologia tratava de reforçar a oposição entre elas e as de origem nativa ou crioulas. Ideias como sementes melhoradas, de alto rendimento operavam como elementos distintivos e qualificadores em contraposição ao que era nativo, concebido como local, inferior e sem importância. O ordenamento jurídico mundial sobre sementes é uma boa expressão da tentativa deste apagamento, conforme mostra Flávia Londres (2014):

na letra dessas leis, o conceito de sementes restringiu-se aos materiais desenvolvidos por especialistas, ao passo que as sementes crioulas foram excluídas do mundo formal, sendo classificadas como grãos, isto é, material sem qualidade para a multiplicação (Londres, 2014, p. 5).

A política de distribuição de sementes no Brasil ocorreu, portanto, em sintonia com as orientações do projeto de modernização, respondendo aos interesses de grandes corporações internacionais. Neste modelo, “os agricultores [são] tratados como simples produtores agrícolas e consumidores de sementes e de outros insumos agrícolas industrialmente produzidos” (Santilli, 2012, p. 461), dependentes das grandes corporações.

O impacto deste projeto do ponto de vista da autonomia produtiva, econômica e cultural dos agricultores foi intenso, mas não se deu de modo uniforme. Muitos agricultores familiares nunca deixaram de produzir as suas próprias sementes, buscando resgatar e conservar a agrobiodiversidade, vários deles impulsionados por redes de movimentos sociais que estavam à época preocupados com a proliferação de sementes geneticamente modificadas. Lucas Lima e Flavio dos Santos (2018) destacam esse aspecto:

Preocupados com a possibilidade de expansão dessas sementes para as pequenas propriedades de base familiar, alguns movimentos sociais e associações comunitárias, sob a organização da Arti-

culação do Semiárido (ASA), têm tentado evitar a destruição das chamadas sementes crioulas. Também conhecidas como sementes da resistência, são símbolos de identidade com a terra e materializam a agrobiodiversidade (Lima & dos Santos, 2018, p. 193).

Flávia Londres (2014) mostra que a organização desse processo começou a ser feito ainda na década de 1970, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), principalmente na Região Nordeste, com a organização dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs). Cimone Rozendo (2021) destaca que as experiências coletivas iniciais de conservação de sementes crioulas no Território do Apodi (RN) se fizeram através do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica, como resultado da resistência cotidiana de agricultores e agricultoras às condições de subalternidade impostas pelo regime militar, em especial, nos períodos de seca na Região Nordeste do Brasil, quando se instalavam as frentes de trabalho. Diversos são os relatos de que as frentes representavam, para a maioria da população, as únicas formas de obtenção de alguma renda e de um pouco de água para o consumo. Por isso, os MEBs passaram a estimular mobilizações dos agricultores para reivindicar o acesso à água, ao que posteriormente se somaram demandas de acesso às sementes, à terra, à assistência técnica etc. A abertura de um poço que beneficiou cerca de 100 famílias no território foi a prova principal do potencial da ação coletiva, intensificando ações que resultaram na consolidação de uma associação que criou os primeiros bancos de sementes comunitários. Tratava-se de

um espaço físico coletivo, onde agricultores e agricultoras mantinham estoques de sementes nativas, realizavam trocas de sementes entre eles e outras comunidades, num processo contínuo de experimentações (Rozendo, 2021, p. 3).

Essa questão é colocada pelo representante da ASA:

Isso surgiu nos territórios desde a época das Comunidades Eclesiais de Base, né? Os padres que saíam escondidos com a semente pra levar pra feira, porque os agricultores não podiam comercializar as sementes. Então surgiu a partir daí (Representante da ASA, entrevista concedida aos autores em 24 fev. 2021).

Outro entrevistado, liderança sindical de Apodi/RN, também relembra sua infância, quando o pai guardava sementes e havia uma questão simbólica envolvida nas trocas entre os guardiões:

Meu pai guardava em cima da meia parede um botijão com 6kg de sementes e aquela semente era sagrada, mesmo passando fome, ninguém tocava, porque era a garantia de que íamos passar pelo

processo de escassez. [...] A semente, ela carrega um traço muito importante, tudo isso provoca organização, os agricultores que trocam sementes um com o outro, a autonomia das pessoas, esse intercâmbio, a história da semente carrega várias relações sociais (entrevista concedida aos autores em 24 fev. 2021).

Nota-se a importância dada naquele momento às sementes, uma história de tradição cultural relacionada à própria história do campesinato e que se resgata a partir do associativismo rural, que vai sendo proliferado nas diversas regiões do país nos anos 1980.

Londres (2014) destaca que ONGs e sindicatos rurais, impulsionados pela ASA, passaram a articular as experiências locais. Em entrevista concedida aos autores, o representante do sindicato rural de Apodi/RN também relembra esse fato:

A história com as sementes crioulas é uma coisa que não é recente pra nós. Ela remonta à luta sindical, ao sindicato de luta de verdade, àquele sindicato que não é pelego, [...] os agricultores já faziam isso e já guardavam as sementes como algo sagrado e muito valoroso. E aí a ASA vem nessa articulação toda de sindicatos. De repente, nós estamos descobrindo isso na ASA né? Que traz as federações de agricultura, que traz o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o movimento sindical, as cooperativas que atuam no meio rural, o Centro Feminista 8 de Março, que organiza as mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres, a Central Única dos Trabalhadores e de repente estamos discutindo sementes com todo esse povo (entrevista concedida aos autores em 24 fev. 2021).

Neste sentido, percebemos que a partir da organização sindical no campo e da articulação da ASA, combinada à entrada de outros atores no diálogo sobre as questões referentes à reprodução da agricultura camponesa, iniciou-se a mobilização de agricultores e entidades a debaterem a importância das sementes crioulas para o desenvolvimento rural do país. As articulações para a execução da Política de Cisternas, mais especificamente da Segunda Água (P1 + 2) é um bom exemplo disso. Os projetos produtivos vinculados à sua implementação pressupunham a utilização de variedades adaptadas ao local, fomentando o debate sobre a importância das chamadas sementes crioulas. Começou-se então um processo de sistematização de experiências dos “guardiões das sementes” em todo o território nacional. Essas experiências foram a base para a construção de políticas públicas que buscassem fomentar a aquisição e a distribuição de sementes crioulas em âmbito federal. Conforme destaca Londres (2014), a experiência da Rede de Sementes da ASA-PB foi fundamental para que outras ações fossem desenvolvidas no âmbito de programas nacionais, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme detalhado pela autora:

À luz das dinâmicas de funcionamento e dos princípios que regem a experiência da Rede de Sementes da ASA-PB, envolvendo resgate, conservação, multiplicação e uso de sementes crioulas, foram descritas e analisadas as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); do Programa de Sementes para a Agricultura Familiar, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre 2006 e 2010 e do Plano Brasil Sem Miséria, executado pelo MDA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2011 (Londres, 2014, p. 7).

Apesar da importância dada às sementes crioulas nos governos petistas, com a promulgação da nova Lei brasileira de Sementes e Mudanças, em 2003 (Lei 10.711/2003), que possibilitou a distribuição de sementes produzidas por entidades associativas de agricultores familiares aos associados, sem inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RenaseM), os interesses hegemônicos continuaram prevalecendo. Ou seja, observamos que os “dispositivos legais aprovados constituem apenas exceções em um sistema de controle sobre o setor de sementes inteiramente voltado ao favorecimento do agronegócio e das grandes empresas sementeiras” (Londres, 2014, p. 13).

Entretanto, vale ressaltar que a sociedade civil se mobilizou para que fossem reconhecidos pelo poder público a produção e o comércio das sementes crioulas:

o processo de elaboração nova lei pelo Poder Legislativo brasileiro sofreu a influência das organizações da sociedade civil, que se mobilizaram para tentar garantir a criação de dispositivos que reconhecessem a existência e o valor das sementes crioulas e da biodiversidade que elas encerram, permitindo sua produção, comércio e uso (Londres, 2014, p. 15).

Portanto, essa temática vai se tornando presente nos debates sobre políticas públicas, conforme visualizamos para o caso do Rio Grande do Norte nos últimos dois anos. No âmbito nacional, a ASA lançou, no ano de 2015, o Programa Sementes do Semiárido, para apoiar a criação de casas de sementes e reestruturar as já existentes.

O Estado junto aos movimentos no Rio Grande do Norte e os processos relacionais

A criação da Sedraf, em 2019, sinalizou a importância dada pela governadora Fátima Bezerra à agricultura familiar. Desde as primeiras articulações políticas para a disputa do governo estadual do Rio Grande do Norte, em 2018, os movimentos sociais do campo já haviam reivindicado atenção especial às suas demandas.

Conforme destacam Joana Moura, Marcos Silva Jr. e Winifred Knox (2021), ao perceberem a oportunidade que surgiu no contexto político do Rio Grande do Norte durante a eleição de 2018, diversos movimentos que atuam no campo encabeçaram um apoio massivo à candidatura de Fátima, uma vez que “ela abraçava as pautas da agricultura familiar” (Moura, Silva Jr. & Knox, 2020, p. 9). Em entrevista, a assessora de cooperativismo na Sedraf mostra o forte vínculo entre o governo e os movimentos sociais:

nós tivemos a bênção de ter o governo estadual ligado aos movimentos sociais e a demanda para uma secretaria da agricultura familiar já é antiga no estado, só que nenhum outro governo deu atenção especial (entrevista concedida aos autores, 29 jan. 2021).

Neste sentido, o peso dos atores relacionados aos movimentos sociais envolvidos na discussão da agricultura familiar foi central para a criação da Sedraf, até mesmo encabeçada por Alexandre Oliveira – atual secretário –, que ocupou anteriormente a secretaria executiva da ASA Potiguar e o Colegiado Nacional da ASA Brasil. De acordo com a entrevista realizada com o representante da ASA Potiguar, o atual secretário participou ativamente da criação da entidade no estado:

Um companheiro, inclusive que era da Terra Viva [uma ONG], foi um dos fundadores da ASA [...] que é Alexandre Oliveira, hoje secretário da Sedraf, e outro, o companheiro Fábio. Eles andaram o estado todinho criando as microrregionais da ASA, criando os fóruns da agricultura familiar, que a gente chamava ASA municipal, depois se tornou fórum da agricultura familiar (entrevista concedida aos autores em 24 fev. 2021).

Assim, percebemos a importância do papel de um gestor sensível às demandas da agricultura familiar que, mesmo em contextos excepcionais, como o caso atual da pandemia da Covid 19, vem tentando articular e mobilizar os territórios do Rio Grande do Norte a fim de possibilitar que as ações continuem sendo efetivadas nesses espaços. O coordenador de agroecologia da Sedraf mostra a importância da trajetória do secretário para buscar pautar na gestão a importância de políticas que fortaleçam as comunidades rurais e o debate agroecológico:

Alexandre tem e consegue articular e, se não fosse a pandemia, eu acho que a gente teria um avanço significativo, mas o trabalho com a questão da agroecologia e a convivência com o semiárido é um eixo relevante pela trajetória também do secretário. Como ele tem um trabalho já de militância e um trabalho acadêmico muito voltado para essa área, então ele tem muita compreensão dessa questão, que reflete muito na equipe e nos momentos de coordenação com a gente (entrevista concedida aos autores em 02 mar. 2021).

Nota-se que há uma trajetória explícita do atual secretário com temas relacionados às pautas dos movimentos sociais no campo e do secretário adjunto da Sedraf – Lucenilson Ângelo de Oliveira, indicado pelo MST –, mostrando com isso a abertura dada pela gestão petista aos movimentos sociais.

Neste novo formato da secretaria, há a tentativa de priorização de políticas que sejam construídas de maneira coletiva e em constante diálogo com representantes de partidos progressistas presentes na Casa Legislativa. Destaca-se a atuação da deputada estadual Isolda Dantas (PT), que tem elaborado projetos de lei que buscam beneficiar a agricultura familiar. Conforme destacam Moura, Silva Jr. e Knox (2020), com a trajetória marcada pelos vínculos com os movimentos sociais do campo, a deputada Isolda propôs, logo no início de seu mandato e em constante diálogo com os movimentos sociais do Rio Grande do Norte, o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Pecafes). Segundo os autores, a deputada articulou as secretarias de agricultura dos municípios, bem como a Sedraf, para obter o apoio necessário para a aprovação do projeto de lei na Assembleia Legislativa. A entrevista com o secretário adjunto também reforça esse aspecto:

A deputada Isolda teve a iniciativa de encabeçar esse processo e inclusive com a parceria da recém-criada Sedraf [...] passamos a contribuir com esse processo no sentido de formulação da lei (entrevista concedida aos autores em 05 fev. 2020).

Atualmente o Pecafes tem se destacada em razão de sua política de referência no estado e no Nordeste como um todo. Essa política tem sido bastante debatida no Consórcio Nordeste, que dispõe de uma câmara técnica de agricultura familiar e, no Fórum Nordeste, de gestores da agricultura familiar.

Destacamos que a combinação entre integrantes dos movimentos vinculados à agricultura familiar, da atuação de pesquisadores (como é o caso do próprio secretário da Sedraf, oriundo da universidade pública), de alguns representantes eleitos de partidos progressistas no âmbito do Legislativo, dentre outras organizações da sociedade civil, conformam o que a literatura denomina de coalizão de defesa (Sabatier, 1988), preocupada em discutir sistemas agroalimentares sustentáveis no estado. Essa coalizão vem pautando diversas políticas e projetos de lei a fim de proporcionar a melhoria na qualidade de vida da população rural do Rio Grande do Norte.

Segundo o documento da Sedraf (2020) sobre o programa, a ASA ocupa um lugar central no fortalecimento de ações com vistas à conservação das sementes crioulas, seja sensibilizando os agricultores para o tema, seja fomentando tecnologias sociais, como no caso da implementação das casas de sementes, no ano de 2015,

4. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Sementes é uma modalidade dentro do PAA. Nesta modalidade, o governo federal, através da Conab, compra sementes de fornecedores e doa a famílias inscritas no Cadastro Único, que engloba mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

em vários territórios potiguares. De acordo com esse documento, a ASA tem realizado anualmente encontros territoriais e estaduais de agricultores e agricultoras que trabalham com a conservação das sementes crioulas para intercâmbios de saberes e de espécies. Nestes eventos são debatidas estratégias para a conservação das sementes, sobretudo em razão da contaminação por transgênicos, cada vez mais recorrente no estado, em especial das variedades de milho, como indicam os relatos dos agricultores e os testes de transgenia realizados pela Sedraf (Dantas, 2021).

A criação do programa, no ano de 2020, foi inspirada na experiência de articulação entre a Sedraf, a Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (Cooafarn) e a organizações vinculadas à ASA, para concorrer ao edital do Programa de Aquisição de Sementes (PAA Sementes)⁴, em 2019. O apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nesta operação foi fundamental. Foram aportados 492 mil reais na aquisição de sementes crioulas, distribuídas posteriormente para agricultores familiares da região.

A criação do Programa Estadual de Sementes Crioulas, no Rio Grande do Norte, nasce dessa relação entre agência dos movimentos sociais articulados com o poder público, entidades sindicais e ONGs, formando a coalizão de defesa que luta pela agricultura familiar no estado, condicionado pelo contexto político proeminente, a partir de 2019, mas também condicionando o programa.

Em entrevista para a ASP-TA, o atual secretário da Sedraf, Alexandre Lima, sinaliza a importância dada à agrobiodiversidade desde a construção de propostas para o governo de Fátima Bezerra:

A construção de um Programa de Sementes Crioulas era proposta que já fazia parte do programa de governo da Fátima Bezerra. Entendemos que o tema da agrobiodiversidade é parte central de uma estratégia para o desenvolvimento rural (ASP-TA, 2020).

Como dito anteriormente, o Programa de Sementes Crioulas Potiguar tem como objetivo principal garantir a preservação da biodiversidade das sementes crioulas no semiárido, a partir da distribuição para famílias rurais, proporcionando a autonomia das agricultoras e dos agricultores, a produção de alimentos saudáveis, a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como a inclusão e a geração de renda (ASP-TA, 2020).

O PAA sementes no ano de 2019 foi uma espécie de piloto para o programa atual e teve como área de atuação os territórios do Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açú-Mossoró e Mato Grande, abrangendo 27 municípios e 74 comunidades, onde ha-

viam sido implantadas as casas de sementes comunitárias organizadas pela ação da ASA Potiguar.

Com a execução do projeto, a articulação entre os movimentos e o governo do estado foi ampliada. Agricultores, agricultoras e suas organizações, entidades de assessoria, como o caso do Centro Feminista Oito de Março (CF8), definiram as espécies e variedades que entrariam no programa e trabalharam na mobilização das comunidades rurais responsáveis por multiplicar as sementes a serem adquiridas pelo governo. Segundo uma representante do CF8, além da participação da sociedade civil na elaboração e implementação da política, era fundamental que as mulheres tivessem visibilidade:

O principal aprendizado foi a construção coletiva entre sociedade civil e poder público. Isso precisa ser reconhecido e valorizado, especialmente quando lutamos tanto para a construção conjunta das políticas públicas. Tivemos várias organizações envolvidas [...] é muito importante também que as políticas garantam participação mínima das mulheres, porque seu trabalho nos roçados ainda é muito invisibilizado (ASP-TA, 2020).

Para garantir o alcance da meta, foi realizado o mapeamento dos estoques de sementes junto aos seus guardiões, conforme relata Ivi Dantas, representante do CF8:

Junto com o GT Biodiversidade da ASA, as organizações da sociedade, o poder público e as comunidades começamos a identificar onde havia volume de sementes, porque sabíamos que havia sementes domésticas, mas não sabíamos os volumes (ASP-TA, 2020).

O representante do MST também destacou que a participação dos movimentos sociais foi fundamental para esse mapeamento. A ideia era que em cada um dos dez territórios fossem eleitas dez experiências de produção agroecológica para que os técnicos da Sedraf e da Emater fizessem visitas para conhecer as realidades eleitas e apontando dentre essas experiências quais poderiam participar do programa. Essa abertura à participação foi estruturada pela coalizão governante (regime político) e possibilitou que os movimentos tivessem papel ativo na implementação da política, conforme relata o entrevistado do MST:

A gente participou da discussão lá no finalzinho de 2019, lá em São José do Mipibu, na escola de treinamento da Emater. E lá era o primeiro contato nosso, pra gente entender essa questão da articulação, né? Ver quais territórios participariam, os movimentos sociais, os escritórios da Emater, os sindicatos... E a gente levou pessoas que tinham tradição [de estocar sementes crioulas], por-

que a gente tem muito isso, né? (entrevista concedida aos autores em 28 abr. 2021).

Essa interlocução com atores que vivenciam as realidades dos territórios foi, e ainda é, fundamental para a implementação do programa. A partir dos diversos momentos de mapeamento, foi revelada uma grande diversidade de variedades e volume expressivo de sementes, mostrando que 45% da meta do programa já estava em estoque. Para promover a produção do restante da meta (55%), as organizações da sociedade civil se articularam em rede e implantaram 23 campos de multiplicação de sementes, envolvendo 41 famílias de agricultores familiares em 13 municípios do estado.

Essa organização da sociedade civil para vencer o desafio de multiplicação das sementes foi relatada pela representante do CF8 em entrevista à ASP-TA:

Não foi fácil, mas as pessoas aceitaram bem a proposta, pois já havia um processo de resgate das sementes a partir dos trabalhos da ASA. Os preços pagos pelas sementes eram justos e isso animou os agricultores e as pessoas que iriam receber as sementes. A universidade [Universidade Federal do Semiárido] apoiou os processos de formação. Depois veio o desafio de montar os campos de multiplicação, pois precisávamos aumentar o volume de sementes e as áreas de plantio precisavam ser irrigadas, porque o inverno [período das chuvas no semiárido] já tinha passado (ASP-TA, 2020).

Em sua primeira edição, agora como Programa Estadual de Sementes Crioulas, estabeleceu-se como meta a compra de 51 toneladas de sementes crioulas de cinco espécies de culturas – milho, feijão, sorgo forrageiro, arroz vermelho e castanha de caju – e 11 variedades, produzidas pela agricultura familiar. Segundo o secretário Alexandre Lima, alcançar essa meta de aquisição de sementes constituiu-se em grande desafio, só contornado com a participação expressiva da sociedade civil e com a parceria das universidades (ASP-TA, 2020).

A Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) entraram na parceria e apoiaram atividades de formação sobre qualidade de sementes. A Ufersa realizou os testes de pureza, germinação e vigor das sementes e a UERN fez os testes de transgenia no milho.

Ao final, o Programa adquiriu 37.170 quilos de sementes crioulas, representando 73% da meta prevista. A contaminação de sementes de milho por transgênicos, verificada por meio de avaliação de transgenia, acarretou as maiores perdas de sementes, representando o principal obstáculo para o cumprimento da meta.

Com o Programa Estadual de Sementes Crioulas foi possível, na safra 2019-2020, a distribuição de sementes para 2.839 famílias rurais, localizadas em 36 municípios do estado. Com isso, as famílias puderam plantar as sementes crioulas, garantindo a preservação do patrimônio genético destas espécies, a ampliação do potencial de reprodução e aumento do volume de semente crioula existente e em posse dos agricultores e das agricultoras familiares no estado do Rio Grande do Norte. A distribuição de sementes crioulas possibilitou a manutenção do patrimônio genético pelos(as) agricultores(as) familiares, resultando no fortalecimento de sua autonomia frente à dependência das sementes industrializadas, permitindo a produção de sementes adaptadas ao semiárido e a preservação da agrobiodiversidade e da cultura alimentar da população local (Rozendo, 2021).

Em 2020, a Sedraf ampliou a ação com sementes em relação ao projeto piloto da safra 2019-2020 por meio do lançamento do edital 02/2020. Esse edital previa o aporte ao programa no valor de 900 mil reais com recursos próprios do estado, para a compra direta de 90 toneladas de sementes crioulas nos dez territórios organizados, visando atender seis mil famílias de agricultores(as) familiares com a distribuição de sementes.

Essa evolução quantitativa do programa demonstra o quanto se avançou a partir do mapeamento de sementes crioulas realizado pelos movimentos sociais por ocasião do projeto piloto e revela o grande potencial que existe para ampliar a diversidade de espécies crioulas cultivadas no semiárido, a partir do incentivo de políticas públicas como a do Programa Estadual de Sementes Crioulas.

Entretanto, em vários relatos foi possível identificar também que, mesmo sendo um programa concebido e implementado com base no apoio popular, existem ainda problemas estruturais que dificultaram o acesso de muitos agricultores. Especialmente no que se refere aos procedimentos necessários para concorrer ao edital, conforme destaca o entrevistado do MST:

Porque pra gente, do campo, fica difícil entender o que é um edital, né? Vai desde eu usar uma ferramenta aqui do computador, do telefone... [...] Não sei qual foi o problema do companheiro não ter conseguido acessar, mas, eu acredito que é: tu tem que fazer todo um projeto, né? (entrevista concedida aos autores em 28 abr. 2021).

Outro problema é a contaminação das sementes crioulas por transgênicos. Muitos agricultores acreditam que estão conservando e cultivando sementes crioulas, entretanto quando estas passam pelo teste de transgenia da Sedraf é identificada a contaminação, como mostrou Dantas (2021) em seu estudo.

5. Existem outras casas de sementes crioulas, mas que não foram mapeadas nesse primeiro levantamento feito pela ASA. A Sedraf vem tentando levantar essas informações junto aos agricultores de todos os dez territórios do estado. Importante notar que as casas asseguram a preservação do patrimônio genético em casos de perdas provocadas pela seca, por exemplo.

Essas questões têm sido ainda um desafio para a Sedraf. Recentemente, o secretário da Sedraf e o coordenador de agroecologia da secretaria convidaram pesquisadores para ajudar a pensar uma proposta no mapeamento dos produtores de milho que estão ligados a uma das 74 casas de sementes⁵ crioulas localizadas pela ASA em quatro territórios do estado para qualificar e fazer a testagem dessa produção. O coordenador de agroecologia da Sedraf, em reunião com pesquisadores (incluindo os autores deste texto), afirma que foram comprados *kits* de avaliação da transgenia e que deverão ser usados a partir desse mapeamento. Segundo ele, é necessário “construir uma metodologia para dar conta desse desafio de avaliar a transgenia e proteger a sociobiodiversidade do Rio Grande do Norte”. No momento de elaboração deste texto, esse processo ainda estava em andamento, mas vale destacar que atualmente cada um dos dez territórios tem suas comissões que dialogam constantemente com a Sedraf para demandarem e contribuir com a implementação da política. Mesmo que em algumas reuniões tenha havido algum esvaziamento, sobretudo pelas dificuldades de acesso dos agricultores à internet, Cícera, diretora da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetraf), destaca a importância dessa escuta e a disposição dos dirigentes estaduais em conhecer as realidades de cada município e dialogar com as pessoas que estão na base para que a política realmente obtenha os resultados esperados:

A gente quer que os municípios trabalhem as casas de sementes crioulas, para que essa política seja contínua, por isso os parceiros são importantes. Temos que começar a focar nas problemáticas para pensar nos resultados. Todas as agendas construídas junto às comissões foram feitas. Os diálogos com as comissões [e a Sedraf] tem que estar muito bem amarrados (representante da Fetraf, em reunião no dia 05 jul. 2021).

Nesse sentido, a expectativa desse processo de articulação é que ele propicie a continuidade de um diálogo permanente entre o governo e a sociedade civil, no intuito de identificar as dificuldades e de planejar a atuação conjunta para a solução de possíveis entraves que possam vir a comprometer o alcance da meta de aquisição de sementes prevista pelo programa.

Evidentemente que os processos de coordenação entre atores não ocorrem sem conflitos. É de se imaginar que o paradigma dominante que orientou o projeto de modernização da agricultura segue paralelamente a toda essa experiência. As sementes modificadas continuam sendo distribuídas, muitas vezes pelas mesmas equipes técnicas responsáveis pela distribuição das sementes crioulas. Há até mesmo questionamentos por parte de alguns técnicos sobre a “real” importância da conservação das sementes crioulas. Trata-se de uma coalizão dominante confor-

mada por representantes do agronegócio no estado do Rio Grande do Norte e que sempre pautou as políticas agrícolas no estado.

As equipes da Sedraf e da Emater são bastante reduzidas e a infraestrutura para todos os projetos em curso é insuficiente, aspectos superados apenas pelo grande engajamento de vários técnicos e da sociedade civil a buscarem a construção de saídas conjuntas.

Conclusão

Este artigo teve como principal objetivo analisar o papel dos movimentos sociais na construção e implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. A partir da abordagem desenvolvida por Abers, Silva e Tatagiba (2018) – especialmente utilizando os conceitos de regimes políticos e subsistemas de políticas públicas –, buscamos compreender as articulações entre sociedade civil e Estado explorando o potencial desse processo para configurar políticas públicas alternativas. Destacamos que as estruturas relacionais consubstanciadas nos regimes políticos e nos subsistemas fornecem um arsenal analítico importante para compreender a elaboração do programa de sementes crioulas do Rio Grande do Norte, especialmente porque nos permitiu entender que determinadas coalizões políticas interferem substancialmente na produção de políticas públicas. No nosso caso em específico, a gestão atual (2019-2022), conformada por representantes de partidos progressista, tem potencializado o diálogo com os movimentos sociais. Especificamente para o caso dessa política, a mudança na denominação da secretaria, passando de Secretaria de Reforma Agrária para Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar tem um significado simbólico importante para a luta dos agricultores familiares do estado, que sempre demandaram uma secretaria que focasse nesse segmento.

Esses atores estão mobilizados em torno de uma agricultura alternativa para o estado, pautados ainda pela luta nacional e internacional acerca dos sistemas agroalimentares sustentáveis. Apesar dessa luta não ser nova, conforme apontamos no texto, ela tem sido restabelecida no contexto atual mediante o avanço do agronegócio e de retrocessos de políticas voltadas para a agricultura familiar. Assim, o Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte surge com o objetivo de resgatar a importância da biodiversidade, estimular a produção de alimentos saudáveis, combater a pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional. Destacamos, ainda, que essa política vem de um acúmulo de experiências exitosas da ASA e do PAA sementes.

O trabalho desenvolvido pela ASA em torno da preservação das sementes crioulas impulsionou a criação do Programa Estadual de Sementes Crioulas pelo governo do estado, a partir da organização e capacitação de agricultores(as) na implantação ou reestruturação de 74 casas de sementes.

A forma como o programa foi estruturado em articulação com os movimentos sociais demonstra um processo cíclico em que os agricultores precisam se organizar para reivindicar e propor políticas públicas a partir de sua realidade, ao mesmo tempo em que as políticas podem fortalecer as práticas tradicionais. Com o programa, os agricultores familiares potiguares têm a oportunidade de ter as suas sementes crioulas reconhecidas como sementes, a partir de uma política pública.

A participação da sociedade civil tem sido fundamental para a elaboração, mas também para a implementação da política no estado. As entrevistas realizadas com representantes dos movimentos sociais que atuam no estado têm mostrado que, desde o início da gestão da governadora Fátima Bezerra, há uma tentativa de aproximação entre o estado e a sociedade. As falas expressam a articulação participativa para a implementação do programa. Nas participações das reuniões nos dez territórios do Rio Grande do Norte, foram criadas comissões de apoio em cada jurisdição para pudessem organizar o levantamento de agricultores que fornecessem para o programa. Infelizmente, essas ações ainda têm sido tímidas e a Sedraf está tendo dificuldade de avançar na implementação da política, recorrendo a ajuda das universidades públicas presentes no estado, tanto para realizar o mapeamento de agricultores(as) familiares que guardam as sementes como para contribuir no processo de realização de testes de transgenia das sementes, principalmente do milho. Essas parcerias estão sendo construídas e precisam ser fortalecidas a fim de possibilitar o diálogo permanente entre a gestão pública e os espaços de produção da ciência, ainda mais em um contexto de disputas de narrativas que procuram secundarizar a importância de experiências como a descrita aqui e do negacionismo das pesquisas realizadas pelas instituições públicas brasileiras.

Referências

ABERS, Rebecca N.; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas. *Lua Nova*, n. 105, p. 15-46, 2018.

_____. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Ângela. *Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no Semiárido*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA (AS-PTA). *Estamos plantando as sementes das sementes crioulas*. 13 jul. 2020. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2020/07/13/estamos-plantando-as-sementes-das-sementes-crioulas/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL DE FATO. Saiba o que é semente crioula e entenda a sua importância. Belém, PA, 24 maio 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/24/saiba-o-que-e-semente-crioula-e-entenda-a-sua-importancia>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Serviços de Informação do Brasil. *Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos*, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

DANTAS, Ivi A.C. Contaminação por transgenia em sementes crioulas nos Territórios do Rio Grande do Norte. Dissertação de mestrado em Geografia, Mossoró, UFERSA, 2021.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/231209>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GURZA LAVALLE, Adrian; DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; SZWAKO, José E. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2019.

LIMA, Lucas G.; SANTOS, Flavio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. *Revista Nera*, Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LONDRES, Flávia. *Sementes locais: experiências agroecológicas de conservação e uso – as sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

MOURA, Joana T. V de; SILVA JR., Marcos A. F.; KNOX, Winifred. Os efeitos dos movimentos rurais e das oportunidades políticas na construção do programa de compras governamentais do Rio Grande do Norte. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.29, n.03, p. 727-749, 2021.

_____. O contínuo processo de negociação da realidade: as articulações entre movimentos rurais e estado na construção do programa de compras governamentais do RN. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Ciência Política*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2020.

PEREIRA, Viviane Camejo; LÓPEZ, Pedro Antonio; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. A conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México. *Holos*, v. 4, 2017.

ROZENDO, Cimone. BRANDENBURG, Alfio. Saberes insurgentes e a proteção dos bens comuns: práticas e formas de re-existência na construção do território agroecológico do semiárido potiguar. *Revista Pós Ciências Sociais*, n. 19, v.03, pp.527-550. 2022.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition on framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Science*, n. 21, p. 129-168, 1988.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 7, n. 2, p. 457-475, ago. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR (Sedraf). Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte, 2020. Natal: Governo do Estado do RN, abr. 2023. Disponível em: <<http://sedraf.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=224776&ACT=&PAGE=0>>.

SILVA, Marcelo K. *Associativismo comunitário em Porto Alegre: repertórios de ação e configurações políticas local*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Linha de Pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2006.

TIRELLI, Carla. As contribuições da sociologia relacional para as análises das organizações sociais do campo da assistência: o caso da rede parceria social/RS. *Redes – Revista de Desenvolvimento Regional*, v. 19, ed. especial, p. 25-43, Santa Cruz do Sul, RS, 2014.



Violência e legitimidade democrática: um balanço da literatura sobre o contexto latino-americano

Recebido: 01.06.22
Aprovado: 27.10.22

Gabriela Ribeiro Cardoso (orcid.org/0000-0002-4681-5702),
Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP)
da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasilⁱ.

Julian Borba (orcid.org/0000-0002-0149-6533),
Departamento de Sociologia e Ciência Política
da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasilⁱⁱ.

i. Gabriela Ribeiro Cardoso é doutora em sociologia e ciência política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP/UFSC). <grcgabi@gmail.com>.

ii. Julian Borba é doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <borbajulian@yahoo.com.br>.

Resumo: A América Latina concentra elevadas taxas de homicídio, o que coloca uma série de adversidades para as democracias em consolidação e pode fomentar retrocessos na legitimidade democrática. Neste sentido, o artigo dedica-se a aprofundar, na literatura internacional, os temas vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina. Deste modo, o artigo está organizado em quatro seções: primeiramente, são destacadas as características gerais da literatura sobre medo do crime e a relação com a democracia. Na sequência, são abordados os estudos que conectam diretamente a vitimização e o medo do crime com aspectos políticos e, de modo específico, com a legitimidade democrática. A terceira seção aborda os mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática. Por fim, são apresentadas considerações gerais sobre a literatura pesquisada, bem como são levantadas questões para a agenda de pesquisa no contexto latino-americano.

Palavras-chave: Vitimização. Medo do crime. Legitimidade democrática. América Latina.

Violence and democratic legitimacy: literature review about Latin American context

Latin America concentrates high homicide rates, which poses a series of adversities for consolidating democracies and can foster setbacks in democratic legitimacy. In this sense, the article is dedicated to deepening, in the international literature, the themes of victimization, fear of crime and democratic legitimacy in Latin America. The article is organized into four sections: initially, we point out general characteristics of fear of crime literature and the relationship with democracy. In the aftermath, we emphasize studies that directly connect victimization and fear of crime with politics aspects, and, more specifically with democratic legitimacy. Third section addresses causal mechanisms that favor violence effects in democracy. Finally, we present general considerations about literature as well as questions for future research in the Latin American context.

Keywords: Victimization. Fear of crime; Democratic legitimacy. Latin America.

Introdução

1. De acordo com o *Global study on homicide*, realizado pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), em 2017 a média global da taxa de homicídios foi de 6,1 vítimas por 100 mil habitantes, sendo a média nas Américas (17,2), a mais elevada taxa em comparação com os demais continentes, alcançando assim o maior percentual desde o início dos anos 1990. Informações disponíveis em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 24 out. 2022.

2. Estes *surveys*, contudo, normalmente mensuram mais do que os incidentes criminais, incluem questões sobre percepção sobre segurança, medo do crime e sistema de justiça criminal. Assim, as pesquisas de vitimização consistem também em oportunidade de capturar as percepções e expectativas das pessoas sobre uma grande quantidade de aspectos relacionados à segurança (United Nations, 2010, p. 56).

A América Latina concentra as taxas mais elevadas de homicídios do mundo¹, o que coloca uma série de adversidades para as democracias em consolidação e pode fomentar retrocessos na legitimidade democrática. Os desafios impostos pela experiência concreta da violência e, especialmente, pelo medo do crime constituem um terreno fértil para o populismo penal e os discursos autoritários. A violência pode ainda exercer um impacto nas atitudes políticas e no comportamento eleitoral que são essenciais à democracia (Malone, 2012). Neste sentido, o artigo dedica-se à investigação da literatura internacional sobre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina.

O texto está organizado em quatro seções: primeiramente, são destacadas as características gerais da literatura sobre o medo do crime e a relação com a democracia. Na sequência, são abordados os estudos que conectam diretamente a vitimização e o medo do crime com aspectos políticos e, de modo específico, com a legitimidade democrática. A terceira seção aborda os mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática, tais como: percepção sobre o papel do Estado; impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal; dinâmica da participação política e populismo penal. Por fim, são apresentadas considerações gerais sobre a literatura pesquisada, bem como são levantadas questões para a agenda de pesquisa no contexto latino-americano.

Medo do crime, democracia e o caso latino-americano

No contexto latino-americano, a vitimização adquire grande centralidade nas análises desenvolvidas pelos(as) pesquisadores(as) que têm se dedicado à violência e ao comportamento político. Vale mencionar que se trata de uma dimensão impulsionada pela experiência concreta da violência e que também está em conexão com a magnitude das próprias taxas de homicídios na região e os reflexos das violências presentes no cotidiano, como no caso brasileiro. Pesquisas desenvolvidas em outros contextos, como em países europeus, enfatizam o medo do crime e o vínculo com a insegurança social com maior destaque (Farrall, Jackson & Gray, 2009; Valente & Valera Pertegas, 2018).

Desde a década de 1960, o medo do crime tem sido uma área de destaque tanto para as pesquisas acadêmicas como para as iniciativas de políticas, assim, o crescimento do uso de *surveys* de vitimização² com cobertura nacional, primeiramente nos Estados Unidos e depois no contexto europeu, contribuiu para o interesse na

temática (Hale, 1996). Os esforços iniciais para a análise do fenômeno concentraram-se na descrição dos sujeitos que se sentiam inseguros, relacionando com as características individuais (como gênero, idade) e coletivas, bem como os efeitos da própria experiência de ser vítima de um crime (Dammert, 2012; Zhao, Lawton & Longmire, 2015).

As constatações de que o medo do crime não estava diretamente relacionado às experiências diretas de crime contribuíram para que os pesquisadores explorassem mais sobre o local em que os indivíduos vivem, juntamente com o contexto social no qual se encontram (Hale, 1996). Deste modo, a relação entre medo do crime e crime expandiu o escopo de investigação e os analistas dedicaram-se ao estudo por meio de diferentes abordagens teóricas. Estudos ecológicos têm enfatizado a importância das características das vizinhanças nas quais as pessoas vivem, assim como os efeitos da integração social para explicar variações na percepção de insegurança (Valente & Valera Pertegas, 2018; Zhao, Lawton & Longmire, 2015).

Stephen Farral, Jonathan Jackson e Emily Gray (2009) ressaltam que o medo do crime pode ser compreendido tanto como ansiedade difusa quanto como preocupação tangível sobre a vitimização. Para aqueles que vivem em áreas com alta criminalidade e, portanto, vivenciam a vitimização de modo direto e/ou indireto, o medo apresenta-se em episódios concretos de preocupação. Já para aqueles que experienciam menos o crime e vivem em áreas mais protegidas, o medo aparece como ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais. Nessa perspectiva, as raízes do medo do crime podem ser um mal-estar sobre a ordem local da vizinhança, bem como ansiedades mais amplas sobre a mudança social³ exemplificada em preocupações sobre a fragmentação comunitária e a autoridade moral.

Em síntese, vale observar que as análises sobre medo do crime – embora em sua origem estejam conectadas com as pesquisas de vitimização e a preocupação com elaboração de políticas públicas – enfatizaram com maior saliência a questão da vulnerabilidade social, do contexto social dos indivíduos, as características das vizinhanças e a integração social. Ou seja, o debate sobre o medo do crime guarda uma articulação mais profunda com aspectos societais, com grandes contribuições da sociologia e da criminologia. Por sua vez, a relação do medo do crime com fenômenos políticos desenvolveu-se posteriormente e trata-se de uma literatura em consolidação.

Parte da explicação da articulação mais tardia com os fenômenos políticos pode estar vinculada ao próprio processo de democratização em países em desenvolvimento, como na América Latina, nos quais altas taxas de violência desafiam a legitimidade das democracias menos consolidadas. A pesquisa sobre democratização e legitimida-

3. "Scholars such as Zygmunt Bauman and John Pratt have argued that at a time of rapid social change, of decreasing certainty, of increasing diversity and liberalization, and of decreasing deference to authority, crime becomes a handy receptacle for the broader anxieties that such broader rapid change engenders" (Farral, Jackson & Gray, 2009, p. 12).

4. Kenneth Fernandez e Michele Kuenzi (2010) ressaltam que o crime e a segurança pública influenciam as visões dos cidadãos sobre a democracia e qualquer análise da democracia nos países em desenvolvimento necessita incorporar essas variáveis.

5. Norbert Elias prenunciou que o declínio de longo prazo nas taxas de crime violento nos países europeus estava relacionado com dois processos: *i.* na medida em que os Estados modernos se desenvolviam, eles reivindicavam o monopólio legítimo da violência; e *ii.* com a urbanização e o crescimento da divisão do trabalho, os cidadãos da Europa ocidental estariam envolvidos em configurações sociais complexas que requereriam menor uso da violência (*apud* LaFree & Tseloni, 2006).

6. “No Brasil, nem as graves violações de direitos humanos desapareceram com o retorno à democracia, nem o crime violento foi reduzido. O uso abusivo de força letal pelos agentes de polícia, linchamentos executados por grupos de pessoas – estimulados ou não por agentes policiais – e a ação de grupos de execução sumária (grupos

de democrática destacou predominantemente o impacto das condições econômicas e da percepção da economia no apoio à democracia⁴, deixando em segundo plano a questão da violência (Carreras, 2013; Fernandez & Kuenzi, 2010; Malone, 2012).

Embora os estudos específicos sobre legitimidade democrática não enfoquem diretamente a influência da violência na democracia, alguns trabalhos analisaram o papel da democratização na dinâmica das taxas de homicídios. Ao contrariar o argumento da perspectiva da civilização⁵, ou seja, de que os homicídios declinariam na medida em que a democracia fosse difundida, Gary LaFree e Andromachi Tseloni (2006) identificaram que as taxas de homicídios nos países em transição democrática são significativamente mais elevadas, pois uma mudança de autocracia para regime democrático produziria um aumento nesta taxa. Por conseguinte, mudanças na estrutura social e política contribuiriam para a instabilidade nos mecanismos de apoio tradicional, ambiguidade nas normas sociais e crescimento da desorganização social.

Trata-se de uma reflexão importante para os países latino-americanos, especialmente pelo fato de que a maioria dos países conseguiu abandonar, desde o final da década de 1970, os regimes não democráticos que predominavam na região (Freidenberg & Herrera, 2020). Já na década de 1990, aumentou a preocupação pública e política com a insegurança e o crime na América Latina, sendo que o fim da guerra civil na América Central, o retorno à democracia com o reaparecimento do crime, proporcionou como resposta um conjunto de políticas de endurecimento penal (Dammert, 2012).

No contexto brasileiro, vários(as) pesquisadores(as) (Adorno, 2008; Cardia, Adorno & Poletto, 2003; Pinheiro, 2000; Soares, 2007) apontaram para a existência de um possível paradoxo entre o processo de democratização e a área da segurança pública. Nesta perspectiva, Sérgio Adorno (2008) destacou que, embora a Constituição de 1988 tenha consagrado a existência de liberdades civis e ampliado os direitos sociais, a desigualdade no acesso à Justiça foi agravada. Nancy Cardia, Sérgio Adorno e Frederico Poletto (2003) associaram a presença das violações dos direitos humanos e da criminalidade violenta com um legado do período autoritário⁶. Convém observar que embora esta literatura tenha ressaltado aspectos essenciais da persistência das dinâmicas autoritárias e violentas para a consolidação democrática, menor atenção foi atribuída para os efeitos da democratização do ponto de vista da instabilidade política e social⁷.

Convém salientar que a revisão da literatura contribuiu para a percepção sobre a centralidade necessária da vitimização em diferentes aspectos políticos. Mais do

que isto, a literatura tem apontado para a compreensão do medo do crime e da vitimização como fenômenos distintos, os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes (Altamirano, Berens & Ley, 2020; Malone, 2012). Na próxima seção é explorada a articulação entre a vitimização e o medo do crime com o debate sobre legitimidade democrática na América Latina.

Legitimidade democrática, vitimização e medo do crime: articulando os conceitos

Principalmente a partir de 2010, emergiram estudos que passaram a analisar os efeitos da vitimização, do medo do crime no comportamento eleitoral (Ley, 2018; Malone, 2012; Perez, 2015; Ventura, 2021), na participação política (Bateson, 2012; Booth & Seligson, 2009; Brooks, 2014; Hernández, 2019; Malone, 2012; Valente et al., 2020); nas atitudes políticas em relação ao Estado (Altamirano, Berens & Ley, 2020; Visconti, 2019), na satisfação com a democracia (Gomes & Aquino, 2018) e na própria legitimidade democrática (Booth & Seligson, 2009; Cardoso, 2021; Carreras, 2013; Dammert, 2012; Fernandez & Kuenzi, 2010; Hernández, 2019; Mendes, 2021; Pérez, 2003; Silva & Ribeiro, 2016).

Apesar do incremento nos estudos que tratam dos efeitos atitudinais da vitimização nos eleitores, há poucos trabalhos que abordam o modo como a violência molda a arena eleitoral, os comportamentos dos eleitores e as estratégias dos partidos (Ventura, 2021). No caso do comportamento eleitoral, o crime pode interferir nos resultados das eleições de distintos modos:

- i.* a influência na decisão do comparecimento *versus* abstenção;
- ii.* os elevados níveis das taxas de crime, vitimização e insegurança, que podem ser combustível para o apoio a plataformas de direita que defendem políticas de linha dura (populismo penal);
- iii.* a vitimização e a insegurança podem afetar o apoio ao incumbente (Perez, 2015).

Nas análises sobre violência e comportamento eleitoral aparece em destaque, inicialmente, o caso mexicano. Na metade dos anos 2000, a insegurança pública começou a tornar-se uma questão saliente no país e os políticos começaram a invocar a garantia do combate ao crime em suas campanhas (Malone, 2012). A eleição de Felipe Calderón, em 2006, priorizou o combate ao comércio de drogas e aos cartéis (Malone, 2012; Perez, 2015). No caso mexicano⁸, as vítimas de crime desejavam

de extermínio, esquadrões da morte) sobreviveram à transição e suas ações continuam a ocupar as páginas da chamada imprensa nacional” (Cardia, Adorno & Poletto, 2003, p. 6).

7. Neste sentido, Samuel Huntington (1975) tece contribuições pertinentes ao considerar que as mudanças sociais e econômicas ampliam a consciência política e a participação política, no entanto, tais mudanças minam as fontes tradicionais de autoridade política e as instituições políticas, ocorrendo assim a instabilidade política e a desordem. Assim, “o problema fundamental da política é o atraso no desenvolvimento de instituições políticas em relação às mudanças sociais e econômicas”, o que configuraria o hiato político (Huntington, 1975, p. 17).

8. A análise se refere aos dados do Lapop de 2008 para o caso mexicano (apud Malone, 2012).

9. *“Both victims and nonvictims are exposed to changes in the pool of candidates, to the brutality of such violence, to alarming news coverage on this type of attacks, and to rising awareness of the government’s weaknesses or failures. Both groups are exposed to a violent electoral context; both are equally vulnerable when mayors or party candidates are assassinated or forced to retire from their office or campaigns, and both also have to decide whether to vote or not under such conditions”* (Ley, 2018, p. 1969).

10. *“High-profile criminal attacks during campaigns and elections generate great anxiety among the electorate, significantly reduce the perceived benefits and satisfaction derived from voting, and considerably increase the costs and risks associated with voting, ultimately decreasing electoral participation”* (Ley, 2018, p. 1964).

11. *“In the context of Central America, the most violent subregion in Latin America, several right-wing candidates such as Alfonso Portillo and Otto Pérez Molina of Guatemala, Ricardo Maduro and Juan Orlando Hernández*

participar menos das formas convencionais de participação política, como o voto, e preferiam se engajar no protesto político (Malone, 2012).

Em uma abordagem que apura os achados de Malone (2012) sobre comportamento eleitoral no México, Sandra Ley (2018) ressalta que apesar de a vitimização ser um indicador importante do contato pessoal com a violência, não captura a experiência de viver em um contexto violento em sua totalidade⁹, pois o contexto pode moldar as decisões e ações das não vítimas. Desse modo, a autora evidencia o papel da violência oriunda do crime organizado na participação eleitoral e argumenta que o uso da violência contra partidos políticos, candidatos, contribui para que o processo eleitoral seja transformado e a participação modificada, resultando no declínio do comparecimento eleitoral¹⁰. Ataques violentos durante as eleições geram ansiedade entre os eleitores e aumentam os custos e riscos associados ao voto.

Na América Central, vários candidatos de direita usaram a retórica de combate ao crime e o apoio às medidas duras para ganhar as eleições presidenciais, como é o caso de Honduras em 2013, Guatemala em 2011 e Panamá (Perez, 2015)¹¹. Assim, Orlando Pérez (2015) identifica que a percepção de insegurança está negativamente relacionada com o voto ao incumbente na América Latina, mesmo quando variáveis de performance econômicas são incluídas, sendo os efeitos dos elevados níveis de insegurança maiores no México, Equador, Honduras e Uruguai.

No entanto, a vitimização por crime não afetou o apoio ao presidente incumbente ou ao partido em nenhum dos 18 países analisados em 2012. Assim, Perez (2015) considera possível que o efeito da vitimização no apoio ao incumbente seja indireto e ocorra por meio da influência no comparecimento¹². Vale observar que, nesta análise, o autor não identificou o efeito da insegurança na escolha presidencial para o contexto brasileiro, o que passou a adquirir maior centralidade com a eleição de Bolsonaro.

Em 2019, houve eleições presidenciais no Uruguai e a temática da segurança pública adquiriu centralidade no debate¹³. Lacalle Pou, membro do Partido Nacional (também conhecido como Partido Blanco), de centro-direita, foi eleito presidente em segundo turno, o que marcou o fim de 15 anos de governos de coalizão de esquerda “Frente Amplio”¹⁴. Além de votarem para presidente, os uruguaios votaram em um plebiscito no qual decidiram sobre o projeto de reforma constitucional na segurança denominado “Vivir sin miedo” que tratava de medidas de endurecimento penal¹⁵. Vale mencionar que no país ocorreu um aumento da taxa de homicídios que passou de 8,26, em 2017, para 12,06, em 2018, o que significou o maior número alcançado pelo país na série histórica entre 2001 e 2018.

O projeto de reforma, impulsionado pelo senador do Partido Nacional Jorge Larrañaga, não foi aprovado, mas obteve votação expressiva em várias regiões do país¹⁶. O plebiscito mobilizou a organização da “Articulación Nacional no a la Reforma” em campanha intitulada “No à la reforma: el miedo no es la forma”¹⁷ com críticas à militarização da segurança e ao papel do Exército, à redução de direitos e garantias individuais, e às medidas de endurecimento penal que, segundo lideranças no movimento, já se mostraram ineficazes em outros contextos. Cabe ainda salientar que em vídeo¹⁸ realizado por articulação contrária à reforma, o caso brasileiro¹⁹ constantemente era evocado como exemplo das iniciativas ineficazes na área da segurança.

Ao analisar o caso brasileiro, Tiago Ventura (2021) ressalta que, quando a violência se torna uma questão mais saliente, candidatos com experiência em agências de lei e ordem podem receber mais apoio eleitoral. Assim, integrantes do exército, militares, policiais podem utilizar a trajetória profissional para convencer os eleitores de sua capacidade e vontade de priorizar a segurança ao assumirem o mandato. O autor propõe que os apelos à segurança entram na arena eleitoral como um *wedge issue*, ou seja, como tema de natureza controversa que divide os eleitores. Mais do que ter um efeito generalizado, a segurança serve como tema divisor que é contingente às clivagens políticas e posições socioeconômicas dos indivíduos.

Trata-se de um trabalho precursor sobre a influência dos contextos violentos no comportamento eleitoral brasileiro e que utiliza também de dados eleitorais²⁰, a exemplo da abordagem desenvolvida por Ley (2018). Ao mesmo tempo em que fornece elementos para compreender a ascensão de Bolsonaro, Ventura (2021) desenvolve uma análise detalhada que também identifica o quanto a questão da segurança tem sido relevante para a eleição de deputados oriundos de trajetórias profissionais na área da segurança. Nos últimos três ciclos eleitorais (de 2010 a 2018) para a Câmara dos Deputados, ser trabalhador da segurança pública estava entre as três ocupações mais reportadas entre os candidatos.

Ventura (2021) considera a questão da segurança um tema divisor que distingue os eleitores de acordo com a posição socioeconômica. Na medida em que o risco de ser vítima de um crime aumenta, os eleitores tomariam a decisão de investir mais em proteção e em políticas mais punitivistas. Contudo, os custos das políticas punitivistas não estariam igualmente distribuídos na sociedade brasileira, pois as ações arbitrárias das polícias afetariam mais determinados grupos sociais, como os pobres e negros.

Outros estudos têm apontado a influência da violência na participação política, entretanto, tal relação apresenta ambiguidades, as quais podem depender da dimen-

of Honduras, and Ricardo Martinelli of Panama, used crime and the rhetoric of fighting it with strong measures to win political power” (Perez, 2015, p. 327).

12. A análise utiliza dados do Lapop de 2012, sendo a variável dependente o voto no incumbente ou partido, a qual mensurou a intenção de voto no presidente ou partido nas eleições seguintes.

13. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/26/eleicoes-no-uruguai-tem-seguranca-publica-no-centro-do-debate-veja-quem-sao-os-candidatos-a-presidente.ghml>>. Acesso em: 25 set. 2020.

14. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/uruguay/freedom-world/2020>>. Acesso em 26 set. 2020.

15. Tais como: *i.* militarização da segurança pública pela criação de uma Guarda Nacional militar com poder de polícia; *ii.* endurecimento das penas pela adoção da prisão perpétua; *iii.* possibilidade de operações de buscas à noite, com autorização judicial.

16. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/plebiscito-vivir-miedo-ganotuvo-victorias->

departamentos.
html>. Acesso em: 26
set. 2020.

17. Disponível em:
<<https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/reforma-marcha-rechazo-vivir-miedo-recorre-julio.html>>. Acesso em: 26 set. 2020.

18. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=QLyqyDPCLPs>>. Acesso em: 26 set. 2020.

19; Especialmente pela intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

20. O trabalho combina diferentes abordagens metodológicas e analisa discursos dos congressistas, dados de três ciclos eleitorais para a Câmara dos Deputados e um experimento on-line.

21. As vítimas de crime na Europa também são significativamente mais insatisfeitas com a democracia. Nos Estados Unidos e no Canadá há pouca evidência do efeito da vitimização nas atitudes sobre a democracia. Na África e na Ásia há evidência limitada de que vítimas de crime talvez possam ter simpatias ao autoritarismo (Bateson, 2012).

22. Os resultados apontam que as posturas autoritárias

são da participação (eleições, protesto político, engajamento político e associativismo), da posição socioeconômica (renda, escolaridade) dos indivíduos, do próprio contexto de análise e dos mecanismos causais que operam na vitimização e no medo do crime. As pesquisas têm apontado, em geral, para a ausência de influência ou uma relação indireta entre medo do crime e participação política, o que ainda necessita ser mais bem explorado.

Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de Regina Bateson (2012), o qual apresenta análise comparativa mais extensa ao considerar diversos países, identificando a vitimização como preditor importante para o aumento da participação política e do engajamento comunitário. Assim, os fatores emocionais e expressivos podem contribuir para a compreensão do aumento nos níveis de participação: *“crime victims may turn to politics because political participation mitigates the emotional consequences of victimization”* (Bateson, 2012, p. 571). A organização política pode ser uma fonte de apoio social para as vítimas, possibilitando a constituição de laços de solidariedade e compartilhamento de narrativas sobre o fato de terem sido vítimas.

No entanto, Bateson (2012) ressalta que a relação entre a vitimização e as atitudes políticas varia de modo substantivo pelo mundo²¹, sendo que na América Latina há uma forte evidência de que vítimas de crime não valorizam a democracia e apoiem o autoritarismo, bem como táticas duras de policiamento. Desse modo, as vítimas de crime podem desenvolver simpatias autoritárias ao mesmo tempo em que se tornam politicamente mais ativas.

Mais especificamente sobre o contexto brasileiro, Riccardo Valente e equipe (2020) apontam que, apesar de a vitimização e percepção de insegurança não terem um efeito direto sobre o autoritarismo, há uma relação indireta entre vitimização e posturas autoritárias, o que é mediado pela percepção de insegurança, desconfiança das instituições e desapego à democracia²².

Mary Fran Malone (2013) destaca que, no contexto mexicano, as vítimas de crime desejavam menos participar das formas convencionais de participação política, como o voto, e preferiam se engajar no protesto político. Em contrapartida, a percepção de insegurança não está relacionada com o voto ou o protesto, sendo importante para as atitudes políticas, pois diminui o apoio à democracia. Para o Brasil, Valente et al. (2020) argumentam que, apesar de a vitimização não ter um efeito significativo na intenção das pessoas votarem nas eleições, ela está associada a uma participação mais assídua nas reuniões de partidos, nos movimentos políticos e nos protestos políticos.

Por sua vez, Sarah Brooks (2014) analisa o caso brasileiro e destaca que não são os mais pobres que estão marginalizados da política democrática, pois ocorreria uma relação em U entre renda e engajamento político, sendo a classe média menos ativa na vizinhança e em organizações comunitárias. Logo, a reestruturação do Estado de bem-estar social apresenta efeitos mais fortes nos setores médios que dependem mais da segurança social promovida pelo Estado do que entre os mais ricos. As análises destacam que participam mais ativamente da vida política os indivíduos que se sentem mais seguros.

Nesse sentido, Wilson Hernandez (2019) salienta que o efeito da vitimização sobre a participação em organizações gera consequências distintas, a depender do nível socioeconômico dos indivíduos. Por conseguinte, a população mais pobre está mais exposta ao risco, a vitimização e ao mesmo tempo conta com menos recursos monetários, o que a impulsionaria a buscar proteção nas relações comunitárias. Já os mais ricos exibem menor identidade coletiva e reforçariam sua capacidade de recursos econômicos como forma de proteção.

Em relação às atitudes políticas sobre o papel do Estado, Giancarlo Visconti (2019) destaca que a vitimização altera as preferências por políticas ao modificar os valores democráticos dos indivíduos, tornando-os mais dispostos a apoiar estratégias que promovam a erosão dos direitos básicos. Logo, o crescimento do crime pode aumentar as chances dos partidos associados às medidas duras de redução da criminalidade, como os partidos de direita ou populistas, pois as políticas que enfatizam sanções punitivas tendem a estar associadas com conservadores²³.

Melina Altamirano, Sarah Berens e Sandra Ley (2020) argumentam que indivíduos diretamente afetados pelo crime podem ser motivados a demandar intervenção do governo, bem como a provisão de políticas públicas para lidarem com os múltiplos custos do crime. No contexto latino-americano, a vitimização contribuiria para o aumento do apoio às políticas sociais, em contrapartida, a percepção de insegurança reduziria a demanda da provisão de *welfare* público²⁴, pois indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção. As percepções de insegurança podem assim aumentar a eleição de candidatos conservadores²⁵ e produzir uma redução de gastos nos programas de *welfare* já limitados.

No debate sobre legitimidade democrática, vitimização e medo do crime, o trabalho de Pérez (2003) é pioneiro e dedicou-se a analisar dois países da América Central: El Salvador e Guatemala. O autor apontou para uma distinção importante entre aqueles que vivenciaram o crime diretamente e os que manifestam medo de se tornarem vítimas, sendo as vítimas de crime mais dispostas a apoiarem me-

são incompatíveis com a participação pró-ativa da vida política. “Es precisamente en este sentido que se puede hablar de la consolidación de una conducta pasivo-agresiva, puesto que el desapego a la democracia no funciona como un elemento motivador sino que impulsa una actitud que delega la solución de los problemas a los militares, sin contemplar ningún tipo de implicación en primera persona” (Valente et al., 2020, p. 110).

23. “In summary, right-wing politicians can be linked to these kinds of measures to combat crime. Right-wing citizens, similarly, are more likely to support tougher measures to reduce crime and to focus less on social policies” (Visconti, 2019, p. 1485).

24. “Individuals who become victims of crime are supportive of the welfare state and public health care in particular. In the face of rising risks, victimization increase the state’s mandate among individuals to improve welfare policies. In contrast, perceptions of insecurity reduce such demand for public policies, particularly among those with significantly contrasting views regarding their

neighborhood's (un)safety" (Altamirano, Berens & Ley, 2020, p. 412).

25. Esta análise pode ajudar a compreender o caso brasileiro, especialmente na conexão estabelecida na eleição de Bolsonaro entre medo do crime, demanda punitivista e uma visão liberal do Estado de caráter privatista. Não é à toa que essas dimensões caminham juntas, tendo em vista o ceticismo que as pessoas inseguras asseveram em relação às instituições do Estado e ao serviço público.

26. "A crime victim is significantly more willing to support the most extreme measure of authoritarianism, namely a military coup. Fear of crime does not have a significant impact on support for a coup. Instead, those who exhibit fear of becoming victims of crime in their neighborhood are significantly more willing to support 'strong hand' measures that fall short of rejecting all elements of democracy completely" (Pérez, 2003, p. 640).

27. "These findings suggest that attitudes regarding crime and safety have not only a statistically

didada de autoritarismo, como golpes militares, em decorrência da criminalidade. Já as pessoas com maior medo do crime, estariam mais dispostas a apoiarem medidas duras que rejeitem elementos democráticos²⁶. Por fim, Pérez (2003) aponta o dilema das democracias frágeis: como lutar contra o crime vigorosamente e preservar direitos políticos e civis que são essenciais aos governos democráticos?

Em análise mais ampla, Fernandez e Kuenzi (2010) identificaram que as percepções sobre o crime e a insegurança influenciam as atitudes em relação à democracia na América Latina, sendo os indivíduos mais seguros, mais satisfeitos com a democracia enquanto forma de governo. No entanto, neste estudo, as vítimas de crime na América Latina não expressavam menor apoio à democracia. Vale ressaltar que a percepção de segurança teria ainda um maior impacto no apoio à democracia do que as percepções da economia nacional²⁷.

Ao retomar a conceitualização desenvolvida por David Easton sobre apoio político, Miguel Carreras (2013) enfoca, em suas análises, o apoio difuso para tratar da legitimidade democrática. Convém mencionar ainda que esta compreensão se vincula também ao conceito multidimensional de legitimidade desenvolvido por Pippa Norris (2011), bem como por John Booth e Mitchell Seligson (2009). Deste modo, Carreras (2013) identifica que a violência – a considerar tanto a vitimização como a percepção de insegurança –, afeta negativamente o apoio político, o que infligiria uma séria ameaça para a qualidade da democracia na América Latina²⁸.

Ademais, a percepção de insegurança e a vitimização operam um impacto no apoio às instituições políticas que é comparável ao tamanho de outras variáveis privilegiadas pela literatura do comportamento político, como confiança interpessoal, percepção de corrupção e avaliação da economia (Carreras, 2013). O estudo destaca ainda que o impacto negativo do crime no apoio político não é um fenômeno específico dos países com taxas elevadas de homicídios, principalmente situados na América Central (como Guatemala, El Salvador, Honduras e Colômbia, na época do estudo).

Assim, Carreras (2013) utilizou o modelo hierárquico²⁹ para estimar o impacto da violência criminal no apoio ao sistema político, controlando com o argumento da modernização. Assim sendo, o nível de desenvolvimento socioeconômico, mensurado pelas variáveis IDH e PIB *per capita*, aumenta a confiança nas instituições políticas na América Latina, juntamente com o nível de democracia (*Polity IV*)³⁰ e a efetividade do governo.

Na América Latina, os estudos apontam que a vitimização e o medo do crime afetam a confiança nas instituições políticas de um modo estendido, ou seja, há o declínio na

confiança das instituições democráticas juntamente com um efeito mais pronunciado naquelas mais diretamente associadas à administração da criminalidade, como a polícia e o sistema de justiça criminal (Dammert, 2012; Hernández, 2019; Silva & Ribeiro, 2016). A falta de confiança na polícia e no sistema de justiça não estaria relacionada apenas com a ausência de efetividade, mas também com a percepção de arbitrariedade e seletividade no modo como essas instituições atuam (Dammert, 2012)³¹.

Ao tratar do efeito da violência na legitimidade democrática, Gabriela Ribeiro Cardoso (2021) identificou que ser vítima de um crime e sentir-se inseguro(a) reduzem tanto a confiança nas instituições como o apoio difuso, sendo este efeito um pouco mais pronunciado na segunda circunstância. Vale ressaltar que especialmente a vitimização apresenta um impacto no apoio difuso semelhante a outras variáveis pesquisadas na literatura sobre comportamento político, como confiança interpessoal e avaliação da economia (na dimensão egotrópica), o que reforça os achados de Carreras (2013). Em geral, as análises da tese confirmam os efeitos negativos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática na América Latina. A próxima seção aborda os mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática.

Mecanismos causais

Quais são os mecanismos causais que favorecem os efeitos da violência na legitimidade democrática? Como já mencionado anteriormente, a vitimização e o medo do crime podem interferir na dinâmica política, no entanto, esta relação não ocorre necessariamente pelos mesmos mecanismos. A partir da revisão da literatura, destacamos quatro modos de atuação:

- i. percepção e papel do Estado;
- ii. ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal;
- iii. dinâmica da participação política;
- iv. populismo penal.

Percepção e papel do Estado

O aumento da violência criminal na América Latina torna nítida a grande ineficiência das instituições do Estado de prover segurança aos cidadãos, sendo que os cidadãos latino-americanos podem deixar de apoiar o sistema político ao perceberem que o Estado é incapaz de proteger da violência e do crime, o que constituiria em

significant effect on citizens' support for democracy but also a substantively significant effect. In addition, the impact of perceptions of safety on attitudes toward democracy is often larger than the impact of perceptions of economy" (Fernandez & Kuenzi, 2010, p. 462).

28. *"In summary, violence negatively affects system support. Hence, the widespread increase of criminal violence in the region poses a serious threat to the quality of democracy in Latin America"* (Carreras, 2013, p. 94).

29. Convém destacar que a lógica subjacente aos modelos multiníveis ou hierárquicos consiste em considerar que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo estão submetidos a influências semelhantes, deste modo, *"the individuals and the social groups are conceptualized as a hierarchical system of individuals nested within groups, with individuals and groups defined at separate levels of this hierarchical systems"* (Hox, Moerbeek & Schoot, 2018, p. 1).

30. O *Polity IV* mensura quantitativamente a qualidade da democracia e da autoridade

autocrática das instituições de governo, assim sendo, abrange os estados independentes desde 1800 e possibilita uma análise comparada dos países. O *Polity Score* captura os regimes em uma escala que varia de -10 (autocracias) a +10 (democracias consolidadas). Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>>.

31. *"The widespread perception that justice is not equally applied in all cases, along with police abuses, has had a key impact on institutional trust"* (Dammert, 2012, p. 103).

32. *"Latin American citizens may stop supporting the political system of their countries when they perceive the state as being unable to protect them from violence and crime, which constitutes a clear rupture of the Hobbesian pact"* (Carreras, 2013, p. 99).

33. Ao comparar o caso brasileiro com o norte-americano, Silva & Ribeiro destacam que "o efeito de contaminação é maior no Brasil em virtude de um apego mais fraco e vulnerável à democracia e, por conseguinte, às instituições democráticas,

ruptura do pacto hobbesiano (Carreras, 2013)³². Para os cidadãos amedrontados, o Estado não gera segurança, ao contrário, é mais considerado como parte do problema do que da solução (Dammert, 2012).

Indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção em resposta ao aumento da percepção de insegurança, logo, há um desapontamento em relação às instituições, com desconfiança e ceticismo sobre a capacidade do Estado (Altamirano, Berens & Ley, 2020). Já as vítimas de crime violento e não violento enfrentam novos e crescentes custos, necessidades e problemas que incluem: gastos para serviço legal ou pelos danos à propriedade; necessidade de cuidados médicos; demanda por cuidados com a saúde mental; custos de produtividade (como perda de dias no trabalho, entre outras formas). As vítimas de crime, por sua vez, enfrentam um conjunto de novas necessidades e problemas, o que as motivaria a demandarem intervenção do governo e provisão de políticas públicas (Altamirano, Berens & Ley, 2020).

Impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal

A ineficiência do sistema judicial latino-americano também é uma explicação levantada para tratar da relação entre vitimização, medo do crime e declínio da legitimidade democrática. Na região, poucos homicídios são investigados o que, por sua vez, contribui para a difusão da sensação de impunidade (Carreras, 2013). A seletividade no acesso à Justiça para diferentes crimes, a morosidade e a percepção de ausência de efetividade na atuação das instituições, assim como o desapontamento das vítimas de crime com as respostas judiciais são aspectos marcantes do funcionamento do sistema justiça criminal (Dammert, 2012).

Como argumentam Geélison Ferreira da Silva e Ludmila Mendonça Ribeiro (2016), a vitimização por crime afetaria a credibilidade nas instituições da polícia e da justiça, as quais estão diretamente associadas ao controle do delito. No entanto, a experiência de ser vítima produziria um "efeito de contaminação", levando a uma descrença generalizada no desempenho das instituições políticas. No caso brasileiro, as vítimas de crime tendem a desconfiar de diferentes instituições, sendo a polícia a mais rechaçada³³.

Booth e Seligson (2009) apontaram a presença da "Justiça vigilante" ou do linchamento como expressão da frustração popular com a ausência de segurança nos países da América Latina. O vigilantismo expressaria uma forma de capital político negativo permeada pela ausência de confiança nas instituições políticas que pro-

movem a ordem pública. Assim, a vitimização e o medo do crime encorajariam os indivíduos a realizarem justiça com as próprias mãos.

Em síntese, cabe enfatizar que a percepção de ineficiência do sistema de justiça criminal pode propiciar que se recorra às saídas não institucionais para a resolução de conflitos, o que traz consequências para a consolidação democrática.

Dinâmica da participação política

Um terceiro mecanismo que pode operar na relação entre violência e legitimidade democrática concerne aos efeitos na dinâmica da participação política. Como já mencionado, contextos violentos podem contribuir para a transformação do processo eleitoral e propiciar o aumento dos custos a ele associados (Ley, 2018). Conforme observado no caso mexicano, as vítimas de crime engajavam-se menos nas formas convencionais de participação, como o voto e mais no protesto político (Malone, 2012).

Outros estudos apontaram ainda a vitimização como relevante para o aumento na participação política e no engajamento comunitário, o que seria mediado pela posição socioeconômica dos indivíduos. As vítimas de crime aumentariam a sua participação em protestos e o engajamento comunitário, mas, ao mesmo tempo, poderiam afastar-se da participação eleitoral em decorrência do aumento da abstenção. No caso brasileiro, Ventura (2021) destaca que o maior apoio aos candidatos punitivistas emerge nos bairros mais ricos em municípios mais violentos e, em contextos de aumento dos homicídios nos meses antecedem as eleições. No entanto, ainda não há clareza sobre a amplitude dos possíveis efeitos da vitimização no comparecimento eleitoral para o contexto latino-americano e se a legitimidade democrática é afetada.

Do populismo penal ao populismo autoritário

Tratar o tema do populismo penal não é novidade entre os pesquisadores que se dedicam à sociologia da punição e à área da segurança pública de forma mais ampla. Na realidade, as percepções conservadoras sobre punição e a força do discurso do endurecimento penal são aspectos que estão presentes no imaginário social há algum tempo. No entanto, o ingrediente de maior destaque talvez seja a conexão cada vez mais explícita com o debate político e a visibilidade de seus desdobramentos no comportamento eleitoral e na participação política.

Precursor no debate sobre populismo penal, David Garland (2008) argumenta que a percepção de um público amedrontado teve impacto nas características e no

fazendo com que o cidadão tenda a responsabilizar todas as agências disponíveis pela vitimização por crime, ainda que exista um rechaço maior àquelas diretamente relacionadas com a temática do delito, como ocorre com a polícia” (Silva & Ribeiro, 2016, p. 82).

conteúdo das políticas, pois “o novo discurso da política criminal insistentemente invoca a revolta do público, cansado de viver com medo, que exige medidas fortes de punição e de proteção” (Garland, 2008, p. 54). Conseqüentemente, a política criminal constituiu-se em tema de destaque na competição eleitoral e a formulação de políticas públicas tornou-se profundamente politizada e populista. O populismo das políticas penais promove a desqualificação dos profissionais especializados e salienta a autoridade da população, do senso comum e das vítimas.

Esse vínculo entre medo do crime e populismo penal guarda uma conexão com a discussão sobre o fenômeno do populismo autoritário, descrito por Pippa Norris e Ronaldo Inglehart (2019). Nesta perspectiva, os valores autoritários enfatizam a importância da conformidade, da segurança e da lealdade, em uma forte associação entre autoritarismo e conservadorismo social. Os líderes populistas autoritários, por sua vez, alimentam aspectos relacionados ao terrorismo nas sociedades ocidentais e enfatizam ansiedades públicas que decorrerem de incidentes violentos, o que justificaria políticas duras de lei e ordem. Os partidos autoritários desafiam o consenso liberal dos partidos *mainstream* e alteram as fronteiras do debate político, enfatizando a saliência e polarização em temas como imigração na agenda legislativa e legitimidade de políticas calcadas no racismo e na intolerância.

É possível perceber que embora o populismo penal já esteja presente há décadas na agenda pública, o populismo autoritário reconfigurou e amplificou este processo. No contexto latino-americano, o medo do crime, juntamente com a desconfiança nas instituições, pode ter uma influência no retorno de práticas e discursos autoritários. Deste modo, a busca pela ordem e segurança caminha lado a lado com uma retração das garantias aos cidadãos e um fortalecimento da presença militar (Dammert, 2012). O incremento das taxas de criminalidade e da insegurança pode contribuir para que as pessoas demandem do governo o emprego de estratégias não democráticas para o combate ao crime, sacrificando assim as liberdades civis e os direitos humanos para aumentar a segurança (Fernandez & Kuenzi, 2010). O contexto latino-americano seria propício para o desenvolvimento de narrativas altamente populistas vinculadas ao aumento das punições (Dammert & Tobar, 2018).

Considerações finais

A revisão de literatura desenvolvida contribuiu para a percepção sobre a centralidade necessária da vitimização e do medo do crime em diferentes aspectos políticos, especialmente no contexto latino-americano. Destacamos ainda que o debate sobre o medo do crime guarda uma conexão mais profunda com aspectos sociais,

sendo o vínculo com fenômenos políticos posterior, constituindo uma literatura em desenvolvimento. Os trabalhos voltados à análise da legitimidade democrática e a democratização destacaram predominantemente o impacto das condições econômicas e da percepção da economia, já a relação com a violência constitui-se em objeto de análise mais recentemente.

A partir da literatura pesquisada, ressaltamos que o medo do crime e a vitimização são compreendidos como fenômenos distintos (embora vinculados), os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes (Altamirano, Berens & Ley, 2020; Malone, 2012). Indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção em resposta ao aumento da percepção de insegurança, já as vítimas de crime violento e não violento enfrentam novos e crescentes custos, necessidades e problemas (Altamirano, Berens & Ley, 2020). No contexto latino-americano, o medo do crime, juntamente com a desconfiança nas instituições, pode ter uma influência no retorno de práticas e discursos autoritários (Dammert, 2012).

Os mecanismos causais apresentados contribuem para relacionar temáticas muitas vezes abordadas de modo difuso nas análises sobre vitimização, medo do crime e aspectos políticos, tais como percepção e papel do Estado, impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal, dinâmica da participação política, populismo penal. Por fim, ressaltamos que os mecanismos também podem sinalizar para uma agenda de pesquisas futuras na América Latina sobre violência e legitimidade democrática, bem como proporcionar contribuições específicas ao caso brasileiro.

Referências

ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça penal. *Cadernos Adenauer*, v. 4, p. 9-27, 2008.

ALTAMIRANO, Melina; BERENS, Sarah; LEY, Sandra. The welfare State amid crime: how victimization and perceptions of insecurity affect social policy preferences in Latin America and the Caribbean. *Politics and Society*, v. 48, n. 3, p. 389-422, 2020.

BATESON, Regina. Crime victimization and political participation. *American Political Science Review*, v. 106, n. 3, p. 570-587, 2012.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. *The legitimacy puzzle in Latin America*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009. Disponível em: <<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511818431>>.

BROOKS, Sarah M. Insecure democracy: risk and political participation in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 76, n. 4, p. 972-985, 2014.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico Z. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro. *Vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina: mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva*. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) – Departamento de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CARRERAS, Miguel. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America. *Latin American Research Review*, v. 48, n. 3, p. 85-107, 2013.

DAMMERT, Lucía. *Fear and crime in Latin America: redefining State-society relations*. New York: Routledge, 2012.

DAMMERT, Lucía; TOBAR, Felipe Salazar. Fear and insecurity in Latin America. In: LEE, Murray; MYTHEN, Gabe (Eds.). *The Routledge Handbook on fear of crime*. New York: Routledge, 2018.

FARRALL, Stephen; JACKSON, Jonathan; GRAY, Emily. *Social order and the fear of crime in contemporary times*. New York: Oxford University Press, 2009.

FERNANDEZ, Kenneth E.; KUENZI, Michele. Crime and support for democracy in Africa and Latin America. *Political Studies*, v. 58, n. 3, p. 450-471, 2010.

FREIDENBERG, Flavia A.; HERRERA, Camilo Saavedra. La democracia en América Latina del cual se resuelven los conflictos y las diferencias en los sistemas. *Revista Derecho Electoral*, v. 30, p. 1-42, 2020. Disponível em: <<https://reformaspoliticas.org/about/el-proyecto/>>

GARLAND, David. *A cultura do controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOMES, Marcio; AQUINO, Jackson. Violência e satisfação com a democracia no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 209-238, 2018.

HALE, Chris. Fear of crime: a review of the literature. *International Review of Victimology*, v. 4, p. 79-90, 1996.

HERNÁNDEZ, Wilson. Costos sociales de la victimización en América Latina: percepción de inseguridad, capital social y percepción de la democracia. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 4, p. 835-853, 2019.

HOX, Joop J.; MOERBEEK, Mirjam; SCHOOT, Rens Van de. *Multilevel analysis: techniques and applications*. 3. ed. New York: Routledge, 2018.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Editora USP; Forense Universitária, 1975.

LAFREE, Gary; TSELONI, Andromachi. Democracy and crime: a multilevel analysis of homicide trends in forty-four countries, 1950-2000. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 605, n. 1, p. 25-49, 2006.

LEY, Sandra. To Vote or Not to Vote: How Criminal Violence Shapes Electoral Participation. *Journal of Conflict Resolution*, v. 62, n. 9, p. 1963-1990, 2018.

MALONE, Mary Fran T. Does crime undermine public support for democracy? Findings from the case of Mexico. *The Latin Americanist*, p. 17-44, 2012.

MENDES, José Teles. *From the specific to the diffuse: a causal pathway for the effect of crime victimization on support for democracy*. Preprint, 2021.

NORRIS, Pippa. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronaldo. *Cultural backlash*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

PEREZ, Orlando. The impact of crime on voter choice in Latin America. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (Eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*, p. 324-345. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015.

_____. Democratic legitimacy and public insecurity: crime and democracy in El Salvador and Guatemala. *Political Science Quarterly*, v. 118, n. 4, p. 627-644, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução: O Estado de Direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan B.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Eds.). *Democracia, violência e injustiça: o Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Geélison Ferreira da; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 59-84, 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

VALENTE, Riccardo et al. Una contribución al estudio de la polarización sociopolítica en Brasil. *Revista de Estudios Sociales*, n. 74, p. 99-113, 2020.

VALENTE, Riccardo; VALERA PERTEGAS, Sergi. Ontological insecurity and subjective feelings of unsafety: analysing socially constructed fears in Italy. *Social Science Research*, v. 71, p. 160-170, 2018.

VENTURA, Tiago. Voting for violence: crime and election of law-and-order politicians in Brazil. Working paper, 2021. Disponível em: <https://tiagoventura.rbind.io/publication_wp/voting_violence/>.

VISCONTI, Giancarlo. Policy preferences after crime victimization: panel and survey evidence from Latin America. *British Journal of Political Science*, v. 50, n. 4, p. 1481-1495, 2019.

ZHAO, Jihong Solomon; LAWTON, Brian; LONGMIRE, Dennis. An examination of the micro-level crime-fear of crime link. *Crime and Delinquency*, v. 61, n. 1, p. 19-44, 2015.



Brazilian sociological theory and postcolonial criticismⁱ

Received: 24.09.22
Approved: 14.02.23

Lucas Amaral de Oliveira (orcid.org/0000-0002-1272-4722),
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brazilⁱⁱ.

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (orcid.org/0000-0001-9121-882X),
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brazilⁱⁱⁱ.

Abstract: The article discusses to what extent sociological theories produced in the Brazilian academic field dialogue with a global intellectual movement criticizing coloniality and the Eurocentric foundations of the social sciences. Initially, we analyze the challenges regarding the attempts to define two theoretical approaches, Brazilian sociology, and Postcolonial Thought, without overlooking their internal heterogeneities. Then, we address the tensions between these approaches as conditions for research agendas that bring both contributions into proximity. Finally, we explore the epistemological potential of one of these agendas, which corresponds to a rereading of Brazilian sociological theory in light of postcolonial criticism. This exercise in rereading the canon is based on the methodological program of *sociological reduction* of Guerreiro Ramos, which indicates a reciprocal interrogation between Brazilian sociology and postcolonial thought, i.e., a decentered look at our sociological tradition that also reveals contributions from this tradition for the future of postcolonial epistemologies.

Keywords: Brazilian sociology. Postcolonialism. Rereading. Alberto Guerreiro Ramos.

Relendo a teoria sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial

Resumo: O artigo discute em que medida teorias sociológicas produzidas no campo acadêmico brasileiro dialogam com um movimento global de crítica à colonialidade e aos fundamentos eurocêntricos das ciências sociais. De início, tratamos dos desafios subjacentes às tentativas de definir os dois enquadramentos, sociologia brasileira e pensamento pós-colonial, sem ignorar suas heterogeneidades internas. Em seguida, analisamos as convergências e tensões entre esses campos como condições de possibilidade para agendas de pesquisa que aproximem ambos os aportes. Por fim, exploramos o potencial epistemológico de uma dessas agendas, que corresponde a uma releitura da tradição sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial. Esse exercício é feito a partir do projeto da “redução sociológica”, de Guerreiro Ramos, que indica uma via de mão dupla na interlocução entre sociologia brasileira e pensamento pós-colonial: um olhar descentrado sobre nossa tradição sociológica que revela contribuições dessa tradição para o futuro das epistemologias pós-coloniais.

Palavras-chave: Sociologia brasileira. Teorias pós-coloniais. Releitura. Alberto Guerreiro Ramos.

i. We thank the journal editors and, in particular, the reviewers for their relevant suggestions, which helped to improve the hypotheses and arguments of the article.

ii. Lucas Amaral de Oliveira is an Associate Professor and Director of PERIFÉRICAS – Center for Studies in Social Theories, Modernities and Colonialities, in the Department of Sociology at the Federal University of Bahia (UFBA), Brazil. He holds a Ph.D. in Sociology from the University of São Paulo (USP). <lucasoliveira.ufba@gmail.com>.

iii. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves is an Associate Professor and Member of PERIFÉRICAS – Center for Studies in Social Theories, Modernities and Colonialities, in the Department of Sociology at the Federal University of Bahia (UFBA). She holds a Ph.D. in Sociology from the Federal University of Pernambuco (UFPE). <anarodrigues@ufba.br>.

Introduction

In this article, we discuss the extent to which sociological theories produced within the Brazilian academic field can be correlated with a broader intellectual movement that has been gaining attention in recent decades, which critiques coloniality and the Eurocentric foundations of the social sciences. However, it is important to note that the effort to consider these possible homologues and dialogues presents us with some initial difficulties.

The first challenge is related to dealing with two theoretical approaches that are complex and heterogeneous, as is the case with Brazilian sociology and postcolonial perspectives, in their diverse forms and developments. On the one hand, no single tradition or specific theoretical approach within Brazilian sociology has focused on questioning the Eurocentric foundations of sociology. On the other, postcolonialism itself is an “umbrella” term, combining multiple academic and extra-academic approaches. Therefore, in this analysis, we consider both approaches from a panoramic perspective, which includes critical perspectives within Brazilian sociological theory, particularly concerning Eurocentrism, modernity, and colonialism, as well as the various facets of postcolonial approaches in contemporary scholarship.

The second challenge is to consider both perspectives in their specificities – contextual, theoretical, methodological, and epistemological – to avoid homogenizing readings that label any critical interpretation of a social problem as postcolonial. Our aim is to avoid anachronisms or vague adjectives that offer little analytical insight into the substantial contributions of the mentioned authors.

In the article, we face these challenges by discussing the relevance of Brazilian sociologist Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), understood as an author with postcolonial inspiration. We look at his contributions in criticizing academic Eurocentrism and “intellectual dependence” (Alatas, 2000; 2003) in order to investigate his proposition of an epistemological approach that sought to deal with the challenge of the appropriation by Brazilian sociology of concepts, theories, methods, and techniques developed in other contexts.

In the first part of the text, we address the underlying challenges in attempting to define these two approaches. In the second, we examine the convergences and divergences observed between Brazilian sociological theory and Postcolonial thought, which provide a basis for reflecting on possible research agendas that combine these approaches. In the final section, we explore the epistemological

potential of one of these agendas, which involves rereading Brazilian sociological theory in light of the tensions provoked by Postcolonial thought in contemporary social theory at a global level. For that, we analyze the heuristic potential of the Guerreiro Ramos' reduction sociology, which is conceived as a critical-assimilative method of foreign social theories whose relevance may suggest a reciprocal inquiry between Brazilian sociology and postcolonial thought – a decentered approach to our sociological tradition that also highlights significant contributions to the future of postcolonial epistemologies.

Preliminary considerations

Sociological theory distinguishes itself, on the one hand, due to a lack of consensus in terms of its ontological, epistemological, and methodological dimensions¹ (Alexander, 1999; Go, 2016; McLennan, 2010; Seidman, 1994); on the other hand, due to the existence of a plurality of schools, perspectives, approaches, and paradigms (Connell, 2007; Giddens & Turner, 1999; Patel, 2010). This tendency was no different in the institutionalization of the social sciences in Brazil, which, since the 1940s, has been characterized by intense debates and by the internal constitution and competition between specific fields of study.

Even when considering the internal constitution of such fields, it is worth noting that they are not based on univocal interpretations or any monolithic theoretical or political entity. This is what Lívio Sansone (2002, p. 7) argues regarding racial studies in Brazil, a field that, since the 1930s, has been “full of tensions, agendas, points of view, perspectives, and desires”. This context becomes more complex when one observes the disputes, which arise from divergent explanatory principles of class and race for the structure and dynamics of inequality in Brazil (Barreto, Rios, Neves & Santos, 2020; Barreti, Lima, Lopes & Sotero, 2017; Guimarães, 2021; Souza, 2006). The debate acquires new dimensions with the perspectives that accentuate the structuring and overlapping characteristics of these categories, in addition to gender (Rios & Sotero, 2019).

These discussions encapsulate the challenge of approaching Brazilian sociology more comprehensively, particularly in terms of rereading the criticism of coloniality and Eurocentrism. As suggested, such critiques are not confined to a single theoretical strand. On the contrary, they can be observed in authors who advocated epistemically divergent proposals for Brazilian sociology, such as Guerreiro Ramos and Florestan Fernandes, who engaged in an emblematic debate on how to understand sociological practice in the 1950s (Bariani, 2006; Fernandes, 1977; Ramos, 1996). Therefore, our effort to systematize the theoretical commonalities

1. The distinction between social theory and sociological theory is sometimes considered subtle. By social theory, we understand the abstract, metatheoretical manner of research in the social sciences (Go, 2016; Patel, 2020), since, when searching for more general models for analysis, social theory can schematize, conceptualizes, and explains the forms and dynamics in the interactions, classifications, hierarchies, reproductions, and social changes. In its turn, sociological theory is “less general and more concrete, which does not mean that it is less abstract, but offers not so much a reflection regarding society as such, but rather about any given society or [...] any determined set of societies” (Vandenbergh, 2011, p. 19). Thus, we agree with Vandenbergh that sociological theory tends to be more disciplined and historically informed compared to social theory. Additionally, the analytic and metatheoretical propositions of social theory become important presuppositions for sociological theory, which in turn informs empirical research in sociology.

and differences between Brazilian sociology and postcolonial theories generally considers the most critical strands of the country's sociological tradition regarding the persistence of colonialism and Eurocentrism in the construction of national sociological knowledge.

The postcolonial tradition is equally thorny. There are at least two conceptions of the term. The first refers to a historical-political condition that points to the "later" processes of decolonization in "Third World" countries between 1950 and 1970 (Ballestrin, 2013; Chakrabarty, 2000; Miglievich-Ribeiro, 2014; Meneses, 2016; Young, 2001). The second refers to the range of theoretical, methodological, and epistemological perspectives that emerged in critical historiography and cultural studies starting in the 1970s, with a strong impact in India, the United States, and England, aiming to produce knowledge that is unaffected by Eurocentrism, even if at times invoking European currents such as poststructuralism, deconstruction, and Marxism (Ballestrin, 2013; Oliveira, 2020).

Sérgio Costa (2006) argues that, despite the theoretical dissimilarities of authors as distinct as Frantz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha and Gayatri Spivak, who are seminal for social theory in the second half of the 20th century, they share a common intellectual and political program. All of them seek to break with the tyranny of a single history sustained by Western metanarratives; overcome ideologies of singular modernization and progress; develop a critique of colonial domination and the ethnocentric "civilizational" processes; and deconstruct the essentialisms based on class, race, ethnicity, nation, and gender.

In Latin America, the postcolonial perspective can be observed in discussions regarding decoloniality, especially within the Latin-American Subaltern Studies Group and, subsequently, in the Coloniality/Modernity Group. The creation of the latter was guided by a concern to break with the Eurocentric canon and achieve truly decolonized forms of knowledge and social organization (see Oliveira, 2020). However, Luciana Ballestrin (2013) and Joaze Bernardino-Costa (2018) point out that one of the issues with decolonial approaches in Latin America has been the limited engagement with Brazil. Significantly, no Brazilians have been associated with these groups, indicating that the intellectual output of Brazilian social sciences remains excluded from what Santiago Castro-Gómez and Ramón Grosfoguel (2007) called the "decolonial turn".

Examining the convergences and divergences between Brazilian sociology and postcolonial approaches constitutes a first step in our effort to analyze connections among these perspectives. In this endeavor, we will consider the term postcolo-

nialism as broadly as possible, encompassing the various tendencies and variations cited, regardless of their specificities and dissimilarities. As Pedro Borba and Guilherme Benzaquen (2020, p. 2) assert, “a constructive dialogue does not depend on rigid demarcations, but rather on uncovering pertinent connections”.

Connections between Brazilian sociology and postcolonial theory

Analyzing the conditions that led to the emergence of a critical discourse on coloniality and the Eurocentric foundations of the social sciences, which gained notoriety in many peripheral countries of capitalism since at least the 1950s, provides a productive path for discussing convergences between Brazilian sociology and postcolonial approaches. We do not intend to reconstruct the entire history of this process of theoretical decentering (Maia, 2011) but rather to identify some of the social, economic, cultural, and institutional conditions that allowed the emergence of this debate in peripheral contexts between the 1950s and 1970s.

Decolonization struggles in Africa and Asia were responsible for the political and intellectual reorientation observed in countries on the periphery of capitalism. Furthermore, as noted by Ballestrin (2017) and Meneses (2016), the Bandung Conference in 1955, the Non-Aligned Movement (NAM) in 1961, and the Tricontinental Conference in Cuba in 1966 helped to shape a geopolitical identity for the so-called Third World countries, which sought to achieve a better position in the global context beyond the polarization imposed by the Cold War.

In Brazil, there was a change in foreign policy in the 1960s with the election of Jânio Quadros and, shortly after, João Goulart. They began to adopt a more independent position towards North countries and affirmed an anticolonial and antiracist stance in solidarity with other Third World countries. During his brief time in power, Quadros opened embassies in Africa and granted scholarships to African students with funding from Itamaraty (Silva, 2017). Mário Augusto Medeiros da Silva (2017) highlights the growing connection between Brazilian activists, intellectuals, and anticolonial activists from Lusophone Africa during that period. He cites the foundation of the Afro-Brazilian Movement for the Liberation of Angola (Mabla) in 1962, which was linked to the Pro-Liberation of Angola Movement (MPLA) and established partnerships with black cultural activism in São Paulo and Rio de Janeiro, as well as with white and Black Brazilian intellectuals.

During this period, Brazil underwent an intense process of industrialization, creating an atmosphere of pursuing change that was evident in both the intellectual

and political spheres. There was also a growing desire for a more independent geopolitical position on the global stage. These factors led to a critical approach to the Eurocentric foundations of the social sciences and the creation of intellectual projects aimed at developing an autonomous sociology engaged with national concerns and the country's future direction. These conditions allowed for theoretical and methodological convergences between Brazilian intellectuals and those from other peripheral contexts.

*The status of sociology
in peripheral contexts*

We could say that the first point of convergence between Brazilian sociology and postcolonial theories concerns a *theoretical preoccupation with the status of sociology in peripheral contexts*. This discussion is crucial to the postcolonial debate and is woven into the national sociological field in various ways. In the history of Brazilian sociology, we see an intense debate about applying social theories and normative ideals produced in the Global North to the Brazilian reality while simultaneously critiquing the Eurocentric foundations of the social sciences.

The influence of Euro-North American sociology on the formation of Brazilian sociology is undeniable. As in other peripheral contexts, the Brazilian sociological canon was fundamentally constituted by European (especially French and British) and American models. Despite this, there has been a constant concern with the peripheral *status* of Brazilian sociology at different moments in the discipline's history.

It is worth mentioning the debate between Guerreiro Ramos and Florestan Fernandes in the 1950s regarding the possible directions of Brazilian sociology and society during a time of institutionalization of the social sciences in Brazil (Bariani, 2006; Fernandes, 1977; Oliveira, 2001; Ramos, 1996). The debate began during the 2nd Latin-American Congress of Sociology, held in Rio de Janeiro and São Paulo, in 1953, and, according to Bariani (2006), revealed the divergences in understanding sociological research, its methods, and the conditions and development of research in Brazil, demonstrating different projects for the discipline and the nation.

In the proposals presented at the Congress – and later in the works *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, published in 1954, and *A redução sociológica*, published in 1958 –, Guerreiro Ramos criticized the transplantation of measures adopted in “developed” countries to solve domestic problems. He believed that solutions should be sought in the actual conditions of Brazil's national and regional structures. Concerning ideal research conditions, the sociologist from Bahia be-

lieved they should be adapted to the “underdeveloped” nature of Brazilian society, prioritizing the formulation of general interpretations of the social structure rather than studies of the “minutiae of social life”. These general interpretations should be able to guide the implementation of central planning policies aimed at national development through industrialization (Bariani, 2006, p. 152; Oliveira, 1995; Ramos, 1996). By endowing sociological Thought with a salvational orientation, Guerreiro Ramos believed that teaching sociology, even as a school discipline, could best promote “the diffusion of a critical consciousness of national problems and the promotion of emancipation concerning cultural colonialism” (Bariani, 2006, p. 154).

Florestan Fernandes, in turn, disagrees with Guerreiro Ramos in his analysis of the scientific working pattern that should be adopted by Brazilian sociology. In a text originally published in 1958, *The scientific working pattern of Brazilian sociologists*, Fernandes emphasizes that sociology should not be guided by the nation’s system of interests and values but rather by the system of norms and values of scientific knowledge; otherwise, it would not be possible to put science at the service of the community. The author sees the defense of the autonomy of the scientific field as a way to counter external influences that weigh on the sociologist at various levels, especially in a context marked by the persistence of archaic and authoritarian relationships. Therefore, he advocates for methodological rigor in the conduct of sociological research – which should not be subordinate to the material conditions of underdevelopment in the nation – and the universal character of scientific knowledge, which can be absorbed from major academic centers. The incorporation of community studies – rejected by Guerreiro Ramos – would allow Fernandes to apprehend the variations in internal, economic, and sociocultural development that characterize the country’s various regions. In other words, science itself should be explored as a factor in development (Bariani, 2006; Fernandes, 1977).

Although it is beyond the scope of this work to reconstruct the multiple meanings and subsequent interpretations taken on by this debate, it is worth noting the centrality of the concerns of both authors regarding the future of sociology in Brazil at the moment of its institutionalization. Such concerns were focused on reflecting on the nature of the relationships to be established with the centers of scientific production and the limits and possibilities of Sociological Thought in promoting the country’s development.

These critical approaches converge with a decentralized transnational intellectual movement that, since the 1950s, has challenged the Eurocentric *status* of social sciences practiced in North Atlantic countries. According to Marcelo Maia (2011),

2. In this sense, the sociological output of Florestan Fernandes is noteworthy, especially starting from the second half of the 1960s, when he developed the notion of *dependent capitalism* as an explanatory category to analyze the character assumed by the bourgeois revolution in Brazil. His interpretation was a direct critique of the American theory of modernization, which, amongst other aspects, highlights the ideological dimension of its progressive imaginary and places in check the necessary relationship between democracy and modernity. For Fernandes, the connection between modernity and autocracy is the *normal condition* imposed by dependent capitalism, and not a *failure* of the process of modernization as it takes place on the periphery of capitalism. Far from suggesting a mere correction of hegemonic theories of modernity, Fernandes argues that these theoretical and empirical limitations require a significant change of perspective and the formulation of new conceptual instruments, capable of including its diverse variants, as well as the external and

this reflection contributed to two analytical procedures observed in our academic field and other peripheral countries. The first refers to “conceptual criticism”, developed from other places of enunciation. The second corresponds to the refutation of mid-range theories due to the biases of their empirical bases and the proposition of new analytical approaches for specific phenomena. These procedures allow for another convergence between Brazilian sociology and postcolonial epistemologies: the critique of dominant theories of modernity.

Critique of the dominant theories of “modernity”

The critique of modernization theories has been one of the main features of post-colonial debates, which seek to highlight coloniality as its obscure but constitutive side (Miglievich-Ribeiro, 2020; Mignolo, 2017; Quijano & Wallerstein, 1992; Segato, 2015). Equally, it is possible to observe the development of critical readings in Brazilian sociological theory that seek to break with the normative and evolutionist understanding of the hegemonic theories of modernity. These theories adopt Europe as a universal model, basing themselves on a methodological dualism between European modernity and the premodern, traditional, backward nature of peripheral countries.

If such criticisms can be found in our intellectual context throughout the 20th century², it is especially in the last century’s final decades that new interpretations emerge. These focus on

- i. the construction of a critical theory of Brazilian modernity, which affirms the fully modern character of Brazil’s national society, and*
- ii. the development of a truly global theory of modernity.*

Jessé Souza (2000-2006) drew up a critical theory of Brazilian modernity through a rereading of the classical interpreters of Brazil, rooted in the theoretical models developed by Pierre Bourdieu (2013) and Charles Taylor (1997). Souza seeks to re-interpret the process of modernization and constitution of a class society in Brazil, returning to a central problem in the Brazilian intellectual context regarding the “specificity” of our society, in contrast to countries central to the modern West. According to Souza (2017a), the essayistic tradition in Brazil produces an interpretation of Brazilian modernity grounded in a European distortion, characterizing it as an inauthentic, “epidermal”, and superficial process from its inception. His argument presents two fronts. On the one hand, against a “culturalist” legacy of Brazilian political-social Thought, imported by Gilberto Freyre from the Boasian circles in the USA, which Souza labeled the “personalist” tradition, whose representatives

included Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, and Raymundo Faoro. On the other, he opposed the sociological tradition from São Paulo organized around the figure of Florestan Fernandes and dominant in the second half of the 20th century. According to Souza (2000; 2006), it is possible to observe, in both traditions, an emphasis on the persistence of premodern elements in the modernization of Brazilian society, which marked its incomplete character and its “specificity” about fully modern societies³.

Contrasting these readings, Jessé Souza (2000; 2006) affirms the modern character of Brazilian society, whose modernization began at the start of the 19th century with the arrival of the Portuguese crown to Brazil, thereby favoring the introduction of modern institutions (State and market). It is possible to observe the gradual abandonment of personalist and patrimonialist criteria, typical of traditional domination, and the subsequent adoption of properly capitalist criteria of social classification – such as merit and personal performance. These would be supposedly valid even for those who remain on the margins of the formal labor market in the post-abolition context.

In the reinterpretation of the modernization process and social class structures in Brazil, Souza adopts Bourdieu’s Theory of class (2013) based on a sociocultural understanding of these structures. They manifest themselves as appropriating impersonal economic and cultural capital, evolving over time, and understood through the notion of “trajectory”. This theoretical model affirms the modernity of Brazilian society – whose social structure can be conceived through the same concepts applied to modern central societies – and the reanalysis of historical transformations in Brazilian class structure.

Souza (2006) points out that the modernization process of Brazilian society is characterized by the marginalization of a significant part of its population. These individuals are denied not only the capacities that would allow them entry into the labor market as productive workers but also the social, cultural, affective, and emotional preconditions that could facilitate this entry. The distinctive features of Brazilian society would be the formation of a class characterized by a precarious habitus – marked by an absence of the economic and political dispositions that make up the “disciplined, productive, and useful subject”, typical of a primary habitus (Souza, 2006, p. 168). The author labels this class as the *ralé estrutural* (“structural rabble”). Its historical origins go back to the period of slavery and how the constitution of modern society on the periphery of capitalism, whose modern institutions emerged as “ready-made artifacts”, was disconnected from an extended moral and cultural maturation capable of universalizing an egalitarian logic throughout the

internal conditions of societies that act on the character assumed by their respective processes of modernization (Brasil Jr., 2017; Fernandes, 1975; 2006).

3. For the intellectuals in the “personalist” tradition, this premodern character is the result of a cultural legacy connected with “personalism” and “patrimonialism”, a legacy of the colonial past, which hampered the complete nationalization of national society. Fernandes, in his turn, highlighted the persistence of elements of *status*, and premodern, archaic elements in the constitution of a society of classes, resultant from the way in which abolition and the development of capitalism occurred, marked by the clear marginalization of the Black community.

population. In this sense, Souza (2000) stresses the selective character of Brazilian modernization.

With this interpretation, Souza (2006; 2017a) aims to go beyond Pierre Bourdieu's theorization, who proposed the generalization of those minimum dispositions (*primary habitus*) to the entire population, using the example of the French case. According to Souza (2017a), such generalization does not occur in the periphery of capitalism. Therefore it is necessary to advance in the construction of new analytical instruments and a critical theory of modernization that apprehends the material and symbolic forms of domination prevailing in the current phase of capitalism in central and peripheral countries.

However, Souza has been criticized for reaffirming the "peculiar" character of Brazilian modernity, employing the idea of selective modernization, which would deprive the national experience of a fully modern condition. This criticism has been made by Sérgio Tavolaro (2009; 2011), who is amongst the current theorists interested in situating the experience of modernity in Brazil in the global context. Tavolaro seeks to distance himself from what he labels the "hegemonic sociological discourse of modernity", underlining its limits for understanding the contingent and historical processes of modernization worldwide.

In analyzing Brazilian sociological production, both classic and contemporary, Tavolaro (2011) asserts that despite their theoretical differences, they converge on an interpretation of modernity in Brazil that does not place it on equal footing with the experiences lived in central countries. The so-called "sociology of inauthenticity" would encompass not only the tradition of atavistic culturalism of authors such as Freyre and Buarque de Holanda but also the Sociology of Dependency and the Marxist approach from the Escola Paulista, together with their interpretations of peripheral modernity – such as Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, among others (Tavolaro, 2017). Thus, the center-periphery binomial has been consolidated, where the prevailing view is that Brazilian modernity remains incomplete. This is because, according to Tavolaro (2009), our experience of modernity is evaluated according to an external model standard. Furthermore, in both traditions, there is a tendency to relegate historical variations in sociability to the background and to assume a normative pattern that has remained practically intact in Brazil for the past two centuries.

In his critique, Tavolaro (2011) proposes the "de-essentialization" of modernity, which is seen as a process in which historically contingent institutions emerge. His analysis relies on two key notions:

- i. the modern pattern of sociability, and
- ii. modernity as a tendentially global and decentralized process from its original birthplace.

The first notion is anchored in a critique of the modern episteme – represented by the sociological classics and, more recently, in figures such as Luhmann, Parsons, and Habermas. However, they fail to consider variations in three pillars of modern experience: a) social differentiation/complexification; b) secularization of normativity; and c) separation between public and private domains. This episteme, reproduced both by classical sociology and Brazilian sociology, projected an unchanging image of central societies based on these pillars, relegating “societies of delayed modernity” to the condition of “peculiar modern arrangements”.

Seeking to overcome the theoretical and empirical limitations of the modern episteme, Tavolaro (2011) proposes his version based on the ideas of varying patterns of social differentiation, *varying patterns of secularization, and varying patterns of separation between public and private spheres*. Such a derivation would allow an understanding of the configurations assumed by the “later modern societies” and those experienced by “central societies”. Additionally, Tavolaro argues for the need to understand such patterns of modern sociability beyond simply national borders, highlighting the idea of modernity as a potentially global process. In this manner, even if central societies can be understood as the historical origin of modernity, they can no longer be considered the exclusive disseminators of this type of modern sociability. Therefore, the very assumption of the existence of coherent, linear, and national scripts in the direction of modernity becomes problematic (Tavolaro, 2011).

Based on this synthesis of the debates, we can sustain that Brazilian sociological theory is close to postcolonial concerns in its critique of the modern episteme, even though there are significant differences in the formulation of the critiques and the very conception of modernity defended by these perspectives. It is worth investigating the differences and specificities observed between Brazilian sociology and postcolonial epistemologies based on systematization and analysis of what we will call “strategic distances”.

Strategic distances

In the review of research regarding modernity in Latin America, Sérgio Costa (2019) stresses that contemporary Brazilian sociological theory constitutes an intermediary response between the dominant interpretations of modernity and the decen-

tering provoked by postcolonial approaches, such as in the case of the Theory of coloniality of power proposed by the Peruvian sociologist Aníbal Quijano. According to Costa, in the case of post and decolonial theories, the decentering is even more radical, to the extent that the very ontological and historical origins of the idea of modernity become geographically and temporally decentered. It no longer refers exclusively to the European/Latin American axis but rather is shaped by an understanding of the colonial power relations between Europe and the “rest” of the world more generally (Costa 2019, p. 11).

The emphasis of these perspectives is much more on the constitutive link between modernity and coloniality, the relations of power and domination anchored in racial classifications, and the traffic of people and goods that formed the modern project. Such elements would not be considered failures or exceptions but rather elements integral to this project. Authors such as Walter D. Mignolo and Madina Tlostanova (2006) seek to take the decolonization of social relations and knowledge production to the limit, proposing a radical rupture with the univocal idea of modernity and the Euro-North-American canon. Although providing a counterpoint to the hegemonic theories of modernity, even the most critical voices within Brazilian social theory do not fully break with the “modern project” paradigm. Instead, many Brazilian theorists have emphasized the dangers of abandoning the entire theoretical-methodological tradition that could help understand colonial sociability patterns and relations in their diverse manifestations.

José Maurício Domingues (2013), for instance, examines the idea of modernity in Latin America, considering the “anti-modern risks” that its wholesale rejection could generate. On the one hand, locating the “evils of origin” of modernity on the European continent turned out to be unproductive. On the other, negatively essentializing or characterizing modernity as a whole, based on its “dark side”, as Mignolo (2017) proposes, results in the promotion of the “native tradition” and nostalgia for the “autochthonous purity”.

Even if the discussion regarding “entangled modernities” (Randeria, 2009; Therborn, 2003) involves a constant and, at times, conflicted negotiation between different, overlapping historical contexts, this does not presume the undoing of Eurocentric theories or the relations of epistemic dependence between North and South. Domingues (2011) proposes a “third phase of modernity” – more decentered, heterogeneous, and complex than the previous phases – and advocates for the validity of Critical Theory in producing a diagnosis of the present. The proposal seeks to respond to the systems of domination (capitalism, patrimonialism, patriarchy, racism, etc.) imposed on the global periphery that undermines democracy.

Domingues points out emancipatory elements and the horizon of expectation that social movements in Latin America have demonstrated since the 1980s, mainly those centered around racial, gender, or environmental concerns. For him, theorizing on the periphery of capitalism should lead to changes in concepts and a more radical perspective on modernity (Domingues, 2011; 2018), considering the socio-political dynamics these societies manifest. Therefore, Brazilian sociology, beyond producing a description of the local problems and case studies, should pursue general theorizations with universalist aspirations, playing its part in future processes of emancipation on the subcontinent and at the global level.

Marcelo Maia (2009; 2013) also problematizes some ossified paradigms in postcolonial theory, warning about the perils of adopting such perspectives in the same manner European metanarratives of the 19th century were embraced throughout the history of global sociology. According to him, in reviewing Eurocentrism and seeking alternative paradigms, we cannot fall into the trap of uncritically formulating a “Brazilian postcolonialism” since this would obscure other equally critical perspectives rooted in national particularities. Brazilian sociological tradition sought to understand the country starting from its specificities while constituting a conflicted, at times harmonious dialogue with the social imagination of other countries in Latin America and Europe (Maia, 2013). A possible way of replacing the unequal logic of the geopolitics of Thought, which mirrors global inequalities in the social and economic spheres, is to understand how questions once conceived as endogenous developments of our intellectual tradition can assume a sense and intelligibility when situated within transnational peripheral networks of cooperation.

Brazilian political theorist Luciana Ballestrin (2013; 2017) has also pointed out the theoretical limitations and challenges that post and decolonial perspectives confront:

[...] is it possible to break with the logic of the colonality of modernity without abandoning the contributions of Western/European/ Enlightenment thought [...] for decolonization itself? Would the success of its project depend on its subaltern and peripheral condition? What is the limit of undoing the epistemological foundations of the social sciences? [...] How should we deal with the European pater- nity of our political institutions and social Thought? How should we empirically verify the “colonized subject” today? Are experiments considered decolonial such as the new Andean Latin-American constitutionalism, free of contradictions? [...] How does one method- ologically operationalize the analysis of scales, levels, and spheres that colonality includes? (Ballestrin, 2013, p. 112).

These questions lead us to discuss the main theoretical divergences between the critical lineage in the Brazilian academic field and a more radical strand of the de-

bates on post and decoloniality, especially regarding their relationship with the Euro-North-American sociological canon. We hypothesize that, in Brazilian sociology, there seems to be a greater willingness, in general, to engage in critical dialogue with the canon while still acknowledging its limits,

i. either because they recognize in it a grammar that allows for a cross-cutting dialogue,

ii. or because they claim the use of methodological repertoires considered useful for analyzing social phenomena,

iii. or even because they defend the existence of elements of resistance and emancipation in the modern imaginary, which should not be entirely discarded.

Our reflection reveals how the dialogue between a critical strand of Brazilian sociology and postcolonial theories can operate as a two-way street, marked by reciprocal contributions that enable both advances in theoretical approaches that are more decentered in relation to the sociological canon and the construction of appropriate repertoires for the analysis of the most diverse local realities. It is based on this hypothesis that we propose an exercise of “rereading” one of Guerreiro Ramos’ main works, *The sociological reduction*, from 1958, which allows us to highlight the recurring concern of part of our academic field with theoretical-methodological issues and creative responses to the challenge of dealing with the hegemonic sociological tradition.

A rereading of Ramos’ sociological reduction

Since the early decades of the 20th century, Brazilian intellectual history has been characterized by a modernist ideal of a critical inflection in comparison with other theoretical traditions, which expresses a certain “anthropophagic” tendency of selective appropriation of different traditions in the process of intellectual creativity. Guerreiro Ramos’ project of “sociological reduction” (1996), in our view, expresses this anthropophagy in the sociological field insofar as it systematizes the “critical-assimilative” procedure of foreign explanatory schemes without completely breaking with “alien theories” of the Global North while adapting frameworks and techniques to local circumstances. Therefore, we propose a critical exercise of “rereading” this author, which seems to us a productive path for bringing together a more critical tradition of Brazilian sociology and postcolonial epistemologies.

For some time now in Brazil, research programs have sought to emphasize the relevance of certain intellectuals as “precursors” of postcolonial perspectives. According to specific interests, researchers have held up the intellectual production and trajectory of Guerreiro Ramos as a pioneering effort to articulate lines of investigation for a decentered theory and a critique of Eurocentrism, looking to understand sociology starting from the idiosyncrasies of the national context (Barbosa, 2006; Bariani, 2011; Bringel, Lynch & Maio, 2015; Figueiredo & Grosfoguel, 2007; Filgueiras, 2012; Lynch, 2015; Maia, 2012; 2015; Oliveira, 1995; Rezende, 2006). We aim to present Ramos and his program of sociological reduction as a methodological alternative for expanding postcolonial praxis and then propose the hypothesis of possible “rereadings” of Brazilian sociology.

Our argument starts from an observation and a wager. We believe that certain epistemological turns in Contemporary social theory, such as postcolonial theory, have reconfigured the way of analyzing our own intellectual history. The wager emerges when we observe that research programs such as Ramos’ sociological reduction are methodologically original procedures that can be returned to, cultivated, and practiced not only in current Brazilian sociology but also by contemporary sociology at a global level.

A rereading of Guerreiro Ramos in light of postcolonial critique helps us to confront what the author referred to at the time as “centripetism”, which is the tendency of some peripheral intellectual traditions to always turn outward – especially toward hegemonic centers – in search of ready-made and model solutions to our problems. This tendency, according to his critique, is not limited to the academic field; it affects all levels of our lives, creating tension between the anachronisms of the country, the potential of its “structures in generation”, and the difficulties in generating effective solutions:

In terms of superstructural elements, this tension reflects a conflict between two perspectives: that of the old country and that of the new country, between the colonial or reflexive mentality and the authentically national mentality. In the realm of social sciences, this tension is also present. Until now, many scholars have conducted their work without considering the historical and ideological pre-suppositions of their scientific work. Their approach was reflexive, and they passively and mechanically adhered to criteria from developed countries. [...] To the literal and passive assimilation of imported scientific products, one must oppose the *critical assimilation* of these products. Therefore, the term “sociological reduction” is proposed here to designate the methodical procedure that seeks to make critical assimilation systematic (Ramos, 1996, p. 68).

The “reduction” expresses, among other things, a concern to systematically reflect on the historical, theoretical, and ideological presuppositions that shape the social sciences. In his essay *O negro na sociologia brasileira*, originally published in 1954, the author highlights the ideological bias – for him, imperialist, colonialist, and ethnocentric – of fundamental concepts in European and North American sociology and anthropology, such as “acculturation” and “social change”, which would constitute a “rationalization or disguise of colonial exploitation” (Ramos, 1981, p. 3).

As these and other concepts – such as social structure – are uncritically appropriated by scholars from peripheral countries, through a mimetic process, they begin to act as a “powerful factor of alienation”, contributing to the consolidation of a “quietist conception of society”, which favors the “concealment of the decisive therapy for human problems in underdeveloped countries” (Ramos, 1981, p. 3). It is interesting to note that although Ramos proposes, in this text, an assessment of studies on the Black population in Brazil, his criticism directed at various Brazilian authors is oriented not so much by the conception of race they adopted – racist and, in any case, outdated from a scientific point of view –, but by the attitude assumed towards the foreign theoretical repertoire. Therefore, it is possible to observe in this criticism a sketch of what would be his proposal of sociological reduction as a critical-assimilative attitude and a methodological concern, considered fundamental to ensure sociological work in peripheral contexts.

In this sense, Ramos converges with postcolonial approaches in his criticism of the colonial bias inherent in hegemonic sociological theories. However, in our view, the Bahian sociologist advances in the attempt to propose theoretical-methodological alternatives to deal with this legacy, responding to a yearning that marks the national academic field of the time and which can still be felt in the criticisms of contemporary Brazilian theorists addressed to postcolonial approaches, as discussed in the previous section. According to Ramos (1996), sociological reduction, whether practiced in the theoretical-comprehensive domain or in the area of empirical operations, consists of eliminating everything that disturbs the effort due to its ideological, accessory, or secondary character of understanding and obtaining the essential of a social fact.

In epistemological terms, to recover the “reduction” is to invest in a framework that, on the one hand, reflects a decentered view of Brazilian sociological Theory and, on the other, can entail contributions from critical Brazilian sociology to the future of postcolonial criticism. However, before advancing this discussion, it is worth clarifying what the notion of “rereading” consists of and its possibilities.

Three potential avenues of rereading

The idea of “rereading” should be understood as an analytical category. *Rereading* presupposes retrospection and implies reading in a different, displaced, and heterotopic manner. It does not mean “redefining” a certain historical tradition based on its foundational authors, ideas, projects, contexts, and disputes, framing them in light of contemporary movements as if this group of factors prophetically announced the future or expressed avant-garde premonitions of epistemological discoveries. Instead, by sociological “rereading”, we mean an epistemic displacement and decentering, a change of perspective, a new prism through which the sociological tradition in Brazil can be rediscovered, reevaluated, resignified, and refigured critically. This was the main challenge that postcolonial paradigms posed to Brazilian sociology.

This problematization involves discovering new inflections within the same tradition as well as outside of it. The analytical perspective of “rereading” that we propose returns to and reconsiders the past in all its nuances while critically reappropriating it. This perspective is different and integrative, yet it is also capable of applying the “necessary corrections” to the tradition, which tends to be neglectful due to its historical determinations, as argued by Alatas and Sinha (2017) and Connell (2007). Following this line of Thought, we can identify three significant sets of possible rereadings in social theory.

The first type of rereading involves an *analytical recovery procedure that provides necessary temporal corrections*, capable of uncovering the tradition’s elements that were neglected in their time. This procedure is analogous to what Alatas and Sinha (2017) practiced concerning European sociological classics (Karl Marx, Max Weber, and Émile Durkheim). These authors demonstrate the timeless methodological qualities of the classics that remain useful regardless of different local contexts. At the same time, they also expose their conceptual, methodological, political, and ideological limitations in light of new displacements enabled by the epistemological turns in social theory.

In the Brazilian case, an example would be the criticism of culturalist racism inherent in the interpretations of the generation of essayists from the 1930s, as highlighted by Jessé Souza (2017b) regarding the concepts of “cordiality” and “patrimonialism” developed by Sérgio Buarque de Holanda. Even Caio Prado Jr., who starts from a materialist paradigm, is criticized for the cultural racism inherent in his proposal for modernizing the country, which is anchored in raising the cultural standards (“*aggiornamento*”) of our colonial roots – Amerindian and African (Melo, 2019).

The second type of rereading enables the rediscovery of *intellectuals marginalized by the hegemonic production of knowledge in the country or who belonged to silenced, unrecognized, or forgotten traditions*. There are many examples, such as Alex Ratts (2007) with Beatriz Nascimento, Érika Mesquita (2003) with the sociology of praxis by Clóvis Moura, Sandra Siqueira (2020), who analyzes the ostracism of theorists from the “radical current” of Dependency Theory, such as Vânia Bambilra, and Flávia Rios (2019) recovering the political and intellectual trajectory of Brazilian sociologist Lélia Gonzalez.

This article also proposes a third possible form of rereading. This one seeks to *uncover elements and biases from the margins of the history of sociological ideas in Brazil*. It is more precisely a reorientation of the focus onto questions that were excluded or interpreted as contingent compared to what was epistemologically valued at the time. In other words, it is a recovery of authors, concepts, and theoretical-methodological projects from the intellectual limbo they were thrown to give them renewed relevance and recognition⁴. Mário Augusto Medeiros da Silva (2018), for example, undertakes a critical reexamination of black sociologists such as Virginia Bicudo and Eduardo de Oliveira e Oliveira, amongst others, in São Paulo between 1950 and 1970. Muryatan Barbosa (2006) reconsiders the idea of “black personalism” of Guerreiro Ramos, based on his activism in the Teatro Experimental do Negro (Experimental Black Theater) of Abdias do Nascimento, and in a debate with theorists of *negritude*. Lastly, Adélia Miglievich-Ribeiro (2014, 2018) investigates the relationships of Darcy Ribeiro and Paulo Freire with intellectuals from other Latin-American and African countries.

These three ideas of rereading seek to correct traditions, recover or rediscover authors, and uncover debates and reevaluate marginalized intellectuals. With these in hand, we can systematize both the impact of postcolonial perspectives on the sociological context in Brazil and the influence that Brazilian sociology, viewed from a transnational and “desprovincialized” perspective, can exercise on postcolonial approaches. These rereadings were made possible thanks to the problematizations provided by contemporary turns in social theory, especially by postcolonial epistemologies. To reread sociological traditions like the Brazilian one – in its most critical incarnation – can offer relevant contributions to postcolonial approaches. To better demonstrate this argument, we propose rereading the “diagnosis of the intellectual context” present in *A redução sociológica*, a pioneering work of Guerreiro Ramos.

4. However, different to the “presentist” perspective of Olli Pyyhtinen (2010), the rereading that we are proposing here does not return to “the classics” of sociology to update them in light of contemporary problems and topics, but rather it divests those that were undervalued by their tradition of their secondary status, reevaluating their contributions in light of the new methodological and theoretical possibilities opened up by the epistemic turns in contemporary social theory.

The sociological reduction against the colonial mentality

As previously discussed, Guerreiro Ramos identified in the sociological research of the 1940s and 1950s Brazil a reflection of “academic and intellectual dependency”, characterized by “scientific alienation” and “conceptual servitude” – a theme further developed in his work *Myth and truth of the Brazilian Revolution* (Ramos, 1963). Ramos accused a portion of the national sociology community of his time of imprecisely applying foreign, “alien” production to Brazil in a mechanical and subservient manner without regard for the “historical and ideological presuppositions of scientific work” in a peripheral capitalist country (Ramos, 1996, p. 68).

On the one hand, there is a sharp criticism directed at the arrogance of some authors who composed the sociological tradition in Brazil, which according to him, is an ambiguous expression of a “*viralatismo*” (inferiority complex) that reflects the “condition of copier and repeater” of the national intellectual elite in relation to European habits (Ramos, 1996, p. 106). On the other hand, there is an apprehension about “academic dependence” and the challenges to producing an autonomous sociology based on the abandonment of umbilical ties that relegate the sociological field of the country to a secondary and, therefore, unimportant position on the proposition of “instruments of self-knowledge and development of national and regional structures”⁵ (Ramos, 1995, p. 107).

Ramos (1996) suggests specific measures to contest Brazil’s academic dependency: a) the removal of the “colonial mentality”⁶ and its effects at the level of culture, ideas, and politics; and b) the presentation of the historical and ideological foundations for the “new critical awareness of the Brazilian reality”. This awareness would be the foundation for an autonomous, authentic, dynamic, and less alienated sociology, free of “imperial shackles” and productive of theories adjusted to the demands of the national reality (Ramos, 1966), which would set the stage for the emergence of an “epistemic subject” or, as he would have it, of the “parenthetical man”. In this regard, Ramos argued for a type of “systematic training”, which could prepare citizens” to transcend, as far as possible, circumstantial factors that conspire against its free and autonomous expression” (Ramos, 1996, p. 11). Sociological culture is then a qualitative component of resistance against “the robotization of conduct due to organized social pressures” (Ramos, 1996, p. 11).

However, Ramos accuses the Brazilian tradition of presenting a “canned sociology” (Ramos, 1995, p. 120) and a “consular sociology” (Ramos, 1996, p. 127). In both *A cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo* and *A redução sociológica*, he asserts

5. This concern with epistemological colonialism and scientific autonomy appeared in other sociological fields of the Global South during the same period. We could mention Syed Hussein Alatas (1977), who undertook a similar discussion in Malaysia, Pablo Gonzalez Casanova (1969) in Mexico, and Anouar Abdel-Malek (1972) in Egypt – who, incidentally, was the one who provided the concept “Orientalism” for Edward Said.

6. The critique of the “colonial mentality” is close to the phenomenon of the “captive mind”, which Syed Hussein Alatas argued was persistent in peripheral scientific traditions. Regarding Alatas and Ramos, see: Maia (2011; 2014).

that Brazil was not producing sociologists capable of making a “sociological use of sociology”. With this diagnosis in the 1950s, Ramos claimed that conventional Brazilian sociologists had become accustomed to mechanically incorporating foreign production, sacrificing their critical sense for the prestige they could gain from the lay public by using concepts and techniques imported from abroad, where the “best sociology” was being produced, but which were not effective in dealing with historical obstacles in the nation (Ramos, 1966, p. 9).

It is worth noting that *A redução sociológica* is a work in which Ramos responds to criticisms he received at the 2nd Latin-American Congress of sociology in 1953, reformulating and expanding some of the proposals presented on that occasion. Amongst these was his position concerning methodological questions.

In the “Preface to the Second Edition”, Ramos asserts that many “leading figures of conventional sociology in the country” were unwilling to “adjust” foreign research techniques to the material conditions of Brazilian society, fearing that such adjustments could alter the methodological character of their contribution and hinder their theoretical work. Ramos (1996, p. 26) also criticizes the “provincial purism” that constitutes part of this national sociology and advocates that sociological work must always involve a modulation of scientific techniques and methods. Similarly, concepts and analytical models needed to be constantly adapted to situated realities and concretely underlie all authentic sociological inquiry – whose authenticity is measured by the degree to which it is linked to real problems of social life. The “authentic sociology” discussion had already been raised in “*Sociologia enlatada versus sociologia dinâmica*”, presented at that Congress.

Authentic sociology’s essence, directly and indirectly, reflects an intention of salvation and social reconstruction. It is grounded in an experience of the community lived by the sociologist, as a function of which it gains sense [...]. Whoever speaks of life speaks of questions. The essence of life is its incessant problematization. Therefore, to the extent that sociologist vitally practices their discipline, they are forcefully led to connect their thinking with their national and regional circumstances (Ramos, 1995, p. 79).

Ramos also criticized the so-called “consular sociology” in Brazil for being “Bovarist”, that is, distorting empirical reality, generating a significant error by perceiving an unbridgeable gap between the “world of the sociologists” and the “world of the layperson” (Ramos, 1996, p. 27). He grounded this analysis in a parallel between “conventional sociologists” and the “puritans” of grammar, who sought a linguistic vernacular for Portuguese in the 16th century, which was not only unachievable but also nonexistent. Ramos argues that the “hypercorrection in sociology” is a contra-

diction in terms “because there is very little sociology and a great deal of alienated and mystified consciousness”. Therefore, what puts us in a balanced relationship with “foreign colleagues is not the memorized knowledge of their output but rather a mastery of the reasoning that it implies, which allows sociologists to do different things in different circumstances without harming the scientific objective” (Ramos, 1996, p. 20).

As a counterpoint, Ramos advocated replacing “centripetism”, the purist attitude of importing Euro-North American theories, which he called the “literal and passive assimilation of imported scientific products” (Ramos, 1996, p. 68), with a “critical-assimilative” methodology. This would lead to a “sociological use of sociology”, the foundation of his sociological reduction. He developed the reduction method based on Husserl’s phenomenology and Gurvitch’s sociology of knowledge⁷. However, Ramos (1996, p. 35) warned that the idea of reduction is foreign to European intellectuals who did not experience the challenge of *decolonizing their sociological work*⁸. They did not need to deal with what Cheik Anta Diop (2012) once denounced as a *falsification of history*, namely, the fact that the history of peripheral societies has been written solely “from the European point of view” (Ramos, 1996, p. 49).

In this sense, *The sociological reduction* emerges as an anthropophagic method of “critical assimilation”, selective of the intellectual patrimony from overseas⁹. This method is a way of overcoming what he described as “mimetic imperialism” (Ramos, 1953) and giving visibility to “autonomous and authentic sociology” (Ramos, 1995). Reduction is not a mere transposition of knowledge from one social context to another but rather the *quintessence of sociological work*: a critical rereading of reality in its diverse situated expressions (Ramos, 1996).

Guerreiro Ramos underlines three senses of his “sociological reduction”:

- i.* as a method of “critical assimilation” of the situationally adjusted foreign production;
- ii.* as a “parenthetic” attitude, guided by a readjustment of our analytic perspectives, namely a capacity to put social facts “between brackets”, grounded in a systematic training of our perception, to perceive the world from another epistemic point of view; and
- iii.* as a form of sociological overcoming in its merely institutional and academic dimensions, which takes into account sociology’s potential as a science of *making and being made*, an unfinished project of “elab-

7. According to Ramos (1996, p. 35), “the sociological reduction, although permeated by the influence of Husserl, is divergent from an eidetic social science. What we take from Husserl is not so much the philosophical content of his method as a fragment of his terminology. Additionally, the idea of the sociological reduction as it is conceived of and presented here never occurred to Gurvitch. This idea is foreign to Gurvitch who does not experience the problem of the decolonization of sociological labor”.

8. “Sociological reduction” is something different from an eidetic science of the social. What we took from Husserl was less the philosophical content of his method than a fragment of his terminology. Moreover, the idea of sociological reduction as conceived and expounded in this book never crossed Gurvitch’s mind. This idea is foreign to Gurvitch, who did not experience the problem of decolonizing sociological work” (Ramos, 1996, p. 35).

9. The “critical-assimilative” methodological procedure is not against international theoretical influences, and therefore, it is not

possible to say that Guerreiro Ramos breaks radically with the epistemes of the Global North. He himself affirms that: "It is stupid to advocate for or condemn the importation of knowledge. All countries import science. What we are dealing with in this case is how to import it [...]; it is the replacement of the "hypercorrect attitude" when confronting such a product with the critical-assimilative attitude" (Ramos, 1996, p. 20).

orating a new knowledge" (Ramos, 1996, p. 11), whose elements are posed within a concrete society.

Ramos" proposal (1996) converges with the analytical procedures highlighted by Maia (2011) in that sociological reduction invites both conceptual critique from other sites of enunciation and the proposal of new analytic approaches for specific phenomena. Moreover, revisiting Ramos" work, especially his proposal of sociological reduction, can offer inventive contributions to the critical fortune of postcolonial epistemologies as it enters the realm of discussions on methodological challenges faced by sociological practices in peripheral contexts.

Adrián Scribano (2012) highlights that constructing a theoretical corpus involves integrating five ways of understanding society: epistemological, ontological, critical, theoretical, and methodological. While postcolonialism has emphasized the first four domains, little attention has been given to methodological questions. This suggests that sociology has not had much impact on "anti, post and decolonial" epistemologies and supports criticisms made by scholars such as Gurminder Bhambra (2007) and Julian Go (2016), who argue that Postcolonial Thought risks becoming another "missing revolution" for sociology.

Guerreiro Ramos does not relinquish the intellectual challenge of reflecting on methodological issues. In this sense, we highlight some elements of his "sociological reduction". Even if it is *inductive*, it is a systematically *methodical* approach to the extent that it apprehends social reality as it shows itself immediately to our inattentive eyes without evaluating its foundations and presuppositions, its conditions of possibility, and its connections of sense. Additionally, it is perspectivist and situated. As such, it *postulates a world* in which individuals and objects encounter one another in an infinite and complicated "web of references", within which they mutually constitute one another. Therefore, if we displace the analytic focus onto another perspective, both problems initially formulated and the objects analyzed cease to be exactly what they were. Due to this variability, a sociological problem cannot be understood as "disconnected from a determined context" (Ramos, 1996, p. 72). While presupposing *a collective support* (based on social experiences), which suggests that sociology, in a generic sense, is not an "act of individual insight", *The sociological reduction* is also grounded in a type of "material logic immanent to society", It is highly rigorous and developed in methodological terms, and makes use of historical knowledge, the systematic study of social facts, and scientifically grounded reasoning.

Lastly, the reduction constitutes a *critical-assimilative procedure* of foreign influences. This does not imply scientific "isolationism", nor the romantic exaltation of

local, regional, or national traditions, but rather be guided by the “aspiration to the universal” mediated by the force of local circumstances. It modulates the analytical method based on investigating real social problems from a specific society according to how they present themselves to us, without “distorting them” to better integrate them into foreign theories (Ramos, 1996, p. 73). Thus, Ramos seems to advocate for a certain flexibility of concepts and theory in light of empirical reality and the pragmatic interests of national sociology.

Critiquing the *philosophical fascisms* (Ramos, 1996, p. 13) that emerge in the chauvinist manner of staking a claim to methodological nationalisms, he distinguishes *science in act* from *science as a habit*. This latter one presupposes a fictitious imagination about the relationship between theory and practice in the field of intellectual work and therefore tends to “hypostasize” the sociological discipline, making it a highly privileged knowledge restricted to a few. In this sense, sociology would be ideological and informational, just another European legacy.

“Science in the act”, on the other hand, reflects a methodic and scientific attitude in the face of concrete reality. It bases its method on what it encounters in concrete reality, in the dynamics of lived experience. Its future and main goal is to stop being the knowledge of a few specialists and become practical knowledge for general citizens. In the “Preface to the Second Edition” of *A redução sociológica*, written around 1963, just prior to the civil-military coup in Brazil, Ramos (1996, p. 27) advocates for an ideal type of public and activist sociology as a horizon for research when criticizing scholastic, conventional sociology, “separated from the life world” and represented by other Brazilian sociologists. According to Ramos, “the vocation of sociology [in Brazil] is to become public knowledge. Sociology will volatize itself in the very global social process”.

These elements show us the strength of *The sociological reduction*, a sufficiently rigorous and creative research program that allows for the anthropophagic appropriation of social theories, concepts, intellectual experiences, and normative ideas produced in countries of the Global North. However, this always occurs within the construction of autonomous sociological knowledge, concerned with confronting concrete social problems to guarantee peripheral societies’ political and intellectual self-determination. Therefore, we understand that the “reduction” coincides with and complements more radical projects of decolonization of knowledge found in postcolonial epistemologies.

Final considerations

Rereading Brazilian Sociology implies revisiting diverse traditions – some well-established, others hidden – and taking a renewed look at them. Nevertheless, as we argued at the start, this is not to “fit” authors from the past into contemporary epistemological dynamics, nor would it be to attribute to them concerns that were not necessarily theirs. Both operations would be anachronistic equivocations. Even though Guerreiro Ramos mentions intellectuals such as Frantz Fanon, Cheikh Anta Diop, Aimé Césaire, and Abdoulaye Ly, amongst others, it is not our intention here to situate him as a postcolonial movement member, even more so because he makes use of categories that are criticized by these movements¹⁰. This does not prevent us from understanding him as an author with “postcolonial aspirations” and especially as a genuinely critical, anticolonial, anti-Eurocentric, and antiracist theorist who is a relevant theoretical reference for contemporary debates and who can contribute to the future development of postcolonial epistemologies in the global level.

10. There are various examples of it: “social evolution”, “modern history”, “development”, “universal man”, “human nature”, and “progress”, concepts of their time and place, and of the circumstances of the intellectual and political debate between the 1950s and 1970s.

We proposed in this article a possible (and more archeological) rereading of Guerreiro Ramos, suggesting that his contributions should be understood not only as an object of study for the history of ideas in Brazil but as a source of sophisticated, relevant, and up-to-date methods and theories. We argued that his idea of “reduction” could be understood as contributing to postcolonial epistemologies from Brazilian sociological theory. Ramos set out the fundamental preoccupations for the sociology of his time, proposing an innovative method of investigation to examine peripheral societies (which he named “semi-colonial”) and offering a critique of forms of domination, servitude, colonialism, and dependency. For Ramos, sociology is not mere philosophical speculation. Rather, it is an occupation that requires to “roll up your sleeves”, a *praxis* with practical and empirical consequences.

If postcolonial approaches have already established unavoidable questions for social theory and have provoked a necessary decentralization of its main intellectual traditions, we believe in the interlocution between such approaches and Brazilian sociology, considering that the latter can contribute to the advancement and deepening of this critical movement.

The proposal of possible rereadings of Brazilian sociological theory allows for the recuperation of the main contributions of this academic field, especially in terms of:

- i.* the importance assumed by the methodological dimensions of the social analysis, including as a way of overcoming the relations of epistemic dependency between North and South;

ii. the meeting of challenges that present themselves to an analysis of the “colonized subject”, which recuperates part of the European and American philosophical and sociological legacy; and lastly

iii. the emphasis on the variable, contradictory, and decentered character of the idea of “modernity”, understood as an invitation for new theorizations of a global reach, seeking the critical formation of new emancipatory horizons and political connections at the South-South level.

All these contributions suggest that, beyond simply opening the discipline’s canon, Brazilian sociology appears engaged, with all its specificities and limitations, in the decolonization movement of our disciplinary field.

References

ABDEL-MALEK, Anouar. *La dialectique sociale*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1972.

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.

_____. Academic dependency in the social sciences: reflections on India and Malaysia. *American Studies International*, v. 38, n. 2, p. 80-96, 2000.

_____. *Intellectuals in developing societies*. London: Frank Cass, 1977.

_____. The captive mind in development studies. *International Social Sciences Journal*, v. 24, n. 1, p. 9-25, 1972.

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the cannon*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey. *The dark side of modernity*. Cambridge, UK: Polity, 2013.

_____. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teoria social hoje*, p. 23-90. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

_____. América Latina e o giro decolonial. *RBCP*, v. 11, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Muryatan. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*, v. 18, p. 217-228, 2006.

BARIANI, Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica*. São Paulo: Editora USP, 2011.

_____. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. *Cronos*, v. 7, n. 1, p. 151-160, 2006.

BARRETI, Paula; LIMA, Márcia; LOPES, Andrea; SOTERO, Edilza. Entre o isolamento e a dispersão. A temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, p. 113-141, 2017.

BARRETO, Paula; RIOS, Flavia; NEVES, Paulo; SANTOS, Dyane. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, v. 94, p. 1-35, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 117-135, 2018.

BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

BHAMBRA, Gurinder K. Sociology, and postcolonialism: another “missing” revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871-884, 2007.

BORBA, Pedro; BENZAQUEN, Guilherme. Teoria crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. *RBCS*, v. 35, p. 1-17, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2013.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL JR., Antônio. Capitalismo dependente, todos os passos de um conceito. *Blog do Sociofilo*. 2017. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2017/08/03/capitalismodependente-todos-os-passos-de-um-conceito-de-florestan-fernandes-por-antonio-brasiljr/>>.

BRINGEL, Breno; LYNCH, Christian; MAIO, Marcos Chor. Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, v. 28, p. 9-13, 2015.

CASANOVA, Pablo González. *Sociología de la explotación*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (Orgs.) *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

CONNELL, Raewyn. The research on modernity in Latin America: lineages and dilemmas. *Current Sociology*, v. 1, p. 001139211880752, 2019.

_____. *Southern theory*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *RBCS*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COSTA, Sérgio. The research on modernity in Latin America: lineages and dilemmas. *Current Sociology*, v. 67, n. 6, p. 838-855, 2019.

DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Barcelona, ES: Belaterra, 2012.

DOMINGUES, José Maurício. *Emancipação e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Modernidade global e civilização contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. Beyond the centre: the third phase of modernity in a globally compared perspective. *European Journal of Social Theory*, v. 14, p. 517-535, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 1975.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGUÉL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência & Cultura*, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 347-363, 2012.

GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, p. 27-45, 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, v. 28, p. 47-58, 2015.

_____. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology* (Print), v. 62, p. 1097-1115, 2014.

_____. Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 5, p. 81-92, 2013.

_____. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 265-291, 2012.

_____. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

_____. Pensamento brasileiro e teoria social: normas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MCLENNAN, Gregor. Postsecular social theory: a new global debate. In: HAYDEN, Patrick; *El-Ojeili*, Chamsy (Eds.) *Globalization and utopia*, p. 82-100. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MELLUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MELO, Alfredo César B. Raça e modernidade em *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. *RBCS*, v. 35, n. 102, p. 1-16, 2020.

MENESES, Maria Paula. A questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir das práticas de luta? *Sociologias*, v. 18, n. 43, p. 176-206, 2016.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 557-577, 2003.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, p. 77-96, 2020.

_____. Encontros entre Paulo Freire e Amílcar Cabral: a crítica pós-colonial e decolonial em ato. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 201-221, 2018.

_____. As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial. *Latinidade*, v. 6, p. 17-34, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

MIGNOLO, Walter; TLOSTANOVA, Madina. Theorizing from the borders: shifting to geo- and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Teoria social e desafios epistemológicos na geopolítica do conhecimento. *RBHCS*, v. 12, n. 24, p. 448-476, 2020.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A redescoberta do Brasil nos anos 50: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (Orgs.) *Descobertas do Brasil*, p. 139-161. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

PATEL, Sujata. Social theory today: eurocentrism and decolonial theory. *MIDS Working Paper* n. 240, p. 3-29, dec. 2020.

_____. *The ISA Handbook of diverse sociological traditions*. Los Angeles, CA: Sage, 2010.

PYYTHNEN, Olli. *Simmel and the "social"*. Basingstoke, UK: Palgrave, Macmillan, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, n. 134, p. 549-556, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996 [1958].

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, p. 39-69, Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981.

_____. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1966.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. *O processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Estúdio de Artes Gráficas, 1953.

RANDERIA, Shalini. Entangled histories of uneven modernities: civil society, case councils, and legal pluralism in postcolonial India. In: HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (Orgs.) *Comparative and transnational history*, p. 77-104. New York: Berghahn Books, 2009.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2007.

REZENDE, Maria José. Guerreiro Ramos e a sociologia em “mangas de camisa”: uma proposta de intervenção nos processos de mudança social. *Cadernos Ceru*, v. 17, p. 33-51, 2006.

RIOS, Flavia. Améfrica Ladina: the conceptual legacy of Lélia Gonzalez (1935-1994). *Lasa Forum*, v. 50, p. 75-79, 2019.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Flávia (Orgs.) *Pensadores negros – pensadoras negras do século XIX e XX*, p. 387-402. Belo Horizonte: Traço Fino, 2016.

ROSA, Marcelo. Sociologias do Sul e ontoformatividade: questões de objeto e método. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS, Mário Augusto (Orgs.) *Rumos do sul: periferia e pensamento social*, p. 109-122. São Paulo: Alameda, 2018.

_____. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, p. 313-321, 2015.

_____. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. *Civitas*, v. 14, p. 43-65, 2014.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 1, p. 5-14, 2002.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso Latino-Americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*, p. 11-28. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCRIBANO, Adrián. *Teorías sociales del Sur*. Córdoba, AR: Universitas, 2012.

SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEIDMAN, Stephen. *Contested knowledge*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 1, p. 109-131, 2018.

_____. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960. *Análise Social*, v. 52, p. 804-826, Lisboa, 2017.

SIQUEIRA, Sandra Maria M. A análise de Vânia Bambirra acerca da opressão das mulheres latino-americanas no lastro da teoria marxista da dependência. *Germinal*, v. 12, p. 99-113, 2020.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017a.

_____. Para além de Bourdieu? Passos para uma teoria crítica da modernização. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe (Orgs.) *Dossiê Pierre Bourdieu*, p. 139-160. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017b.

_____. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora UnB, 2000.

TAVOLARO, Sérgio. Retratos não modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, v. 17, p. 115-141, 2017.

_____. *Cidadania e modernidade no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, p. 85-118, 2009.

THERBORN, Göran. Entangled modernities. *European Journal of Social Theory*, v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. Prefácio à tradução brasileira. In: _____. *Uma história filosófica da sociologia alemã* – v. 1, p. 1-25. São Paulo: Annablume, 2011.

YOUNG, Robert. *Postcolonialism*. Malden, MA: Blackwell, 2001.



Relendo a teoria sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonialⁱ

Recebido: 24.09.22
Aprovado: 14.02.23

Lucas Amaral de Oliveira (orcid.org/0000-0002-1272-4722),
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasilⁱⁱ.

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (orcid.org/0000-0001-9121-882X),
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasilⁱⁱⁱ.

Resumo: O artigo discute em que medida teorias sociológicas produzidas no campo acadêmico brasileiro dialogam com um movimento global de crítica à colonialidade e aos fundamentos eurocêntricos das ciências sociais. De início, tratamos dos desafios subjacentes às tentativas de definir os dois enquadramentos, sociologia brasileira e pensamento pós-colonial, sem ignorar suas heterogeneidades internas. Em seguida, analisamos as convergências e tensões entre esses campos como condições de possibilidade para agendas de pesquisa que aproximem ambos os aportes. Por fim, exploramos o potencial epistemológico de uma dessas agendas, que corresponde a uma releitura da tradição sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial. Esse exercício é feito a partir do projeto da “redução sociológica”, de Guerreiro Ramos, que indica uma via de mão dupla na interlocução entre sociologia brasileira e pensamento pós-colonial: um olhar descentrado sobre nossa tradição sociológica que revela contribuições dessa tradição para o futuro das epistemologias pós-coloniais.

Palavras-chave: Sociologia brasileira. Teorias pós-coloniais. Releitura. Guerreiro Ramos.

Rereading Brazilian sociological theory in light of postcolonial criticism

Abstract: *The article discusses to what extent sociological theories produced in the Brazilian academic field dialogue with a global intellectual movement that critiques coloniality and the Eurocentric foundations of the social sciences. Initially, we analyze the challenges regarding the attempts to define two theoretical approaches, Brazilian sociology and postcolonial thought, without overlooking their internal heterogeneities. Then, we address the tensions between these approaches as conditions for research agendas that bring both contributions into proximity. Finally, we explore the epistemological potential of one of these agendas, which corresponds to a rereading of Brazilian sociological theory in light of postcolonial criticism. This exercise is based on the program of “sociological reduction” of Guerreiro Ramos, which indicates a reciprocal interrogation between Brazilian Sociology and Postcolonial Thought, i.e., a decentered look at our sociological tradition that also reveals contributions from this tradition for the future of postcolonial epistemologies.*

Keywords: *Brazilian sociology. Postcolonial theories. “Rereading”. Guerreiro Ramos.*

i. Agradecemos aos(as) editores(as) da *Sociedade e Estado* e, em especial, aos(as) pareceristas pelas relevantes sugestões, que ajudaram a aperfeiçoar as hipóteses e os argumentos do artigo.

ii. Lucas Amaral de Oliveira é professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também coordena o PERIFÉRICAS – Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades. <lucasoliveira.ufba@gmail.com>.

iii. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves é doutora em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde integra o PERIFÉRICAS – Núcleo de Estudos

Introdução

em Teorias Sociais,
Modernidades e
Colonialidades.
<anarodrigues@ufba.
br>.

Neste artigo, discutimos em que medida teorias sociológicas produzidas no campo acadêmico brasileiro podem ser correlacionadas com um movimento intelectual mais amplo de crítica à colonialidade e aos pilares eurocêntricos das ciências sociais que vêm angariando espaço e atenção nas últimas décadas. É preciso, contudo, dizer de antemão que o esforço de pensar essas possíveis homologias e diálogos nos coloca diante de algumas dificuldades preliminares.

A primeira se refere ao desafio de lidar com duas abordagens teóricas que são complexas e heterogêneas, como é o caso da sociologia brasileira e dos aportes pós-coloniais, em suas diversas denominações e desdobramentos. Por um lado, não há uma única tradição na teoria sociológica brasileira, tampouco uma vertente específica, que tenha concentrado as contribuições do nosso campo acadêmico no questionamento dos fundamentos eurocêntricos da sociologia. Por outro lado, o próprio pós-colonialismo constitui um termo “guarda-chuva”, comportando múltiplas abordagens, acadêmicas e extra-acadêmicas. Assim, vale dizer que, nesta sistematização, consideramos ambas as abordagens a partir de uma perspectiva panorâmica, que abrange tanto as vertentes críticas da teoria social brasileira, sobretudo em relação ao eurocentrismo, à modernidade e ao colonialismo, como as diversas facetas assumidas pelos aportes pós-coloniais em seus desdobramentos contemporâneos.

O segundo desafio é o de considerar os dois enfoques em suas especificidades – contextuais, teóricas, metodológicas e epistemológicas –, sob o risco de cairmos em uma leitura homogeneizante que compreende toda interpretação crítica de um problema social como pós-colonial. Com isso, queremos evitar anacronismos ou adjetivações vagas que pouco dizem em termos analíticos sobre os aportes substanciais dos(as) autores(as) mencionados(as).

Tentamos enfrentar esse problema a partir de uma discussão sobre a pertinência de se considerar o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) enquanto autor com inspirações pós-coloniais, tendo em vista suas contribuições para uma crítica ao eurocentrismo acadêmico e à dependência intelectual (Alatas, 2000; 2003) e, particularmente, sua proposição de uma abordagem epistemológica e metodológica que buscou lidar com o desafio da apropriação de conceitos, teorias, métodos e técnicas desenvolvidas em outros contextos pela sociologia brasileira.

Na primeira parte do texto, tratamos dos desafios subjacentes às tentativas de definição dessas duas abordagens. Na segunda, abordamos as convergências e di-

vergências observadas entre a teoria sociológica brasileira e as teorias pós-coloniais que nos servem como expediente para refletir sobre as possíveis agendas de pesquisa que aproximem esses aportes. Na parte final do artigo, exploramos os predicados epistemológicos de uma dessas agendas, que corresponde à proposta de releitura da teoria sociológica brasileira à luz dos tensionamentos provocados pelo pensamento pós-colonial na teoria social contemporânea em nível global. Esse exercício é elaborado a partir da análise do potencial heurístico da *redução sociológica* de Guerreiro Ramos, concebida como método crítico-assimilativo de teorias sociais estrangeiras, cuja relevância pode apontar para uma via de mão dupla na relação entre sociologia brasileira e crítica pós-colonial, qual seja: um olhar descentrado sobre nossa própria tradição sociológica, que também pode implicar contribuições dessa tradição para o futuro das epistemologias pós-coloniais.

Considerações preliminares

A teoria sociológica se caracteriza, de um lado, pela ausência de consensos no que tange às suas dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas¹ (Alexander, 1999; Go, 2016; McLennan, 2010, Seidman, 1994); de outro, pela existência de uma pluralidade de escolas, correntes, abordagens e paradigmas que, por vezes, se entrecruzam (Connell, 2007; Giddens & Turner, 1999; Patel, 2010). Essa tendência não se mostrou diferente no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, que, pelo menos desde os anos 1940, vêm sendo atravessadas por intensos debates e pela constituição e concorrência interna entre campos de estudos específicos.

Mesmo se considerarmos a constituição interna de tais campos, cumpre observar que os mesmos não se fundamentam em interpretações unívocas ou em qualquer monolitismo teórico ou político. É o que atesta Lívio Sansone (2002) a respeito dos estudos étnico-raciais no Brasil, configurados, desde os anos 1930, como campo “denso de tensões, agendas, pontos de vistas, olhares e desejos” (Sansone, 2002, p. 7). Esse cenário torna-se mais complexo quando se observam disputas entre campos de pesquisa na explicação de fenômenos da sociedade brasileira, como é o caso da oposição entre estudos sobre classe e raça, que divergem quanto ao princípio explicativo acerca da estrutura e dinâmica das desigualdades no país (Barreto et al, 2020; Barreti et al., 2017; Souza, 2006). Esse debate adquire novas dimensões com a consolidação de perspectivas que acentuam o caráter estruturante e sobreposto dessas categorias, às quais se soma a categoria gênero (Rios & Sotero, 2019).

Essas discussões sintetizam o desafio de abordar, de modo mais abrangente, a sociologia brasileira, sobretudo no que se refere à análise das críticas à colonialidade

1. A diferença entre teoria social e teoria sociológica, às vezes, é considerada tênue. Por teoria social, entendemos o modo abstrato e metateórico da pesquisa nas ciências sociais (Go, 2016; Patel, 2020), pois, ao buscar esquemas mais gerais de análise, esquematiza, conceitua e explica as dinâmicas das interações, classificações, hierarquizações, reproduções e mudanças sociais. A teoria sociológica, por sua vez, é “menos geral e mais concreta, oferecendo uma reflexão sobre uma sociedade ou qualquer conjunto determinado de sociedades” (Vandenbergh, 2011, p. 19). Assim, enquanto a teoria sociológica tende a ser mais disciplinar e histórica, as proposições metateóricas e analíticas da teoria social se tornam pressupostos da teoria sociológica, que, por sua vez, informam a pesquisa empírica na sociologia.

e ao eurocentrismo. Como sugerimos na introdução, tais críticas não se concentram em uma única vertente teórica, pelo contrário, pode-se observar sua expressão em autores(as) que defendiam propostas epistemicamente divergentes para a sociologia nacional, como é o caso de Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, que protagonizaram um emblemático debate sobre as formas de conceber o “fazer-sociológico” nos anos 1950 (Bariani, 2006; Fernandes, 1977; Ramos, 1996). Por essa razão, nosso esforço de sistematização das comunalidades e diferenças teóricas entre a sociologia brasileira e as teorias pós-coloniais considera, de modo geral, as vertentes mais críticas da tradição sociológica no país no que tange à abordagem da persistência do colonialismo e do eurocentrismo na construção do conhecimento sociológico nacional.

A tradição pós-colonial tampouco é menos espinhosa. Há pelo menos duas acepções para o termo. A primeira diz respeito a uma condição histórico-política que remete ao período posterior aos processos “tardios” de descolonização em países do “Terceiro Mundo” – entre 1950 e 1970 (Ballestrin, 2013; Chakrabarty, 2000; Miglievich-Ribeiro, 2014; Meneses, 2016; Young, 2001). A segunda se refere ao conjunto de aportes teórico-metodológicos e epistemológicos que surgiram, na historiografia crítica e nos estudos culturais, a partir da década de 1970, com forte repercussão na Índia, nos Estados Unidos e na Inglaterra, com o objetivo de produzir um saber desvinculado do eurocentrismo, ainda que, por vezes, invocando correntes europeias, como o pós-estruturalismo, o desconstrutivismo e o marxismo (Ballestrin, 2013; Oliveira, 2020).

Sérgio Costa (2006) afirma que, a despeito das dessemelhanças teóricas que separam autores(as) tão díspares como Frantz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak, que se mostraram seminais para a teoria social na segunda metade do século XX, eles(as) partilham uma agenda intelectual e política comum: romper com o domínio da história única, sustentada por metanarrativas ocidentais; superar ideologias de progresso e modernização singulares; elaborar críticas às matrizes de dominação colonial e aos “processos civilizatórios” etnocêntricos; e desconstruir os essencialismos assentados em classe, raça, etnia, nação e gênero.

Na América Latina, essa postura pode ser observada nas discussões sobre a colonialidade, sobretudo dentro do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, do Grupo Modernidade/Colonialidade, cuja criação foi orientada pela preocupação em romper com o cânone eurocêntrico como meio de alcançar formas de conhecimento e organização social verdadeiramente descolonizadas (Oliveira, 2020). No entanto, Luciana Ballestrin (2013) e Joaze Bernardino-Costa (2018) atentam para o fato de que um dos problemas dos aportes decoloniais na América Latina tem sido a discussão “sobre” e “com” o Brasil, sendo significativo

o fato de não ter havido brasileiros(as) vinculados(as) a esses grupos, o que indica que a produção intelectual das ciências sociais brasileiras ficou “excluída” do “giro decolonial” (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007).

Desse modo, a abordagem das convergências e divergências notadas entre a sociologia brasileira e os aportes pós-coloniais constitui um primeiro passo em nosso intuito de analisar possibilidades de articulação entre tais enfoques. Neste esforço, o termo pós-colonialismo será considerado, aqui, do modo mais abrangente possível, envolvendo as diversas tendências e variações citadas, a despeito das especificidades e dessemelhanças observadas entre elas. Afinal, como afirmam Pedro Borba e Guilherme Benzaquen (2020, p. 2), “um diálogo construtivo não depende de uma delimitação rígida, mas antes do desvelamento de conexões pertinentes”.

Articulações entre sociologia brasileira e teorias pós-coloniais

A análise das condições de emergência de um discurso crítico à colonialidade e às bases eurocêntricas das ciências sociais, que ganha notoriedade em muitos países da periferia do capitalismo desde pelo menos os anos 1950, constitui um caminho profícuo para a discussão sobre convergências entre sociologia brasileira e aportes pós-coloniais. Não pretendemos reconstruir toda a história desse processo de descentramento teórico (Maia, 2011), mas localizar alguns marcos e certas condições sociais, econômicas, culturais e institucionais, entre os anos 1950 e 1970, que permitiram a emergência do debate em contextos periféricos.

As lutas pela descolonização em África e Ásia constituem fatores responsáveis por essa reorientação política e intelectual observada nos países da periferia do capitalismo. Ademais, como destacam Ballestrin (2017) e Meneses (2016), a Conferência de Bandung, em 1955, o Movimento dos Não-Alinhados, em 1961, e a Conferência Tricontinental em Cuba, em 1966, favoreceram o vislumbre de uma identidade geopolítica dos países do Terceiro Mundo, que buscavam conquistar melhor posição no cenário internacional, para além da polarização imposta pela Guerra Fria.

No Brasil, temos ainda uma mudança na política externa a partir dos anos 1960, com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, que passam a construir uma posição mais independente em relação aos países do Norte, ao mesmo tempo em que afirmam uma atitude anticolonialista e de solidariedade com países do Terceiro Mundo. Por exemplo, nos meses que ficou no poder, Quadros abriu embaixadas na África e concedeu bolsas a universitários africanos com financiamento do Itamaraty

(Silva, 2017). Mário Augusto Medeiros da Silva (2017) destaca a articulação entre intelectuais e militantes brasileiros(as) com ativistas anticoloniais da África lusófona naquele contexto, citando a fundação do Movimento Afro-Brasileiro pela Libertação de Angola (Mabla), em 1962, vinculado ao Movimento Pró-Libertação de Angola (MPLA), que construiu parcerias com o associativismo negro em São Paulo e no Rio de Janeiro, e também com intelectuais brasileiros(as), brancos(as) e negros(as).

O país passava no período por um intenso processo de industrialização – o “consenso das ciências sociais brasileiras” (Guimarães, 2002) –, o que favorecia uma atmosfera de mudanças, manifesta nos campos intelectual e político, e de busca de uma posição geopolítica menos subserviente no cenário global. Esses fatores contribuíram para a criação de projetos intelectuais que almejavam o desenvolvimento de uma sociologia autônoma e engajada com os problemas nacionais e os rumos do país. Tais condições permitem aproximações e convergências teórico-metodológicas entre intelectuais no Brasil com intelectuais de outros contextos periféricos.

O estatuto da sociologia em contextos periféricos

Poderíamos então dizer que uma primeira convergência entre sociologia brasileira e teorias pós-coloniais diz respeito à *preocupação teórica com o estatuto da sociologia em contextos periféricos*. Tal discussão é crucial para o debate pós-colonial e atravessa de modos variados o campo sociológico nacional. Observamos, na história da sociologia brasileira, um intenso debate sobre a tarefa de aplicar à realidade do país teorias sociais e ideais normativos produzidos no Atlântico Norte e, ao mesmo tempo, uma crítica aos fundamentos eurocêntricos que informam as ciências sociais.

É inegável a influência da sociologia euro-norte-americana na formação do campo sociológico brasileiro. Assim como em outros contextos periféricos, o cânone sociológico no Brasil constituiu-se, fundamentalmente, a partir de modelos europeus (sobretudo franceses e britânicos) e estadunidenses. Apesar disso, nota-se uma constante preocupação com o estatuto periférico da sociologia brasileira em diferentes momentos da história da disciplina.

Cabe mencionar o debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, nos anos 1950, em relação aos rumos possíveis da sociologia e da sociedade brasileira, em um momento de institucionalização das ciências sociais no Brasil (Bariani, 2006; Fernandes, 1977; Oliveira, 2001; Ramos, 1996). Esse debate, que teve início no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1953, segundo Bariani (2006), explicitou divergências com relação ao

modo de conceber o trabalho sociológico, suas preocupações teóricas, metodológicas e políticas, bem como as condições de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, que exprimiam diferentes projetos para o campo acadêmico e para a nação.

Nas propostas apresentadas no Congresso – e, posteriormente, nas obras *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, de 1954, e *A redução sociológica*, de 1958 –, Guerreiro Ramos criticou a transplantação de medidas adotadas nos países “desenvolvidos” para os problemas nacionais, cujas soluções deveriam ser buscadas nas condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais. Sobre as condições ideais da pesquisa científica, o sociólogo baiano acreditava que elas deveriam se adequar ao caráter “subdesenvolvido” da sociedade brasileira, priorizando a formulação de interpretações gerais sobre a estrutura social – em detrimento dos estudos sobre “minudências da vida social” –, capazes de orientar a implementação de políticas de caráter planificador, com vistas ao desenvolvimento da nação via industrialização (Bariani, 2006, p. 152; Oliveira, 1995; Ramos, 1996). Guerreiro Ramos, conferindo uma orientação salvacionista ao pensamento sociológico, acreditava que o ensino da sociologia – mesmo como disciplina escolar – constituiria o melhor “modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover a emancipação em relação ao colonialismo cultural” (Bariani, 2006, p. 154).

Florestan Fernandes, por sua vez, contrapõe-se a Guerreiro Ramos em sua análise sobre o padrão de trabalho científico que deveria ser adotado pela sociologia brasileira. Em texto publicado originalmente em 1958, “Padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, Fernandes destaca que o fazer-sociológico não deve se orientar pelo sistema de interesses e valores da nação, mas pelo sistema de normas e valores do saber científico; do contrário, não seria possível colocar a ciência a serviço da comunidade. A defesa da autonomia do campo científico é encarada pelo autor como forma de fazer frente a influências externas, que pesam sobre o sociólogo em diversos níveis, sobretudo em um contexto marcado pela persistência de relações arcaicas e autoritárias. Com isso, ele defende o rigor metodológico na condução da pesquisa sociológica – que não deveria ser subordinada às condições materiais de subdesenvolvimento da nação – e o caráter universal do conhecimento científico, passível de ser absorvido dos grandes centros acadêmicos. A incorporação dos estudos de comunidade – rejeitada por Guerreiro Ramos –, para Florestan Fernandes, permitiria apreender as variações do desenvolvimento interno, econômico e socio-cultural, que caracterizam as diversas regiões do país. Ou seja, a própria ciência deveria ser explorada como fator de desenvolvimento (Bariani, 2006; Fernandes, 1977).

Embora extrapole o escopo deste trabalho reconstruir as múltiplas significações e posteriores interpretações assumidas por esse debate, cabe destacar a centrali-

2. Cabe mencionar, nesse sentido, as críticas à teoria da modernização estadunidense encontradas na produção de Florestan Fernandes, nos anos 1960, quando o intelectual paulista desenvolve a noção de capitalismo dependente. Fernandes destaca o caráter ideológico de seu ideário progressista e coloca em xeque a necessária relação entre modernidade e democracia. Em sua análise, a vinculação entre modernidade e autocracia constitui a condição normal imposta pelo capitalismo dependente, e não uma falha nos processos de modernização que têm lugar na periferia do capitalismo. Longe de sugerir a mera retificação das teorias hegemônicas da modernidade, tais limitações teóricas e empíricas exigiram uma “rotação ótica” da sociologia e a formulação de novos instrumentos conceituais, capazes de abranger suas variações, bem como as condições internas e externas às sociedades que atuam sobre o caráter assumido pelos seus processos de modernização (Brasil Jr., 2017; Fernandes, 1975; 2006).

dade das preocupações dos dois autores com os rumos da sociologia no país, no momento de sua institucionalização e autonomização. Tais preocupações estavam voltadas tanto para a reflexão sobre a natureza das relações a serem estabelecidas com os centros de produção científica, quanto para os limites e as possibilidades do pensamento sociológico em promover o desenvolvimento do país.

Esses enfoques críticos convergem com um descentrado movimento intelectual transnacional que, desde os anos 1950, tensionava o estatuto eurocêntrico das ciências sociais praticada nos países do Atlântico Norte. Segundo João Marcelo Maia (2011), essa reflexão contribuiu para dois procedimentos analíticos observados tanto em nosso campo intelectual como em outros países da periferia. O primeiro se refere à “crítica conceitual”, elaborada a partir de outros lugares de enunciação; o segundo corresponde à refutação de teorias de médio alcance em virtude dos vieses de suas bases empíricas e da proposição de novas abordagens analíticas para fenômenos específicos. Esses procedimentos permitem vislumbrar outra convergência entre a sociologia brasileira e as epistemologias pós-coloniais, qual seja: a *crítica às teorias dominantes da modernidade*.

Crítica às teorias dominantes de “modernidade”

As críticas às teorias da modernização têm constituído um dos principais eixos do debate pós-colonial, empenhados em destacar a colonialidade como o lado obscuro da “modernidade” europeia, mas ainda assim constitutivo (Miglievich-Ribeiro, 2020; Mignolo, 2017; Quijano & Wallerstein, 1992; Segato, 2015). De modo similar, é possível observar o desenvolvimento de leituras críticas na teoria sociológica brasileira que procura romper com a perspectiva evolucionista e normativa das teorias hegemônicas da modernidade – que tomam a Europa como modelo universal, baseando-se em um dualismo metodológico entre a modernidade europeia e o caráter atrasado dos países periféricos.

Se tais críticas podem ser encontradas em nosso campo intelectual, pelo menos desde os anos 1950², é sobretudo a partir das últimas décadas do século XX que se observa a emergência de novas interpretações, voltadas, de um lado, à

i. construção de uma teoria crítica da modernidade brasileira, que afirma o caráter plenamente moderno da sociedade nacional, e de outro, ao

ii. desenvolvimento de uma teoria da modernidade verdadeiramente global.

Nessa medida, Jessé Souza (2000; 2006) procurou construir uma crítica da modernidade brasileira através de um reexame dos intérpretes clássicos da formação brasileira. Para Souza (2017a), a tradição ensaística no país constrói uma interpretação da modernidade brasileira forjada a partir de uma distorção da europeia, encarando-a como processo inautêntico desde a sua origem, tendo algo de “epidêmico” e pouco profundo. O autor arquiteta duas ofensivas: de um lado, contra uma tradição denominada por ele de “personalista”, representada por autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e outros; de outro, contra a tradição sociológica paulista constituída em torno de Florestan Fernandes, que se tornou dominante na segunda metade do século XX. Segundo Souza (2000; 2006), observa-se, em ambas as tradições, uma ênfase na persistência de elementos pré-modernos no processo de modernização da sociedade brasileira, que marcariam o seu caráter incompleto e a sua “especificidade” perante as sociedades plenamente modernas³.

Avesso a essas leituras, Souza (2000; 2006) atesta o caráter moderno da sociedade brasileira, cujo processo de modernização remontaria ao início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, o que teria favorecido a construção de instituições modernas (Estado e mercado). A partir daí, nota-se o gradativo abandono de critérios personalistas e patrimonialistas – típicos da dominação tradicional – e a absorção de critérios capitalistas de classificação social – como o mérito e o desempenho pessoal –, válidos mesmo para quem permaneceu à margem do mercado de trabalho formal, no contexto pós-abolição.

Em sua reinterpretação da modernização e constituição da sociedade de classes, Souza recorre ao modelo de estrutura social de Pierre Bourdieu (2013) para afirmar a condição moderna da sociedade brasileira – cuja estrutura pode ser compreendida mediante os mesmos conceitos aplicados às sociedades euro-norte-americanas – e recuperar transformações das principais classes e frações de classe que compõem o espaço social brasileiro.

Contudo, nessa reconstrução, Souza (2006) destaca que o processo de “modernização à brasileira” se caracterizou pela marginalização de uma parte significativa da população, denominada como “ralé estrutural”, destituída não somente das competências que permitiriam a sua inserção no mercado como produtor útil, mas também das pré-condições sociais, culturais, afetivas e emocionais que permitiriam sua incorporação. A marca distintiva da sociedade brasileira seria a formação de uma classe que se constitui mediante a incorporação de um *habitus precário* – marcado pela ausência das disposições econômicas e políticas, que constituem o sujeito produtivo e disciplinado estabelecendo um *habitus primário* (Souza, 2006, p. 168). Sua origem

3. Entre os teóricos da tradição personalista, esse caráter pré-moderno seria resultante de uma herança cultural vinculada ao personalismo e ao patrimonialismo, legada pelo passado colonial e pelo escravismo, o que impediria a modernização plena da sociedade nacional. Já Florestan Fernandes teria destacado a persistência de elementos arcaicos, estamentais, portanto pré-modernos na constituição de uma sociedade de classes, decorrente da forma como se deu a abolição e o desenvolvimento do capitalismo, marcados pela aguda marginalização da população negra.

histórica remonta à escravidão e à forma como se deu a constituição de uma sociedade moderna na periferia do capitalismo, em que as instituições modernas emergem como “artefatos prontos”, descolados de um longo processo cultural e moral capaz de universalizar uma lógica igualitária para o conjunto da população. Desse modo, Souza (2000) destaca o caráter *seletivo* assumido pela modernização brasileira.

Com essa interpretação, Souza (2006; 2017a) visa ir além da teorização proposta por Bourdieu, que coloca a generalização daquelas disposições mínimas (*habitus primário*) para o conjunto da população, tomando como exemplo o caso francês. Segundo Souza (2017a), tal generalização não ocorre na periferia do capitalismo, de modo que se faz necessário avançar na construção de novos instrumentos analíticos e de uma teoria crítica da modernização que apreenda formas materiais e simbólicas de dominação vigentes na atual fase do capitalismo, em países centrais e periféricos.

No entanto, o autor é criticado por reafirmar o caráter “peculiar” da modernidade brasileira, com a ideia de modernização seletiva, que destitui a experiência nacional de uma condição moderna plena. Essa crítica é feita por Sérgio Tavolaro (2009; 2011), por exemplo, que se situa entre os(as) teóricos(as) contemporâneos(as) interessados(as) em inserir a experiência da modernidade no Brasil em um contexto global e entrelaçado. Para tanto, Tavolaro se contrapõe ao que denomina de “discurso sociológico hegemônico da modernidade”, destacando suas limitações para apreender processos históricos e contingentes de modernização em todo o mundo.

Ao analisar a produção sociológica brasileira, clássica e contemporânea, Tavolaro (2011) afirma que, a despeito de diferenças entre seus enfoques teóricos, eles convergem para uma interpretação da modernidade no Brasil que não a coloca em pé de igualdade com as experiências vivenciadas nos países centrais. A chamada “sociologia da inautenticidade” abrangeria não somente a tradição do culturalismo atávico, de autores como Freyre e Buarque de Holanda, mas também a sociologia da dependência e o marxismo paulista, junto a suas interpretações sobre a modernidade periférica – como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros(as) (Tavolaro, 2017). Com isso, contribuiu-se para consolidar o binômio centro-periferia, no qual predomina a visão de que a modernidade brasileira permanece incompleta. Isto ocorre, segundo Tavolaro (2009), porque nossa experiência de modernidade é avaliada por um padrão externo, modelar. Além disso, em ambas as tradições, há a tendência de relegar a segundo plano as variações na sociabilidade que ocorreram historicamente e pressupor um padrão normativo que permaneceu praticamente intacto nos últimos dois séculos no Brasil.

Em sua crítica, Tavolaro (2011) propõe a “des-essencialização” da modernidade, que passa a ser vista como processo no qual surgem instituições historicamente contingentes. Sua análise apoia-se em duas noções-chave:

- i. o padrão de sociabilidade moderno; e,
- ii. a modernidade como processo tendencialmente global e descentrado de seu berço originário.

A primeira noção se ancora na crítica à episteme moderna – representada pelos clássicos sociológicos e, mais recentemente, por figuras como Parsons, Luhmann e Habermas –, que desconsidera variações em três pilares da experiência moderna: diferenciação/complexificação social; secularização da normatividade; e separação entre domínios públicos e privados. Essa episteme, reproduzida tanto pela sociologia clássica como pela tradição brasileira, projeta uma imagem invariável das sociedades centrais a partir desses pilares, relegando às “sociedades de modernização tardia” a condição de “arranjos modernos peculiares”.

Na contramão desse enquadramento, Tavolaro (2011) propõe a derivação da episteme moderna a partir das noções de *padrões variados de diferenciação social*, *padrões variados de secularização* e *padrões variados de separação entre o público e o privado*. Tal derivação permitiria apreender tanto as configurações assumidas pelas “sociedades modernas tardias” como as vivenciadas pelas “sociedades centrais”. Além disso, o autor defende a necessidade de se conceber tais padrões de sociabilidade modernos para além das fronteiras nacionais, destacando a ideia da modernidade como processo tendencialmente global. Ainda que as sociedades centrais possam ser encaradas como iniciadoras históricas do discurso da modernidade, elas não podem ser consideradas como propagadoras e disseminadoras exclusivas do tipo de sociabilidade moderna. Portanto, a própria pressuposição da existência de rotas coerentes, lineares e nacionais em direção à modernidade se torna problemática (Tavolaro, 2011).

A partir dessa breve síntese, é possível afirmar que a teoria sociológica brasileira, em sua vertente mais crítica, se aproxima de enfoques pós-coloniais na forma como problematiza e tensiona a episteme moderna. Entretanto, notam-se diferenças significativas na construção das críticas e na própria concepção de modernidade sustentada por tais enfoques. Por isso, é preciso nos debruçarmos sobre as diferenças e especificidades observadas entre a sociologia brasileira e as epistemologias pós-coloniais, a partir da sistematização e análise do que chamamos de “distanciamentos estratégicos”.

Distanciamentos estratégicos

Em seu balanço das pesquisas sobre modernidade na América Latina, Sérgio Costa (2019) destaca que a teoria sociológica brasileira contemporânea constitui uma resposta intermediária entre as interpretações dominantes da modernidade e o descentramento provocado pelos aportes pós-coloniais, como é o caso da teoria da colonialidade do poder proposta pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Segundo Costa (2019, p. 11), no caso das teorias pós e decoloniais, o descentramento é ainda mais radical, na medida em que a própria gênese do discurso da modernidade se torna geográfica e temporalmente descentrada. Ou seja, ela não remete à Europa ou à América Latina, tendo sido moldada, de forma entrelaçada, pelas relações de poder colonial entre a Europa e o “resto” do mundo.

A ênfase está no elo constitutivo entre modernidade e colonialidade, nas relações de poder e dominação que se ancoram na classificação racial e no tráfico de pessoas e bens que constituem o projeto moderno – ou seja, tais elementos não são considerados falhas e desvios, mas constitutivos do projeto moderno. Teóricos(as) como Walter Mignolo e Madina Tlostanova (2006), por exemplo, levam ao limite o processo de descolonização das relações sociais e da produção do conhecimento, propondo a radicalização da ruptura, seja com a ideia unívoca de modernidade, seja com o cânone euro-norte-americano. Já a sociologia brasileira, mesmo a sua vertente mais crítica, não rompe inteiramente com o “projeto moderno”. Em vez disso, muitos(as) teóricos(as) brasileiros(as) têm destacado os perigos do abandono total de concepções críticas da modernidade e de todo um legado teórico-metodológico que ajudaria a apreender os padrões de relações e sociabilidades coloniais em suas diversas manifestações.

É nesse sentido que observamos as críticas mais relevantes na teoria social brasileira às perspectivas pós e decoloniais. José Maurício Domingues (2013) talvez seja o maior exemplo dentro dessa seara, na medida em que traça uma análise sobre a modernidade na América Latina e os “riscos antimodernos” que sua rejeição inequívoca pode gerar. Por um lado, localizar na modernidade o ponto zero dos males de origem do continente se mostrou histórica e epistemicamente improdutivo; por outro, negativizar a modernidade como um todo, essencializada a partir do seu *dark side*, como propõe Mignolo (2017), resulta no elogio da “tradição nativa” e na nostalgia do “purismo autóctone”.

Ainda que a discussão sobre modernidades entrelaçadas (Randeria, 2009; Therborn, 2003) presuma uma negociação constante e, por vezes, conflituosa entre

diferentes contextos históricos que se cruzam, isso não acarretou o desmonte de teorias eurocêntricas e das relações de dependência epistêmica entre Norte-Sul. Domingues (2011) advoga, então, uma “terceira fase da modernidade” – mais descentrada, heterogênea e complexa que as anteriores –, defendendo a validade de uma Teoria Crítica contemporânea na produção de um diagnóstico do presente, que aponte saídas para o solapamento da democracia que os sistemas de dominação – capitalismo, patrimonialismo, patriarcalismo, racismo etc. – impuseram à periferia global.

O autor sinaliza elementos emancipatórios e o horizonte de expectativas que movimentos populares na América Latina têm trazido desde os anos 1980, principalmente aqueles de base étnica ou orientados pelas questões raciais, de gênero e ambientais. Para ele, teorizar nas periferias do capitalismo, como é o caso do Brasil, deve conduzir a mudanças nos conceitos e a uma perspectiva radical de modernidade (Domingues, 2011; 2018), levando em conta a própria dinâmica sociopolítica que tais sociedades demonstram. É necessário, portanto, que a sociologia brasileira, para além da mera descrição de problemáticas e estudos de casos locais, almeje teorizações gerais, com pretensões universalistas, colaborando com a sua parte para os processos futuros de emancipação no subcontinente, bem como no plano global.

Marcelo Maia (2009; 2013) também desferiu críticas importantes a paradigmas mais engessados das teorias pós-coloniais, alertando para os perigos de se adotar tais inflexões da mesma maneira como, na história da sociologia global, abraçou-se as metanarrativas europeias no século XIX. O autor defende que a tradição sociológica brasileira buscou pensar o país desde suas especificidades e, simultaneamente, constituiu um diálogo, ora de tensão, ora de afinidade, com a imaginação social de outros países da América Latina e da Europa. Assim, um caminho possível para suplantar a lógica desigual da geopolítica do pensamento, que espelha desigualdades globais a níveis econômico e social, é entender como as questões tratadas enquanto desenvolvimentos endógenos da nossa tradição intelectual podem ganhar em sentido e inteligibilidade quando situadas à luz de redes transnacionais periféricas de ação, atuação e cooperação.

Luciana Ballestrin (2013; 2017) também tem destacado os desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos dos enfoques pós-coloniais, levantado uma série de questões a esses aportes:

[...] é possível romper com a lógica da colonialidade da modernidade sem que abandonemos as contribuições do pensamento ocidental/europeu/iluminista [...] para a própria decolonização?

Será que o êxito da sua proposta depende de sua própria condição subalterna e periférica? Qual o limite da implosão sobre a base epistemológica das ciências sociais? Será que, ao enfatizar superações e ao negar as influências do pós-estruturalismo, pós-marxismo e pós-colonialismo, o grupo [modernidade/colonialidade] não estaria criando uma nova *hybris del punto cero*? Como lidar com a paternidade europeia das nossas instituições e pensamentos políticos? Como verificar empiricamente hoje o sujeito colonizado? Experiências consideradas decoloniais, como o novo constitucionalismo latino-americano andino, por exemplo, estariam então livres de contradições? [...] Como operacionalizar metodologicamente a análise das escalas, níveis, esferas que a colonialidade perpassa? (Ballestrin, 2013, p. 112).

Tais questionamentos nos conduzem à discussão sobre as principais divergências teóricas entre a linhagem crítica encontrada no campo intelectual brasileiro e uma vertente mais radical das discussões sobre pós e decolonialidade, em especial acerca da relação com o cânone sociológico euro-norte-americano. Nossa hipótese é que, na sociologia brasileira, parece haver, de um modo geral, maior disposição a dialogar criticamente com o cânone, mesmo que apontando seus limites,

- i.* seja porque reconhecem nele uma gramática que possibilita o diálogo entrecruzado;
- ii.* seja porque reivindicam a utilização de repertórios metodológicos considerados úteis para a análise dos fenômenos sociais; ou ainda
- iii.* porque defendem a existência de elementos de resistência e emancipação no imaginário moderno, com os quais não seria desejável romper integralmente.

Nossa reflexão revela como o diálogo entre uma vertente crítica da sociologia brasileira e as teorias pós-coloniais pode operar como via de mão dupla, marcada por contribuições recíprocas que possibilitam tanto avançar em aportes teóricos mais descentrados em relação ao cânone sociológico, quanto na construção de repertórios apropriados para a análise das mais diversas realidades locais. É a partir dessa hipótese que propomos um exercício de “releitura” de uma das principais obras de Guerreiro Ramos, *A redução sociológica*, de 1958, que nos permite destacar a recorrente preocupação de parte do nosso campo intelectual com questões teórico-metodológicas e respostas criativas ao desafio de lidar com a tradição sociológica hegemônica.

Uma releitura da “redução sociológica” de Guerreiro Ramos

Desde as primeiras décadas do século XX, a história intelectual e das ideias no país tem sido marcada por um imaginário modernista de inflexão crítica em relação a outras matrizes teóricas, o que exprime certa orientação antropofágica de apropriação seletiva de diferentes tradições no processo de criatividade intelectual (Santiago, 1978). O projeto da “redução sociológica” de Guerreiro Ramos (1996), ao nosso ver, exprime essa antropofagia no campo sociológico, na medida em que sistematiza o procedimento “crítico-assimilativo” de esquemas explicativos estrangeiros, sem anunciar a ruptura total com “teorias alienígenas” do Norte Global, ainda que modulando enquadramentos e técnicas às circunstâncias locais. Gostaríamos, então, de propor um exercício de “releitura” crítica desse autor, o que nos parece um caminho produtivo de aproximação entre uma tradição mais crítica da sociologia brasileira e as epistemologias pós-coloniais.

Já faz alguns anos que, no Brasil, agendas de pesquisa têm procurado destacar a relevância de intelectuais como “precursores(as)” de perspectivas pós-coloniais. Sob vieses distintos, pesquisadores(as) têm alçado a trajetória e a obra de Guerreiro Ramos como esforços vanguardistas de constituir um projeto teórico descentrado e uma agenda de pesquisa crítica ao eurocentrismo, pensando a sociologia a partir das idiosincrasias do contexto nacional (Barbosa, 2006; Bariani, 2011; Bringel, Lynch & Maio, 2015; Figueiredo & Grosfoguel, 2007; Filgueiras, 2012; Lynch, 2015; Maia, 2012; 2015; Oliveira, 1995; Rezende, 2006). Ao buscar a inserção dentro dessa fortuna crítica, nosso objetivo é evidenciar a proposta de redução sociológica de Guerreiro Ramos como alternativa teórico-metodológica para o incremento das epistemologias pós-coloniais. Tal discussão permite explorar a hipótese das “releituras” possíveis da sociologia brasileira.

Nosso argumento parte de uma constatação e de uma aposta. Acreditamos que “viradas” epistemológicas na teoria social contemporânea – como a pós-colonial – reformataram a maneira de analisar a nossa própria história intelectual. Dessa constatação, emerge uma aposta: programas de pesquisas como a “redução sociológica”, de Ramos, constituem procedimentos originais em termos metodológicos que podem ser retomados, cultivados e exercitados, não só na sociologia brasileira atual, mas na sociologia contemporânea em escala global.

Uma releitura de Guerreiro Ramos à luz da crítica pós-colonial ajuda-nos a enfrentar o que o autor chamou à época de “centripetismo”, que é a tendência de algumas tradições intelectuais periféricas de sempre voltar-se para fora – em especial, para os

centros hegemônicos – em busca de respostas prontas e modelares para a resolução de nossos problemas. Essa tendência, de acordo com a crítica do sociólogo baiano, não é algo que atinge somente o campo acadêmico; ela incide em todos os níveis de nossa vida, estabelecendo uma tensão entre os anacronismos do país, a potencialidade de suas “estruturas em geração” e as dificuldades de suscitar soluções efetivas:

Em termos superestruturais, essa tensão traduz um conflito de duas perspectivas, a do país velho e a do país novo, da mentalidade colonial ou reflexa e da mentalidade autenticamente nacional. No domínio das ciências sociais, essa tensão também se verifica. Até agora, considerável parcela de estudiosos se conduziu sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho científico. Sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países desenvolvidos. [...] À assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados, ter-se-á de opor a assimilação crítica desses produtos. Por isso, propõe-se aqui o termo redução sociológica para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica (Ramos, 1996, p. 68).

A “redução” de que fala Guerreiro Ramos exprime, entre outras coisas, uma preocupação em refletir sistematicamente sobre os pressupostos históricos, teóricos e ideológicos que conformam as ciências sociais. Já em *O negro na sociologia brasileira*, publicado originalmente em 1954, o autor destaca o viés ideológico – para ele, imperialista, colonialista e etnocêntrico – de conceitos fundamentais da sociologia e da antropologia europeia e norte-americana, tais como o de “aculturação” e de “mudança social”, os quais constituiriam uma “racionalização ou despistamento da espoliação colonial” (Ramos, 1981, p. 3).

À medida que esses e outros conceitos – como o de estrutura social – são apropriados de modo acrítico por estudiosos provenientes de países periféricos, a partir de um processo mimético, eles passam a atuar como um “poderoso fator de alienação”, contribuindo para a consolidação de uma “concepção quietista de sociedade”, que favorece a “ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos” (Ramos, 1981, p. 3). É interessante notar que embora Ramos proponha, nesse texto, um balanço dos estudos sobre o negro no Brasil, a crítica direcionada a diversos autores brasileiros se orienta não tanto pela concepção de raça por eles adotada – racista e, de todo modo, datada do ponto de vista científico –, mas pela atitude assumida frente ao repertório teórico estrangeiro. Portanto, é possível observar nessa crítica um esboço do que seria a sua proposta de redução sociológica como uma atitude crítico-assimilativa e uma preocupação metodológica, consideradas fundamentais para assegurar o fazer-sociológico em contextos periféricos.

Nesse sentido, acreditamos que Ramos converge com os enfoques pós-coloniais em sua crítica ao viés colonial inerente às teorias sociológicas hegemônicas. No entanto, ao nosso ver, o sociólogo baiano avança na tentativa de propor alternativas teórico-metodológicas para lidar com esse legado, respondendo a um anseio que marca o campo acadêmico nacional da época, e que ainda pode ser sentido nas críticas de teóricos(as) brasileiros(as) contemporâneos(as) endereçadas aos enfoques pós-coloniais, conforme discutido na seção anterior. Segundo Ramos (1996), a redução sociológica, seja ela praticada no domínio teórico-compreensivo, seja no domínio das operações empíricas, consiste na eliminação de tudo aquilo que, por seu caráter ideológico, acessório ou secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um fato social.

Em termos epistemológicos, recuperar a “redução” é investir em um enquadramento que, de um lado, reflete um olhar descentrado sobre a teoria sociológica brasileira e, de outro, pode implicar contribuições da sociologia crítica brasileira para o futuro da crítica pós-colonial. Contudo, antes de avançar nessa discussão, vale elucidar em que consiste a noção de “releitura” e suas possibilidades.

Três tipos de releituras possíveis

A ideia de “releitura” deve ser compreendida como uma categoria analítica. Rer pressupõe retrospecto; implica ler de modo diferente, deslocado, heterotópico. Não se trata de “redefinir” certa tradição histórica a partir de seus fundamentos – com autores(as), ideias, projetos, contextos, disputas –, enquadrando-os em movimentos contemporâneos, de modo atemporal, como se esse conjunto de fatores anunciasse, profeticamente, o futuro; ou como se expressasse antecipações vanguardistas de novas descobertas epistemológicas. Por “releitura” sociológica compreendemos um deslocamento e um descentramento epistêmico, um novo prisma através do qual a tradição sociológica no Brasil pode ser redescoberta, reavaliada e ressignificada de modo crítico – afinal, foi este o principal tensionamento que paradigmas pós-coloniais exerceram sobre a sociologia nacional.

Tal tensionamento implica descobrir novas inflexões dentro da mesma tradição; mas também fora dela. A perspectiva analítica da “releitura” que estamos propondo – que retorna e retoma o passado em suas sinuosidades, reapropriando-se criticamente dele – é diferente, agregadora, mas apta a praticar os “corretivos necessários” na tradição (Alatas & Sinha, 2017; Connell, 2007), que tende a ser negligente em razão de suas determinações históricas. Ao seguir esse raciocínio, podemos localizar três conjuntos importantes de releituras possíveis na teoria social.

O primeiro tipo de releitura constitui um procedimento de *resgate analítico para a realização de corretivos temporais necessários*, capazes de deslindar elementos da tradição sobre os quais, a seu tempo, pouco ou nada foi dito. Esse procedimento é análogo ao que Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha (2017) empreenderam em relação aos clássicos sociológicos europeus (Marx, Weber e Durkheim). Alatas e Sinha demonstram as qualidades metodológicas atemporais dos clássicos – que permanecem úteis, a despeito de diferentes contextos locais – e, paralelamente, acusam seus limites conceituais, metodológicos, políticos e ideológicos, à vista de novos deslocamentos possibilitados pelas viradas epistemológicas da teoria social. No caso brasileiro, um exemplo seria a crítica ao racismo culturalista inerente às interpretações da geração de ensaístas de 1930 – conforme destaca Jessé Souza (2017b) acerca dos conceitos de *cordialidade* e *patrimonialismo* elaborados por Sérgio Buarque de Holanda. Mesmo Caio Prado Jr., que parte do paradigma materialista, é criticado pelo racismo cultural constitutivo de sua proposta de modernização do país, ancorada na elevação dos padrões culturais (“*aggiornamento*”) de nossas matrizes coloniais – ameríndia e africana (Melo, 2019).

O segundo tipo possibilita *redescobrir intelectuais que foram marginalizados(as) pela produção hegemônica do conhecimento no país*, ou que habitaram tradições silenciadas, não reconhecidas ou esquecidas. Os exemplos são muitos: Alex Ratts (2007) com Beatriz Nascimento; Érika Mesquita (2003) e a sociologia da *praxis* de Clóvis Moura; Sandra Siqueira (2020) ao analisar o ostracismo de teóricas da “corrente radical” da Teoria da Dependência, como Vânia Bambilra; e Flávia Rios (2019) com a trajetória de Lélia Gonzalez.

Uma terceira forma possível de releitura é a que estamos propondo neste artigo, que implica *desenterrar elementos e vieses desde dentro das frestas da história intelectual e das ideias sociológicas no Brasil*. Trata-se de reorientar o foco para questões que foram deixadas em segundo plano ou então interpretadas como contingentes, quando comparadas ao que foi, de fato, valorizado epistemologicamente à época. Trata-se, para dizer de outra maneira, de resgatar autores(as), conceitos e projetos teórico-metodológicos do limbo intelectual e da secundariedade a que eventualmente foram jogados, conferindo-lhes maior relevância e reconhecimento⁴, o que favorece uma agenda de ampliação do cânone das ciências sociais (Alatas & Sinha, 2017). Exemplos são os reexames críticos que Mário Augusto Medeiros da Silva (2018) empreende de sociólogos(as) e intelectuais negros(as) em São Paulo entre os anos 1950 e 1970, como Virginia Bicudo, Eduardo de Oliveira e Oliveira, dentre outros(as); que Muryatan Barbosa (2006) faz ao reler a ideia de “personalismo negro” de Guerreiro Ramos a partir de seu ativismo no Teatro Experimental do Negro, e em debate com teóricos da negritude; e que Adélia Miglievich-Ribeiro

4. Contudo, diferentemente da linha “presentista” (Pyythnen, 2010), a releitura que estamos propondo neste trabalho não retoma “os clássicos” da sociologia para atualizá-los em vista de problemas e temas hodiernos, mas retira aqueles(as) que foram desvalorizados pela tradição de seu papel secundário, requalificando suas contribuições à luz de novas possibilidades teóricas e metodológicas abertas pelas viradas epistêmicas na teoria social contemporânea.

(2014; 2018) faz ao retomar Darcy Ribeiro e Paulo Freire a partir de suas relações com intelectuais de outros países latino-americanos e africanos.

Essas três modulações possíveis de “releitura” nos levam a sistematizar tanto o impacto de enfoques pós-coloniais sobre o campo sociológico no Brasil, pensado retrospectivamente, quanto os influxos que a sociologia no país, revista desde uma visada transnacional e “desprovincializada”, pode exercer sobre as abordagens pós-coloniais. Se as “releituras” têm sido possíveis graças a tensionamentos trazidos por “viradas” contemporâneas na teoria social, especialmente pelas epistemologias pós-coloniais, ao mesmo tempo, essas “releituras” de tradições sociológicas como a brasileira – em sua vertente mais crítica – podem oferecer contribuições relevantes para os aportes pós-coloniais. Para avançar nesse argumento, propomos o exercício de releitura do “diagnóstico do contexto intelectual” e as propostas teórico-metodológicas, presentes em *A redução sociológica*, de Guerreiro Ramos, de 1958.

A redução sociológica contra a mentalidade colonial

Conforme aventado anteriormente, Guerreiro Ramos percebia, no trabalho sociológico no Brasil dos anos 1940 e 1950, um reflexo de “dependência acadêmica e intelectual”, representado na forma de “alienação” científica e de “servidão conceitual” – tema que será desenvolvido em *Mito e verdade da revolução brasileira* (Ramos, 1963). O autor acusava parte da sociologia nacional de sua época de fazer uso impreciso da produção estrangeira, “alienígena”, aplicada ao Brasil de modo mecânico, servil, automático, sem atentar para os “pressupostos históricos e ideológicos do trabalho científico” num país na periferia do capitalismo (Ramos, 1996, p. 68).

De um lado, há uma crítica ácida voltada à altivez de alguns autores que computam a tradição sociológica no Brasil, segundo ele, expressão ambígua de um *vira-latismo* que reflete a “condição de copista e repetidor” da elite intelectual nacional em relação a hábitos europeus (Ramos, 1996, p. 106). De outro, uma apreensão com a “dependência acadêmica” e os desafios para a produção de uma sociologia autônoma, pautados no abandono dos laços umbilicais que tornam o campo sociológico do país secundário e, portanto, inexpressivo em relação à proposição de “instrumentos de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais”⁵ (Ramos, 1995, p. 107).

Guerreiro Ramos (1996) propõe algumas empreitadas para combater nossa dependência acadêmica: a liquidação da “mentalidade colonial”⁶ e seus efeitos no plano da cultura, das ideias e da política; e a apresentação de seus fundamentos históri-

5. Cumpre destacar que a preocupação com a autonomia científica figurava em outros campos sociológicos do Sul Global da época, a exemplo de Alatas (1977) na Malásia, Casanova (1969) no México, e Abdel-Malek (1972) no Egito.

6. A crítica à “mentalidade colonial” se aproxima do fenômeno da “mente cativa”, que Alatas acusava ser persistente em tradições científicas periféricas. Sobre Alatas e Ramos, ver: Maia (2011; 2014).

cos e ideológicos para a reivindicação e aquisição de uma “nova consciência crítica da realidade brasileira”, capaz de lidar com seus reveses estruturais e estruturantes. Essa consciência embasaria uma sociologia autônoma, autêntica, menos alienada, livre dos “grilhões imperiais”, produtora de teorias e métodos mais ajustados às demandas da realidade nacional (Ramos, 1966), pavimentando o caminho para a emergência de um “sujeito epistêmico” ou do que Ramos denominava “homem parentético”. Sobre a consciência crítica e parentética, Ramos defendia um tipo de “readestramento” ou “treino sistemático” do olhar que pudesse habilitar os cidadãos “a transcender [...] condicionantes circunstanciais que conspiram contra sua expressão livre e autônoma” (Ramos, 1996, p. 11), levando-nos a uma maior disposição para entender, enquadrar e analisar os problemas nacionais em busca de soluções efetivas. A “cultura sociológica” despontaria, nesse contexto, como componente qualitativo de resistência contra “a robotização da conduta pelas pressões sociais organizadas” (Ramos, 1996, p. 11).

Contudo, na contramão desse processo, o autor acusava nossa tradição de figurar uma “sociologia enlatada” (Ramos, 1995, p. 120) e uma “sociologia consular” (Ramos, 1996, p. 127). Tanto em *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo* como em *A redução sociológica*, o intelectual baiano afirma que, no Brasil, não se formavam quadros de sociólogos(as) capazes de fazer um “uso sociológico da sociologia”. Com tal diagnóstico, nos anos 1950, Ramos afirma que o sociólogo brasileiro convencional habituou-se a incorporar a produção estrangeira de modo mecânico, sacrificando seu senso crítico pelo prestígio que poderia angariar perante o público leigo em razão do emprego de conceitos e técnicas importadas – de onde se produz a “melhor sociologia” –, mas que não se mostravam eficazes diante dos obstáculos históricos na nação (Ramos, 1966, p. 9).

Cumprir observar que *A redução sociológica* é uma obra em que Ramos responde às críticas feitas a ele no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em 1953, reformulando e aprofundando algumas das propostas apresentadas naquela ocasião, dentre elas o seu próprio posicionamento com relação a demandas metodológicas – o que permite destacar, novamente, a constante preocupação do campo sociológico brasileiro com a questão do método.

No “Prefácio à Segunda Edição” de *A redução sociológica*, Guerreiro Ramos afirma que muitos “expoentes da sociologia convencional no país” recusavam-se a “ajustar” técnicas estrangeiras de pesquisa às condições materiais da sociedade brasileira, temendo que pudessem alterar o teor metodológico da contribuição e dificultar o trabalho teórico. Ramos (1996, p. 26) também ataca o “purismo provinciano” que constituiria parte dessa sociologia nacional, advogando que o fazer-sociológico pre-

cisa implicar, sempre, uma modulação de técnicas e métodos científicos, bem como de conceitos e modelos analíticos, que devem ser adaptados a realidades situadas e consubstanciais a toda indagação sociológica autêntica – cuja autenticidade se mede em razão do grau de vinculação que têm com os problemas reais da vida social. A discussão sobre “sociologia autêntica” já havia sido aventada em “Sociologia Enlatada *versus* Sociologia Dinâmica”, apresentado naquele Congresso:

A essência de sociologia autêntica é, direta e indiretamente, um propósito salvador de reconstrução social. Por isso, inspira-se ela em uma experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. [...] Quem diz vida diz problema. A essência da vida é sua problematicidade incessante. Daí que na medida em que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento com a sua circunstância nacional ou regional (Ramos, 1995, p. 79).

Ele também acusava a chamada “sociologia consular” do país de ser “bovarista”, ou seja, de deturpar a realidade empírica para que coubesse no enquadramento teórico-metodológico importado, incorrendo em grande falácia ao vislumbrar uma distância intransponível entre o “mundo dos sociólogos” e o “mundo dos leigos” (Ramos, 1996, p. 27). Para tanto, ele faz uma analogia dos “sociólogos convencionais” com os “puritanos” em matéria de gramática, que buscavam uma vernaculidade linguística do português do século XVI não só inalcançável como inexistente. Guerreiro diz que a “hipercorreção em sociologia” é uma contradição em termos, “porque há muito pouco de sociologia e muito de consciência mistificada e alienada”. O que nos coloca em simetria em relação a

colegas estrangeiros não é o conhecimento decorado de suas produções, mas sim o domínio do raciocínio que implicam, e que habilita os sociólogos a fazer coisas diferentes em circunstâncias diferentes, [...] sem prejuízo da objetividade científica (Ramos, 1996, p. 20).

Como contraponto, Ramos advogava uma substituição do “centripetismo”, que é a atitude purista de importação de teorias euro-norte-americanas – que ele chamava de “assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados” (Ramos, 1996, p. 68) –, por uma atitude “crítico-assimilativa”. Isso conduziria ao “uso sociológico da sociologia”⁷, alicerces da redução sociológica. Ele constrói o método da redução a partir da fenomenologia de Husserl e da sociologia do conhecimento de Gurwitsch. Alerta, contudo, que a ideia de redução é estranha aos intelectuais europeus, uma vez que eles não viveram o desafio da “descolonialização do labor sociológico”⁸ (Ramos, 1996, p. 35), portanto, não precisam lidar com aquilo que Cheik Anta Diop (2012) denunciou, certa feita, como sendo um processo de *falsificação da história*,

7. Décadas depois, essa questão aparecerá no centro da análise de sociólogos(as) preocupados(as) com a reflexividade na sociologia, como Alberto Melucci (2005) e Pierre Bourdieu (2012), que enfatizaram a necessidade de conhecer os pressupostos do conhecimento sociológico, bem como os efeitos sociais que pesam sobre a produção desse conhecimento.

8. A redução sociológica “é algo diverso de uma ciência eidética do social. O que tomamos de Husserl foi menos o conteúdo filosófico do seu método do que um fragmento de sua terminologia. Além disso, jamais passou pela cabeça de Gurwitsch a ideia da redução sociológica como concebida e exposta neste livro. Essa ideia é estranha a Gurwitsch, que não vive o problema da descolonialização do trabalho sociológico” (Ramos, 1996, p. 35).

que reflete o fato de que a história de sociedades periféricas tem sido escrita apenas “do ponto de vista europeu” (Ramos, 1996, p. 49).

É nesse sentido que a redução emerge como um método de “assimilação crítica”, seletiva e antropofágica do patrimônio sociológico que vem de fora⁹. Esse método é um caminho de superação do que acusava de “imperialismo mimético” (Ramos, 1953) e, com efeito, de viabilização da “sociologia autônoma e autêntica” (Ramos, 1995). Redução, portanto, não é a mera transposição de conhecimentos de um contexto social e histórico a outro; mas a própria quintessência do fazer-sociológico: uma revisão crítica do real em suas várias expressões situadas (Ramos, 1996).

9. O procedimento “crítico-assimilativo” não é avesso às influências teóricas internacionais e, por isso, não é possível dizer que Guerreiro Ramos rompa, radicalmente, com as epistemes do Norte Global. Ele mesmo diz: “É esdrúxulo advogar ou condenar a importação de conhecimentos. Todos os países são importadores de ciência. O que se trata – no caso – é de como importar [...]; é a substituição da ‘atitude hipercorreta’ em face de tal produto pela atitude crítica-assimilativa” (Ramos, 1996, p. 20).

Guerreiro Ramos salienta três sentidos de sua “redução sociológica”:

i. é um método de “assimilação crítica” da produção estrangeira ajustada situacionalmente;

ii. é uma atitude “parentética”, orientada por um reajuste das nossas perspectivas analíticas, ou seja, uma disposição para “pôr entre parênteses” os fatos sociais em busca dos problemas essenciais, descolando-os dos possíveis vieses ideológicos de nossas lentes teóricas e conceituais, a partir de um treino sistemático do olhar – o que permitiria perceber o mundo a partir de outra posição epistêmica;

iii. é um caminho de superação sociológica em sua dimensão institucional e meramente academicista, que leva em conta o potencial da sociologia como ciência *do fazer e por se fazer*, projeto inacabado de “elaboração de um novo saber” (Ramos, 1996, p. 11), cujos elementos estão postos no social concreto.

A proposta de Ramos (1996) converge com os procedimentos analíticos destacados por Maia (2011), na medida em que a redução sociológica convida tanto à crítica conceitual a partir de outros lugares de enunciação quanto à proposição de novas abordagens analíticas para fenômenos específicos. Ademais, a releitura de sua obra – em especial, de sua proposta de redução sociológica – pode render contribuições inventivas à fortuna crítica das epistemologias pós-coloniais, na medida em que adentra a seara das discussões sobre os desafios metodológicos colocados ao fazer-sociológico em contextos periféricos.

Adrián Scribano (2012) salienta que a construção de um *corpus* teórico envolve o cruzamento de cinco formas de apreensão do social: o epistemológico, o ontológico, o crítico, o teórico e o metodológico. Segundo o sociólogo argentino, os aportes

pós-coloniais dão ênfase sobretudo aos quatro primeiros domínios, mas pouca sistematização tem sido produzida a respeito de questões metodológicas. Talvez esse seja um indício de que a sociologia não tem tido muito impacto nas epistemologias “anti, pós e decoloniais”, o que nos leva a concordar com algumas críticas levantadas por Gurminder Bhambra (2007) e Julian Go (2016), para quem o pensamento pós-colonial periga ser mais uma “revolução perdida” da sociologia.

Guerreiro Ramos não foge ao desafio intelectual de refletir sobre questões metodológicas. Nesse sentido, destacamos alguns elementos da sua “redução sociológica”. É uma atitude, ainda que *indutiva*, sistematicamente metódica, na medida em que se exime de apreender a realidade social da forma como ela se mostra imediatamente aos nossos olhos, sem que sejam avaliados os seus fundamentos e pressupostos teóricos, ideológicos e estruturais, as suas condições de possibilidades e as suas conexões de sentido. É, também, *perspectivista* e situada, porquanto *postula uma noção de mundo* em que indivíduos e objetos se encontram em uma infinita e complicada “trama de referências”, a partir da qual eles mutuamente se constituem – logo, se deslocarmos o foco analítico para outra perspectiva, tanto os problemas formulados inicialmente como os objetos analisados deixam de ser o que eram. Em decorrência dessa variabilidade, um problema sociológico não pode ser enfrentado como “desligado de um contexto historicamente determinado”. A redução sociológica, mesmo pressupondo *um suporte coletivo* (as vivências populares e a experiência da formação nacional) – o que sugere que a sociologia, em sentido genérico, não é um “ato de lucidez individual”, mas fundamenta-se em uma espécie de “lógica material imanente à sociedade” –, é *altamente rigorosa e elaborada* em termos metodológicos, apropriando-se do conhecimento histórico, do estudo sistemático dos fatos sociais e do raciocínio cientificamente embasado.

Por fim, a redução constitui um *procedimento crítico-assimilativo* e *seletivo* de influências estrangeiras, o que não implica “isolacionismo” científico e desconexão com o que é produzido a nível global, tampouco exaltação romântica de tradições endógenas. Pelo contrário: orienta-se pela “aspiração ao universal” mediatizada pela força das circunstâncias locais, regionais e nacionais, modulando o método analítico a partir do tensionamento dos problemas reais à medida que esses problemas nos são oferecidos, sem “deformá-los” para que melhor se enquadrem ao repertório teórico adotado. Desse modo, Ramos parece advogar por certa flexibilidade dos conceitos e da própria teoria à luz da realidade empírica e dos interesses pragmáticos da sociologia nacional.

Ao criticar os *fascismos filosóficos* (Ramos, 1996, p. 13), que emergem no modo chauvinista de reivindicar nacionalismos metodológicos, ele distinguia *ciência em*

ato de ciência em hábito. Esta última pressupõe uma imaginação fictícia acerca das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho intelectual, e por isso mesmo tende a “hipostasiar” a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado e restrito a poucos(as). Nesse sentido, a sociologia seria ideológica e informacional, mais um legado europeu.

Já a “ciência sociológica em ato” refletiria uma atitude metódica diante da realidade concreta. Em virtude de seu lastro social, a “sociologia em ato” erige seu método e modula seus conceitos a partir do que encontra na realidade, na dinâmica das vivências. Por isso, seu futuro é deixar de ser conhecimento de especialistas, para tornar-se conhecimento prático dos cidadãos e cidadãs. No “Prefácio à Segunda Edição” de *A redução sociológica*, escrito em meados de 1963, Ramos (1996, p. 27) preconiza um tipo-ideal de sociologia pública e militante como horizonte de expectativa. Segundo ele, “a vocação da sociologia [no Brasil], aliás, é tornar-se um saber vulgarizado. A sociologia se volatizará no próprio processo social global”.

Esses elementos nos mostram o virtuosismo da redução sociológica, um programa de pesquisa rigoroso e criativo que permite a apropriação antropofágica de teorias sociais, de conceitos, de experiências intelectuais e de ideais normativos produzidos nos países do Norte Global, mas sempre orientada para a construção de um conhecimento sociológico autônomo, autoconsciente, reflexivo, crítico e preocupado com o enfrentamento de problemas sociais concretos, com vistas à conquista da autodeterminação política e intelectual de sociedades periféricas. Portanto, entendemos que a “redução” converge e complementa projetos mais radicais de descolonização do saber encontrados nas epistemologias pós-coloniais.

Considerações finais

Rer ler a sociologia brasileira implica revisitar diversas tradições – algumas consolidadas, outras veladas – e lançar olhares renovados sobre elas. Contudo, conforme argumentamos no início deste texto, não se trata de operar um “reencaixe” de autores(as) do passado em dinâmicas epistemológicas contemporâneas; tampouco de atribuir a eles(as) preocupações que não eram suas. Ambas as operações constituiriam deslizos anacrônicos. Assim, ainda que Guerreiro Ramos mencione em seus trabalhos intelectuais como Frantz Fanon, Cheik Anta Diop, Aimé Césaire, Abdoulaye Ly, dentre outros, não nos cabe, aqui, situá-lo como autor integrante de certo movimento pós-colonial, especialmente porque ele operacionaliza categorias que são objetos de crítica desse movimento¹⁰. Mas isso não nos impede de conjecturá-lo como autor com inspirações pós-coloniais e, mais que isso, como teórico genuinamente anticolonial, anti-eurocentrista e antirracista que cada vez mais constitui uma

10. Como “evolução social”, “história moderna”, “desenvolvimentismo”, “homem universal”, “natureza humana”, “progresso”, termos de seu tempo e das circunstâncias presentes no debate intelectual e político do pós-Guerra.

referência teórica relevante para os debates contemporâneos e que pode contribuir para o desenvolvimento futuro das epistemologias pós-coloniais a nível global.

Nossa proposta neste artigo foi apresentar uma releitura possível e mais arqueológica de Guerreiro Ramos, sugerindo que seus aportes devem ser pensados não só como objeto de estudo da história intelectual e das ideias no Brasil, mas como fonte de inspiração teórica e metodológica. Defendemos que sua proposta de “redução” possa ser avaliada como contribuição importante da teoria sociológica brasileira para as epistemologias pós-coloniais. Guerreiro Ramos, como teórico rigoroso e polêmico, demarcou os temas fundamentais da sociologia de seu tempo, propôs um método de investigação inovador para examinar sociedades periféricas (que ele taxava de “semicoloniais”) e ofereceu uma crítica contundente às formas de dominação, servidão, imperialismo, colonialismo e dependência. O fazer-sociológico, para Guerreiro Ramos, não é mera especulação filosófica, é trabalho de “mangas de camisa”, uma *praxis*, já que tem lastro e impactos empíricos e práticos.

Se os enfoques pós-coloniais já estabeleceram questões incontornáveis à teoria social e têm provocado um descentramento necessário de suas principais tradições intelectuais, apostamos na interlocução entre tais enfoques e a sociologia brasileira, considerando que esta última pode contribuir para o avanço e o aprofundamento desse movimento crítico.

A proposta de releituras possíveis da teoria sociológica brasileira permite recuperar as principais contribuições desse campo intelectual no que diz respeito, sobretudo:

- i.* à importância assumida pelas dimensões metodológicas da análise social, até mesmo como caminho para a superação das relações de dependência epistêmica entre Norte e Sul;
- ii.* ao enfrentamento dos desafios que se colocam à análise do “sujeito colonizado”, que recupera parte do legado filosófico e sociológico europeu; e
- iii.* à ênfase no caráter contraditório, variável e descentrado da ideia de “modernidade” das teorias da modernização, observada como convite a novas teorizações de alcance global, voltadas à construção crítica de novos horizontes emancipatórios e de novas articulações políticas a nível Sul-Sul.

Todas essas contribuições sugerem que, mais do que dilatar o cânone da disciplina, a sociologia brasileira parece engajada, com todas as suas especificidades e limitações, no movimento de descolonização de nosso campo disciplinar.

Referências

- ABDEL-MALEK, Anouar. *La dialectique sociale*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1972.
- ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- _____. Academic dependency in the social sciences: reflections on India and Malaysia. *American Studies International*, v. 38, n. 2, p. 80-96, 2000.
- _____. *Intellectuals in developing societies*. London: Frank Cass, 1977.
- _____. The captive mind in development studies. *International Social Sciences Journal*, v. 24, n. 1, p. 9-25, 1972.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the cannon*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- ALEXANDER, Jeffrey. *The dark side of modernity*. Cambridge, UK: Polity, 2013.
- _____. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teoria social hoje*, p. 23-90. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- _____. América Latina e o giro decolonial. *RBCP*, v. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, Muryatan. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*, v. 18, p. 217-228, 2006.
- BARIANI, Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica*. São Paulo: Editora USP, 2011.
- _____. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. *Cronos*, v. 7, n. 1, p. 151-160, 2006.
- BARRETI, Paula; LIMA, Márcia; LOPES, Andrea; SOTERO, Edilza. Entre o isolamento e a dispersão. A temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, p. 113-141, 2017.
- BARRETO, Paula; RIOS, Flavia; NEVES, Paulo; SANTOS, Dyane. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, v. 94, p. 1-35, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 117-135, 2018.

BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

BHAMBRA, Gurinder K. Sociology, and postcolonialism: another “missing” revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871-884, 2007.

BORBA, Pedro; BENZAQUEN, Guilherme. Teoria crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. *RBCS*, v. 35, p. 1-17, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2013.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL JR., Antônio. Capitalismo dependente, todos os passos de um conceito. *Blog do Sociófilo*. 2017. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2017/08/03/capitalismodependente-todos-os-passos-de-um-conceito-de-florestan-fernandes-por-antonio-brasiljr/>>.

BRINGEL, Breno; LYNCH, Christian; MAIO, Marcos Chor. Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, v. 28, p. 9-13, 2015.

CASANOVA, Pablo González. *Sociología de la explotación*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Orgs.) *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

CONNELL, Raewyn. The research on modernity in Latin America: lineages and dilemmas. *Current Sociology*, v. 1, p. 001139211880752, 2019.

_____. *Southern theory*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *RBCS*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Barcelona, ES: Belaterra, 2012.

DOMINGUES, José Maurício. *Emancipação e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Modernidade global e civilização contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. Beyond the centre: the third phase of modernity in a globally compared perspective. *European Journal of Social Theory*, v. 14, p. 517-535, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 1975.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGUÉL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência & Cultura*, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 347-363, 2012.

GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, p. 27-45, 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, v. 28, p. 47-58, 2015.

_____. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology* (Print), v. 62, p. 1097-1115, 2014.

_____. Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 5, p. 81-92, 2013.

_____. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 265-291, 2012.

_____. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

_____. Pensamento brasileiro e teoria social: normas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MCLENNAN, Gregor. Postsecular social theory: a new global debate. In: HAYDEN, Patrick; El-Ojeili, Chamsy (Eds.) *Globalization and utopia*, p. 82-100. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MELLUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MELO, Alfredo César B. Raça e modernidade em *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. *RBCS*, v. 35, n. 102, p. 1-16, 2020.

MENESES, Maria Paula. A questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir das práticas de luta? *Sociologias*, v. 18, n. 43, p. 176-206, 2016.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 557-577, 2003.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, p. 77-96, 2020.

_____. Encontros entre Paulo Freire e Amílcar Cabral: a crítica pós-colonial e decolonial em ato. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 201-221, 2018.

_____. As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial. *Latinidade*, v. 6, p. 17-34, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

MIGNOLO, Walter; TLOSTANOVA, Madina. Theorizing from the borders: shifting to geo- and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Teoria social e desafios epistemológicos na geopolítica do conhecimento. *RBHCS*, v. 12, n. 24, p. 448-476, 2020.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A redescoberta do Brasil nos anos 50: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (Orgs.) *Descobertas do Brasil*, p. 139-161. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

PATEL, Sujata. Social theory today: eurocentrism and decolonial theory. *MIDS Working Paper* n. 240, p. 3-29, dec. 2020.

_____. *The ISA Handbook of diverse sociological traditions*. Los Angeles, CA: Sage, 2010.

PYYTHNEN, Olli. *Simmel and the "social"*. Basingstoke, UK: Palgrave, Macmillan, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, n. 134, p. 549-556, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996 [1958].

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, p. 39-69, Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981.

_____. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1966.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. *O processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Estúdio de Artes Gráficas, 1953.

RANDERIA, Shalini. Entangled histories of uneven modernities: civil society, case councils, and legal pluralism in postcolonial India. In: HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (Orgs.) *Comparative and transnational history*, p. 77-104. New York: Berghahn Books, 2009.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2007.

REZENDE, Maria José. Guerreiro Ramos e a sociologia em “mangas de camisa”: uma proposta de intervenção nos processos de mudança social. *Cadernos Ceru*, v. 17, p. 33-51, 2006.

RIOS, Flavia. Améfrica Ladina: the conceptual legacy of Lélia Gonzalez (1935-1994). *Lasa Forum*, v. 50, p. 75-79, 2019.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUN, Sidney; PINTO, Flávia (Orgs.) *Pensadores negros – pensadoras negras do século XIX e XX*, p. 387-402. Belo Horizonte: Traço Fino, 2016.

ROSA, Marcelo. Sociologias do Sul e ontoformatividade: questões de objeto e método. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS, Mário Augusto (Orgs.) *Rumos do sul: periferia e pensamento social*, p. 109-122. São Paulo: Alameda, 2018.

_____. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, p. 313-321, 2015.

_____. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. *Civitas*, v. 14, p. 43-65, 2014.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 1, p. 5-14, 2002.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso Latino-Americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*, p. 11-28. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCRIBANO, Adrián. *Teorías sociales del Sur*. Córdoba, AR: Universitas, 2012.

SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEIDMAN, Stephen. *Contested knowledge*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 1, p. 109-131, 2018.

_____. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960. *Análise Social*, v. 52, p. 804-826, Lisboa, 2017.

SIQUEIRA, Sandra Maria M. A análise de Vânia Bambirra acerca da opressão das mulheres latino-americanas no lastro da teoria marxista da dependência. *Germinal*, v. 12, p. 99-113, 2020.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017a.

_____. Para além de Bourdieu? Passos para uma teoria crítica da modernização. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe (Orgs.) *Dossiê Pierre Bourdieu*, p. 139-160. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017b.

_____. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora UnB, 2000.

TAVOLARO, Sérgio. Retratos não modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, v. 17, p. 115-141, 2017.

_____. *Cidadania e modernidade no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, p. 85-118, 2009.

THERBORN, Göran. Entangled modernities. *European Journal of Social Theory*, v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. Prefácio à tradução brasileira. In: _____. *Uma história filosófica da sociologia alemã* – v. 1, p. 1-25. São Paulo: Annablume, 2011.

YOUNG, Robert. *Postcolonialism*. Malden, MA: Blackwell, 2001.



Tradução

Publicando poesia traduzida: uma investigação sobre as margens do mercado mundial de livrosⁱ

Recebido: 18.02.23
Aprovado: 01.03.23

Gisèle Sapiro (orcid.org/0000-0003-3160-984X),
Centre National de la Recherche Scientifique,
Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, Paris, Franceⁱⁱ.

No campo editorial, assim como no campo literário, a poesia é representativa daquilo que Pierre Bourdieu (1993; 1996) chama de polo de pequena produção e circulação. Devido a suas baixas vendas, pelo menos no curto prazo, o investimento em publicação de poesias poderia ser visto como um ato desinteressado, se restringíssemos a noção de interesse a atividades econômicas. É evidente, como Bourdieu (1998) aponta, que interesses não podem ser reduzidos à sua dimensão econômica, tampouco à sua limitada definição no âmbito da teoria de escolhas racionais. De acordo com Max Weber (1991), existem diferentes tipos de interesses sociais. Em sua tipologia de formas de ação, Weber diferencia quatro tipos ideais: ação racional (com relação a fins), ação racional (com relação a valores), ação afetiva e ação tradicional. Com efeito, valores podem fazer com que as pessoas ajam de uma forma que seria considerada irracional, um exemplo pragmático disso seria um capitão que, seguindo o código de honra de sua profissão, decide se afogar junto ao seu navio.

Editoras que investem em poesia sabem que esses investimentos não irão resultar em ganhos econômicos e, provavelmente, irão gerar até mesmo perdas. Como suas motivações podem ser explicadas? Devemos descrever sua ação como irracional? Certamente não. Mesmo em nossas sociedades capitalistas existem muitos exemplos similares de ações desinteressadas, que são motivadas pela crença em certos valores – aqui, a crença na poesia. Em *As regras da arte*, Bourdieu (1996) analisa a posição do editor de vanguarda, representada pela primeira vez pelo editor de Baudelaire, Auguste Poulet-Malassis, que teria muitos seguidores no século XX. É uma posição que pode ser valorizada no campo literário, ou pelo menos nos círculos de poesia, sendo assim, um investimento que fornece capital simbólico. Pode-se encontrar dezenas de pequenas editoras inteiramente dedicadas à poesia anualmente em junho, em Paris, quando o *Marché de la poésie*, uma feira de livros e festival de poesia, lota a Place Saint-Sulpice. Nos Estados Unidos, esse tipo de mi-

i. Tradução de Gisèle Sapiro (“Publishing poetry in translation: an inquiry into the margins of the world book market”, in Jacob Blakesley (ed.), *Sociologies of poetry translation. Emerging perspectives*, p. 23-43. London, Bloomsbury Academic, 2018). Tradutores para o português: Carolina Monteiro de Castro Nascimento, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (orcid.org/0000-0003-3227-2695) <cah.castro@gmail.com> e Eduardo Dimitrov, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (orcid.org/0000-0003-3139-1246) <eduardodimitrov@unb.br>.

ii. Gisèle Sapiro é diretora de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique e diretora de estudos do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, Paris, France. <sapiro@ehess.fr>.

1. Infelizmente, após a produção deste capítulo, a Burning Deck fechou as portas.

creditoras também existe, como a Burning Deck¹, em Providence, Rhode Island, ou a Ugly Duckling, no Brooklyn, Nova York. A existência dessas pequenas empresas é ainda mais significativa dado que desde os anos 1970 a poesia tem sido, em grande medida, marginalizada no mercado mundial de livros, devido a restrições comerciais mais rígidas, à concentração de publicações em grandes conglomerados e à acelerada fusão e venda de empresas (Schiffrin, 2000; Bourdieu, 2008; Thompson, 2010; sobre carreiras de poetas na França, ver Dubois & François, 2013).

Isso é ainda mais real para tradução de poesias. Com a exceção de *best-sellers* mundiais, a posição das traduções no mercado mundial de livros também se tornou frágil (Sapiro, 2008a, 2010, 2016a). Publicar traduções de trabalhos literários requer mais apoio financeiro, uma vez que os custos, maiores do que para as obras originais devido à remuneração do tradutor, normalmente não são cobertos pelas vendas. Para trabalhos com *copyright*, incidem custos adicionais para a aquisição dos direitos de tradução. Investir em uma tradução é arriscado também porque, contrário à ideia de que a globalização unificou o mercado literário, o sucesso em um país não garante que a experiência será a mesma em outro. Traduzir poesia também é, em si, um ato desinteressado do tradutor, já que muitas vezes é feito de graça, como um trabalho por amor, por paixão.

Neste capítulo, irei primeiramente desenvolver uma perspectiva sócio-histórica baseada no campo editorial francês para demonstrar a marginalização da poesia no mercado mundial de traduções desde os anos 1970. Irei então comparar a posição da poesia traduzida nos campos editoriais francês e americano na era da globalização. Os dados quantitativos reunidos para os dois países confirmam que a poesia traduzida (especialmente de autores contemporâneos) foi confinada ao polo de pequena circulação. Na segunda parte do capítulo, focarei na trajetória, motivos e estratégias de duas editoras contemporâneas de poesia que, apesar de apresentarem diferenças objetivas, compartilham algumas características devido às suas posições no polo de circulação em pequena escala: Bruno Doucey, na França, e Ugly Duckling, nos Estados Unidos.

O lugar da poesia traduzida no campo editorial

Embora tenha sido um gênero dominante no campo literário durante o século XIX, a poesia começou a ser marginalizada na França no final do século, na medida em que o mercado do livro se expandia e outros gêneros vinham à tona, particularmente o romance (Charle, 1979). Ao deixar de ser o gênero dominante em geral, a poesia tornou-se o gênero privilegiado da vanguarda, dos Cubistas aos Surrealis-

tas, passando pelos Futuristas (Boschetti, 2001; Bandier, 1999). Os movimentos de vanguarda tendiam a ser internacionais desde o princípio e ofereciam modelos que circulavam no campo literário transnacional ao redor do mundo (Boschetti, 2014; Ungureanu, 2017).

Essa circulação se intensificou entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, período caracterizado pelo aumento das traduções. O aumento da circulação de obras literárias pode ser explicado por três fatores. Primeiro, o surgimento dos Estados-nação, que estabeleceram cânones da literatura nacional e incentivaram autores locais contemporâneos a produzirem obras literárias na língua adotada como nacional (Thiesse, 1998; Casanova, 2004). Em relação ao primeiro, o desenvolvimento da editoração em muitos países é o segundo fator que deve ser levado em conta, especialmente se considerarmos que a tradução foi uma forma de estabelecer um corpo de obras literárias nas recém-adotadas ou criadas línguas nacionais (Even-Zohar, 1990; sobre o papel da publicação na construção de identidades nacionais, ver Anderson, 2006). O terceiro fator é a ideologia do internacionalismo, institucionalizada com a criação da Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, movimento que teve repercussão imediata na República Mundial das Letras, como mostra a participação de escritores famosos como o poeta Paul Valéry no Comitê Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações e, mais especificamente, pela criação do PEN Club, em 1921, para defender os valores intelectuais contra o nacionalismo, reunindo escritores que compartilhavam uma devoção à paz e à liberdade (Sapiro, 2009).

Na França, revistas literárias como *Le Mercure de France*, *La Nouvelle Revue Française*, *La Revue Européenne* e *Europe* abriram um diálogo intercultural graças às habilidades linguísticas e redes internacionais dos colaboradores. As editoras lançaram séries específicas de literatura estrangeira e o número de antologias dedicadas a outras literaturas nacionais multiplicou-se (Sapiro, 2019). No entanto, a poesia estava sub-representada. A maioria dessas séries publicou romances que se tornaram, como já foi mencionado, o gênero dominante. No catálogo de 1936 de uma das editoras mais prestigiadas da época, a Éditions de la Nouvelle Revue Française (que se tornou a Gallimard após a Segunda Guerra Mundial), a poesia representava apenas 2,4% do número total de traduções (oito títulos), enquanto 50% das traduções eram de romances (Sapiro, 2015a).

No entanto, algumas editoras de vanguarda publicaram antologias inteiramente dedicadas à poesia. Elas eram geralmente editadas por um poeta que também era tradutor, como Yvan Goll (pseudônimo de Isaac Lang), que editou, em 1922, uma antologia de poesia contemporânea de todo o mundo, intitulada *Les cinq conti-*

nents [Os cinco continentes], publicada por La Renaissance du livre. A Kra-Le Sagittaire, outra editora de vanguarda, ligada ao grupo surrealista (essa era a editora de André Breton), publicou, em 1928, uma *Anthologie de la nouvelle poésie américaine* [Antologia da nova poesia americana], editada e traduzida pelo poeta franco-americano Eugène Jolas, incluindo poemas de Ezra Pound e E. E. Cummings, entre outros. Jolas havia lançado a revista de vanguarda literária *Transition* no ano anterior (Mansanti, 2009). Kra-Le Sagittaire também começou a publicar a *Revue Européenne* em 1923, editada pelo escritor surrealista Philippe Soupault, na qual poemas de Sherwood Anderson, E. E. Cummings e William Carlos Williams apareciam em traduções, em uma época em que o campo literário francês estava apenas descobrindo a literatura americana (Jeanpierre, 2010). Dois outros periódicos desempenharam um papel importante na introdução da poesia estrangeira clássica e contemporânea na França, incluindo John Donne, William Blake, Rainer Maria Rilke e T. S. Eliot, a saber, *Commerce* (1924-1932) e *Le Navire d'Argent*, (1925-1926).

Uma figura-chave foi Adrienne Monnier, diretora e editora de *Le Navire d'Argent*, proprietária de uma conhecida livraria que publicou a tradução francesa de *Ulisses* de Joyce, em 1929, a qual havia sido publicada pela primeira vez em inglês sete anos antes, em Paris, por sua amiga Sylvia Beach (Murat, 2003). Em 1935, Monnier tornou-se a administradora da revista *Mesures*, que substituiu a *Commerce* e introduziu autores estrangeiros originais como Franz Kafka, Christopher Isherwood, Robert Musil e Katherine Anne Porter.

Após a Segunda Guerra Mundial, o campo literário francês experimentou uma nova fase de internacionalização, caracterizada pela abertura das fronteiras geográficas do mercado de tradução para culturas não ocidentais, que dificilmente haviam sido traduzidas antes da guerra (com exceção de autores muito consagrados, como o vencedor do Prêmio Nobel indiano Rabindranath Tagore). Houve algumas experiências isoladas, como a tradução de Jean Paulhan da poesia tradicional Malaxe, o Hain-Teny Merinas, mas o interesse francês em culturas não ocidentais no mercado literário mais amplo foi fomentado após a guerra por um programa da Unesco em favor da “interpenetração literária”, que forneceu apoio financeiro para projetos de tradução de literaturas asiáticas e latino-americanas. Este programa ajudou a apoiar alguns projetos de tradução de poesia, como uma antologia de poesia chinesa, publicada pela Gallimard em 1962, e uma antologia similar de poesia japonesa pela mesma editora em 1971 (Sapiro, 2015a).

No entanto, o romance era o gênero privilegiado para tradução. Gallimard, por exemplo, pensava que um novo autor estrangeiro só poderia ser apresentado com um romance. Assim, recusava coleções de poemas traduzidos ou de contos e só

aceitava outros gêneros depois que a reputação do autor estrangeiro já estivesse estabelecida. Algumas exceções poderiam ser feitas em alguns casos, como o de Borges (*Fictions* foi o primeiro de seus títulos a aparecer em tradução francesa, em 1952; Sapiro, 2017). No entanto, isso nunca aconteceu com a poesia.

Não obstante, em 1966, a Gallimard lançou uma série específica para poesia traduzida em edições bilíngues, “Poésie du monde entier” [Poesia do mundo inteiro]. Surgiram ali obras de poetas como Luis Cernuda, Hans-Magnus Enzensberger, James Joyce, Octavio Paz, Cesare Pavese e Fernando Pessoa. Esta série durou apenas três anos. Os autores eram todos europeus ou latino-americanos. As tiragens foram entre 1.600 e 3.000 exemplares².

2. Números obtidos na base de dados das editoras que pude consultar em 2013.

Apesar das vendas modestas, a Gallimard não parou de publicar poesia traduzida. A base de dados da lista, incluindo todas as séries, contava com 145 títulos traduzidos até 2010, dos quais apenas nove eram de autoras mulheres (Sappho, Gaspara Stampa, Charlotte Brontë, Emily Dickinson, Sylvia Plath, Anna Akhmatova e Marina Tsvetaeva). A maioria desses títulos foi publicada na série de bolso “Poésie Gallimard”.

Ao considerar sua distribuição por idioma, pode-se observar cinco línguas centrais na importação de poesias pela Gallimard (entre 14 e 28 títulos cada), todas línguas da cultura ocidental: inglês, espanhol, russo, italiano e alemão.

O inglês é o primeiro, com suas 28 traduções espalhadas entre autores britânicos, americanos, irlandeses, galeses e escoceses. Os 13 títulos de autores britânicos são em sua maioria de poetas canônicos ingleses, seja do Renascimento, do século XVII ou do século XIX: Shakespeare (2), John Donne, Milton, Keats, Coleridge, Wordsworth, Emily Brontë (2), Browning, Auden e Dylan Thomas. Outros dez títulos são de autores americanos, incluindo dois que começaram a publicar após a Segunda Guerra Mundial, Allen Ginsberg e Sylvia Plath, além de Melville, Poe, Emily Dickinson (2), Walt Whitman e Faulkner. Marguerite Yourcenar também traduziu o *Negro Spirituals*, em 1964. Há dois títulos de autores irlandeses, Yeats e Joyce, mas apenas um de um poeta escocês, Kenneth White, que vive na França desde 1962, e dois títulos do poeta indiano Tagore (um publicado em 1935, e o segundo em 1963).

O espanhol se aproxima do inglês, com 26 títulos, dos quais dez são da Espanha, de poetas da primeira metade do século XX: García Lorca, que é a figura principal com quatro títulos; Antonio Machado e Cernuda; um autor clássico, De Quevedo, que entrou na lista recentemente (em 2010); e dois poetas contemporâneos, José Angel Valente e Antonio Gamoneda, ambos publicados por pequenas editoras como Corti, La Différence e Unes antes de chegarem à lista da Gallimard em 1998 e 2010, res-

pectivamente. Enquanto isso, uma miríade de poemas latino-americanos também foi traduzida. Foram seis títulos do chileno Pablo Neruda, seguido por dois poetas mexicanos, Octavio Paz (4 títulos) e o exilado espanhol Tomás Segovia. Os outros três países de língua espanhola representados são a Argentina, com duas coleções de poesia de Borges (além de um volume recente de canções de tango); Colômbia, com um volume de Álvaro Mutis; e Guatemala, com um livro de Miguel Asturias.

Com 17 títulos, o russo é a terceira língua mais popular na lista [de traduções] da Gallimard, constituída por Pushkin, Mandelstam, Mayakovsky, Marina Tsvetaeva (3), Anna Akhmatova, Pasternak, Esenin e Voznesensky.

O italiano, o quarto idioma mais popular (15), é destacado nas traduções de Dante, Petrarca, Gaspara Stampa, Leopardi, Montale, Ungaretti, Pavese (2), Pasolini (3) e Mario Luzi.

Do alemão (14): Goethe, Novalis, Heine, Hofmannsthal, Hölderlin (2), Nietzsche, Rilke (2), Paul Celan, Enzensberger (2) e Trakl.

Cinco línguas podem ser definidas como semiperiféricas (3 a 8 traduções): elas incluem uma língua clássica, o latim, mas também o português, o grego moderno, o árabe, o japonês. Os poetas portugueses são Pessoa (2), Helder, Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, além de Carlos Drummond de Andrade, como o único autor brasileiro. Do grego, Gallimard publicou traduções de Cavafy (2), Ritsos, Seferis, Elytis, Dimoula, a primeira poeta viva a entrar na lista. Do árabe, além de um Diwan de poesia árabe clássica, há duas coletâneas do poeta sírio Adonis e uma do palestino Mahmoud Darwish.

Os idiomas periféricos (1 ou 2 títulos) são tcheco (2), finlandês (2), chinês (1), marata (1), persa (1), sueco (1), turco (1) e iídiche (1) – aos quais devem ser adicionados dois títulos de francês antigo e dois de outros idiomas.

Em nível nacional, a parcela relativa à poesia entre os livros traduzidos para o francês varia entre os idiomas. A análise de um banco de dados de títulos literários traduzidos de 11 idiomas para o francês entre 1985 e 2002, por gênero, revela variações entre os idiomas, de apenas 2% dos livros de poesia traduzidos do inglês, 8% e 9% do alemão e do italiano, respectivamente, e até 14% e 15% de hebraico e espanhol, respectivamente (Sapiro, 2008b; observe que este banco de dados não inclui russo ou árabe). Nenhum livro de poesia foi traduzido do sueco. Essas variações indicam uma diferença no capital simbólico acumulado pelas diferentes línguas no gênero poético.

Quais são as editoras que traduzem poesia para o francês na era da globalização? Como vimos, Gallimard introduziu novos poetas até o final dos anos 1960, mas desde os anos 1980 essa editora tende a correr menos riscos e a investir em autores estrangeiros já consagrados, em sua maioria autores de textos em prosa. Essa estratégia foi analisada por Bourdieu em seu artigo sobre publicações (Bourdieu, 2008). Suas descobertas são confirmadas pelo estudo da estratégia da Gallimard na tradução de poesia. Os riscos são cada vez mais assumidos por pequenas editoras que dedicam grande parte de sua lista à poesia. É o caso de Corti e La Différence. Ambas publicam edições bilíngues. Por exemplo, em sua série “Ibériques”, Corti publicou coleções bilíngues de poemas de vencedores do Prêmio Nobel como Juan Ramón Jiménez, bem como de poetas mais contemporâneos como Amparo Amorós. La Différence foi fundada por um imigrante português e começou com traduções do português, ilustrando as habilidades linguísticas que se convertem em tradução literária e publicação, permitindo uma especialização e, assim, a criação de um “nicho”. [La Différence] foi à falência no verão de 2017.

Um padrão semelhante pode ser observado em editoras americanas que traduziram coleções de poesia do francês para o inglês entre 1990 e 2003 (Sapiro, 2015b). Enquanto as grandes editoras comerciais estão bastante ausentes, com exceção de três títulos de autores clássicos (La Fontaine, Baudelaire e Rimbaud) na Knopf, um quarto dos 142 títulos foi lançado por editoras universitárias. A maioria dos outros títulos foi publicada por pequenas editoras, especialmente aquelas especializadas em poesia. Dois exemplos proeminentes são Burning Deck (9 traduções) e, na Costa Oeste, Sun & Moon, cujo fundador, Douglas Messerli, lançou um novo selo em 1997, Green Integer, produzindo “livros de *belles lettres* de bolso”, incluindo traduções de poetas como Paul Celan, Gertrude Stein e Adonis.

Com sede em Providence, Rhode Island, a Burning Deck é uma editora de poesia sem fins lucrativos, fundada em 1961 por Keith e Rosemarie Waldrup. Em 1990, lançaram duas séries de tradução de poesia contemporânea, uma do francês e outra do alemão, “porque são as duas línguas em que somos competentes”, contou-nos Rosemarie Waldrup em entrevista³. Ao relembrar o momento em que começaram essas séries, ela explica:

Na época havia alguns poetas estrangeiros, a maioria muito famosos e, na maioria, muito velhos ou mortos (risos). E de uma forma natural, geralmente há uma certa lacuna entre a publicação em um país e a tradução e publicação em outro. Mas havíamos conhecido muitos poetas franceses, especialmente pelos quais estávamos muito entusiasmados, e decidimos, assim, que algo deveria ser feito sobre a comunicação.

3. Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2010, por Youna Kwak para o mesmo projeto de pesquisa.

Ainda na entrevista, questionada novamente sobre o foco na poesia contemporânea, Waldrup respondeu:

Bem, porque era isso que estava faltando. Você sabe que os poetas mais velhos e famosos foram traduzidos e publicados pelas grandes casas, mas esses poetas mais jovens e mais recentes eram completamente desconhecidos, então isso era algo que valia a pena ser feito.

Assim, a Burning Deck introduziu nos Estados Unidos os poetas franceses contemporâneos Marie Borel, Anne-Marie Albiach, Jean Daive, Emmanuel Hocquard, Paol Keineg, Jacqueline Risset, Pascal Quignard, Esther Tellermann e Alain Veinstein.

Quatro desses nove poetas são do sexo feminino, o que parece contrastar com a tendência geral de publicação dos Estados Unidos que observamos durante 1990-2003, onde apenas 17 dos 142 títulos de poesia francesa traduzida eram de autoria feminina. Havia apenas três títulos de autoras modernas entre eles (um de Joyce Mansour e dois de Carmen Bernos de Gasztold). As outras 14 coleções foram escritas por 11 poetas contemporâneas, e esses 14 títulos representaram metade dos títulos de todos os poetas contemporâneos traduzidos neste banco de dados. Assim, a lista de Burning Deck corresponde a essa presença acumulada de poetas mulheres na poesia contemporânea traduzida.

Outro caso de uma pequena editora é a Sun & Moon, fundada por Douglas Messerli em 1975, como uma revista nos moldes da *Art and Literature*, de John Ashbery, que já havia publicado algumas traduções, mas com foco mais americano. Sun & Moon tornou-se então uma pequena editora experimental sem fins lucrativos, que introduziu grandes autores como Paul Auster e Russell Banks no campo literário americano e no exterior. Em 1985, Messerli renunciou ao cargo de professor na Temple para se dedicar a escrever e a editar a Sun & Moon, “e então dei toda a minha vida à publicação, a partir de então. Sem receber nenhum dinheiro, mas publicando mesmo assim”, disse ele em entrevista⁴. Na década de 1990, a Sun & Moon publicou cinco traduções de poesias do francês, sendo uma do surrealista André Breton e quatro de poetas contemporâneos: Pierre Alferi, Henri Deluy, André Du Bouchet e Dominique Fourcade. Green Integer lançou outras três coleções de poetas de língua francesa – modernos e contemporâneos – Francis Carco, Olivier Cadiot e Andrée Chedid. Em 2000, Douglas Messerli lançou uma série de poesia internacional, “The PIP” (*Project for Innovative Poetry*) “Anthologies of World Poetry” [As Antologias da Poesia Mundial do Projeto para Poesia Inovativa]⁵, que publica antologias de grandes poetas internacionais, traduzidas de todas as línguas (do albanês e árabe ao coreano, russo e sueco), embora o francês continue sendo o idioma de origem favorito. O interesse de Messerli por culturas estrangeiras remonta à sua juventude. Ele usou

4. Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2009, por Gisèle Sapiro para um projeto de pesquisa sobre intercâmbio literário entre Paris e Nova York, financiado pelo MOTif (Observatoire du livre d’Île-de-France)(Sapiro, 2015b).

5. Disponível em: <<http://pippoetry.blogspot.fr/p/table-of-contents.html>>.

a palavra “amor à primeira vista” ao evocar sua primeira viagem à Paris. Lembrou ter sido iniciado na poesia francesa pelo curso de Marjorie Perloff sobre Rimbaud, Apollinaire e Pound na Universidade de Maryland, ilustrando o papel da educação na descoberta da literatura estrangeira:

Então eu me interessei por poesia, de repente, no mesmo instante, e então comecei a escrever poesia e, ao mesmo tempo, estava publicando essa revista. Então, rapidamente, meio que catapultou, comecei a publicar alguns livros e, a partir disso, adorei tanto que comecei a publicar mais livros. E então, finalmente, em um certo ponto, eu sempre quis fazer literatura mundial e sempre estive muito envolvido com literatura mundial em meus hábitos de leitura, e finalmente decidi que eu começaria a trazer traduções e fiz uma série internacional mundial em Sun & Moon. Mas quando a Sun & Moon finalmente fechou e a Green Integer, meu outro selo, começou a dominar, meu interesse se voltou ainda mais para a escrita internacional e realmente se concentrou na tradução, embora eu ainda publique escritores americanos, mas não tanto quanto eu fazia na Sun & Moon.

Mas a razão pela qual ele evoca investir mais na tradução é política e cultural, em termos de abrir a cultura americana para outras culturas em um período de autorreferenciamento (sobre este tema, ver Sapiro 2010):

Pareceu-me cada vez mais importante que, em um país que é tão, de certa forma, distante de qualquer outro tipo de internacional, quero dizer, especialmente nos anos Bush, mas tem sido verdade em toda a nossa cultura, temos sido tão incapazes de assimilar e aprender sobre outras culturas, que parecia crucial que alguns de nós continuassem publicando literatura internacional. E eu também estava muito perto dos editores da New Directions que fizeram isso, ao mesmo tempo, um dos meus amigos mais queridos é Dalkey Archive, então todos nós meio que sentimos a mesma coisa.

Embora a poesia não fosse seu foco principal, publicava poesia e drama “porque gosto de todos os gêneros”, como ele explica, distinguindo-se da editora americana por reivindicar a noção de *belles lettres* e afirmar sua afinidade com o que descreve como modelo francês de publicação de literatura:

Parece-me que neste país particularmente, se você gosta de ficção, não gosta de poesia, se gosta de drama, não gosta de nenhum desses, ao contrário da França, onde Gallimard ou P.O.L. publicam além das linhas e muitas *belles lettres* também... Pareceu-me crucial fazer isso nos Estados Unidos. [...] meu modelo, quando eu comecei o Green Integer, era uma série “Belle Lettristic”, que os

Estados Unidos nem sabem o que essa palavra significa, quer dizer, as pessoas nos Estados Unidos. Mas, uma série realmente belles lettres, e que começou com uma peça de Gertrude Stein, estou feliz por ser uma das pessoas mais queridas no mundo de Gertrude Stein. E então o segundo foi Robert Bresson [...] e então Oscar Wilde eu acho que foi nosso terceiro livro, e então já era um tipo de série literária muito francesa, de certa forma orientada para a França.

Embora no passado ele pudesse contar com bolsas do National Endowment for the Arts ou da Mellon Foundation, ele precisou renunciar ao *status* de organização sem fins lucrativos e fechar a Sun & Moon porque a solicitação de bolsas era demorada e ele não tinha mais funcionários. Ele concentrou seus esforços na série de bolso “Green Integer”, que vende menos em bibliotecas, mas mais em livrarias. Com exceção do tipógrafo e dos estagiários que às vezes fazem a revisão, Messerli agora trabalha sozinho. Fazendo tudo sozinho (incluindo os pedidos de subsídios e a contabilidade), ele nunca estipulou um salário para si mesmo: “Eu apenas faço isso do meu coração”. Agora ele depende principalmente de subsídios de governos estrangeiros. Sua rede permite que ele identifique autores interessantes (ele citou Keith e Rosemary Waldrop como amigos queridos com quem realiza trocas), enquanto o capital simbólico acumulado por sua firma a torna atraente para bons tradutores, dispostos a fazer o trabalho de graça, uma vez que ele geralmente não consegue pagá-los além de uma modesta parte dos royalties. É por isso que ele começou a contar cada vez mais com professores universitários:

Em primeiro lugar, há tão poucas traduções sendo publicadas que qualquer um que esteja fazendo isso, e há várias pessoas neste país que gostariam de traduzir, eles só não conseguem ter seus trabalhos publicados, e eu sou um dos grandes lugares que se interessam por esse tipo de trabalho. Então, tenho alguns dos melhores tradutores enviando trabalhos para mim.

Alguns projetos não dão retorno, mas outros são rentáveis, de modo que, em geral, as vendas são suficientes para cobrir as despesas da impressão: “Não ganhamos dinheiro”, diz ele, “mas o que for arrecadado, é claro, apenas vai para outros livros de qualquer maneira”. Se esse investimento de longo prazo foi completamente desinteressado pelo lado econômico, trouxe reconhecimento simbólico dentro do campo literário – seus livros ganharam prêmios literários e de tradução como os prêmios PEN West, PEN New York e o French-American Translation Award – e, também, do governo francês que o nomeou *Officier de l’Ordre des Arts et des Lettres*, em 2000.

Assim, na França, como nos Estados Unidos, a poesia contemporânea traduzida encontrou refúgio no polo de pequena circulação do campo editorial. Como ilustra o

caso da Sun & Moon, até o *status* de organização sem fins lucrativos tornou difícil de ser mantido no polo extremo da circulação em pequena escala. Isso pode ser comparado à dificuldade de se obter financiamento público na França (por exemplo, as tiragens mínimas exigidas são às vezes muito volumosas para microeditores que trabalham sozinhos em casa e não têm espaço para armazenamento). A próxima seção estudará mais detalhadamente as estratégias de outras duas editoras contemporâneas de poesia: uma francesa, Bruno Doucey; outra americana, Ugly Duckling.

Estratégias de tradução de duas editoras de poesia contemporâneas

Essas duas editoras de poesia cujas listas incluem uma parcela significativa de traduções têm algumas propriedades em comum devido às suas posições no polo de pequena circulação do campo editorial, apesar de suas diferentes orientações literárias: Doucey é socialmente engajada, enquanto Ugly Duckling é mais experimental e contracultural. As trajetórias sociais de seus fundadores e seus *status* também se distinguem: Bruno Doucey é uma editora comercial, enquanto a Ugly Duckling não tem fins lucrativos. A diferença de *status* pode ser relativizada se considerarmos que, na França, o status “sem fins lucrativos” não é generalizado na editoração, pois existe poucas fundações filantrópicas, mas há apoio estatal a editoras, o que pode ser considerado um equivalente (Sapiro, 2010).

Bruno Doucey foi professor de literatura do ensino médio e autor de livros didáticos que venderam muito bem. Ele deixou seu cargo de professor depois de 12 anos. Em 2002, recebeu um contrato para dirigir uma pequena editora dedicada à poesia, a Seghers, que se tornou uma marca do grupo Robert Laffont. Essa empresa foi fundada após a Segunda Guerra Mundial por um poeta, Pierre Seghers, que havia editado durante a ocupação alemã na França uma revista de poesia, *Poésie 40, 41 ...*, que conquistou capital simbólico ao publicar poetas que se opunham à ocupação, usando a poesia como código e era denominada “literatura de contrabando” (Sapiro, 2014, p. 330).

Doucey se tornou diretor em 2002 e permaneceu até 2009. Nesse período, o grupo Robert Laffont foi comprado por diversos conglomerados. Sob o grupo Editis, a pressão para alcançar rentabilidade aumentou. Até aquele momento, estava tacitamente acordado que seu selo editorial não precisaria lucrar com os livros que publicava, com a condição de que não se perdesse dinheiro. Ele tentou, naquela altura, encontrar soluções diferentes para o selo: ou sair do grupo (encontrou uma editora que estava pronta para comprá-lo) ou reagrupar esse selo com outros do grupo que tinham um espírito semelhante, seja poético ou educativo. No final, to-

6. Entrevista com Bruno Doucey, conduzida por Gisèle Sapiro em 29 de março de 2016.

dos esses projetos falharam; o conglomerado o impediu de realizar qualquer uma dessas soluções e solicitou uma grande quantidade de dinheiro quando a família Seghers quis comprá-lo. Doucey foi demitido quando o grupo Editis foi vendido ao conglomerado catalão Planeta, em 2009. Disseram a ele que “em tempos de crise, a poesia não tinha razão de ser, que ele [Doucey] não conseguia corresponder às expectativas de lucro”⁶.

Em 2010, graças às indenizações compensatórias que recebeu, Doucey iniciou uma pequena casa de edição independente, inteiramente dedicada à poesia. Os autores que ele havia publicado na Seghers escolheram segui-lo. Ele usa o termo “resistência” para descrever a posição das editoras muito pequenas que precisam competir com grandes editoras que dispõem de um departamento dedicado à poesia. Essas pequenas casas são ocupadas por homens e mulheres que muitas vezes “fazem tudo sozinhos, incluindo a difusão e a distribuição”.

Traduzir poesia era parte do projeto desde o princípio. Entre os quatro primeiros títulos, havia um autor haitiano escrevendo em crioulo, um poeta iraquiano escrevendo em árabe e um autor franco-americano escrevendo em inglês. Em seguida, publicou uma antologia de poetisas haitianas e, depois, mais poetas do mundo árabe. Margaret Atwood entrou na série no segundo ano. Muitos títulos são bilíngues, às vezes trilingues.

Construir uma lista requer capital social. Não é fácil para uma casa editorial jovem e pequena atrair autores importantes. Mas no caso da poesia, a desvantagem de ser pequeno pode se transformar em trunfo. Especialmente considerando que nesse polo de produção em pequena escala, a circulação da informação conta com redes informais de autores e tradutores, ao contrário do polo de grande produção, no qual a circulação internacional de obras é amplamente controlada por agentes literários profissionais. Doucey conseguiu converter os seus capitais simbólico e social como poeta para o campo editorial. Quando lhe perguntei como encontra os poetas que consegue para as traduções, ele me deu a seguinte resposta:

Isso é bastante fácil, na verdade, já que eu viajo muito. Sou convidado pelo meu trabalho como autor aqui e ali e, assim, esses poetas, eu os encontro com bastante naturalidade. Acho que a boa notícia se espalha muito rapidamente em quase todos os lugares, que uma editora na França, dirigida por um poeta, estava fazendo um trabalho sério, com livros primorosamente editados, mas também junto a um verdadeiro trabalho de campo, e assim os autores chegam até nós bastante naturalmente. Portanto, não tenho dificuldade em publicar autores [...] essa é a única coisa que é fácil mesmo! (Entrevista citada).

Nesse excerto, Doucey emprega a palavra “naturalmente” e o termo “fácil” duas vezes, significando que a construção da rede não exigiu nenhum esforço, foi espontânea. Aliás, um dos fatores que a fez funcionar tão facilmente é o desenvolvimento dos festivais de literatura, que tem sido para ele tanto uma fonte de rendimento como uma fonte de reconhecimento enquanto poeta (Sapiro, 2016b; Sapiro & Rabot (Eds.), 2017). Os festivais de poesia estiveram entre os primeiros festivais, pois a tradição da leitura em voz alta manteve-se mais na poesia do que na prosa. Esses festivais estão se tornando cada vez mais internacionais e são lugares estratégicos para a construção de redes literárias transnacionais.

Doucey também tenta levar a literatura a um público mais amplo pelo ativismo social, por meio de oficinas de escrita criativa na prisão, em hospitais com imigrantes. O tipo de poesia que ele publica ecoa questões sociais e políticas, sem ser claramente engajada.

Em seu primeiro artigo sobre editoração, intitulado “A produção da crença”, Bourdieu (1993, p. 74-111) refere-se à descrição de Marcel Mauss sobre a função da magia: quanto maior o circuito, mais forte é a crença. Para Bourdieu, a norma tácita de separação entre autor e editor é pré-condição para o estabelecimento do crédito ao autor. São os intermediários, como editoras e agentes literários, que produzem a crença na obra do autor. Eles transferem para novos autores o capital simbólico que acumularam e que está incluído no nome da empresa (como Gallimard). É por isso que as *vanity presses* [publicação por demanda] são incapazes de produzir crença: elas não investem em autores e não correm riscos. A autopublicação, até então, exclui o autor do campo literário (embora isso possa estar mudando).

Curiosamente, essa norma não se aplica tão estritamente na poesia. Um poeta pode ser um editor, embora ainda vá precisar de uma rede para obter reconhecimento. No caso de Doucey, sua reputação como poeta foi estabelecida antes de lançar sua própria editora. Mas os poetas precisam de menos mediação, pois formam uma comunidade de pares que funciona mais por afinidades eletivas do que pelo mundo competitivo e individualizado dos romancistas.

A segunda editora aqui examinada – Ugly Duckling – apresenta uma lógica semelhante à de Doucey, mas difere na medida em que seu capital simbólico é acumulado por meio de habilidades linguísticas e conhecimentos literários específicos. A Ugly Duckling é, nesse sentido, comparável a uma editora como La Différence. Essas habilidades linguísticas específicas muitas vezes explicam a especialização em certas línguas em detrimento a outras, e seria interessante conectá-las à história mais ampla dos fluxos de imigração (Sapiro, 2013). Outra diferença entre Bruno

Doucey e Ugly Duckling diz respeito às suas posições estéticas. A Ugly Duckling é mais vanguardista e experimental, além de contracultural, enquanto Doucey é mais narrativa e se dirige a um público mais amplo (é mais “pedagógica”, poderíamos dizer).

O editor de Ugly Duckling, Matvei Yankelevich, nasceu na Rússia e imigrou para os Estados Unidos quando tinha quatro anos. Na época em que o entrevistei, em 2010, ele era estudante de doutorado em literatura comparada na The City University of New York (Cuny), e trabalhava como professor de língua russa. Ele havia iniciado sua pequena editora, sediada no Brooklyn, no final da década de 1990. Em 2002, ela se tornou uma organização sem fins lucrativos.

Na entrevista, ele descreve como tudo começou com publicações xerocadas, zines, publicação de bricolagem, “tipo completamente não comercial, a maioria das coisas era grátis ou tipo um dólar”. Graças à sua rede na vanguarda, que incluía artistas e um diretor de teatro, eles iniciaram uma revista chamada 6x6 que era, em grande parte, feita à mão. Eles então a fazer livros à mão e livros de artista feitos em apenas uma edição:

Começou com publicações muito pequenas, como publicações xerocadas, zines, nesse estilo do que nos Estados Unidos é chamado de DIY, você sabe, tipo de publicação “faça você mesmo”, nesse sentido, bem *lo-fi* e tipo completamente não comercial, a maioria das coisas era grátis, ou tipo um dólar. E então começamos, conheci um monte de gente em Nova York que queria fazer, começar a publicar coisas... Então começamos (a revista 6x6), e esse era o nosso maior projeto naquele momento, em 2000, eram mil cópias; nós fizemos grande parte à mão, juntando e cortando os cantos e encadernando, e então as coisas ficaram um pouco mais fáceis, mas ela sai cerca de duas ou três vezes por ano e então é o tipo de coisa que continua a partir desse momento. E começamos a fazer livretos à mão, e alguns livros de artistas feitos em apenas uma edição, tipo muito orientados para arte. Havia vários escritores no grupo e alguns artistas, e uma diretora de teatro – Yelena Gluzman – e eu, ela [Yelena] e eu fizemos o *Emergency Gazette*, que era tudo sobre teatro, teatro no centro da cidade, arte performática efêmera... E então alguns *chapbooks*, alguns dos próprios editores estavam fazendo seus próprios livros, ou livros de amigos. Então, em 2002, nos tornamos oficialmente uma organização sem fins lucrativos, e queríamos solicitar subsídios, e comecei esta série do Leste Europeu e publicamos, pela primeira vez, alguns livros com tiragens maiores, como mil exemplares, o que, para os Estados Unidos, é grande para a poesia (Entrevista, 30 de setembro de 2010).

Em 2010, havia apenas um funcionário remunerado, e não era ele próprio. Os editores trabalhavam de graça, com Matvei Yankelevich descrevendo a editora como “um coletivo voluntário”. Naquele ano, o número de novos lançamentos chegou a trinta volumes, mas Yankelevich queria reduzi-lo para 24 no ano seguinte (dois por mês), visto que era muito trabalho para os editores que tinham, todos, outros empregos. Naquele momento, eles contavam com 200 assinantes que recebiam tudo o que publicavam, excluindo algumas edições especiais, por US\$ 150. Além disso, algumas bibliotecas como a Beinecke de Yale e a biblioteca da Universidade de Buffalo, que possuem coleções de poesia muito extensas, estavam adquirindo todos os seus títulos, inclusive as edições especiais. Para as livrarias, a Ugly Duckling trabalha com um distribuidor sem fins lucrativos com sede em Berkeley, que distribui seus livros “normais”. Eles têm uma rede menor de livrarias onde distribuem diretamente os poucos exemplares de livros artesanais ou as edições especiais. Eles organizam muitos eventos de poesia e usam a internet de forma extensiva, um recurso importante para essas pequenas editoras cujos livros não são distribuídos nas grandes redes de livrarias.

A editora é especializada em poesia e escrita experimental. Na entrevista, Yankelevich mencionou a Burning Deck como sua “editora favorita” e seu “modelo”. Em 2010, as traduções representaram cerca de um quarto dos títulos que publicaram. Elas chegaram a representar até metade do número total de novos lançamentos em alguns anos. Os livros são traduzidos principalmente do russo e de outras línguas eslavas, embora tenham alguns títulos do francês e de outras línguas não eslavas. Quando perguntado sobre como seleciona as obras para publicação, Matvei Yankelevitch respondeu de forma muito semelhante a Doucey:

Isso não foi um grande problema por cerca de sete anos, começou a ser agora, com a série de poetas do Leste Europeu porque assim que eu avisei as pessoas sobre o que estava acontecendo, havia tantos tradutores que estavam procurando por um lugar para enviar suas traduções, especialmente a vanguarda russa e do leste europeu, e trabalhos contemporâneos, não havia muitos lugares interessados em publicá-las, porque é bastante esotérico, as editoras aqui não sabiam o que escolher, não queriam investir dinheiro porque sabiam que não iriam vender. Então, quando eu comecei a série, logo de cara consegui manuscritos de traduções de poetas que eu queria publicar algum dia, como [Dmitri] Prigov, [Lev] Rubinstein, não sei se você conhece esses nomes, mas são conceitualistas de Moscou, afiliados aos conceitualistas de Moscou, realmente excelentes poetas que, então por volta dos..., nos anos 70 e 80... mais nos anos 90, depois da Perestroika e da Glasnost, eles se tornaram, depois da queda da União Soviética, eles se tornaram poetas importantes e conhecidos, mas antes disso

todos faziam parte dessa cena *underground* de artistas e assim por diante... nós tentamos pegar escritores que não são necessariamente os mais conhecidos em seus países, você sabe, eles não são necessariamente os Milosz, eles não são os ganhadores do Nobel... pessoas que, como os poetas americanos que publicamos, são mais jovens ou que vêm trabalhando há muito tempo em um espaço um pouco periférico, então é isso, também porque é muito fácil ir a algum país e dizer assim, bom, quem é o poeta mais conhecido e apenas publicá-lo. Mas isso não é interessante para mim. É mais interessante saber dos tradutores quem está fazendo um trabalho interessante. Então, os tradutores são incrivelmente úteis, na verdade, para encontrar as coisas (Entrevista citada).

Este excerto destaca o papel dos tradutores no polo de pequena circulação. Seu investimento, como o da editora, é típico da lógica específica e mais autônoma do campo literário. Também típica desse polo é a confiança no conselho e opinião dos tradutores, diferentemente das áreas mais comerciais do campo editorial, nas quais os editores suspeitam que os tradutores atuem por interesse próprio ao propor traduções e, assim, os consideram menos confiáveis do que outras fontes de recomendação de traduções. Outra grande diferença é que nas áreas mais comerciais do campo editorial, os tradutores são pagos pelo seu trabalho, enquanto os tradutores de poesia geralmente trabalham de graça ou por quantias muito pequenas: tanto Bruno Doucey quanto Ugly Duckling tentam dar um pequeno pró-labore para tradutores, de até € 1.500 para Doucey (este é, por exemplo, o valor que ele pagou por uma antologia de textos de mulheres da geração Beat), US\$ 500 para Ugly Duckling (em vez de *royalties*) quando recebem subsídios (ou do ministério da cultura do país de origem do livro, ou do Estado de Nova York), o que obviamente é muito menos do que os tradutores de romances ganham.

Consequentemente, a própria divisão do trabalho é diferente no subcampo da poesia. Da mesma forma que a distinção entre editor e criador pode ser borrada sem afetar o crédito do criador, o tradutor, que muitas vezes é também poeta, é visto como um mediador-chave e seu nome e *status* como autor são mais valorizados do que no polo comercial do campo editorial. Este também é o caso de quando o tradutor é um poeta reconhecido: por exemplo, as traduções de Baudelaire de Edgar Allan Poe foram incluídas nas obras completas de Baudelaire, na prestigiosa série de clássicos da Gallimard, “La Pléiade”. Trata-se de um exemplo extremo, o que é ainda mais significativo por ter ocorrido em 1932, muito antes de os tradutores receberem o *status* legal de autores na lei francesa de direitos autorais e serem reconhecidos como autores nas bibliografias oficiais. Também nos lembra que a prática da tradução é mais comum entre poetas do que entre romancistas, pois nutre o trabalho criativo do poeta (também pode ser um ganha-pão).

A maioria dos tradutores que trabalham com a Ugly Duckling são professores (como Richard Sieburth) ou estudantes de pós-graduação. Yankelevich os recruta parcialmente durante as conferências de tradução, conforme descrito no trecho da entrevista que segue:

Na maior parte das vezes, são eles que se aproximam. Quero dizer, eu sempre vou a essas conferências de tradução e digo às pessoas e divulgo e falo que estamos procurando traduções, e você sabe que temos um período de leitura em aberto no inverno para minhas séries para que as pessoas possam enviar coisas, mesmo quando não é solicitado. Mas há vários tradutores que eu só pergunto, sabe, qual é a coisa mais interessante na poesia polonesa agora, o que os escritores mais jovens estão fazendo. Então, esperançosamente ou lentamente, eu tenho algum interesse e alguém diz que conhece alguém que está traduzindo isso e aquilo etc. (Entrevista citada).

Por ser ele mesmo tradutor, Yankelevich edita as traduções que publica. Ele geralmente pede uma amostra e decide se funcionará ou não. Em muitos casos, ele teve que rejeitar projetos porque achou que as traduções não eram boas o suficiente. Questionado sobre o que é uma boa tradução aos seus olhos, respondeu:

Como tradutor é muito difícil dizer o que é isso, mesmo que eu tenha traduzido... Não há fórmula para mim, tipo, poderia ser uma boa tradução a que tem semelhanças formais ou é uma boa tradução, a que coloca primeiro o significado em um sentido, mas sempre uma boa tradução é uma boa escrita. Escrita interessante em inglês. Então, na língua-alvo, como se costuma dizer. E para mim é importante que pareça estranho, ou que pareça um pouco como algo novo... algo que não foi escrito em inglês. Eu realmente não quero que seja algo que seja, tipo, oh, isso é como algum poeta americano que eu já li. Eu gostaria de sentir a diferença, mas ainda assim entendê-la, então isso me deixa muito mais engajado e me faz pensar na língua original e nas possibilidades da nossa língua. Então, essas são coisas importantes para mim. Quer dizer, é quase impossível descrever o que é, certo? Sabe, tipo, às vezes tem algo estranho nisso e você não sabe, é a tradução ou é o escritor? Mas se é um bom tipo de estranho e se você está constantemente curioso, engajado e surpreso, então provavelmente é uma boa tradução.

Essa postura se opõe claramente à norma de tradução literária que prevalece no mercado editorial americano, em que os editores querem que uma tradução não seja sentida como tal e, assim, tendem a apagar todas as passagens estranhas (Toury, 1995; Venuti, 1995). Essa norma domesticadora também prevalece na Grã-Bre-

tanha e na França, um pouco menos na Alemanha, onde uma norma de traduções “estrangeirizantes”, que criam um efeito de estranhamento, foi teorizada, seguindo Schleiermacher, e valorizada na tradução literária de luxo (Berman, 1992; Casanova, 2010). Esta é a norma a que Matvei Yankelevich se refere quando fala em manter a sensação de que “há algo estranho” nisso. No entanto, ele ressalta o fato de que tem que ser um “bom tipo de estranho”, distinguindo assim entre o que poderíamos chamar de “estranho com defeito” e “estranho criativo”.

Yankelevich conseguiu com sucesso estabelecer a Ugly Duckling. Desde 2009, ele é membro da faculdade de escrita da Milton Avery Graduate School of the Arts no Bard College, e lecionou para o Mestrado em Belas Artes em Escrita Criativa e Tradução Literária no Queens College em 2015-2016, e na Divisão de Redação da Escola de Artes da Universidade de Columbia.

Conclusão

A tradução de poesia em revistas e antologias participou da formação de um campo literário transnacional no período entreguerras, tanto por seu papel na construção das literaturas nacionais como por ser o gênero privilegiado das vanguardas. A partir da década de 1970, no entanto, a poesia foi progressivamente marginalizada no mercado mundial de tradução literária. Grandes editoras literárias dotadas de capital simbólico, que eram capazes de lançar novos poetas estrangeiros até a década de 1960, passaram a aplicar em ativos seguros e a publicar coleções de poetas já consagrados, introduzidos previamente por pequenas editoras (como frequentemente acontece com romancistas originais).

São essas pequenas editoras que se arriscam a investir em poesia traduzida, risco esse limitado pelo fato de muitas vezes eles trabalharem de graça e pagarem pequenos pró-labores tanto para poetas como para tradutores. Essa economia é antieconômica, na verdade, uma “economia invertida” nos termos de Bourdieu: perder dinheiro não é considerado um fracasso. Como Rosemarie Waldrup, diretora do Burning Deck, coloca:

— Quero dizer, é desse modo que é possível fazer, porque não dá dinheiro. Na verdade, sabe, é preciso dinheiro. É uma maneira de gastar dinheiro em vez de ganhar.

O desinteresse é condição para alcançar o reconhecimento, portanto, de acumular capital simbólico. Como outras profissões artísticas (Freidson, 1986), é sustentada por trabalhos no ensino ou em outros domínios, por doações de fundações filantrópicas ou de governos.

Por ser um “trabalho por amor”, publicar poesia traduzida não conta com a tradicional divisão de trabalho que prevalece no campo editorial. Os criadores também são mediadores, tradutores, agentes transculturais (propondo textos para traduzir), editores e/ou publicadores. Os seus investimentos na tradução são possibilitados por competências linguísticas específicas adquiridas através da emigração (como o fundador de La Différence; Keith e Rosemarie Waldrup; ou Matvei Yankelevich) ou pela aprendizagem de línguas (ou educação literária, caso de Douglas Messerli), e/ou construindo uma rede de poetas estrangeiros ou de tradutores (caso de Bruno Doucey).

Eles se apoiam em redes informais, construídas sobre seu capital social e simbólico como poetas e tradutores – capital social que eles ampliam em virtude dos festivais de literatura, leituras públicas, conferências e redes sociais na internet. Essas redes formam uma comunidade que compartilha a crença na e o amor pela poesia, que é vinculada por afinidades eletivas (como Ugly Ducklying com Burning Deck), e que se opõe ao polo comercial do campo literário. No entanto, esta comunidade não é unificada; ela pode ser dividida por diferentes opções estéticas, como vimos, e atravessada por lutas (como foi o caso na França entre as duas grandes escolas de poesia das últimas décadas). O desinteresse os alivia do tipo de compromisso que se precisa fazer ao construir a carreira de escritor. Eles podem afirmar livremente sua distinção e seu desprezo pelas correntes literárias dominantes, como vimos com Douglas Messerli, bem como por seus rivais. Eles não sentem que têm que representar qualquer coisa, mas acreditam cumprir uma missão cultural, seja do lado socialmente engajado – como Bruno Doucey –, seja do lado vanguardista – como Matvei Yankelevich. De fato, Yankelevich descreve explicitamente sua missão como fornecedor de uma alternativa à cultura dominante ou ao *mainstream*:

Então esse senso de importância pode ser... você sabe, nós poderíamos “botar a boca no trombone”, nós poderíamos, como eles dizem, tocar nossa própria buzina e dizer ei, isso é muito importante e algo assim é muito importante, mas nós também somos uma editora pequena e há uma espécie de limiar de importância. Somos importantes de uma maneira menor, talvez, e nossos livros são – esperamos – importantes de uma maneira menor. Eles permeiam uma certa parte da cultura, mas não necessariamente, você sabe, não é como se fôssemos os primeiros a publicar *O Inferno* de Dante ou algo assim. Mas é importante ter essas coisas periféricas porque, caso contrário, tudo o que você tem é uma história ou uma versão, e então acho que tivemos sucesso na medida em que podemos fornecer certas alternativas à leitura e fornecer aos leitores curiosos as coisas que de outra forma não conseguiriam ter (Entrevista citada).

Referências

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 2006 [1983].

BANDIER, Norbert. *Sociologie du surréalisme*. Paris: La Dispute, 1999.

BERMAN, A. *The experience of the foreign: culture and translation in romantic Germany*. Albany, NY: State University of New York Press, 1992.

BOSCHETTI, Anna. *La poésie partout: Apollinaire, homme-époque (1898-1918)*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2001.

_____. *Ismes. Du réalisme au postmodernisme*. Paris: CNRS Éditions, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A conservative revolution in publishing. *Translation Studies*, v. 1, n. 2, p. 123-153, 2008 [1999].

_____. *Practical reason: on the theory of action*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.

_____. *The field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge, UK: Polity Press, 1993.

_____. *The rules of art*. Cambridge, UK; Stanford, CA: Polity Press; Stanford University Press, 1996 [1992].

CASANOVA, Pascale. Consecration and accumulation of literary capital: translation as unequal exchange. In: BAKER, Mona (Ed.). *Critical readings in translation studies*, p. 285-303. London: Routledge, 2010.

_____. *The world republic of letters*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004 [1999].

CHARLE, Christophe. *La crise littéraire à l'époque du naturalisme: roman, théâtre et politique*. Paris: Pens, 1979.

DUBOIS, Sébastien; FRANÇOIS, Pierre. Career paths and hierarchies in the pure pole of the literary field: the case of contemporary poetry. *Poetics*, v. 41, n. 5, p. 501-523, 2013.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem studies. *Poetics Today*, v. 11, n. 1, p. 1-268, 1990.

FREIDSON, Eliot. Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique. *Revue Française de Sociologie*, v. 27, n. 3, p. 431-443, 1986.

JEANPIERRE, Laurent. Modernisme “américain” et espace littéraire français: réseaux et raisons d’un rendez-vous différé. In: BOSCHETTI, Anna (Ed.). *L’Espace culturel transnational*, p. 385-426, Paris: Nouveau Monde, 2010.

MANSANTI, Céline. *La revue Transition (1927-1938). Le modernisme historique en devenir*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

MURAT, Laure. *Passage de l’Odéon: Sylvia Beach, Adrienne Monnier et la vie littéraire à Paris dans l’entre-deux-guerres*. Paris: Fayard, 2003.

SAPIRO, Gisèle. Les grandes tendances du marché de la traduction. In: BANOUN, Bernard; POULIN, Isabelle; CHEVREL, Yves (Eds.). *Histoire des traductions en langue française, XX^e siècle*. Paris: Verdier, 2019.

_____. The role of publishers in the making of world literature: the case of Gallimard. *Letteratura e Letterature*, v. 11, p. 81-94, 2017.

_____. How do literary texts cross borders (or not). *Journal of World Literature*, v. 1, n. 1, p. 81-96, 2016a.

_____. The metamorphosis of modes of consecration in the literary field: academies, literary prizes, festivals. *Poetics*, v. 59, p. 5-19, 2016b.

_____. Strategies of importation of foreign literature in France in the 20th Century: the case of Gallimard, or the making of an international publisher. In: HELGESSON, Stefan; VERMEULEN, Pieter (Eds.). *Institutions of world literature: writing, translation, markets*, p. 143-159. London: Routledge, 2015a.

_____. Translation and symbolic capital in the Era of Globalization: French literature in the United States. *Cultural Sociology*, v. 9, n. 3, p. 320-346, 2015b.

_____. Translation and identity: social trajectories of the translators of Hebrew literature in French. *TTR*, v. 26, n. 2, p. 59-82, 2013.

_____. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, v. 38, n. 4, p. 419-439, 2010.

_____. L’internationalisation des champs intellectuels dans l’entredeux-guerres: facteurs professionnels et politiques. In: _____ (Ed.). *L’Espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation. XIX^e-XX^e siècle*, p. 111-146. Paris: La Découverte, 2009.

_____. Translation and the field of publishing. A commentary on Pierre Bourdieu’s “A conservative revolution in publishing”. *Translation Studies*, v. 1, n. 2, p. 154-167, 2008a.

_____. (Ed.). *Translation. Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Éditions, 2008b.

_____. *The french writer's war, 1940-1953*. Durham, NC: Duke University Press, 2014 [1999].

SAPIRO, Gisèle; RABOT, Cécile (Eds.). *Profession? Écrivain*. Paris: CNRS Éditions, 2017.

SCHIFFRIN, André. *The business of books*. New York: Verso, 2020.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales: Europe XVII^e siècle-XX^e siècle*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1998.

THOMPSON, John B. *Merchants of culture: the publishing business in the Twenty-First Century*. Malden, MA: Polity Press, 2010 [1998].

TOURY, Gideon. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam, NE; Philadelphia, PA: John Benjamins, 1995.

UNGUREANU, Delia. *From Paris to Tlön. surrealism as world literature*. London: Bloomsbury, 2017.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: a history of translation*. New York: Routledge, 1995.

WEBER, Max. The nature of social action. In: RUNCIMAN, W. G. (Ed.). *Weber: selections in translation*. Translated by MATTHEWS, E., p. 7-32. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.



Resenhas

Para além de centro e periferia? Repensando a sociedade do trabalho contemporânea

Recebido: 18.08.22
Aprovado: 04.10.22

MACIEL, Fabrício. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

Thalita Barreto Sarlo (<https://orcid.org/0000-0002-5532-0445>),
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf),
Campos dos Goytacazes, RJ, Brasilⁱ.

i. Thalita Barreto Sarlo é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). <thalitasarlo@pq.uenf.br>.

A relevância do lançamento desta segunda edição, revista e ampliada, de *A nova sociedade mundial do trabalho* está em sua contribuição para a interpretação da sociedade do trabalho em uma sociedade global. O título faz jus ao conjunto da obra, já que Fabrício Maciel trata a sociedade do trabalho para além do centro e da periferia e para além dos limites das sociedades nacionais. A bibliografia chama atenção por ser composta de sociólogos influentes da contemporaneidade.

Experiente principalmente no tema do trabalho e do reconhecimento, o autor apresenta essa obra, que é fruto de sua pesquisa de doutorado, incluindo parte da pesquisa empírica realizada durante sua estadia sanduíche. Trata-se de um livro de grande esforço e complexidade teórica, contudo, Maciel consegue apresentar isso de forma muito clara e precisa, com uma linguagem que o aproxima do leitor.

O Prefácio desta segunda edição foi escrito por Cinara Rosenfield, onde ela faz um excelente resumo da obra que apresenta, destacando as novidades de sua abordagem e o desafio instigante de conjugar teoria com empiria e as diferenças entre o centro e a periferia nas mudanças recentes da sociedade do trabalho.

A Introdução do livro, nesta nova edição, destaca as diferenças no contexto social, político e econômico no Brasil que separam esta edição da primeira, de 2014. Essa tarefa é realizada não apenas na Introdução, mas ao longo do livro, buscando dar atualidade aos debates teóricos. Se, no contexto conjuntural que o livro foi escrito, o Brasil vinha avançando no combate à desigualdade histórica e estrutural, agora a ascensão da extrema-direita marca um trágico retrocesso no caminho para a cida-

dania e para a dignidade. Além disso, o autor retoma o uso do conceito de “trabalho indigno” (Maciel, 2006; 2018) cunhado por ele para tratar os aspectos morais do trabalho precário. Demonstra, assim, certa continuidade teórica nos temas da moralidade, do trabalho, do reconhecimento e da desigualdade que compõem sua carreira acadêmica. Posto isto, Maciel deixa claro que a intenção do livro é contribuir para um esforço de interpretação do Brasil no cenário do capitalismo global atual.

No primeiro capítulo, o autor instaura uma discussão teórica e epistemológica com a intenção de formular uma teoria da sociedade mundial do trabalho. Para tanto, dialoga especialmente com a obra de Ulrich Beck, destacando e reconstruindo sua reflexão sobre o nacionalismo metodológico. Os temas-chave abordados por Maciel estão localizados no panorama teórico do sociólogo alemão, em particular no conceito de “sociedade de risco”, concordando que há uma produção mundial dos riscos que ameaça hoje também a Europa. Neste contexto, Maciel já inicia a crítica à tese da “brasileirização do ocidente” de Ulrich Beck, que tratará em capítulo posterior. Até então, tenta chamar atenção para os aspectos positivos dessa tese, que é trazer a periferia do capitalismo para o debate.

O ponto central deste capítulo está na ênfase posta sobre a necessidade de compreender a sociedade do trabalho em sua dimensão global, abandonando as categorias analíticas que se restringem às sociedades nacionais. A crítica ao nacionalismo metodológico tem o mérito de permitir refletir sobre a produção e reprodução da desigualdade global. Esta questão é fundamental para a construção do argumento de Maciel sobre a “dupla precarização” na periferia do capitalismo, operada pela atual precarização do trabalho em escala mundial, que atinge os países centrais e radicaliza a precarização histórica e estrutural na periferia.

No segundo capítulo, Maciel parte da obra de três importantes e influentes teóricos contemporâneos: Claus Offe, Ulrich Beck e André Gorz. Sua proposta é oferecer uma interpretação da nova sociedade do trabalho sem aceitar as alternativas dos autores que declararam o fim ou o pós-sociedade do trabalho. Tarefa original do ponto de vista crítico, já que a revisão da obra de autores como Offe e Gorz, segundo o próprio Maciel, é fundamental para a compreensão das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho.

Em Claus Offe, Maciel destaca que os dados empíricos apresentados pelo autor para demonstrar a heterogeneidade de situações de trabalho na Europa são, na verdade, a chegada de produtos negativos do capitalismo que sempre estiveram presentes na periferia. Nesse sentido, para Maciel, o autor desconsidera um dado universal do capitalismo, que é a existência do trabalho informal como regra na periferia do sistema.

No ponto de vista de Maciel, Offe tem uma grande dificuldade ao analisar o advento do setor de serviços e a divisão entre trabalho “produtivo” e de “serviços”, estabelecendo uma hierarquia moral do primeiro sobre o segundo. O trabalho produtivo, para Offe, abarca uma racionalidade formal, o trabalho informal uma “racionalidade substantiva” e representa uma deterioração do sistema. Dessa forma, Maciel acredita que Offe, apesar da tentativa crítica, reproduz sutilmente a ideia de que a racionalidade presente no centro do capitalismo é superior à das economias periféricas. Maciel questiona ainda o abandono da centralidade do trabalho em Offe, o que só é possível porque para o autor, trabalho é sinônimo de trabalho assalariado e digno.

Ao revisar a obra de André Gorz, Maciel discute, primeiramente, o advento do “pós-fordismo” analisado pelo autor. Destaca desta contribuição de Gorz o fato de o pós-fordismo retirar a proteção jurídica do trabalho e de a negociação coletiva tornar-se cada vez mais individualizada. O efeito gerado por essa transição – segundo Gorz – é que “somos todos precários” e “precários em potencial”; aqui Maciel chama atenção que o precário em potencial sempre existiu no capitalismo, estando esse autor com isso preso a uma conjuntura europeia.

A desconstrução da centralidade do trabalho operada por Gorz para dar lugar à “sociedade do conhecimento” é geralmente o foco do debate de sua obra. Entretanto, o mérito desta análise é de não descartar a importância da contribuição de Gorz para a compreensão do trabalho na contemporaneidade. Dessa forma, ao mesmo tempo em que discute os conceitos de “pós-fordismo” e “sociedade do conhecimento” de Gorz, Maciel faz um esforço analítico de compará-los com conceitos de outros autores, como o de “sociedade salarial” em Robert Castel, de “modernidade reflexiva” em Ulrich Beck, e de “novo capitalismo” em Richard Sennett.

Ainda no segundo capítulo, o autor resume os principais pontos da contribuição de dois livros de Ulrich Beck para pensar a sociedade mundial do trabalho. Beck também constatou as mudanças no mundo do trabalho trazidas pelas tecnologias de informação, a modernização e a fragmentação do fordismo, que, como consequência, trouxeram flexibilidade, insegurança e aumento crescente da precariedade, provocando um “regime de risco”. Em síntese, os três autores debatidos neste capítulo cometem esse mesmo erro de pensar em trabalho como sinônimo de trabalho na sociedade do bem-estar social e deixam, portanto, de ter uma visão abrangente da sociedade do trabalho.

Adiante, no terceiro capítulo, Maciel adentra a fundo a obra de André Gorz, refletindo sobre a “sociedade do conhecimento”. Essa ideia proposta por Gorz aparece em um contexto de vários supostos “fins” e vários “pós”: “pós-fordismo” “fim das

sociedades do trabalho”, “pós-moderno”, dentre outros. Nesse sentido, Maciel vê um “alarde apocalíptico” que já se tornou o discurso dominante de nossa época sobre ela mesma (p. 110). Em vista disso, o autor busca responder à seguinte pergunta: “do trabalho ao conhecimento?” Ou seja, é possível dizer que saímos de uma sociedade do trabalho para uma sociedade do conhecimento? A discussão gerada é muito frutífera, pois, Fabrício aceita parte da análise de Gorz, que ele diz ser ao mesmo tempo ambígua e produtiva, por ajudar a compreender o dado empírico que é o advento do setor de serviços e do conhecimento tecnológico especializado. Em contraste com outras críticas a Gorz, como no caso de Ricardo Antunes (2000), Maciel se alia, neste ponto, à discussão de Gorz, ou seja, a que existe uma nova modalidade de mercadoria: a imaterial.

Por outro lado, critica Gorz por não refazer uma teoria da sociedade do trabalho e por anunciar o fim da sociedade do trabalho, algo que poderia ter até mesmo realizado com a análise proposta. Como hipótese alternativa, propõe reconstruir o que é a sociedade do trabalho contemporânea sem desconsiderar que o “mundo da produção” nunca deixou de existir (p. 120). Destaca ainda que é necessário tematizar a desigualdade na distribuição entre classes do conhecimento socialmente valorizado, e também, a desigualdade entre países, já que a produção de conhecimento especializado está em grande parte localizada nos países ricos, o que contribui para a reprodução mundial da desigualdade. É especialmente neste ponto que sua tese demonstra sua originalidade e habilidade para compreensão da realidade social.

No quarto capítulo, o autor faz uma crítica aprofundada sobre a tese da “brasilização do Ocidente” do grande teórico alemão Ulrich Beck. Para Maciel, autores europeus costumam dar muita ênfase ao momento histórico do *Welfare State*, como se fossem universais. No caso de Ulrich Beck – segundo Fabrício –, sua perspectiva “simboliza todo o particularismo eurocêntrico e culturalista que paira sobre o pensamento europeu pós-*Welfare*” (p. 144). Nesse sentido, a tese da “brasilização do Ocidente” explicita o medo de a Europa vir a ter uma precariedade generalizada como na periferia.

Novamente, Maciel ressalta a importância de se pensar uma sociedade mundial do trabalho que inclua a periferia, mas que também não parta dela para que não se resuma também ao nacionalismo metodológico. A ideia que o autor propõe, então, é tematizar o paradigma de uma “dupla precarização” do trabalho na periferia: uma estrutural e histórica, outra conjuntural, que atinge também os países centrais.

Robert Castel é o autor com o qual Maciel mantém maior afinidade, apesar de não deixar de tecer críticas também a ele. Isso porque, diferentemente dos autores su-

praticados, Castel não abandona a centralidade do trabalho e tampouco pretende substituí-lo pelo paradigma do conhecimento. No quinto capítulo, Maciel tematiza e explica os principais conceitos de Robert Castel, aderindo principalmente ao conceito de “questão social” e de “desfiliação social”. Apesar deste autor também partir de uma narrativa “pós-*Welfare State*” ele se diferencia, segundo Maciel, por colocar a “questão social” como ponto de partida, sendo assim, argumenta que a obra de Castel é fundamental para contribuir com uma nova teoria global do trabalho.

Com isso, um dos méritos de Maciel é esculpir a obra de Castel, de acordo com suas percepções de uma sociedade mundial e da realidade histórica do trabalho em países periféricos. Para ele, a principal questão social global de nossa época inclui a sociedade do trabalho e o enfrentamento de suas realizações negativas, estruturais e conjunturais. Aliás, é neste capítulo que ele apresenta a justificativa do conceito de “sociedade mundial”. De acordo com Maciel, é a partir da sociedade mundial que, “fugindo do nacionalismo metodológico, devemos tentar identificar sua grande questão social central, que, impede a reprodução e legitimação de uma sociedade do trabalho mundial mais igualitária” (p. 204).

No sexto capítulo, o autor trata dos “emergentes”; uma suposta nova classe média na sociedade mundial do trabalho, tratada por diversos autores, especialmente no momento em que foi lançada a primeira edição deste livro. Neste ponto, o autor critica algumas teses já estabelecidas sobre a existência de uma nova classe média.

Desse modo, Maciel trata do advento da flexibilidade nas diferentes classes sociais, uma virtude desta obra, já que não é algo comum em grande parte da literatura sobre o tema como, por exemplo, nas significativas contribuições de Boltanski e Chiappello (2009), bem como de Dardot e Laval (2006). Em seguida, retoma o assunto sobre a centralidade do trabalho e da classe. Em suma, defende que o principal autor para tratar de uma teoria de classes pensando nos imperativos de uma nova sociedade mundial do trabalho é Pierre Bourdieu com o conceito de *habitus*, e com a teoria dos capitais¹.

Ao chegar ao capítulo empírico, Maciel destaca duas perspectivas teóricas fundamentais para a compreensão do material que traz à tona: a inventividade da economia popular de Werner Sombart (Sombart, 1927, 1928, apud Maciel, 2021) e novamente a zona de vulnerabilidade de Robert Castel (Castel, 1998, apud Maciel, 2021). O material se refere à pesquisa empírica realizada na Feira de Caruaru, no agreste pernambucano, com os artesãos da região, resultado da pesquisa sobre os batalhadores brasileiros (Souza, 2010, apud Maciel, 2021).

1. Maciel cita a pesquisa sobre a “ralé brasileira” (Souza, 2009, apud Maciel, 2021), da qual participou, onde puderam aplicar os conceitos de Bourdieu para pensar essa classe social.

Neste eixo empírico, Maciel utiliza uma narrativa muito fluída para descrever a realidade de feiras e feirantes brasileiros. Dessa forma, conseguiu trazer a reflexão sociológica esperada através de sua narrativa e da articulação com a teoria. Neste ponto, destacou na experiência cotidiana da vida dos artesãos e feirantes de Caruaru sua inventividade explícita, através da arte, que contrasta com sua inventividade implícita: a necessidade de improviso, a inteligência e a busca por dignidade em condições materiais precárias. A elaboração dessa reflexão possibilitou sobrepor essa perspectiva microssociológica com a perspectiva macrossociológica que desenvolve ao longo do livro.

No capítulo seguinte, também empírico, Maciel recupera parte do material de pesquisa empírica realizado em sua estadia de doutorado sanduíche na Alemanha. Dessa vez, o autor está interessado na classe média tradicional e utiliza principalmente a teoria dos capitais de Bourdieu para a sua análise; busca destacar, através do material das entrevistas, como essa classe se reproduz e atualiza suas estratégias de inserção no mercado, tendo em vista as mudanças que ocorrem na sociedade mundial do trabalho. Com isso, consegue contrapor a forma de como essa classe se reproduz no tempo com o discurso meritocrático do capitalismo, demonstrando que o capital familiar, cultural e social são fundamentais para a renovação da velha classe média.

Ao chegar ao final do livro, Maciel propõe compreender um novo conflito de classes que se apresenta na sociedade mundial do trabalho atual. Aqui, fortemente influenciado pela ideia de classe social em Bourdieu e Jessé Souza, Maciel traz uma verdadeira contribuição para renovar o debate sobre “luta de classes” na contemporaneidade, destacando a ascensão dos batalhadores, o enfraquecimento da classe média tradicional, a ralé (que são os “sobrantes” da sociedade do trabalho) e uma elite global intocada em sua dominação transnacional.

Por fim, na conclusão, Maciel ainda discute alguns outros tópicos fundamentais para a compreensão da contemporaneidade: as supostas crises do capitalismo e o papel da grande mídia internacional. Encerra a discussão que apresentou ao longo do livro de forma categórica: “vivemos em uma sociedade mundial do trabalho dividida em classes sociais e não em Estados-nacionais” (p. 301), formando, assim, uma “nova desigualdade e dominação de classe internacional, radicalmente estruturada e legitimada” (p. 305).

No posfácio dessa nova edição, merece destaque o adendo que Maciel faz sobre as diferenças conjunturais que separam a primeira da segunda edição. Neste ponto, sinaliza que existem mudanças conjunturais que sempre estão inseridas em um

contexto estrutural maior². Em suma, a intensificação da indignidade do trabalho é a grande marca do novo capitalismo global, cuja conjuntura aprofunda a condição de indignidade estrutural brasileira.

2. Maciel apresenta um debate aprofundado sobre questões conjunturais e estruturais do Brasil em seu outro livro, *O Brasil-nação como ideologia* (2020).

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

_____. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*, p. 263-300. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2018.

_____. Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



O Brasil, a modernidade política e uma esquerda para o século XXI

Recebido: 14.09.22
Aprovado: 11.10.22

DOMINGUES, José Maurício. *Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades*. Coleção “Esquerda em Movimento”, Rio de Janeiro, Mauad X, 2021a.

Marcos Abraão Ribeiro (<https://orcid.org/0000-0002-6185-2448>), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campus Campos Centro, RJ, Brasilⁱ.

i. Marcos Abraão Ribeiro é jornalista, sociólogo, mestre e doutor em sociologia política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf); professor de sociologia do IFF, Campos, Rio de Janeiro, Brasil. <olamarcos@yahoo.com.br>

Depois da queda do socialismo real, da hegemonia do neoliberalismo e da ascensão do multiculturalismo, a esquerda e suas vertentes mostraram-se bastante desorientadas para construir projetos de transformação profunda da realidade. Dentro desse contexto, formular saídas de cunho revolucionário representaria, por exemplo, ortodoxia e anacronismo. No Brasil, a esquerda passa por uma profunda crise iniciada com as jornadas de junho de 2013, e que teve como consequências o golpe parlamentar de 2016 (Santos, 2017) e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A partir de uma conjuntura bastante adversa, o sociólogo José Maurício Domingues propõe uma análise crítica sobre a esquerda e uma série de encaminhamentos político-normativos que têm como fim colocá-la junto às demandas do século XXI, através de sua teoria crítica de matriz ecumênica (Domingues, 2011; 2013; 2021b). O livro também é o aprofundamento da reflexão iniciada em *Esquerda: crise e futuro* (2017), em um contexto decisivo para a combalida democracia brasileira, e está organizado em uma apresentação e sete capítulos, dos quais apresentarei os elementos principais para, em seguida, tecer alguns comentários.

Na Introdução, Domingues expõe o contexto descendente em termos civilizatórios no qual o Brasil está inserido por conta da ascensão da extrema-direita à Presidência da República, da hegemonia do neoliberalismo e do rebaixamento global da cultura e de seus particulares efeitos no país. A partir da teorização de fundo que descarta essencialismos políticos, Domingues sustenta que a forte oligarquização do sistema político brasileiro foi responsável por não acolher os participantes e as demandas positivas das jornadas de junho de 2013 (p. 11), evento decisivo para a compreensão da crise brasileira atual. Também estão inseridos na Introdução os temas que serão trabalhados nos capítulos, juntamente com a defesa da construção

de uma frente ampla contra os retrocessos civilizatórios e o argumento provocativo de que o livro vem para produzir incômodo e fomentar o debate (p. 12).

No primeiro capítulo, Domingues apresenta a teorização crítica sobre os elementos oligárquicos da democracia liberal e representativa, bem como do Estado contemporâneo em perspectiva global, pois defende que a modernidade política dispõe de regimes outros que a democracia, como autocracia e oligarquia (p. 15). A teorização crítica é fundamental para a análise sobre o bolsonarismo, pois não o caracteriza como singularidade política brasileira de cunho pré-moderno. Nesse sentido, defende que durante os séculos XIX e XX houve uma tendência democratizante da democracia liberal (p. 16), mas que, no século XXI, foi sobrepujada pela desdemocratização global e consequente constituição de uma oligarquia liberal avançada no controle do sistema político (p. 17). A partir desses elementos, podemos compreender a ascensão contemporânea das forças de extrema-direita, como Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil.

Dentro do contexto global de ascensão da extrema-direita, Domingues argumenta que a América Latina, em que pese os impulsos democráticos nos anos 1980 e 1990, tem nos sistemas políticos aspectos oligárquicos que se associam a traços neopatrimonialistas do Estado. Assim, o autor apresenta os elementos que foram decisivos para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência de República. Domingues procura caracterizar o governo Bolsonaro de modo a distingui-lo de seu personagem principal, pois apesar de apresentar fortes características autocráticas, o Brasil não possui um governo completamente de extrema-direita (p. 26). Domingues também articula, no primeiro capítulo, os elementos que devemos esperar da oposição democrática à extrema-direita, bem como enfoca a mudança social como traço central para a formulação de inovações políticas que renovem a democracia e o pensamento democrático (p. 28). Nesse sentido, aponta a necessidade de democratização dos partidos, bem como a incorporação de agendas relativas às mudanças climáticas, às modificações radicais no capitalismo contemporâneo e no trabalho, de forma a envolver trabalhadores plebeus, jovens e mulheres, indo assim além das políticas públicas convencionais (p. 32). O autor, contudo, não deixa de reconhecer o cenário complicado para as mudanças, sobretudo pelo protagonismo de Lula e do PT, que tendem a paralisar os movimentos de renovação e mudança que ocorriam na esquerda e na centro-esquerda. Domingues finaliza o capítulo citando Adorno e conclamando os leitores para o uso da razão no enfrentamento do irracionalismo da extrema-direita.

No segundo capítulo, o sociólogo centra sua atenção na teoria crítica e na possibilidade de utilizá-la para projetar mudanças sociais e políticas de grande envergadu-

ra. Nesse sentido, enfatiza a pouca atenção dispensada à análise política na teoria crítica e no marxismo ocidental (p. 35). Também chama atenção para a grave crise enfrentada pela teoria crítica amplamente concebida, sobretudo em razão dos avanços conceituais muito limitados. Após analisar criticamente as proposições de Laclau, Mouffe, Hard, Negri, Dardot e Laval, o sociólogo propõe uma saída além da modernidade para a construção de um novo imaginário calcado em instituições que possam incorporá-lo, de forma a ter na democracia radical o horizonte crítico imanente (p. 48-49). Domingues encerra o capítulo defendendo a necessidade de democratizar a modernidade política de modo a fazer com que os seus valores – como liberdade igualitária e solidariedade – possam ser profundamente institucionalizados (p. 52). Também existe a defesa da união entre as correntes mais radicais com as moderadas, como a centro-esquerda, para possibilitar mudanças efetivas.

No terceiro capítulo é realizada a análise das três vertentes da esquerda nos séculos XIX e XX, isto é, social-democracia, socialismo/comunismo e anarquismo, com o objetivo de formular saídas a partir e além das matrizes que conformam amplamente a esquerda (p. 57). A exposição é iniciada pela social-democracia, especificamente por suas raízes, que fizeram como que a matriz tivesse uma adesão formal ao marxismo e convivesse com o capitalismo, pois foi descartando projetos de mudanças mais amplas que pudessem ir além do sistema e da democracia liberal (p. 61). A partir da crise do capitalismo, nos anos 1970, a social-democracia sofre uma importante mudança com a adoção do social-liberalismo, a defesa da racionalidade do mercado e a perspectiva de suporte aos mais pobres, mesmo que Espanha e Portugal tenham buscado um retorno a políticas sociais de caráter forte e universalista (p. 62).

Logo após, o sociólogo sumariza os elementos centrais do materialismo histórico, bem como o seu encaminhamento teleológico em torno da constituição final do comunismo, que representaria emancipação da espécie (p. 63). Domingues também realiza um balanço crítico da experiência soviética iniciada através de Lênin, sobretudo as mudanças que levaram o comunismo soviético a constituir uma autocracia brutal por meio do domínio de Stalin e do partido-Estado, que se configurava como grupo oligárquico fechado, o coletivismo autoritário (p. 69). Domingues também aborda o maoísmo e sua relação com o partido-Estado, e sustenta que a revolução do século XX foi marcada pelo coletivismo autoritário, que não está presente na teorização de Marx (p. 77). Mesmo com a apreciação crítica, o sociólogo não deixa de expor os elementos positivos, como a ascensão social, por exemplo.

Domingues também aborda os elementos centrais do anarquismo, como suas variações desde a concepção originária e o papel de Proudhon como principal per-

sonagem dessa corrente de esquerda, além de focar as dificuldades que esta ideologia política carrega consigo para levar a cabo sua proposta sem ter de recorrer a hierarquias vastas e quase sem controle que existem na sociedade moderna e complexa (p. 80-81). Contudo, o sociólogo argumenta que a visão dos teóricos e militantes anarquistas em torno da horizontalização do poder político não deve ser desqualificada. No entanto, defende que não é cabível nem democrático imaginar o fim da burocracia racional-legal do Estado moderno, pois o que deve ser feito é sua democratização (p. 81).

No quarto capítulo, Domingues delimita os pontos mais problemáticos de cada uma das correntes, como a falência do socialismo real e dos seus congêneres e as limitações do Estado de bem-estar social (p. 84-86). Nesse sentido, é necessário aprofundar as tendências emancipatórias, enfrentar a questão do trabalho e fazer com que a perspectiva socialista possa se unir ao feminismo, ao antirracismo e ao ambientalismo de modo a servir de parâmetro para as utopias concretas (p. 98).

Após realizar um balanço crítico das três vertentes da esquerda, Domingues retoma sua abordagem sobre o caso brasileiro para defender a necessidade de visões de longo prazo e de estratégia para a esquerda, isto é, a formulação de projeto para a transformação profunda da realidade, pois o que predomina é uma visão imediatista na militância que, no caso do Partido dos Trabalhadores, existe desde a fundação do partido (p. 103).

No quinto capítulo, o sociólogo analisa as ações do PT e de Lula, como a questão das alianças políticas e a ausência de programa e objetivos claros e de longo prazo quando assumiu o governo (p. 107). Sobre o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), outro importante partido de esquerda, Domingues afirma que ele reproduz em grande parte a cultura política do PT, baseada na experiência e no imediatismo (p. 109). Como saídas, o pragmatismo e o taticismo precisam ser questionados, uma vez que foram responsáveis por levar ao oportunismo, à ausência de princípios e aos conchavos de cúpula (p. 114). É necessário também democratizar o oligárquico sistema de partidos, cujo caráter é radical na América Latina.

Após apontar ações necessárias para a reconstrução da esquerda, Domingues aborda algumas experiências recentes na Europa – o Vedes alemão e o Podemos espanhol. Apesar das diferenças entre os partidos europeus e latino-americanos, existe a defesa de que é possível a esquerda brasileira aprender com os exemplos europeus (p. 121). Mas o sociólogo afirma que, na conjunta imediata, em que o horizonte de possibilidades se mostra fechado, o imperativo principal é a construção de uma aliança em defesa da democracia (p. 122). Apenas a partir da demo-

cracia é que será possível um processo de transformação sustentável, democrático e socialista (p. 123).

No sexto capítulo, Domingues aborda o consequencialismo e os equívocos da esquerda, uma vez que os fins nobres cobraram um custo muito alto, como é o caso da Bolívia (p. 127). Domingues defende que houve a acomodação da esquerda ao sistema político marcado pela corrupção e o neopatrimonialismo – elementos limitadores da democracia na modernidade política. Existe a defesa da colocação do consequencialismo ao mínimo, de modo a possibilitar a construção de uma perspectiva efetivamente de esquerda, isto é, baseada nos ideais de igualdade e liberdade, para gerar condições para a democratização do sistema político e da própria democracia.

No sétimo capítulo, Domingues articula proposições de transformação da realidade com as questões concretas, isto é, a necessidade de se pensar no curto e médio prazos e vislumbrar o futuro em longo prazo (p. 139). O sociólogo também sustenta a necessidade de a esquerda sair do isolamento para que possa enfrentar a oligarquia liberal do governo Bolsonaro com possibilidade efetiva de transformação. Para a construção e defesa de uma democracia de alta intensidade, propõe o estabelecimento de conselhos nos entes federados, democratização dos partidos de centro-esquerda e esquerda, participação paritária das mulheres, reforma democratizadora do Judiciário. Domingues termina o livro defendendo a necessidade de superar o dogmatismo, de abrir o horizonte de possibilidade e de encarar o futuro (p. 150).

O livro de José Maurício Domingues possui muitos méritos dos pontos de vista teórico e político. O sociólogo realiza uma análise da modernidade política para além de sua caracterização idealizada e restrita às democracias liberais do Atlântico Norte, pois o autor apresenta uma teorização que oferece um diagnóstico bifurcado da modernidade política entre democracia e autocracia (Dutra & Ribeiro, 2021). Domingues nos proporciona, portanto, uma teoria política a partir da periferia e, conjuntamente, a possibilidade de questionarmos os limites de interpretações como a de Jessé Souza, que reporta uma imagem simplificada do sistema político através da defesa da dominação da elite do atraso e do consequente ódio aos pobres (Souza, 2017), que não permite que observemos, por exemplo, que o autoritarismo também é um componente dos partidos de esquerda e que a democratização desses é condição crucial para a possibilidade efetiva de reabertura do horizonte histórico em termos de mudanças sociais e políticas substantivas. Também é um contraponto à leitura de Lilia Schwarcz (2019), que analisa o autoritarismo contemporâneo como fruto do passado tradicional e como singularidade política brasileira (Ribeiro,

2020). O livro recusa, portanto, explicações de grande convencimento público e de pouca densidade teórica e analítica.

Ao mesmo tempo, o livro de Domingues amplia análises críticas sobre a esquerda brasileira como presente em Luís Felipe Miguel (2019), que constrói uma interpretação crítica da democracia e do Partido dos Trabalhadores e de seu pragmatismo desenfreado ao ocupar a Presidência da República. Assim, o livro resenhado nos permite compreender dialeticamente a generalidade e a particularidade dos dilemas da esquerda brasileira em um momento histórico decisivo para o país. A ênfase no caso brasileiro, portanto, representa uma espécie de tipo extremo dos dilemas enfrentados na modernidade política de feição global. O livro torna-se, portanto, uma referência fundamental para que possamos refletir sobre os dilemas da esquerda brasileira em um contexto político em que não há projetos de transformação profunda da realidade. A teorização de Domingues demonstra convincentemente a necessidade de a esquerda observar os seus descaminhos de modo a poder, intelectual e politicamente, construir projetos de mudança em longo prazo calcados em condições realistas para serem efetivamente realizados.

Referências

DOMINGUES, José Maurício. *Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021a.

_____. *Teoria crítica e modernidade política*. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Editora PUC-Rio, 2021b.

_____. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

_____. *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DUTRA, Roberto; RIBEIRO, Marcos Abraão. Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 22, p. 246-273, 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil. Da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. *Sociologias*, n. 54, p. 358-373, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa, 2017.



Resumos

As veredas dos tempos de trabalho flexível no Brasil: insegurança, desconstrução de direitos e precarização (2012-2019)

João Pedro Inácio Peleja

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da Defesa: 29.04.2022

Esta dissertação busca analisar a distribuição flexível de horas de trabalho no Brasil, com destaque para as tendências, mudanças e diferenças das jornadas semanais no país entre os anos 2012 e 2019. Até a década de 70 do século XX, as jornadas em tempo integral com direitos serviram de modelo para o trabalho assalariado não agrícola em países desenvolvidos no contexto pós-guerra. Nessa época, a classe trabalhadora conquistou a redução dos tempos laborais após séculos de lutas históricas no Ocidente europeu e em outras partes do mundo. Porém, os avanços na proteção do trabalho e na seguridade social não se estenderam igualmente para os países em desenvolvimento, tais como os da África, Ásia e América Latina. A eclosão da crise econômica de 1973-1975 foi um fator decisivo na criação de modalidades de trabalho flexível pós-regulamentadas, o que levou às profundas reformas nas leis trabalhistas de orientação neoliberal dos anos seguintes como respostas do capital à sua própria crise. Destarte, a distribuição rígida dos horários que se repetem dia após dia se desfez e a flexibilidade laboral assumiu a forma de trabalho extremamente intensificado na contemporaneidade. Quando se olha para o Brasil, onde prevalecem jornadas flexíveis pré-regulamentadas por meio de empreitadas, horas extras e trabalho por diárias e mensais desde antes da própria CLT, de 1943; torna-se oportuno entender como a crise política e econômica de 2013-2015 e suas consequências, a fase tecnológica-informacional-digital e a Reforma Trabalhista de 2017 influenciaram a expansão do trabalho flexível pós-regulamentado nesta década. Entre os anos 2012-2019, quase a metade dos assalariados relataram trabalhar em jornadas parciais de até 39 horas e em horários excessivos de 45 horas ou mais, embora tenham sido observadas variações entre grupos sociais ao longo da década. Foi possível constatar que os trabalhadores e as trabalhadoras inseridos em atividades agropecuárias, no comércio e no setor de

serviços têm maiores possibilidade de cumprir durante a semana cargas horárias parciais e cargas horárias mais longas acrescidas de horas extras. Enquanto o trabalho rígido e repetitivo era delimitado pelas fronteiras entre tempos de trabalho e tempos livres, o trabalho flexível permite que elas sejam incertas e mutáveis para atender as demandas do capital.

Palavras-chave: Flexibilização. Jornada de trabalho. Tecnologia. Desigualdades sociais. Reforma trabalhista.

“O futuro do mundo está no mato”: conexões entre o Quilombo Lagoas e a terra

Eduardo Rodrigues Santos

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da Defesa: 11.05.2022

Este trabalho tem como objetivo principal perceber quais são as conexões entre as(os) quilombolas do território Lagoas, situado no sudeste piauiense, e a terra do quilombo, observando a partir desse momento quais são os sentidos da terra para essa população. Foi realizado um trabalho etnográfico entre agosto e outubro de 2021, além de entrevistas com mulheres e homens de Lagoas que estão em posições estratégicas em relação às associações de moradores constituintes da organização política quilombola na região, no mesmo período. A partir das informações obtidas, foi possível identificar algumas formas de conexões entre os quilombolas e a terra, como a partir da agricultura familiar, da caprinocultura, da apicultura, da religiosidade e das relações de parentesco, sendo tais formas atravessadas pela noção de terra de conjunto presente na organização territorial do quilombo. Com a compreensão das formas, como essas atividades são geridas em Lagoas, foi percebido a presença constante da categoria modo de viver nos relatos das(os) lagoanas(os), ao passo que tal categoria, tomada a partir das atividades apontadas, se relaciona com as noções de biointeração, modos de existência, terra comum e bem viver. A partir dessas reflexões, pode-se compreender de que maneira a terra é importante para a sobrevivência do quilombo e para a garantia das condições de existência das(os) quilombolas. Ao eleger as demandas da comunidade como orientadoras, há a preocupação em discutir o projeto de exploração de minério de ferro no território Lagoas, partindo das contribuições e dos relatos quilombolas e dialogando sobre os impactos em relação, e em contraponto, ao modo de viver em Lagoas, podendo impactar sobre as conexões da população com a terra. Por fim, após esse trajeto, sendo este um quilombo localizado em uma região caracterizada pela estiagem e altas temperaturas, entende-se que as conexões entre quilombolas e a terra potencializam a existência de Lagoas por tornar possível a realização de atividades econômicas que, necessariamente, passam pela preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, gestando um projeto político comunitário nessas bases, sendo possível, a partir desse caso, lançar reflexões sobre como pensar nosso futuro.

Palavras-chave: Quilombo; Terra; Território Lagoas; Modo de viver; Piauí; Caatinga; Mineração.

Ciências e desigualdade de gênero: experiências de pesquisadoras da área da física em laboratórios de pesquisa

Gabriella Dourado da Silva

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da Defesa: 31.05.2022

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender as relações de gênero que se desenvolvem em laboratórios da área da física, levando em conta as experiências relatadas por pesquisadoras nos mais diversos eventos vivenciados por elas nesses espaços. Os estudos sobre gênero e ciência têm mostrado que nos dias atuais as mulheres participam ativamente do cenário científico brasileiro, no entanto, apesar dos avanços, ainda estão sub-representadas em determinadas áreas do conhecimento. Na física, interesse deste estudo, a quantidade de mulheres é significativamente inferior à quantidade de homens. Por outro lado, os estudos de laboratório têm destacado a posição central que os laboratórios ocupam no meio científico, tendo em vista que são neles que as descobertas científicas acontecem. Diante desse contexto, é importante analisar como se desenvolvem as relações de gênero em um ambiente cientificamente valorizado e em uma área do conhecimento marcada pela segregação de gênero, como a física. Para apreender o objeto de pesquisa em questão, foi utilizada uma abordagem multimétodo, isto é, no primeiro momento, foram acessados dados do Sistema Brasileiro de Ciência e Tecnologia e aplicados questionários para desenvolver uma ideia mais ampliada das experiências de gênero nos laboratórios. O questionário desenvolvido foi aplicado em um grupo de 154 físicas, que são pesquisadoras/docentes em instituições de ensino superior que oferecem programas de pós-graduação em física com nota 7, de acordo com a avaliação quadrienal da Capes de 2013 à 2016. Ao todo, foram obtidas 55 respostas válidas, pouco mais do terço do universo selecionado. No segundo momento, para apreender a dimensão qualitativa do objeto de pesquisa, foram realizadas e analisadas cinco entrevistas em profundidade com pesquisadoras da área da física. A intenção foi resgatar as histórias de vida delas em laboratórios de pesquisa para entender a influência que as relações de gênero tiveram em suas experiências nesses ambientes. Os resultados trazem evidências de que as mulhe-

res que escolhem seguir carreira na física passam por uma série de obstáculos em laboratórios de pesquisa e enfrentam a falta de reconhecimento de seus colegas homens. Este trabalho, portanto, traz importantes contribuições para a discussão sobre equidade de gênero nas ciências.

Palavras-chave: Mulheres e ciências. Estudos de laboratório. Gênero. Ciência, tecnologia e sociedade.

“A violência virtuosa” e a construção do militar torturador no Brasil: um retrato sociológico

Jeferson Martins de Castro

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da Defesa: 21.07.2022

O objetivo geral deste estudo é a construção do retrato sociológico do militar torturador no Brasil – considerando somente aquele das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Poderemos assim desvendar e compreender os mecanismos e as institucionalidades estruturais e estruturantes das práticas de tortura no período entre 1964 e 1985, quando estivemos sob uma ditadura militar. Optamos por deter-nos e limitar-nos aos militares em virtude do protagonismo político destes na história republicana do país. Isso posto, o presente estudo trata da construção e da validação de um quadro teórico que se escora fundamentalmente no argumento da existência de uma afinidade eletiva, no sentido weberiano, entre o *habitus* da maldade e o *habitus* militar, desdobramento disposicional do espírito militar. E, partindo disso, dada a possibilidade engendrada pelos quadros de sentido do contexto da ditadura, é que teriam se instanciado as práticas da repressão, do extermínio e da tortura, cujos resultados foram a produção prática do mal banal. Para compreender tais quadros de sentido é que colocamos como objetivo desse trabalho a pretensão de engendrar o retrato sociológico do militar torturador, agente da tortura durante o regime militar, bem como a melhor compreensão da ideologia do regime que legitimou tais práticas. O objetivo é, portanto, problematizar a vilanização bem como o anacronismo sócio-histórico que costuma recair sobre os militares torturadores, defendendo uma perspectiva que dê a esses atores o seu devido contexto e disposições. Também buscamos dar ao mal o seu devido caráter de fato social. Com isso, terminamos por trazer o debate sobre a moralidade para dentro da sociologia ao desvelar a tortura como fato moral, logo como parte da tessitura da realidade social, não para sucumbir ao fatalismo nem ao determinismo mas para daí sim poder fazer face ao problema como um dado da realidade social.

Palavras-chave: Militar. Ditadura. Mal. Tortura. *Habitus*. *Frames*.

Trajетórias ocupacionais dos egressos do ensino superior

Katia Cristina da Silva Vaz

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da Defesa: 16.09.2022

O objetivo desta tese é avaliar como as trajetórias ocupacionais dos egressos da educação superior são afetadas por suas características pessoais, pela origem social e por fatores relacionados às características do curso de graduação e da instituição de educação superior (IES). Estudos indicam que a educação é o fator isolado que mais explica as oportunidades no mercado de trabalho, embora não seja o fator único. Portanto, a hipótese avaliada na tese é a de que o efeito da conclusão da educação superior não é igual para todos, pois as possibilidades de trajetória ocupacional e os retornos auferidos no mercado de trabalho são afetados por marcadores sociais do egresso (sexo, cor ou raça, origem social) e por diferenças no curso de graduação e na IES frequentada. Em termos metodológicos, a abordagem empregada é quantitativa e, por meio das bases de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), do Censo da Educação Superior (Censup) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) estima-se o efeito que as características pessoais, a origem social e as características institucionais das IES e dos cursos exercem sobre as trajetórias ocupacionais dos egressos no Brasil. Avaliamos as trajetórias ocupacionais dos egressos durante os cinco primeiros anos após a conclusão da educação superior. Ao longo desse período, observamos que os egressos seguem trajetórias ocupacionais distintas. Muitas vezes, são trajetórias não associadas à sua área de formação ou trajetórias em ocupações que não exigem formação de nível superior – e, também, obtêm retornos monetários diferentes. Portanto, a tese mostra que as características pessoais, a origem social e as características do curso de graduação e da IES estão associadas à estruturação dos resultados desiguais auferidos no mercado de trabalho, no que diz respeito às trajetórias ocupacionais e aos rendimentos auferidos pelos egressos da Educação Superior.

Palavras-chave: Educação Superior. Estratificação horizontal. Trajetórias ocupacionais.

Guerras de Sertão: violência, segurança e cidadania no Brasil

Laura Gonçalves de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso

Coorientador: Prof. Dr. Felipe da Silva Freitas

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da Defesa: 22.09.2022

A tese objetiva investigar, em atos e narrativas, representações da violência produzidas em nome da segurança da sociedade brasileira. Para tal, articula análise sobre o enquadramento da violência presente em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, com análise da performance política de deputados e deputadas federais oriundos das forças de segurança pública e membros da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados. Assim como em *Os Sertões*, a tese se encontra dividida em três partes, a primeira, “A Terra”, dedica-se à análise de *Os Sertões* e do pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o século XX; a segunda, “O Homem”, à revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento de sentidos orientadores para a produção de políticas de segurança pública no Brasil redemocratizado bem como ao material colhido na Comissão; a terceira, “A Luta”, objetiva construir pontes de sentido entre as primeiras duas partes mediante o auxílio de conceitos oriundos do campo de pesquisas sobre racismo e sobre violência no Brasil. Ainda, em “A Luta”, a tese realiza quatro grandes investidas sobre funções estruturais das representações da violência na sociedade brasileira: enquanto instrumento de disputas territoriais, de reprodução de hierarquias raciais, como linguagem e como mercadoria. A tese conclui que, ao reificar corpos e territórios negros como representação da ameaça, o campo da segurança pública é apreendido em uma dinâmica de retroalimentação com o imaginário simbólico racista e o regime de hierarquia racial que fundaram a sociedade brasileira; o que, por sua vez, impõe limites raciais aos processos de democratização e de efetivação e de garantia de direitos na sociedade brasileira.

Palavras-chave: *Os Sertões*. Violência estatal. Segurança pública. Polícia. Racismo. Política. Cidadania. Brasil.

Normas

Escopo e política

A *Revista Sociedade e Estado* publica trabalhos, sempre originais, grande parte inéditos e de importância em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente para estas áreas do conhecimento. *Sociedade e Estado* aceita submissões em português, espanhol, francês, inglês e outro idioma a critério da Equipe Editorial, que poderão ser publicados em sua língua original. As seguintes categorias de trabalho podem ser publicadas como artigos avulsos, em seções específicas ou dossiês temáticos (para estes há regras específicas):

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais, ênfase em sociologia.
4. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica.
5. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados.
6. Resenhas.
7. Traduções (apenas em algumas plataformas da Revista).
8. Notícias e homenagens (apenas em algumas plataformas da *Revista*).

Será atribuído a cada artigo publicado um identificador DOI (Digital Object Identifier).

I. Apreciação pela equipe editorial

1. A *Sociedade e Estado* publica artigos de doutor/a(es/as) e/ou doutorando/a(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. As submissões são realizadas apenas pelo site da Sociedade e Estado.
3. Os trabalhos enviados serão apreciados pela Equipe Editorial da *Revista* que fará a primeira triagem. Aqueles aceitos seguirão para a avaliação de, pelo menos, dois especialistas no tema que não possuam conflitos de interesse com o artigo. Estes emitirão pareceres sem conhecimento de sua autoria (avaliação duplo-cego) e permanecerão anônimos ao/à(s) autor/à(es/as).
4. É facultada ao/à(s) autor/a(es/s) a submissão em conformidade com a *Ciência Aberta*, exceto para artigos que comporão dossiês. Para tanto, deve/m preencher o formulário específico no site da *Revista* no ato do envio do manuscrito, bem como realizar/em seu depósito no servidor Open Preprint System (OPS) logo após à aceitação do artigo pela Equipe Editorial. Nesse caso, a modalidade da avaliação será por pares aberta.
5. Não são aceitos artigos que evidenciem plágio ou mais de 20% de autoplágio, sendo esses devidamente referenciados ao trabalho original. A *Revista* utiliza métodos de detecção de plágio por meio de softwares e pesquisa. Questões de natureza ética e boas práticas acadêmicas devem ser observadas pelos/as autores/as, como explicitar as fontes de financiamento e a aprovação por comitês de ética das pesquisas geradoras dos artigos, quando for o caso. Declaração a este respeito é solicitada a autor/a(es/as) no ato da submissão.
6. As informações, descrições, análises e demais conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos/as autores/as.
7. Os/As autores/as serão notificados/as da aprovação ou recusa final de seus artigos. Autores/as que participaram da *Revista* deverão observar o prazo de 1 ano e 6 meses entre a data da publicação do artigo e a nova submissão.
8. Eventuais sugestões ou indicações de modificação de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao/à autor/a, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês. Caso tais modificações não sejam realizadas a contento, o artigo não estará aprovado.
9. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido submetidos à *Revista*.

10. Os trabalhos devem ser apresentados dentro do padrão culto do idioma nacional ou estrangeiro, podendo ser solicitado ao/à autor/a sua revisão por parte de profissional especializado/a.

II. Forma de apresentação dos originais

1. O artigo completo (com resumo, referências e, quando houver, gráficos e tabelas) deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente;

2. Na primeira página do original, deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver).

3. No caso de submissão apenas pelo site da *Revista* (não pelo sistema preprint), todas as informações e citações que podem identificar a autoria do manuscrito devem ser retiradas sem prejuízo ao conteúdo ou, nos respectivos lugares, deve ser indicada a palavra “autor/a” (a exemplo de referências bibliográficas), uma vez que a avaliação será duplo-cego. Medidas para evitar conflitos de interesse e preservar a satisfatória condução dos procedimentos editoriais devem ser informadas pelo/a(s) autor/a(s) à Equipe Editorial no ato da submissão.

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*), bem como o título em inglês. Artigos em outros idiomas devem incluir esses mesmos elementos em português, inglês e na língua escolhida.

5. As resenhas deverão vir com, no máximo, oito páginas em espaçamento duplo. São aceitas à submissão resenhas de obras nacionais publicadas nos últimos dois anos e de obras estrangeiras nos últimos cinco anos. As resenhas serão apresentadas com título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas. As menções a autores/as no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor/a, data, página).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a quatro linhas, e em novo parágrafo, com recuo,

corpo 10, quando com quatro linhas ou mais. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, seguidas normas da ABNT.

8. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais da ABNT. Exemplos:

□ Em caso de livro:

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

□ Em caso de artigo:

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

□ Em caso de coletânea:

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

□ Em caso de teses:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

A responsabilidade da matéria publicada pela *Revista* é exclusiva do/a autor/a, não expressando opinião da Equipe Editorial, do Comitê Editorial ou do Conselho Editorial da *Revista*.

III. Envio de manuscritos

Os artigos deverão ser submetidos por meio do link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/about/submissions>>. A *Revista* não requer taxas de submissão de artigos e de avaliação, bem como não há taxas de acesso aos artigos publicados.

IV. Regras para propostas de dossiês à *Sociedade e Estado*

1. *Sociedade e Estado* intercalará dossiês com números de fluxos contínuos.
2. O dossiê terá entre cinco e sete artigos, seguindo as especificações gerais de publicação da *Sociedade e Estado* aos/às autores/as.
3. As propostas de dossiê serão recebidas por livre demanda pela Equipe Editorial, que avaliará sua pertinência à *Revista*.
4. Cada proposta deve conter sucinta discussão teórica do tema do dossiê, currículo do(a/s) proponente(s), resumo e *abstract* de cada artigo, bem como breve currículo de seus/suas autores/as. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê deve(m) ser doutor(a/s) e possuírem reconhecida atuação acadêmica na área das ciências sociais, com ênfase em sociologia.
5. Dentre o conjunto de artigos, pelo menos dois deles devem ser em língua inglesa e duas/dois autoras/es com vinculação a instituições estrangeiras. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê poderá/ão assinar apenas um artigo, preferencialmente em coautoria. A apresentação do dossiê ficará a cargo dele(a/s), devendo ser breve (de 8 a 10 páginas com referências), ater-se à importância do dossiê e dos artigos que o compõem. Essa apresentação não está incluída no número de artigos do dossiê.
6. Se aceita a proposta, o prazo de envio dos artigos completos será definido pela *Sociedade e Estado*, que, ao recebê-los do(a/s) responsável(is) via secretaria da *Revista*, encaminhará para avaliação por pares duplo-cego. Possíveis pareceristas para os artigos poderão ser sugeridos/as à Equipe Editorial, mediante compromisso de sigilo sobre a autoria dos artigos por parte dos responsáveis pelo dossiê.
7. Revisões especializadas dos artigos em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras poderão ser solicitadas ao/à(s) responsável(is) pelo dossiê.

